

OPHIUSSA

REVISTA DO CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

ISSN 1645-653X
E-ISSN 2184-173X



CENTRO DE ARQUEOLOGIA
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA

uniarq

7 - 2023

OPHIUSSA

REVISTA DO CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA



OPHIUSSA REVISTA DO CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

PUBLICAÇÃO ANUAL · ISSN 1645-653X · E-ISSN 2184-173X

Volume 7 - 2023

DIRECÇÃO E COORDENAÇÃO EDITORIAL

Ana Catarina Sousa

Elisa Sousa

CONSELHO CIENTÍFICO

André Teixeira

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Carlos Fabião

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Catarina Viegas

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Gloria Mora

UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE MADRID

Grégor Marchand †

CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE

João Pedro Bernardes

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

José Remesal

UNIVERSIDADE DE BARCELONA

Leonor Rocha

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Manuela Martins

UNIVERSIDADE DO MINHO

Maria Barroso Gonçalves

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

Mariana Diniz

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Raquel Vilaça

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Victor S. Gonçalves

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Xavier Terradas Battle

CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS

SECRETARIADO

André Pereira

CAPA

Urna pintada da II Idade do Ferro da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal).

COORDENADOR DAS RECENSÕES E REVISOR DE ESTILO

Francisco B. Gomes

PAGINAÇÃO

TVM Designers

IMPRESSÃO

AGIR – Produções Gráficas

DATA DE IMPRESSÃO

Dezembro de 2023

EDIÇÃO IMPRESSA (PRETO E BRANCO)

300 exemplares

EDIÇÃO DIGITAL (A CORES)

www.ophiussa.letras.ulisboa.pt

ISSN 1645-653X / E-ISSN 2184-173X

DEPÓSITO LEGAL 190404/03

A edição segue as directrizes Creative Commons (licença CC/BY/NC/ND 4.0).



Copyright ©Revista Ophiussa 2023

EDIÇÃO

UNIARQ – Centro de Arqueologia
da Universidade de Lisboa,
Faculdade de Letras de Lisboa
1600-214 Lisboa.

www.uniarq.net

www.ophiussa.letras.ulisboa.pt

uniarq@letras.ulisboa.pt

Revista fundada por Victor S. Gonçalves (1996).
O cumprimento do acordo ortográfico de 1990
foi opção de cada autor.

Esta publicação é financiada por fundos nacionais
através da FCT – Fundação para a Ciência
e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projectos
UIDB/00698/2020 e UIDP/00698/2020.

ÍNDICE

Os bifaces da estação paleolítica do Casal do Azemel (Leiria, Portugal): uma (re)interpretação CARLOS FERREIRA, JOÃO PEDRO CUNHA-RIBEIRO, EDUARDO MÉNDEZ-QUINTAS	5
O Neolítico Médio no sítio de ar livre da Costa do Pereiro (Torres Novas) ANTÓNIO FAUSTINO CARVALHO, NATHALIE ANTUNES-FERREIRA, JUAN FRANCISCO GIBAJA	31
Pipas (Reguengos de Monsaraz, Évora): um sítio dos inícios do Neolítico Médio do Sul de Portugal CARLOS TAVARES DA SILVA, JOAQUINA SOARES	61
A questão dos enterramentos em urna na Idade do Ferro do Sul de Portugal: uma revisão integrada FRANCISCO B. GOMES	95
A ocupação romana republicana do sítio de Eira da Alorna (Almeirim) JOÃO PIMENTA	121
O sítio romano de Eira Velha (Miranda do Corvo, Coimbra) – Novas considerações acerca do seu posicionamento na rede viária romana INÊS RASTEIRO	141
Recensões bibliográficas (TEXTOS: ANA CATARINA SOUSA, VICTOR S. GONÇALVES, JUAN ANTONIO HERNÁNDEZ GENTO, ANA ANDÚJAR SUÁREZ, DANIEL CARVALHO, FREDERICO AGOSTO)	161
<i>In memoriam</i> Grégor Marchand (1968-2023)	183
Política editorial	187
Editorial policy	188
Avaliadores Ophiussa (2012-2023)	191

Os bifaces da estação paleolítica do Casal do Azemel (Leiria, Portugal): uma (re)interpretação¹

The Acheulean handaxes from Casal do Azemel (Leiria, Portugal): a new perspective

CARLOS FERREIRA

UNIARQ — Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.
carlos.felipe11@gmail.com
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-7196-2897>

JOÃO PEDRO CUNHA-RIBEIRO

UNIARQ — Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.
j.ribeiro@campus.ul.pt
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-2614-3555>

EDUARDO MÉNDEZ-QUINTAS

Grupo de Estudos de Arqueoloxía, Antigüidade e Territorio (GEAT).
University of Vigo.
UNIARQ — Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.
eduardo.mendez.quintas@uvigo.gal
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-8272-873X>

RESUMO: Entre os vestígios materiais do tecno-complexo Acheulense, os bifaces são recorrentemente destacados como os seus produtos mais icónicos. Sendo inegável a sua relevância no reportório comportamental dos grupos responsáveis pela sua elaboração, ao longo das últimas décadas têm sido alvo de múltiplas abordagens, suscitando, amiúde, diferentes leituras. No ocidente europeu, uma das maiores coleções deste tipo de utensílios é proveniente da jazida do Casal do Azemel, conjunto que, entre outros aspetos, se caracteriza pelo predomínio de espécimes com uma hierarquização morfológica (volumetria plano-convexa) e tecnológica (configuração sequencial). Alternativamente à proposta que enquadrava a conceptualização da grande maioria dos artefactos da coleção na lógica das peças bifaciais suportes de utensílio (Cunha-Ribeiro 1999), argumenta-se que os *particularismos* em que se baseara essa perspetiva decorrem do tipo de suporte preferencialmente empregue e do *mental template* inerente à sua elaboração. Neste sentido, propõe-se que correspondem a peças bifaciais utensílios, como é a norma no Acheulense peninsular.

PALAVRAS-CHAVE: Bifaces; Sequência operatória; Hierarquização; Suporte; Peças bifaciais utensílios.

ABSTRACT: Handaxes are the most iconic products of the Acheulean technocomplex. Being key items in the behavioural repertoire of our ancestors during the Lower and Middle Pleistocene, over the last decades they have been subject to multiple approaches, often prompting different perceptions. In Western Europe, one of the largest collections of these tools comes from the Casal do Azemel site. Among other traits, the collection is characterised by the predominance of specimens that display a morphological (plano-convex

¹ Nota: o artigo foi redigido conforme o Acordo Ortográfico posterior a 1990.

volumetry) and technological (sequential shaping) hierarchy. Alternatively to the proposal that affiliated the conceptualisation of most of these tools to the logic of “pièces bifaciales supports” (Cunha-Ribeiro 1999), we argue that the features on which this hypothesis was based are an expected outcome, given the type of blank preferentially chosen and the mental template underlying their production. Therefore, we propose that they represent “pièces bifaciales outils”, as is the norm in the Iberian Acheulean.

KEYWORDS: Handaxes; Operational sequence; Hierarchisation; Blank; *Pièces bifaciales outils*.

1. INTRODUÇÃO

Entre os artefactos líticos que constituem as indústrias do tecno-complexo Acheulense, os bifaces são comumente referenciados como os seus produtos mais icónicos (White 2022). Foram os primeiros artefactos a ser reconhecidos no século XIX enquanto testemunhos materiais de épocas remotas *pré-diluvianas*, desempenhando um papel determinante para o estabelecimento da *Grande Antiguidade do Homem* (cf. Gamble – Kruszynski 2009; Trigger 1996; White 2022), e têm recebido mais atenção do que qualquer outro elemento das indústrias acheulenses.

Tal deriva de uma combinação de fatores, nomeadamente: o facto de estarem presentes desde o aparecimento deste tecno-complexo (Beyene *et al.* 2013; Díez-Martín *et al.* 2016; Gallotti – Mussi 2018a; 2018b; Isaac 1977; Leakey 1971; Lepre *et al.* 2011; Semaw *et al.* 2018); por serem recorrentemente identificados ao longo da sua extensa diacronia e numa geografia bastante ampla, que abarca diferentes latitudes e longitudes (Clark 1994; Dennell 2018; Díez-Martín – Eren 2012; Moncel *et al.* 2018a; 2018b; 2018c; Santonja – Villa 2006; White 2022 e referências); por estarem implícitos na sua elaboração duas das principais inovações que caracterizam o Acheulense, concretamente, a gestão de grandes volumes de matéria-prima (Isaac 1977; Kleindienst 1962; Leakey 1971; Sharon 2009), e a introdução de uma nova etapa na tecnologia lítica, a configuração (Díez-Martín *et al.* 2019; Isaac 1986; Inizan *et al.* 1999; Semaw – Rogers – Stout 2009; Sharon 2006; Texier 2018); pelo contraponto entre o debate em torno da variabilidade morfológica destes utensílios, que suscita diversas interpretações (cf. García-Medrano *et al.* 2020; White 2022 e referências), e o enquadramento dessa potencial variabilidade no âmbito da partilha de uma predisposição formal similar (em forma de *gota*) à escala ampla (temporal e geográfica)

deste tecno-complexo (Key 2023; Lycett – Gowlett 2008; McNabb 2020; Sharon 2006; Shipton 2010; 2020; White 2022; Wynn – Gowlett 2018); em função do seu potencial informativo para a discussão mais alargada relativamente à complexidade cognitiva do comportamento tecnológico dos nossos antepassados (ex.: Alperson-Afil *et al.* 2020; Díez-Martín *et al.* 2019; Hodgson 2015; Muller – Clarkson – Shipton 2017; Muller – Shipton – Clarkson 2022; Shipton 2019; Stout *et al.* 2015; Texier – Roche 1995; Wynn 2002; Wynn – Gowlett 2018); ou ainda, por exemplo, devido ao *fascínio* com a sua simetria, que motiva perspetivas variadas, discutidas e sintetizadas em trabalhos recentes (Hodgson 2015; McNabb – Cole 2015; McNabb – Cole – Hoggard 2018; Shipton – Clarkson – Cobden 2019; White 2022).

Não obstante, na abordagem a este tipo de utensílios é importante ter em conta que sob a designação de bifaces se enquadra um conjunto heterogéneo de artefactos, que, apesar de relativamente *similares* de um ponto de vista global, podem exibir determinadas particularidades morfo-tecnológicas, muito provavelmente correlacionáveis com a funcionalidade para a qual foram elaborados (independentemente de se reconhecer que ainda existe um caminho a percorrer relativamente à identificação concreta das tarefas que desempenharam na grande maioria dos sítios).

No ocidente europeu, uma das maiores coleções de bifaces proveniente de contextos escavados é a da estação paleolítica do Casal do Azemel (Leiria, Portugal). Estudada no final do século passado por Cunha-Ribeiro (1995a; 1999), que atribuiu especial importância ao facto de o conjunto apresentar um predomínio de exemplares com uma hierarquização volumétrica (ao nível da relação de justaposição entre as faces) e tecnológica (no que concerne à sequência de talhe), recentemente reanalisou-se uma amostra representativa dos produtos do grupo dos bifaces da jazida (Ferreira 2023). Desta caracterização resultou uma leitura

alternativa à proposta anterior de que a conceptualização da sequência de talhe da grande maioria destes artefactos os permitia considerar como um émulo entre as indústrias líticas em quartzito das peças bifaciais suportes de utensílio (*sensu* Boëda – Geneste – Meignen 1990), tema que se discute no presente trabalho.

2. A ESTAÇÃO PALEOLÍTICA DO CASAL DO AZEMEL

A bacia hidrográfica do rio Lis é uma das áreas do atual território português que contém um conjunto significativo de informação geoarqueológica do Plistocénico Médio (Ferreira – Cunha-Ribeiro – Méndez-Quintas

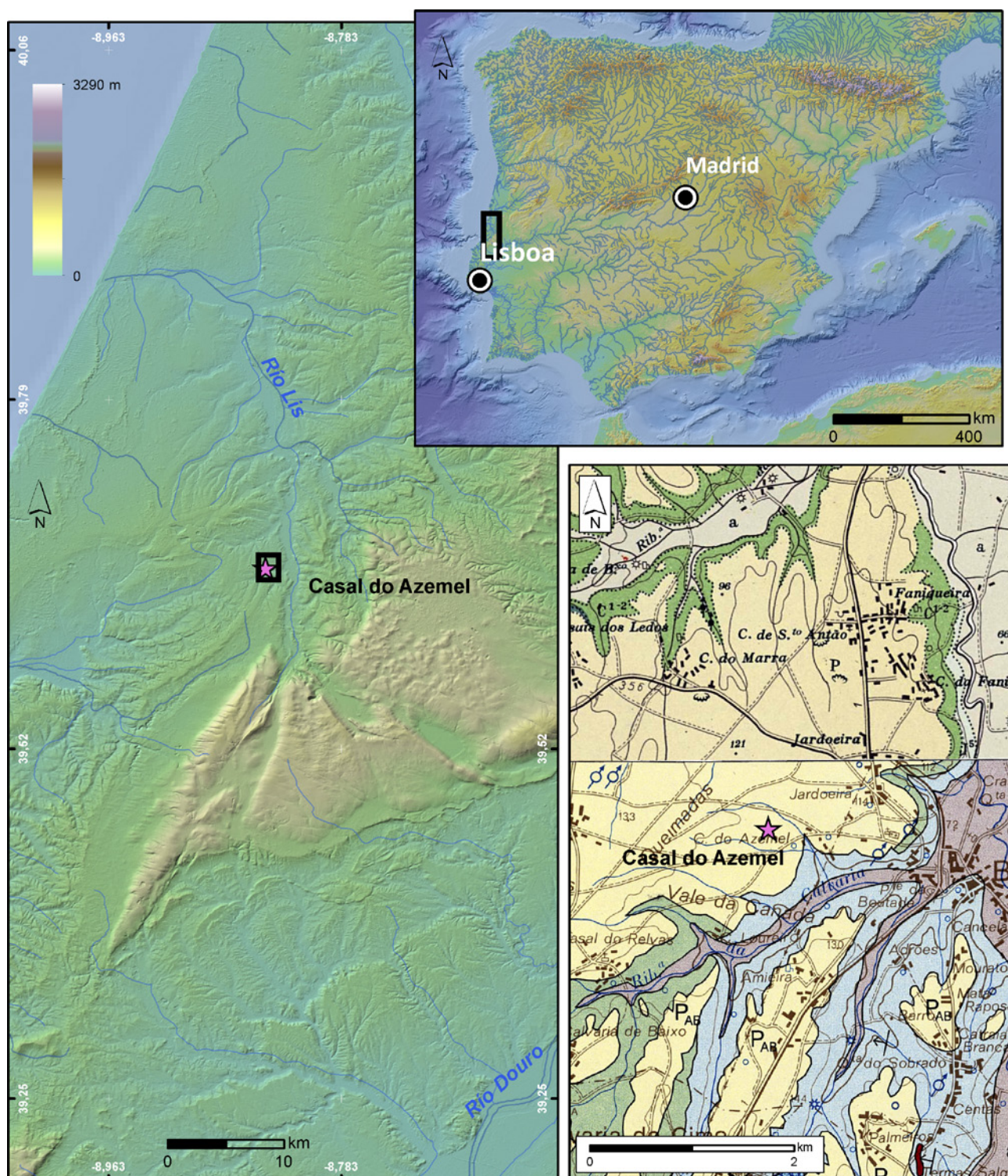


FIG. 1 Casal do Azemel: localização geográfica (em mapa da Península Ibérica e em excerto da Carta Geológica de Portugal, na escala 1:50 000, folhas 23C e 27A)

2021). Concretamente, destacam-se os trabalhos aí realizados no final do século passado (Cunha-Ribeiro 1991; 1992; 1992/1993; 1995a; 1995b; 1999; Texier – Cunha-Ribeiro 1991/1992; Texier – Cunha-Ribeiro – Meireles 1995), que permitiram identificar quatro formações fluviais principais, para além de formações coluvionares que sobrepõem a sequência de terraços, ou que afetam o topo de outras formações sedimentares presentes na região (Texier – Cunha-Ribeiro 1991/1992), a que se associam vários sítios acheulenses (Cunha-Ribeiro 1999).

Relativamente às indústrias líticas integradas em depósitos coluvionares, destaca-se a da estação paleolítica do Casal do Azemel (Código Nacional de Sítio: 4255), localizada perto do bordo de um extenso planalto arenoso que se desenvolve a Noroeste da vila da Batalha, delimitado a este pelo encaixe relativamente acentuado do vale do rio Lena, e a sul e a norte pelos vales mais suaves das ribeiras da Calvaria e da Várzea, respetivamente (Fig. 1).

Descoberta em 1978, após a recolha à superfície de alguns artefactos líticos, a jazida foi intervencionada entre 1988 e 1991 (Cunha-Ribeiro 1995b). Dos trabalhos aí efetuados, que incidiram numa área de 135 m² (Fig. 2B) – 18 dos quais repartidos por sondagens periféricas, concentrando-se os restantes na zona central da acumulação –, resultou a recolha de 3957 peças líticas integradas em depósitos coluvionares que afetam localmente o topo da formação marinha pliocénica de textura arenosa aí representada. Concretamente, trata-se de duas camadas associadas as duas coluviões (cf. Cunha-Ribeiro 1995b: 560-565), as quais se distinguem do nível pliocénico (Fig. 2D camada 1) pelas características pedológicas que lhes estão associadas, evidenciando a mais antiga (Fig. 2D camada 2) a degradação dos solos que afetam o depósito subjacente, enquanto a mais recente (Fig. 2D camada 3) resulta de um processo de alteração superficial dos depósitos sedimentares de textura arenosa bem mais recente, muitas vezes com uma forte componente humosa (Texier – Cunha-Ribeiro 1991/1992). A esmagadora maioria do espólio provém da Camada 2 (ex.: Fig. 2E), que corresponde a uma coluvião mais antiga, associada a uma fase de rexistasia correlacionável com um episódio de deflação, responsável, numa primeira fase, pela acentuada eolização evidenciada pelo material arqueológico abandonado à superfície, a que se

seguuiu o seu embalamiento no decurso da formação do depósito coluvionar, por ação de um escoamento difuso que afetou o topo dos depósitos sedimentares arenosos mais antigos. Um número residual de artefactos foi também recolhido na Camada 3, um depósito mais recente, igualmente coluvionado (cf. Cunha-Ribeiro 1995b: 563-565; 1999: 302-306).

Sinteticamente, a indústria lítica do Casal do Azemel resultou de uma concentração de vestígios que não se destaca topograficamente da superfície aplanada circundante, correspondente ao topo dos depósitos pliocénicos de textura arenosa aí representados e localmente afetados pelo desenvolvimento de formações coluvionares (Texier – Cunha-Ribeiro 1991/1992). Tendo em conta a textura dos depósitos, a circunstância de a implantação do sítio não permitir “uma mobilização torrencial dos materiais detríticos coluvionados em diferentes momentos, nem tão pouco a deslocação dos objectos líticos de maiores dimensões de origem antrópica neles integrados” (Cunha-Ribeiro 1999: 452), a que acresce o facto de nas sondagens mais afastadas (abertas a 20 m e a 60 m para NE da área central de escavação, no sentido da ligeira pendente que topograficamente aí é observada) apenas se ter identificado um reduzido número de pequenos produtos (maioritariamente fragmentos de talhe, que podem ter sido dispersos pela baixa energia associada à formação dos depósitos), propôs-se que os materiais, não obstante o seu contexto secundário, resultaram de um processo de acumulação antrópica na delimitada área onde foram encontrados (Cunha-Ribeiro 1999: 452).

Embora não tenha sido possível estabelecer a cronologia do conjunto, atendendo à presença de elementos tipicamente acheulenses e ao registo geoarqueológico da região (cf. Texier – Cunha-Ribeiro 1991/1992; Cunha-Ribeiro 1995a; Cunha-Ribeiro 1999), existem elementos sugestivos que o permitem associar à segunda metade do Plistocénico Médio, como, aliás, é a tendência no Acheulense peninsular (Cunha *et al.* 2017; Ferreira – Cunha-Ribeiro – Méndez-Quintas 2021; Méndez-Quintas *et al.* 2020; Oosterbeek *et al.* 2010; Santonja – Pérez-González 2010; Santonja *et al.* 2016).

Independentemente da ausência de um enquadramento cronométrico mais preciso, do contexto secundário da indústria lítica, ou da forte eolização do material, a estação paleolítica do Casal do Azemel é uma jazida incontornável para o estudo da ocupação humana na

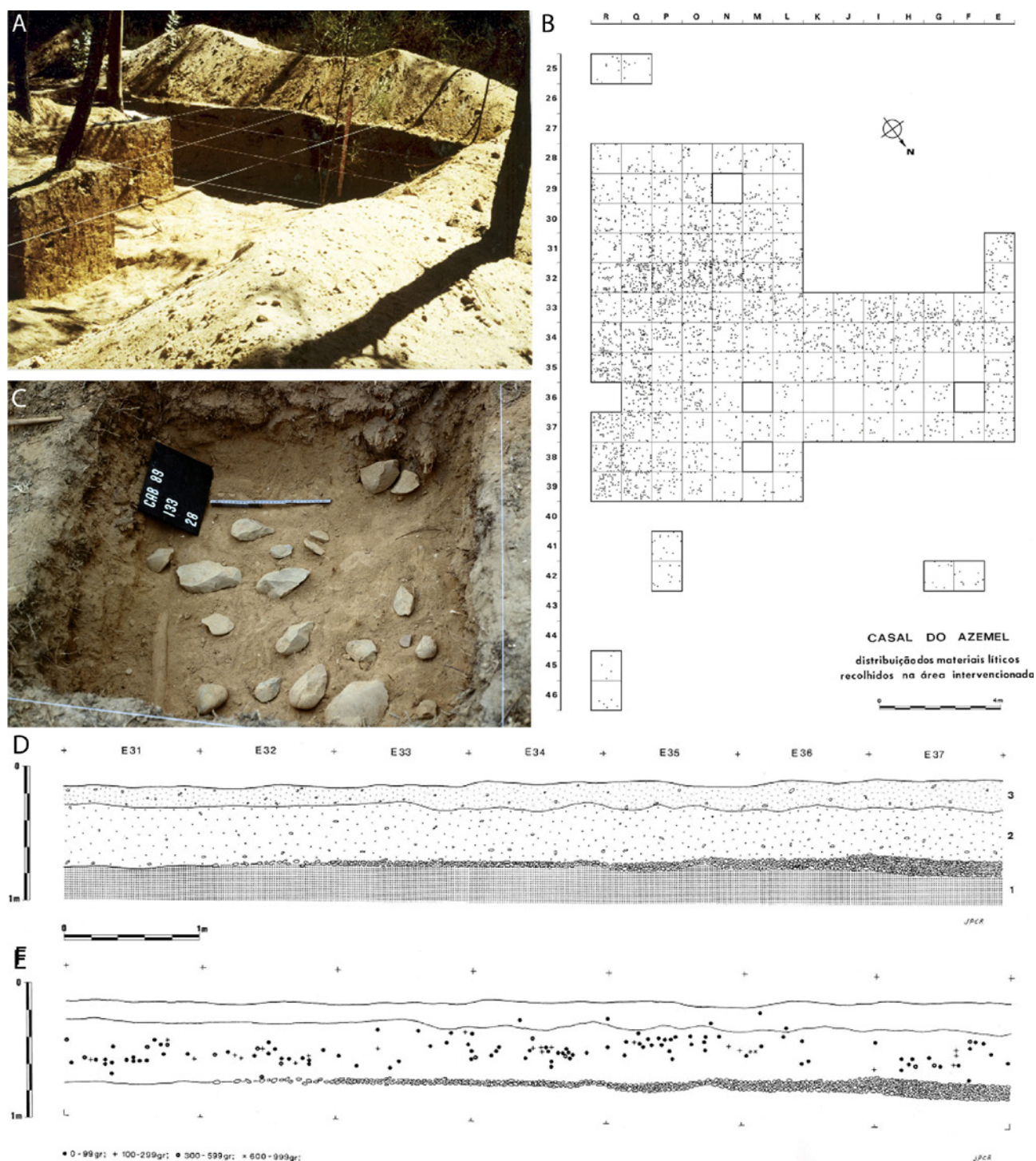


FIG. 2 Casal do Azemel: vista geral da escavação (zona sul) (A); plano de escavação com a distribuição da indústria lítica pela área intervencionada (B); exemplo de acumulação de LCTs (C); estratigrafia (D) e distribuição vertical dos artefactos líticos (E), Corte E31-37 NW (Cunha-Ribeiro 1999).

Península Ibérica durante o Plistocénico Médio. Não só devido à concentração de quase 4000 peças líticas, enquadráveis num conjunto homogéneo (do ponto de vista do estado físico das peças, da matéria-prima empregue e das suas características tecno-tipológicas e tecno-económicas – cf. Cunha-Ribeiro 1999: Capítulo 9), mas também em função do elevado número de

LCTs aí exumados. Constituindo a maior coleção peninsular deste tipo de artefactos proveniente de contextos escavados (Méndez-Quintas *et al.* 2020: 931), os LCTs, recorrentemente sobre lasca, representam ca. 19% da indústria do sítio (Tabela 1), refletindo-se no presente trabalho sobre as sequências operatórias dos produtos enquadráveis no grupo dos bifaces.

TABELA 1 DISTRIBUIÇÃO DA INDÚSTRIA LÍTICA DO CASAL DO AZEMEL PELAS DIFERENTES CATEGORIAS CONSIDERADAS (MODIFICADO DE CUNHA-RIBEIRO 1999: QUADRO 9.4.)

CATEGORIA	N	%
Lascas	1620	40,9
Núcleos	434	11,0
Fragmentos de talhe	483	12,2
Detritos, estalamentos e seixos	525	13,3
Bifaces	556	14,1
Machados de mão	124	3,1
LCTs diversos	63	1,6
Utensílios < 10 cm	152	3,8
Total	3957	100

3. O GRUPO DOS BIFACES DA ESTAÇÃO PALEOLÍTICA DO CASAL DO AZEMEL

Entre as cadeias operatórias (*sensu* Boëda – Geneste – Meignen 1990; Roche – Texier 1991; Texier – Roche 1995) de produção de LCTs identificadas na estação paleolítica do Casal do Azemel, as que assumem maior preponderância foram direcionadas para a definição dos artefactos enquadráveis no *grupo dos bifaces*. De acordo com Cunha-Ribeiro (1999), que estudou integralmente o sítio, este grupo é constituído por 556 peças, concretamente: 262 bifaces, 156 bifaces parciais, 53 unifaces, 21 esboços de bifaces e 64 fragmentos (Tabela 2). Em conjunto, representam 14.1% da indústria lítica da jazida, assumindo um lugar de destaque entre a utensilagem e, especificamente, entre os LCTs (74.1% – contabilizando os esboços e fragmentos de bifaces).

Sinteticamente, trata-se de produtos elaborados quase exclusivamente em quartzito (em mais de 98% dos casos – Cunha-Ribeiro 1999: Quadro 9.34.), com uma dimensão média de 122,2×73,5×43,2 mm e 364 g (Cunha-Ribeiro 1999: Quadro 9.41.). Além de se dispor de uma grande população, o conjunto apresenta uma distribuição pelos principais grupos tipológicos e subtipos tradicionalmente considerados (*sensu* Bordes 1961) (Tabela 2). Independentemente do grau da incidência facial do talhe, prevalecem os espécimes

espessos e as formas tendencialmente mais alongadas, seguindo-se as elípticas a circulares, que no caso dos bifaces parciais se aproximam da percentagem dos exemplares amigdalóides, superando os lanceolados.

TABELA 2 DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTOS DO GRUPO DOS BIFACES DO CASAL DO AZEMEL PELOS PRINCIPAIS GRUPOS TIPOLÓGICOS (ADAPTADO DE CUNHA-RIBEIRO 1999: QUADRO 9.36.)

GRUPO	N	%
Bifaces planos	14	2,52
Bifaces lanceolados	68	12,23
Bifaces ovalares e afins	42	7,55
Bifaces amigdalóides	102	18,35
Bifaces de bisel terminal	30	5,40
Bifaces diversos	6	1,08
Bifaces parciais planos	6	1,08
Bifaces parciais lanceolados	27	4,86
Bifaces parciais ovalares e afins	44	7,91
Bifaces parciais amigdalóides	48	8,63
Bifaces parciais de bisel terminal	22	3,96
Bifaces parciais diversos	9	1,62
Unifaces planos	4	0,72
Unifaces lanceolados	12	2,16
Unifaces ovalares e afins	15	2,70
Unifaces amigdalóides	21	3,78
Unifaces de bisel terminal	1	0,18
Esboços de bifaces	21	3,78
Fragmentos	64	11,51
Total	556	100

Relativamente ao tipo de suporte, documenta-se o predomínio acentuado dos produtos sobre lasca entre os unifaces e os bifaces parciais (Cunha-Ribeiro 1999: Quadro 9.35.). No que concerne aos bifaces, continua a assinalar-se a utilização preferencial de lascas (Cunha-Ribeiro 1999: Quadro 9.35.), ainda que a transformação mais ampla subjacente ao seu processo de configuração

concorra para o número mais expressivo de casos em que não foi possível determinar cabalmente o respetivo tipo de suporte. Não obstante, existem elementos sugestivos de que, na sua grande maioria, seriam também elaborados sobre lascas (Cunha-Ribeiro 1999: 395; Ferreira 2023: 245), assinalando-se, portanto, a representatividade manifestamente secundária dos exemplares resultantes da configuração direta dos próprios seixos rolados. Dada a ausência de grandes seixos no Casal do Azemel, o facto de aí não se terem identificado núcleos suscetíveis de terem permitido a obtenção de lascas > 10 cm (Cunha-Ribeiro 1999: 395), estando os esquemas de exploração documentados direcionados para a obtenção de lascas de média e pequena dimensão, e ainda a circunstância de a área onde se situa a jazida corresponder à superfície de um extenso depósito marinho pliocénico de textura predominantemente arenosa, apenas se assinalando nalguns pontos das suas imediações pequenos leitos de textura mais grosseira constituídos por pequenos seixos rolados, essencialmente de quartzo e de morfologia achatada, inferiores a 5 cm, existem elementos sugestivos de que os suportes terão sido obtidos numa zona exterior ao sítio (com duas potenciais zonas de abastecimento identificadas em depósitos quaternários de origem fluvial no vale do rio Lena, uma a 1.5 km da jazida, perto da estação paleolítica da Jardoeira, e a outra a 4.8 km, na margem oposta do rio – Cunha-Ribeiro 1999: 455), uma situação relativamente frequente no contexto peninsular, onde, salvo raras exceções (ex.: Baena Preysler – Torres Navas – Sharon 2018; Báñez del Cueto *et al.* 2016; Monteiro-Rodrigues – González 2010; Santonja 1985), a zona na qual os suportes foram debitados costuma ser distinta daquela em que os LCTs são abandonados/encontrados.

Globalmente, os unifaces, os bifaces parciais e os bifaces do Casal do Azemel têm um carácter tendencialmente equilibrado e estandardizado. Definidos, regra geral, através de um número médio de extrações não muito elevado, não se reconhecendo diferenças substantivas ao nível da média de levantamentos (e dos índices de configuração e de regularização) consoante o tipo de suporte, o grupo morfo-tipológico, ou a estratégia de configuração, destaca-se a preponderância de produtos que exibem uma hierarquização morfológica e tecnológica (Cunha-Ribeiro 1999), realidade sobre a qual se reflete em seguida.

4. PRIMEIRA PROPOSTA INTERPRETATIVA DOS BIFACES DO CASAL DO AZEMEL (1999)

No final do século passado, acompanhando tendências que se começavam a consolidar nos estudos de tecnologia lítica (Boëda – Geneste – Meignen 1990; Inizan *et al.* 1999; Roche – Texier 1991; Texier – Roche 1995), e visando-se suplantarmos um enfoque tradicionalmente alicerçado em pressupostos morfo-tipológicos (Bordes 1961), os esquemas de elaboração dos produtos do grupo dos bifaces do Casal do Azemel foram alvo de uma caracterização circunstanciada, divulgada preliminarmente num primeiro trabalho (Cunha-Ribeiro 1995a), que antecedeu a publicação final do estudo da jazida (Cunha-Ribeiro 1999: Capítulo 9).

Nesse âmbito, considerou-se que a produção dos bifaces parciais e dos bifaces em questão resultava de “combinações bem mais diversificadas no desenvolvimento do talhe das duas faces do suporte, cada uma com o seu peso específico, maior ou menor complexificação e procurando alcançar muitas das vezes alguns particularismos técnica e morfologicamente significativos” (Cunha-Ribeiro 1999: 397), o que motivou a individualização de cinco sequências operatórias. Concretamente:

- Sequência operatória (seq. op.) 1 / Seq. op. alternante – peças em que a transformação do suporte “se desenvolveu segundo uma sequência alternante (...) de acordo com uma estratégia de desenvolvimento oportunista do talhe das duas faces que não estabelecia além do mais qualquer diferenciação e hierarquização entre elas” (Cunha-Ribeiro 1999: 398);
- Seq. op. 2 / Seq. op. alterna / Variante da seq. op. principal (Fig. 3A) – “reúne os utensílios cuja configuração bifacial se estruturou no desenvolvimento alterno do talhe a partir dos seus dois bordos, não permitindo tal estratégia estabelecer também qualquer tipo de hierarquização entre as suas duas faces, já que cada uma delas servia à vez ou até mesmo em simultâneo de plano de percussão para a definição por talhe da face oposta através de uma ou mais gerações de levantamentos” (Cunha-Ribeiro 1999: 398), predominando entre estes os espécimes com uma morfologia distal arredondada, ou biselada;

- Seq. op. 3 / Seq. op. secundária – “integrava todas as peças em que o talhe sequencial das suas duas faces não se traduziu na definição de qualquer outra distinção significativa entre elas, sendo apenas possível identificar a utilização primordial de uma delas como plano de percussão para a extração de amplos levantamentos na face oposta (...) em seguida aproveitados como planos de percussão para a definição por talhe da primeira face referida.” (Cunha-Ribeiro 1999: 399);
- Seq. op. 4 / Seq. op. principal (Fig. 3B) – “O processo de manufacturação (...) iniciava-se em regra com a criação numa das extremidades da peça de dois planos convergentes definidos por dois ou mais levantamentos oblíquos, tendencialmente transversais e bipolares, de cuja intersecção emergia a definição de uma aresta central e longitudinal de amplitude variável. (...) Para o desenvolvimento destas operações de talhe recorria-se à utilização da face oposta original do suporte como plano de percussão (...) Só numa segunda fase a atenção passava a recair na face inferior do utensílio, procurando-se promover então o seu tendencial aplanamento através de um número variável de extracções, obtidas quase sempre a partir do aproveitamento como planos de percussão dos negativos que haviam determinado anteriormente a configuração da face superior. (...) Os utensílios obtidos no âmbito desta sequência operatória apresentavam, consequentemente, uma hierarquização das suas duas faces não apenas assente na sua diferenciada definição por talhe no tempo, mas também na distinta concepção volumétrica que tendencialmente lhes estava subjacente.” (Cunha-Ribeiro 1999: 401);
- Seq. op. 5 / Seq. op. principal inversa – “utensílios em tudo similares aos confeccionados no âmbito da sequência operatória anterior, mas cujo processo de configuração se desenvolveu literalmente ao contrário, iniciando-se através do talhe da face inferior do utensílio, visando tal operação também aqui o seu tendencial aplanamento, após o que se procedeu à definição por talhe da face superior da peça” (Cunha-Ribeiro 1999: 402-303).

Relativamente aos unifaces (53 exemplares), assinalou-se que “a sua fase de configuração aproxi-

mava-se claramente das peças onde a definição por talhe das suas duas faces se desenvolveu de forma sequencial, muito embora no caso dos unifaces tal operação se tenha quedado pelo trabalho de uma só face, o que constituiu uma manifesta simplificação da referida sequência operatória.” (Cunha-Ribeiro 1999: 403). Neste sentido, os unifaces foram associados quer à seq. op. 4 “simplificada”, sempre que existia uma hierarquização ao nível da relação de justaposição entre as faces, quer à seq. op. 3 “simplificada”, quando não se reconhecia uma hierarquização explícita (Cunha-Ribeiro 1999: 403).

Atendendo à distribuição dos artefactos pelas sequências definidas (Tabela 3), rapidamente se constatou o predomínio das peças cujo processo de elaboração resultava de uma hierarquização assente na diferenciada e sucessiva configuração de ambas as faces do suporte, sobressaindo, especificamente, a preponderância dos exemplares da seq. op. 4. Estes foram considerados enquanto vestígios materiais resultantes de uma *distinta configuração*, que, para o autor, era a causa dos seus *particularismos técnicos e morfológicos*.

TABELA 3 DISTRIBUIÇÃO DOS BIFACES, BIFACES PARCIAIS E ESBOÇOS DE BIFACES PELAS DIFERENTES SEQUÊNCIAS OPERATÓRIAS CONSIDERADAS (ADAPTADO DE CUNHA-RIBEIRO 1999: QUADRO 9.50.)

SEQUÊNCIA OPERATÓRIA	N	%
1	12	2,78
2	112	25,93
3	61	14,12
4	223	51,62
5	24	5,56
Total	432	100

Entendendo-se que o carácter plano-convexo destes utensílios derivava de uma “concepção volumétrica claramente premeditada e peculiar” (Cunha-Ribeiro 1999: 400), começou-se por identificar a ocorrência de “sugestivos paralelos noutros contextos arqueológicos bem distintos (...) em jazidas paleolíticas europeias tão dispersas como Wolvercote Channel, no vale do rio Tamisa, La Micoque, no Sudoeste de França, ou Bockstein e Külna, em plena Europa Central” (Cunha-Ribeiro 1999: 408), embora se reconhecesse

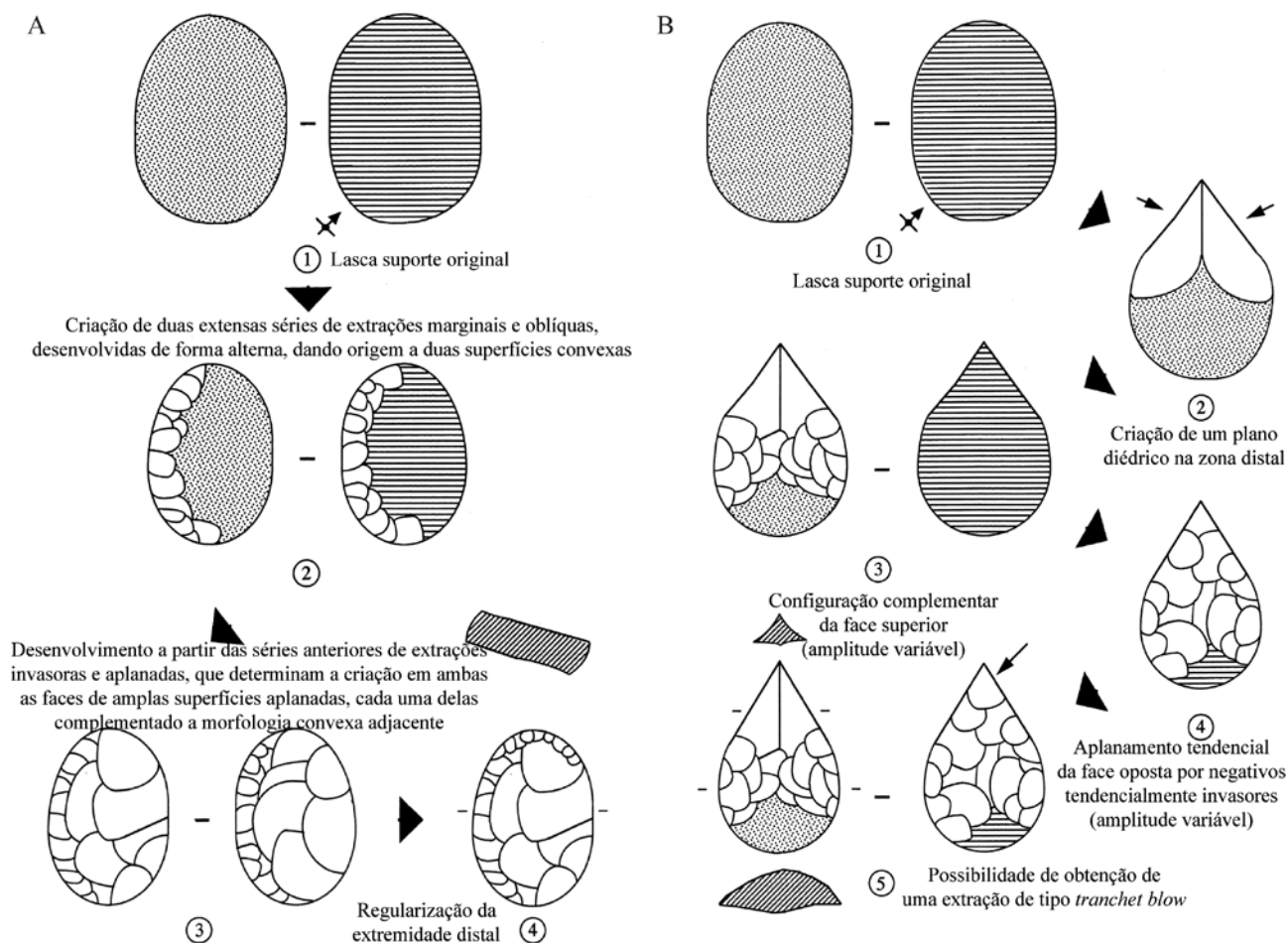


FIG. 3 Variante secundária da cadeia operatória principal das peças bifaciais plano-convexas identificadas no Casal do Azemel (sequência operatória 2) (A); Variante principal das peças bifaciais plano-convexas identificadas no Casal do Azemel (sequência operatória 4) (B) (adaptado de Cunha-Ribeiro 1999: Figuras 9.36. e 9.37.).

que não se podia “inferir obviamente a associação de todas elas a uma mesma realidade cronológica e cultural.” (Cunha-Ribeiro 1999: 408).

Não obstante, relevando-se a realidade tecnológica identificada em Kültna (Boëda 1995), e a discussão que surgira na época em torno do reconhecimento de duas cadeias operatórias que conduziam à produção de ferramentas bifaciais com características distintas – as *peças bifaciais utensílios* e as *peças bifaciais suportes de utensílio* (Boëda 1995; Boëda – Geneste – Meignen 1990; Moncel 1995) –, e atendendo quer à reflexão sobre as combinações observáveis no afeiçoamento esquemático de duas superfícies justapostas (Boëda 1995), quer às especificidades do talhe em quartzito, sugeriu-se que a dinâmica de produção dos espécimes da seq. op. 4 se filiava na lógica das peças bifaciais suportes de utensílio: “Tendo em conta que as particularidades mecânicas do talhe em quartzito leva muitas vezes à obtenção de levantamentos cujos negativos

são por si só definidores de um gume operacional e resistente, capaz de restringir a acção dos retoques à eliminação pontual das irregularidades mais proeminentes, não é difícil verificar as similitudes que as “peças bifaciais suportes” e os utensílios associados à sequência operatória 4 evidenciam entre si. A diminuta intervenção do retoque no processo de configuração dos utensílios de quartzito, ou até mesmo a sua ausência, resultaria assim da forte pré-determinação da morfologia do suporte [nota: considera-se que o conceito de predeterminação foi mal aplicado neste âmbito], frequentemente definida anteriormente no decurso da própria manufatura do utensílio, quando se procedia ao estabelecimento da sua volumetria [ao contrário do que sucedia nas peças em sílex, nas quais, após a criação de uma secção longitudinal assimétrica e frequentemente plano-convexa, o suporte era transformado por retoque em utensílio] (...) A este processo não seria aliás de todo alheio o

desenvolvimento em último lugar do aplanamento por talhe do reverso destes utensílios (...) [operação que] tornava por demais evidente não só a intenção de se obter a volumetria pretendida, como também de aumentar a eficácia do ângulo de ataque dos bordos (...) tornando-o bastante mais agudo (...) Trata-se aliás de uma situação inversa à que se verificava entre as “peças bifaciais suportes” de sílex, onde o retoque dos bordos, mais do que estabelecer a sua regularização, visaria aumentar o seu ângulo de ataque, conferindo-lhe uma maior consistência, muito embora em ambos os casos se assista ao desenvolvimento do mesmo esquema conceptual.” (Cunha-Ribeiro 1999: 412-414).

Dentro desta lógica, e advogando-se a importância da definição de uma secção plano-convexa como condição imprescindível para um eficaz reavivamento dos gumes, sem que tal implicasse uma alteração significativa da sua volumetria (Cunha-Ribeiro 1999: 414), equacionou-se ainda “a possibilidade de os materiais associados à sequência operatória 5 representarem o resultado final do desenvolvimento de uma tal estratégia entre as peças produzidas no âmbito da sequência operatória 4” (Cunha-Ribeiro 1999: 414), processo no decorrer do qual se procedia a “um amplo reacondicionamento de toda face superior da peça, eliminando-se qualquer vestígio significativo da sua anterior configuração.” (Cunha-Ribeiro 1999: 414).

Com base nas observações reunidas, foi proposto que era então possível distinguir duas cadeias operatórias no grupo dos bifaces do Casal do Azemel, cada uma alicerçada em esquemas conceptuais e operatórios próprios.

Uma primeira, minoritária em termos quantitativos, onde se incluíam os espécimes da seq. op. 1 e da seq. op. 3, que visava a produção de peças bifaciais utensílios. Tratava-se de produtos resultantes da aposição de duas faces convexas definidas por talhe, que se considerava não evidenciarem a definição premeditada de qualquer distinção morfológica, e cujo potencial reavivamento se propunha implicar “sempre uma redefinição volumétrica da peça, por forma a restabelecer os equilíbrios que lhe estavam subjacentes.” (Cunha-Ribeiro 1999: 417).

Uma segunda, onde se incluíam os artefactos da seq. op. 4 e 5, mas também os da seq. op. 2, que, perfazendo mais de 80% dos artefactos, visava a definição de peças bifaciais plano-convexas, cuja conceptualização

se correlacionava com a lógica das peças bifaciais suportes: “Estas opções permitiam (...) a definição de um gume cortante e periférico resultante da intersecção de levantamentos com inclinação marcadamente oblíqua na face de morfologia convexa, com os levantamentos que na face oposta incidiam de forma tendencialmente rasante o que não só levava à criação de um gume com um agudo e eficaz ângulo de ataque, como também viabilizava a possibilidade de se proceder ao seu reavivamento, sem que com isso se tivesse de redefinir a volumetria global da peça, à semelhança do que sucedia com as “peças bifaciais suportes”. Daí que se possam considerar os utensílios em análise no âmbito do amplo grupo dos bifaces do Casal do Azemel como um verdadeiro émulo entre as indústrias em quartzito destas últimas peças referidas, muito embora as suas especificidades não leve a designá-los sob a égide do mesmo nome, mas sim como peças bifaciais plano-convexas.” (Cunha-Ribeiro 1999: 418).

5. PARA UMA NOVA INTERPRETAÇÃO

No âmbito de um trabalho mais amplo direccionado para a discussão em torno da variabilidade dos LCTs, e do impacto do suporte nas cadeias operatórias da sua produção (Ferreira 2023), uma amostra representativa dos artefactos do grupo dos bifaces do Casal do Azemel foi recentemente reavaliada.

Concretamente, analisaram-se os exemplares das quadrículas com maior concentração de vestígios arqueológicos, num total de 124 unidades (22 unifaces, 26 bifaces parciais e 76 bifaces). No geral, adotaram-se as sequências operatórias individualizadas por Cunha-Ribeiro (1999), por se considerar que estas enquadravam adequadamente a realidade observável na coleção ao nível da volumetria do produto final e da sequência das extrações de configuração – todavia, importa referir que se entendeu que a existência de uma hierarquização morfológica explícita era uma condição *sine qua non* para as peças da seq. op. 4 e da seq. op. 5, pelo que os materiais talhados de forma sequencial, mas sem uma hierarquização morfológica marcada, foram exclusivamente atribuídos à seq. op. 3.

Podendo consultar-se em Ferreira (2023) informações mais detalhadas relativamente às características tecno-tipológicas e morfo-geométricas da amostra analisada, e às implicações dos dados obtidos (no

contexto da jazida e da discussão mais ampla realizada nesse trabalho), em seguida foca-se a problemática em torno dos esquemas de produção destes utensílios, com especial foco nos exemplares da sequência operatória principal, uma vez que se tem um entendimento a seu respeito distinto do originalmente proposto.

5.1. Resultados

5.1.1. Bifaces

Começando por atentar à distribuição dos bifaces da amostra estudada pelas principais sequências operatórias, independentemente de algumas oscilações face à sua classificação prévia (teve-se a oportunidade de fazer uma comparação peça a peça, mediante a consulta do inventário do estudo original), estas não alteram substancialmente o panorama anteriormente assinalado. Com efeito, embora se registre uma redução da representatividade dos materiais da seq. op. 2 (7.89%), e, inversamente, a possibilidade de existir um número superior de produtos sem uma hierarquização morfológica explícita (seq. op. 1 – 1.32%; seq. op. 3 – 22.37%; indeterminado – 2.63%), destaca-se o facto de cerca de dois terços dos bifaces estudados (65.79%) serem associáveis às sequências operatórias 4 e 5, apresentando, portanto, em simultâneo, uma hierarquização tecnológica e morfológica (*sensu* Cunha-Ribeiro 1999). Especificamente, sobressai a importância dos materiais da seq. op. 4 (51.32%), o que também tinha sido constatado por Cunha-Ribeiro (1999) para a totalidade da coleção (50.9%).

Alternativamente à proposta anterior, atendendo à realidade observada no decorrer de um estudo mais alargado que incidiu sobre os LCTs de algumas das principais jazidas acheulenses das bacias hidrográficas dos rios Lis e Tejo (Ferreira 2023), e às características dos restantes LCTs do Casal do Azemel analisados nesse mesmo trabalho (cf. Ferreira 2023: Capítulos 5.1.2., 5.2.1. e 6.2.), propõe-se, em primeiro lugar, que os *particularismos técnicos e morfológicos* (*sensu* Cunha-Ribeiro 1999: 397) dos artefactos da seq. op. 4 derivam, em grande medida, do tipo de suporte a partir do qual foram preferencialmente elaborados – lascas.

Como já se teve oportunidade de referir, na coleção em foco os exemplares resultantes da transformação direta dos próprios seixos rolados de quartzito

são relativamente residuais, existindo um conjunto de indicadores sugestivos de que uma parte bastante significativa dos materiais em suporte indeterminado seria também sobre lasca, cujos estigmas foram eliminados no decorrer da sua transformação secundária (Cunha-Ribeiro 1999: 395; Ferreira 2023: 245). Ora, neste âmbito, é relevante assinalar que, no processo de debitação de grandes suportes de quartzito para a elaboração de LCTs, a presença de lascas de secção longitudinal plano-convexa é um fenómeno relativamente frequente – devido não só à propensão morfológica mais habitual deste tipo de suportes, mas também às características do talhe de seixos rolados de quartzito e às estratégias de exploração dos núcleos –, sendo uma constante no Casal do Azemel. Consequentemente, de um ponto de vista formal, a utilização recorrente de lascas para a configuração de bifaces potenciava que, *a priori*, a maioria dos respetivos suportes já tivesse uma predisposição volumétrica plano-convexa que lhes era intrínseca, e que, portanto, se refletia na volumetria do produto final, o que é perceptível de forma clara numa percentagem bastante significativa dos restantes LCTs da jazida (inclusive nos outros produtos do grupo dos bifaces, isto é, nos unifaces e nos bifaces parciais).

Ou seja, mesmo que na sequência de configuração dos materiais da seq. op. 4 se pudesse proceder, numa segunda fase, a um adelgaçamento do suporte, tal operação não tinha necessariamente de ter como intenção “estabelecer o aplanamento da face oposta, criando consequentemente entre ambas uma acentuada hierarquização” (Cunha-Ribeiro 1999: 421), uma vez que a norma era para essa face ser já tendencialmente plana, e para a hierarquização aludida já vir *predefinida* no suporte.

Aliás, na amostra estudada são poucos os bifaces da seq. op. 4 nos quais se entrevê um adelgaçamento expressivo da face ventral (ex.: Fig. 4A, 4E), pelo que, em alternativa, se pode correlacionar o talhe inverso da maioria dos produtos da seq. op. principal, simultaneamente, com a supressão do talão e do bolbo (uma das zonas mais espessas do suporte), ou de outro tipo de irregularidades, numa face tendencialmente plana, e com a conformação final da silhueta pretendida para o utensílio (ex.: Fig. 4B-C; Fig. 5B, 5D-F; Fig. 6A-D, 6F). Reconhece-se ainda a existência de alguns exemplares cujo talhe inverso se situa entre

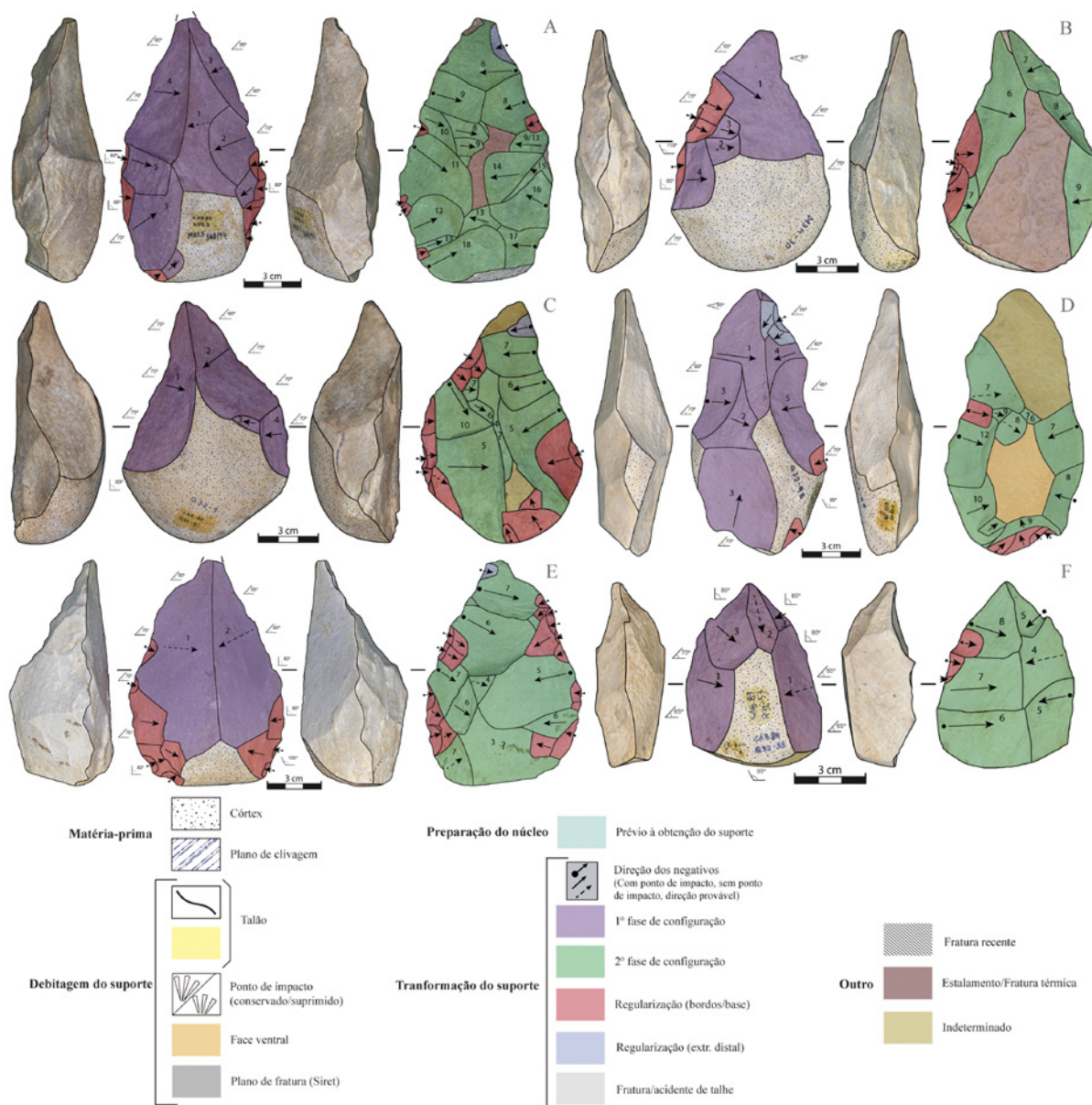


FIG. 4 Biface: amigdalóide com talão (A-C, E), amigdalóide curto com talão (F), lageniforme atípico (D).

um adelgaçamento mais substancial, ou volumetricamente menos expressivo (ex.: Fig. 5C; Fig. 6E), o que se entende como uma consequência natural do processo da gestão bifacial do suporte, no decurso da imposição por talhe das características morfo-funcionais do artefacto idealizado. Esta observação é, aliás, extensível aos (poucos) bifaces nos quais se reconhece um adelgaçamento mais substantivo – o que se pode considerar como indicativo do carácter mais convexo da face ventral do suporte, provavelmente como resultado de condicionalismos intrínsecos do núcleo, da sua etapa de exploração, da zona em que foi dada a pancada, ou da força aplicada, por exemplo –, sendo que, em ambas as situações, o comentário apresentado não invalida

que, naturalmente, os negativos inversos pudessem ter visado a redução intencional da espessura do implemento final.

Ainda que só a presença (e a análise) dos núcleos a partir dos quais estes suportes procedem, e a capacidade em reconstituir a sua volumetria original, possibilitassem confrontar mais aprofundadamente as suas características formais, entende-se que existem diversos elementos ao nível da jazida, e da realidade observável noutras coleções analisadas em Ferreira (2023), que permitem considerar não só que os bifaces do Casal do Azemel seriam recorrentemente elaborados em suportes com uma predisposição plano-convexa, mas também que, na esmagadora maioria das vezes,

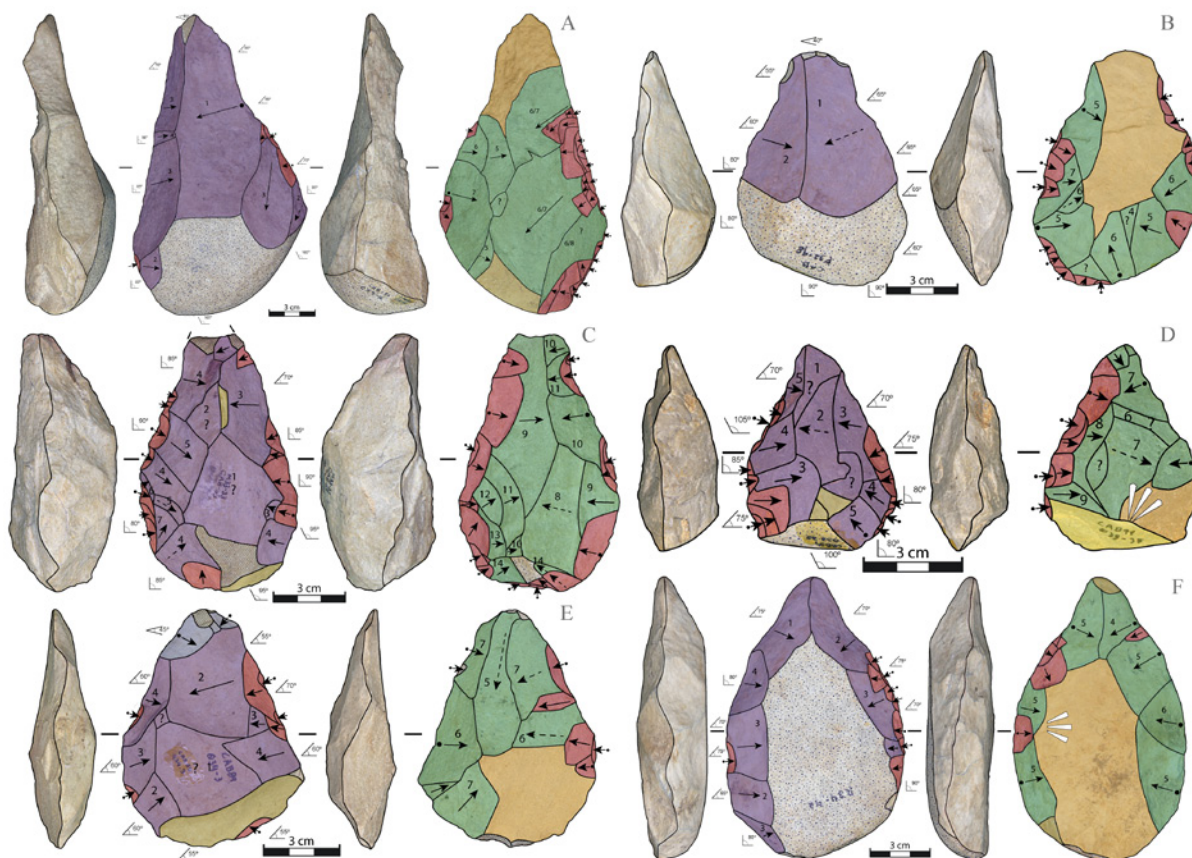


FIG. 5 Biface: amigdalóide com talão (A-B), lanceolado típico (C-D), peleciforme típico (E), limande com talão (F).

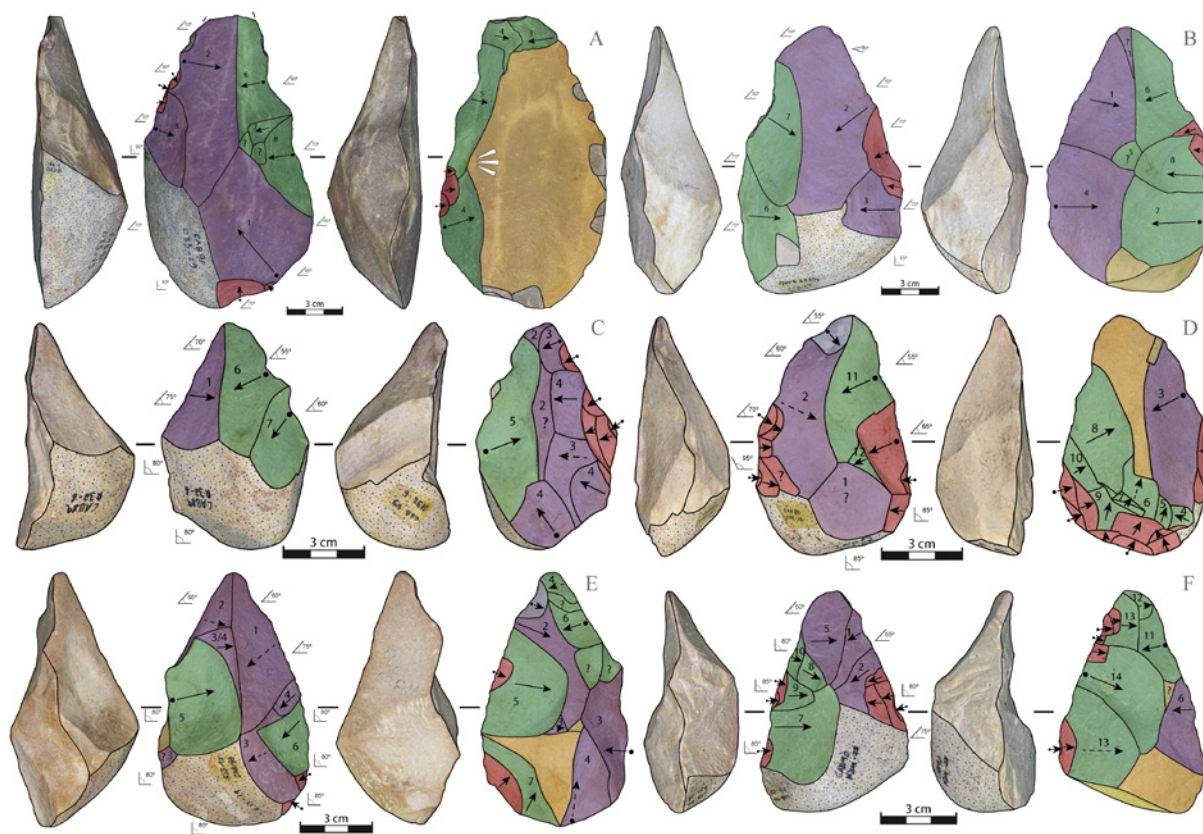


FIG. 6 Biface: amigdalóide de dorso (A), de bisel terminal (B), ovalar espesso com talão (C), amigdalóide com talão (D, E), fricón lanceolado (F).

o uso preferencial de lascas propiciava a que uma das suas faces, a ventral, tivesse um potencial intrínseco ideal para servir como plano de percussão para realizar as extrações que iniciavam a estruturação do utensílio idealizado e, por inerência, a gestão bifacial do suporte.

Com efeito, em produtos configurados sobre lasca (ou calote), verifica-se frequentemente a tendência para a face ventral (ou inferior, se forem sobre calote) ser utilizada como plano de percussão para realizar as primeiras extrações posteriores à obtenção do suporte (ex.: Ferreira 2023; Méndez-Quintas 2017; Sharon 2006), devido ao seu carácter tendencialmente regular e aplanado, ou, no mínimo, menos convexo do que o da face oposta – podem concorrer ainda outros aspetos, como, por exemplo, a circunstância de a face dorsal conservar amplos vestígios corticais que importa suprimir para a materialização do objeto pretendido.

No caso da estação paleolítica do Casal do Azemel, esta é uma observação que pode assumir ainda maior pertinência, atendendo ao facto de nos utensílios da seq. op. 4 ser visível outro traço característico (e relevante) da coleção: a presença sistemática na face dorsal de uma aresta central e longitudinal, vulgarmente designada como diedro (ex.: Fig. 4A, C-F; Fig. 5A-C, F; Fig. 6A, C-E), estabelecida pela interseção das primeiras extrações que incidiam no suporte após a sua seleção – por norma, dois amplos levantamentos transversais com direções de percussões opostas.

O facto de se constatar a tendência aludida num elevado número de peças (para se ter uma noção, na amostra estudada é identificável em 80% dos bifaces e em 100% dos bifaces parciais da seq. op. principal, respetivamente; e em 76% dos unifaces da seq. op. principal simplificada) é sugestivo de que tal decorria de um comportamento deliberado, inerente ao esquema conceptual e operativo destes produtos, o que, aliás, foi reconhecido por Cunha-Ribeiro na definição do processo de talhe dos espécimes da seq. op. principal (cf. Cunha-Ribeiro 1999: 401) (Fig. 3B, etapa 2).

No âmbito do tema em discussão no presente trabalho, entende-se que a identificação recorrente deste particularismo pode ser mais um argumento que justifica a lógica de a estratégia de talhe se basear no desenvolvimento sequencial direto do talhe das duas faces. Isto é, o estabelecimento do plano diédrico era de tal forma determinante para estruturar a conceção e a gestão bifacial do suporte (desde logo

porque contribuía para predefinir a morfologia usualmente apontada da extremidade distal), e, por inerência, para a materialização do artefacto idealizado, que correspondia à primeira etapa da transformação do mesmo, aproveitando-se, para tal, a sua face inferior como plano de percussão. Em seguida, outras extrações complementavam o trabalho a realizar nessa mesma face, e, num segundo momento, o talhe incidia sobre a superfície que anteriormente tinha servido como plano de percussão, no contexto da etapa final de configuração do utensílio pretendido.

Mesmo que se pudesse contra-argumentar que a presença recorrente de um diedro na face dorsal dos espécimes do grupo dos bifaces do Casal do Azemel seria uma consequência expectável num processo de talhe bilateral, e não necessariamente indicativo de um comportamento estrutural que reforçaria o predomínio do talhe sequencial direto, entende-se que a sua identificação continua a ser igualmente relevante para a problemática em foco.

Com efeito, o estabelecimento de um diedro implica que as extrações que o estabelecem tenham uma determinada inclinação – oblíqua –, o que, em parte, é condicionado pelas características do suporte. Nomeadamente, ao nível da relação de justaposição entre as faces e a sua morfologia, uma vez que tal influencia o ângulo de percussão e o *comportamento* das extrações. Quando se trata de produtos configurados sobre lasca (ou calote), é precisamente em suportes plano-convexos que se tende a constatar mais recorrentemente a presença de um diedro quando a face ventral é utilizada como plano de percussão (veja-se o caso dos picos triédricos – ex.: Ferreira 2023; Méndez-Quintas 2017), uma vez que os negativos, incidindo ao longo da convexidade dorsal, têm propensão para se desenvolverem de forma oblíqua em relação ao plano secante das duas faces, por oposição ao que, regra geral, se verifica em suportes biconvexos, ou biconvexos assimétricos, nos quais os levantamentos tendem a ser mais rasantes, não resultando da sua interseção uma aresta pronunciada. Consequentemente, mesmo que se pudesse discordar da proposta de que o estabelecimento do diedro era um passo estrutural na sequência de elaboração destes utensílios, o seu reconhecimento sistemático pode ser mobilizado como mais um indicador que reforça a tese da predisposição volumétrica plano-convexa da maioria dos respetivos

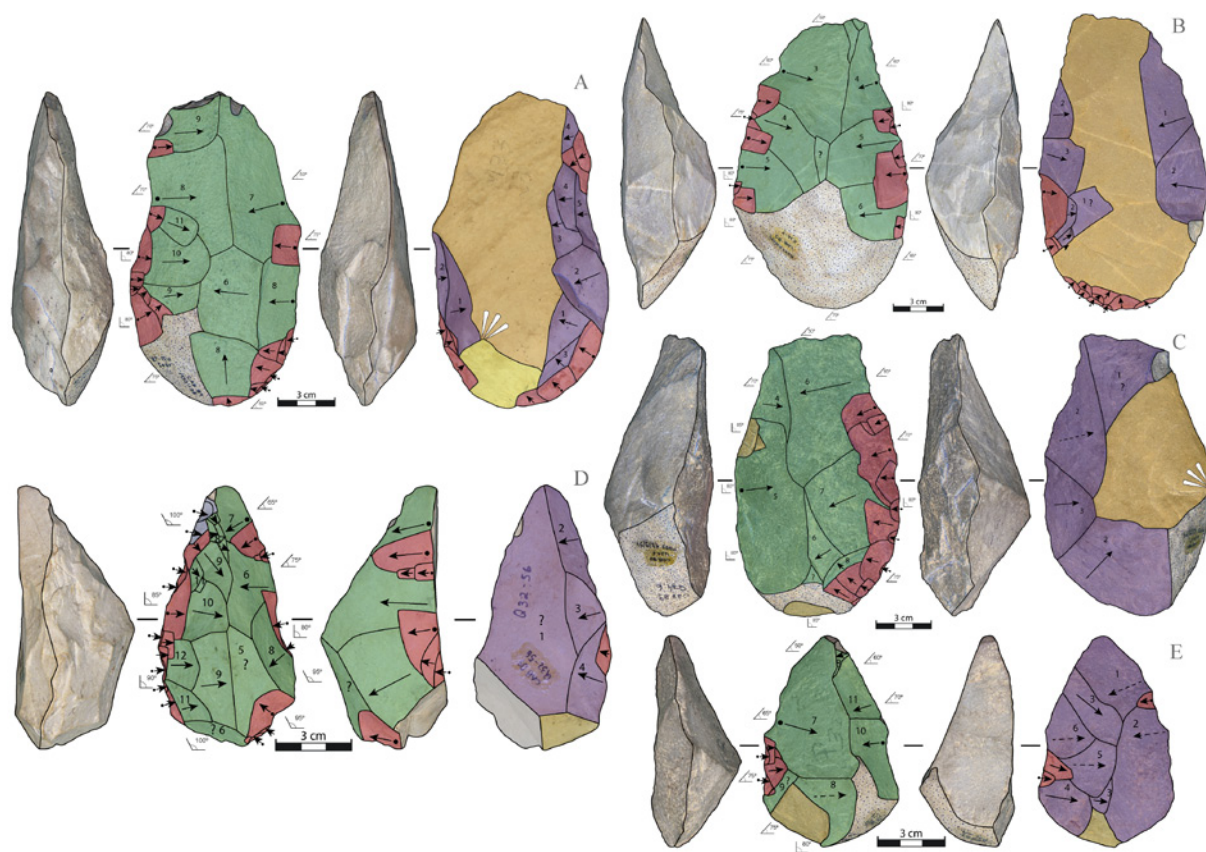


FIG. 7 Biface: proto-limande típico (A), de bisel terminal (B-C), lanceolado típico (D), amigdalóide com talão (E).

suportes, o que, por sua vez, propiciaria a que o talhe se desenvolvesse mediante uma estratégia sequencial direta, atendendo ao potencial intrínseco da face ventral para servir como plano de percussão para as primeiras extrações que incidem no suporte.

Por conseguinte, alternativamente à ideia de que os exemplares da seq. op. 4 evidenciam uma “concepção volumétrica claramente premeditada e peculiar” (Cunha-Ribeiro 1999: 400), que tinha sido vinculada à lógica das peças bifaciais suportes, sugere-se que os *particularismos técnicos e morfológicos* destes artefactos são, em grande medida, uma consequência expectável na coleção. Por um lado, devido ao uso preferencial de lascas para a sua elaboração – o que concorria quer para a volumetria plano-convexa do produto final, dada a predisposição formal que este tipo de suportes exhibe na jazida, quer para o carácter sequencial direto do talhe; por outro, em função do *mental template* predominante que se lhes encontra subjacente – assumindo-se o estabelecimento do plano diédrico como uma etapa estrutural, resultante de um comportamento deliberado, e que, portanto, concorria também para que o talhe incidisse primeiramente na face dorsal.

Relativamente à sugestão de que as peças da seq. op. 5 retratam um processo de reavivamento dos utensílios da seq. op. 4, no decorrer do qual se recondicionava amplamente a respetiva face dorsal, o número reduzido de bifaces desta seq. op. na amostra analisada (apenas 11) impossibilita uma leitura mais aprofundada a seu respeito.

Ainda assim, nos artefactos caracterizados (ex.: Fig. 7) não se identificam indícios imputáveis a essa lógica. Alternativamente, considera-se que o facto de o talhe incidir primeiramente na face ventral se correlaciona com uma melhor preparação do plano de percussão para estruturar o talhe direto (ex.: Fig. 7A) e/ou com a supressão do talão e do bolbo (ex.: Fig. 7B), no âmbito de uma primeira aproximação à silhueta idealizada (ex.: Fig. 7D-E), constatando-se que num terço dos materiais o talhe inverso é marginal (ex.: Fig. 7A-B). Simultaneamente, entende-se que os negativos que num segundo momento incidem na face dorsal estão associados à imposição da forma pretendida para o utensílio, e não à reavivagem do seu gume, o que é perceptível nos exemplares representados (Fig. 7). Além disso, os espécimes caracterizados também não evidenciam

quaisquer indícios de um processo de redução mais intenso/prolongado, que teria de se vislumbrar, caso se tivesse procedido ao amplo reacondicionamento equacionado por Cunha-Ribeiro (1999), e que, nesse âmbito, se considerou estar na base da conceptualização do talhe sequencial inverso destes utensílios.

Independentemente destas observações, a própria expressão marginal dos bifaces da seq. op. 5 – possivelmente sobrerrepresentados na amostra analisada (14.47%), uma vez que no estudo anterior não ultrapassavam os 5.5% – parece ser também sugestiva de que a estratégia de talhe dos exemplares deste grupo se aproxima mais de um comportamento oportunístico, imputável à aptidão do suporte para a materialização do produto idealizado, do que a uma estratégia inerente a um esquema deliberadamente definido e reproduzido, passível de ser claramente individualizado (perspetiva que, naturalmente, poderia ser melhor avaliada com base na análise da totalidade do conjunto).

Apresentando um breve comentário em relação aos bifaces das outras sequências operatórias, bastante menos representadas, constatou-se, a respeito dos de talhe alternante (1.32%), que apenas num não se regista uma hierarquização morfológica. Neste sentido, os restantes foram associados à seq. op. 4 (cinco peças), ou à seq. op. 5 (duas peças), em função da face pela qual se iniciou o processo da transformação secundária do suporte, entendendo-se o talhe alternante enquanto uma estratégia expedita e oportunista de gestão bifacial de um mesmo bordo.

No que concerne aos bifaces da seq. op. 2 (7.89%), entre os quais predominam os espécimes com uma morfologia distal arredondada, ou biselada, a sua representatividade diminuiu, uma vez que dos 16 exemplares anteriormente enquadrados nesta seq. op., dez foram reatribuídos à seq. op. 3, 4, ou 5. Os restantes seis derivam, efetivamente, de uma estratégia de exploração que, num primeiro momento, incidia alternadamente nos bordos por intermédio de levantamentos de amplitude marginal e com uma inclinação oblíqua, que serviam posteriormente como plano de percussão para a realização de amplas extrações invasoras e aplanadas, não se reconhecendo nos exemplares caracterizados quaisquer elementos a favor do seu enquadramento na lógica das peças bifaciais suportes.

Por último, em relação aos utensílios da seq. op. 3 (22.37%), que, recorde-se, exibem uma hierarquização tecnológica, mas não morfológica, constata-se que é neste grupo que se enquadra a maioria dos (poucos) bifaces sobre seixo. Esta é uma situação expectável, dada a propensão morfológica natural desse tipo de suportes, correspondendo os escassos exemplares sobre lasca a produtos elaborados em suportes que *a priori* tinham uma predisposição biconvexa, ou biconvexa assimétrica (mas longe de hierarquizada), provavelmente devido à influência de fatores como a morfologia do seixo, a força da pancada, ou a estratégia e etapa de exploração. Consequentemente, entende-se que a diferenciação volumétrica destes utensílios face aos da seq. op. 4, ou da seq. op. 5, é uma realidade imputável à volumetria original do suporte, e não a uma lógica operatória distinta que os segregava significativamente dos restantes de um ponto de vista conceptual, como previamente proposto.

5.1.2. Unifaces e bifaces parciais

O grupo dos bifaces do Casal do Azemel, além de se caracterizar pela sua diversidade tipológica, destaca-se também pela presença de um elevado número de bifaces parciais e de alguns unifaces. São artefactos relativamente aos quais também importa apresentar um breve comentário, inclusive atendendo ao facto de entre estes prevalecerem, de igual modo, os exemplares plano-convexos – um traço que é, portanto, transversal no conjunto, independentemente do grau de incidência do talhe.

Em relação aos unifaces (22 peças), destaca-se o predomínio evidente dos produtos sobre lasca (19 exemplares), e o facto de, à exceção de duas peças, as restantes apresentarem uma hierarquização morfológica bastante acentuada.

Atendendo às observações reunidas, e à preponderância da utilização de suportes de secção longitudinal claramente plano-convexa (ex.: Fig. 8; Fig. 9A-D), considera-se que a incidência unifacial da configuração e o predomínio quase exclusivo do talhe direto (em 20 dos 22 unifaces) colocam em evidência, por um lado, o aproveitamento do carácter plano e regular da face ventral como plataforma de percussão para realizar as extrações que materializam o objeto idealizado – na maior parte dos casos os primeiros levantamentos definiam um plano diédrico (ex.: Fig. 8A, C-E;

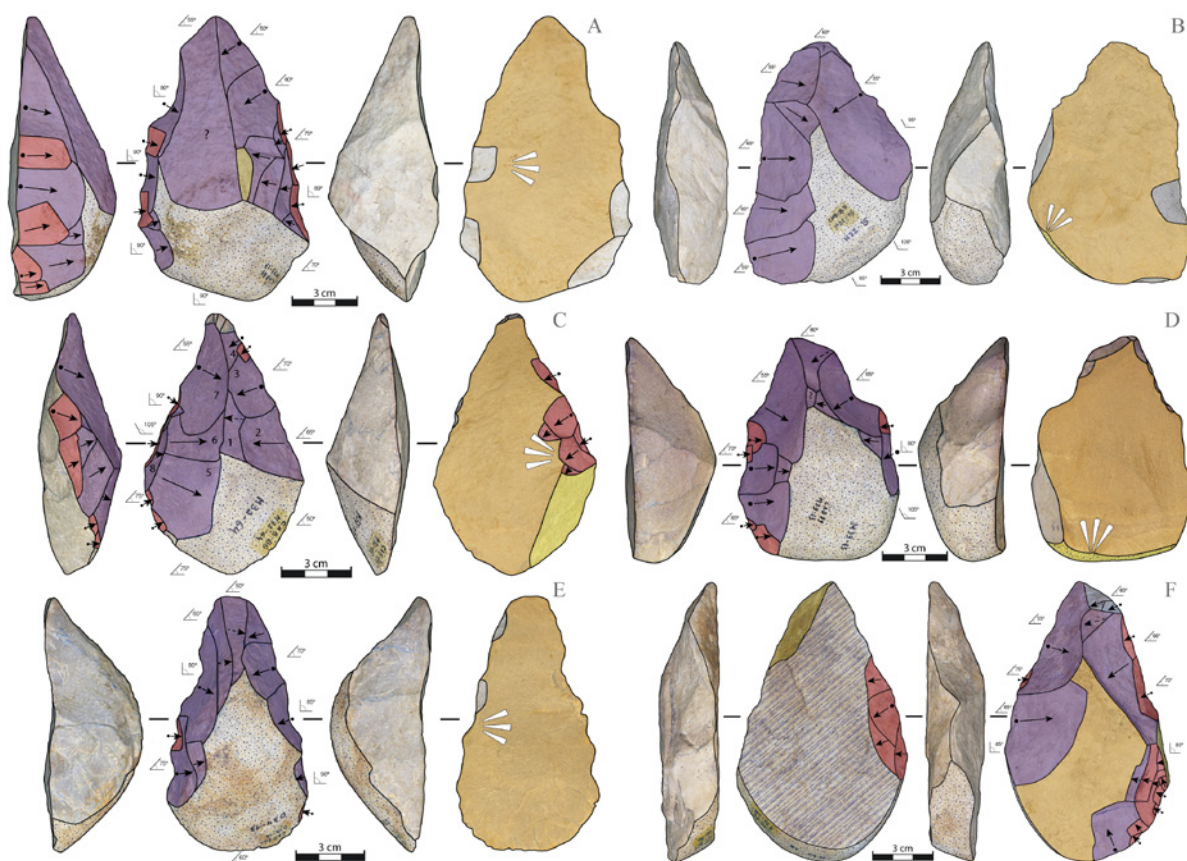


FIG. 8 Uniface: amigdalóide com talão (A-C), amigdalóide curto com talão (D), lanceolado típico (E), cordiforme com talão (F).

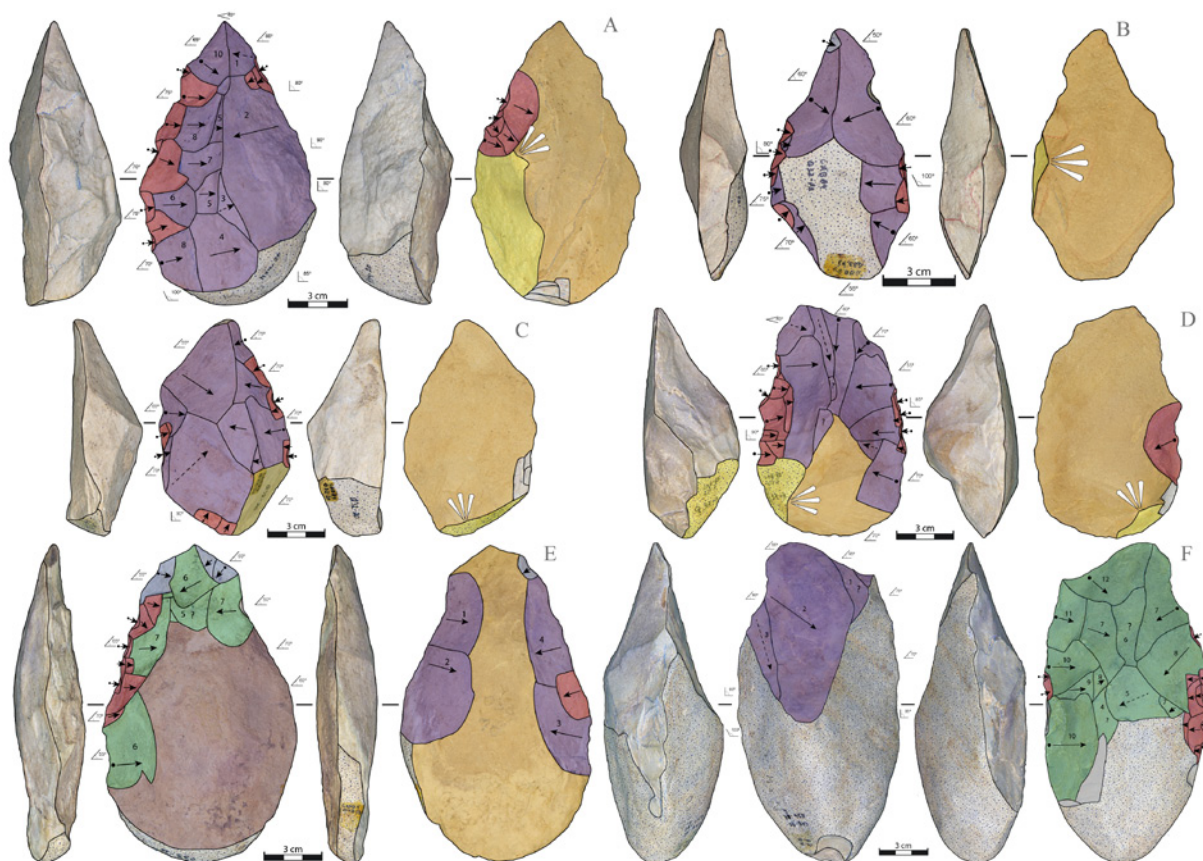


FIG. 9 Uniface: proto-limande com talão (A, C), proto-limande típico (B), de bisel terminal (D); Biface parcial: limande com talão (E), de bisel terminal (F).

Fig. 9A-C), auxiliando os seguintes na melhor conformação do utensílio; e, por outro, como as características intrínsecas dessa face tornaram prescindível que o talhe nela interviesse. Apenas em dois casos a configuração é inversa e, enquanto num deles não foi possível determinar o suporte, é relevante mencionar que o outro corresponde a um uniface sobre uma lasca cuja face dorsal recortou a superfície de um plano de clivagem (Fig. 8F), que, nesse caso concreto, foi oportunisticamente aproveitado como plano de percussão.

Por conseguinte, trata-se de utensílios cuja lógica de configuração os aproxima claramente dos materiais da seq. op. 4, como reconhecido por Cunha-Ribeiro (1999: 403) para a totalidade dos unifaces da coleção. Neste âmbito, entende-se que o aproveitamento judicioso das características do suporte (em parte preservadas no utensílio), a diferentes níveis (conceptual, tecnológico e morfológico), tornou prescindível que o talhe incidisse em ambas as faces, e, consequentemente, o alongamento do processo de configuração de um utensílio com uma extremidade distal regra

geral apontada, enquadrada num implemento equilibrado e com um amplo gume periférico cortante.

A respeito dos bifaces parciais (26 peças), assinala-se novamente a preponderância dos exemplares sobre lasca, ainda que haja uma maior representatividade das unidades sobre seixo ou calote. Enquanto nestes últimos a tendência é, regra geral, idêntica à dos primeiros, nos casos sobre seixo dificilmente se verifica uma hierarquização acentuada entre as faces. Por conseguinte, na amostra analisada, excluindo os bifaces parciais definidos por talhe alterno (seq. op. 2), registou-se um maior equilíbrio entre artefactos com uma hierarquização tecnológica e morfológica explícita (46.15%) – seq. op. 4 e 5 – e sem uma hierarquização morfológica declarada (38.46%) – seq. op. 3. Todavia, é importante referir que, independentemente da potencial sobrerrepresentação destes últimos na amostra caracterizada, constata-se que correspondem sobretudo a espécimes sobre seixo. Por seu turno, os bifaces parciais da seq. op. 4 e da seq. op. 5 são exclusivamente sobre lasca, ou calote, ou seja, os tipos de suporte que à partida tendem a apresentar volumetrias plano-convexas.

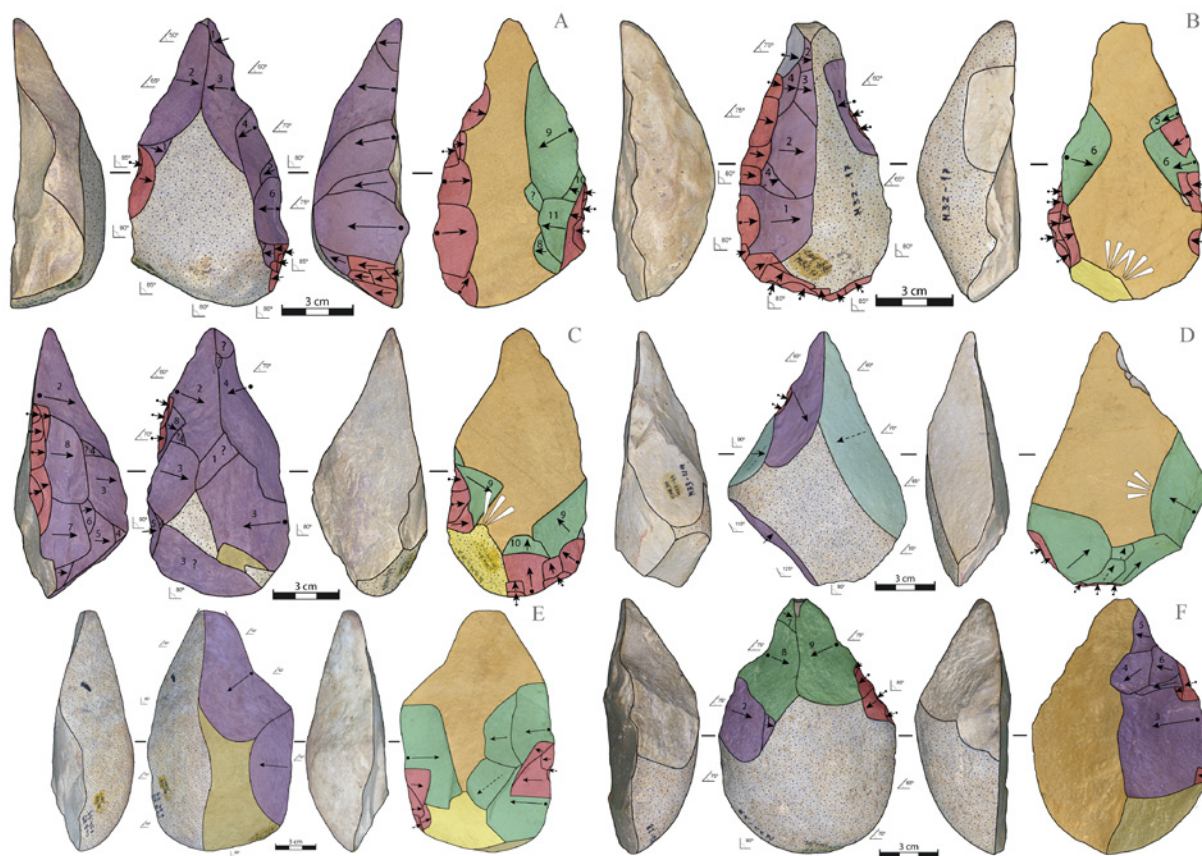


FIG. 10 Biface parcial: lanceolado típico (A-C), amigdalóide curto com talão (D), naviforme espesso com talão (E), ovalar espesso com talão (F).

No que concerne ao seu processo de elaboração (que, refira-se, envolveu um número médio de extrações similar ao dos unifaces), considera-se que, de um ponto de vista conceptual e operatório, nos produtos associáveis à seq. op. 4 se aplica a lógica constatada para os unifaces. Isto é, a do aproveitamento sistemático de uma face ventral/inferior plana como superfície de percussão para realizar as extrações que estruturam a definição do utensílio (Fig. 10A-E), assinalando-se não só o carácter parcial do talhe, mas também que, na maioria dos casos, o número de negativos inversos é reduzido, e que estes têm um carácter marginal (ex.: Fig. 10A-D).

Consequentemente, propõe-se que o talhe inverso nos bifaces parciais da seq. op. 4 não visa uma transformação volumétrica substancial e/ou o aplanamento dessa mesma face, como tinha sido previamente proposto, correlacionando-se antes com a definição final da silhueta do utensílio idealizado, em grande medida estruturada pelo talhe direto – o que, aliás, reforça as ilações apresentadas a propósito dos bifaces. Neste âmbito, são artefactos que evidenciam uma exploração judiciosa das características do suporte no decorrer da sua elaboração, o que, por sua vez, se correlaciona com a escassa transformação secundária da face ventral/inferior, não permitindo a exiguidade da amostra dos artefactos da seq. op. 5 (apenas três – dois sobre calote e um cujo suporte não foi possível determinar) apresentar um comentário mais preciso a seu respeito.

De outra perspetiva, foi anteriormente sugerido que o carácter parcial do talhe tinha reflexo numa maior preservação das características formais do suporte, o que justificaria “a importância acrescida das formas ovulares e afins entre os bifaces parciais” (Cunha-Ribeiro 1999: 378). Por outro lado, tal influência reflete-se também volumetricamente, entendendo-se que a inexistência de uma hierarquização morfológica dos espécimes da seq. op. 3 é, acima de tudo, imputável precisamente à morfologia original do suporte (ex.: Fig. 9E-F), e não a uma conceção volumétrica distinta, à semelhança do se propôs neste trabalho para os bifaces.

Em última análise, não obstante a dimensão da amostragem dos bifaces parciais estudados, os dados recolhidos sugerem que, independentemente da sequência operatória, o desenvolvimento da transformação secundária do suporte se baseia no

reconhecimento de uma face mais apta como plano de percussão para realizar as extrações que estruturam a conceção e a gestão do volume. Esta corresponde sistematicamente à face ventral/inferior, cuja afetação por talhe era, por sua vez, menos intensa do que o registado na oposta.

Globalmente, constata-se então que as estratégias subjacentes à elaboração dos unifaces, dos bifaces parciais e dos bifaces do Casal do Azemel comungam de uma mesma coerência conceptual e estrutural, o que, sublinhe-se, foi de igual modo reconhecido por Cunha-Ribeiro (1999) para a totalidade do conjunto. Além disso, também não se discernem diferenças significativas entre si de um ponto de vista morfo-geométrico (cf. Ferreira 2023: Capítulo 5.2.1.2). Neste sentido, entende-se que a variação ao nível da incidência do talhe na face ventral/inferior é imputável à adequação do suporte para a imposição das características morfo-funcionais e tecno-funcionais pretendidas para o utensílio, observação que vai ao encontro do constatado a um nível mais amplo em Ferreira (2023), e da realidade já assinalada por outros autores (ex.: Cunha-Ribeiro 1999; Méndez-Quintas 2017; Roche – Texier 1991; Sharon 2006; Texier – Roche 1995).

6. COMENTÁRIO

Ainda que os bifaces sejam os artefactos mais icónicos do tecno-complexo Acheulense, e que a sua relevância no reportório comportamental dos grupos humanos responsáveis pela sua produção seja incontornável, são também produtos em torno dos quais subsistem múltiplas interrogações, apesar das inúmeras e diversificadas abordagens de que têm sido alvo ao longo das últimas décadas (White 2022 e referências).

Tal deriva, desde logo, de alguma incerteza relativamente, por um lado, à sua funcionalidade na grande maioria dos sítios, lacuna indissociável dos problemas pós-deposicionais que costumam afetar estes contextos, que, ao inviabilizarem estudos traceológicos, limitam o conhecimento acerca do seu uso efetivo; e, por outro, aos mecanismos subjacentes à sua ampla distribuição geográfica e perpetuação durante mais de 1,6 milhões de anos (Key 2023), o que tanto se tem perccionado de um ponto de vista cultural (Lycett

– Gowlett 2008; McNabb 2020; Wynn – Gowlett 2018), no âmbito de uma transmissão social sem precedentes (Shipton 2010; Shipton 2020; Shipton – Nielsen 2018), como de um ponto de vista genético (Corbey *et al.* 2016), ou de uma invenção independente e espontânea (Tennie *et al.* 2016).

Adicionalmente, outros aspetos concorrem para um grupo mais alargado de problemáticas que advêm da aproximação a estes utensílios, tais como: a complexidade e a sofisticação comportamental que lhes é inerente (Wynn – Gowlett 2018; White 2022 e referências); o facto de a sua definição resultar de uma fusão de necessidades funcionais, imperativos ergonómicos e experiência cultural (Wynn – Gowlett 2018), dimensões nem sempre inteligíveis no registo arqueológico; a variabilidade que se pode registar entre conjuntos, não só de um ponto de vista morfológico, tema que tem sido amplamente discutido (García-Medrano *et al.* 2020; White 2022 e referências) – ainda que exista uma predisposição formal comum (Sharon 2006; Wynn – Gowlett 2018), entendida quase como que um *protótipo* com um poder de permanência notável (Diez-Martín *et al.* 2019: 59) –, mas também ao nível das estratégias de obtenção e transformação dos suportes – embora seja importante ter em conta, por um lado, que muitas das vezes se comparam conjuntos heterogéneos, frequentemente resultantes de contextos afetados por processos pós-deposicionais, e, por outro, que uma parte significativa dessa variabilidade poderá derivar de questões funcionais; ou ainda, por exemplo, devido à própria problemática do seu descarte/abandono (Baena Preysler – Torres Navas – Sharon 2018).

Para além de a abordagem a estes artefactos desencadear um conjunto de questões conceptuais mais abrangentes, a complexidade na sua compreensão também se pode manifestar na aproximação a um caso de estudo concreto. Não só porque a presença destes utensílios numa jazida é condicionada por múltiplas variáveis, que envolvem aspetos de índole pós-deposicional, comportamental, funcional, de disponibilidade de matéria-prima, ou ainda outros fatores difíceis de perceber e de diferenciar (Méndez-Quintas 2017), mas também porque a análise das suas características e estratégias de elaboração pode suscitar diferentes leituras interpretativas, como se exemplificou a propósito da coleção da estação paleolítica do Casal do Azemel.

Relativamente à problemática em foco no presente trabalho, compreende-se que as particularidades do conjunto face a outros caracterizados por Cunha-Ribeiro (1999) no Vale do Lis, que a circunstância de o seu estudo ter decorrido numa época em que se consolidava a perceção de que era possível distinguir duas cadeias operatórias ao nível da produção de peças bifaciais no continente europeu durante a segunda metade do Plistocénico Médio, ou que as especificidades mecânicas do talhe em quartzito, foram aspetos que estiveram na génese da perspetiva de que os produtos plano-convexos da jazida apresentavam afinidades com as peças bifaciais suportes (*sensu* Boëda – Geneste – Meignen 1990), constituindo-se enquanto um émulo destas nas indústrias líticas em quartzito. Contudo, atendendo às informações reunidas na recente caracterização de uma amostra representativa destes utensílios (realizada mais de duas décadas após o estudo original, num contexto teórico distinto), não se considera que existam motivos para os continuar a filiar à lógica anteriormente preconizada.

Ainda que não seja possível refutá-la cabalmente, quando se procedeu a uma análise circunstanciada destes produtos, que procurou explorar as suas especificidades não apenas nas dinâmicas produtivas da categoria artefactual em questão (grupo dos bifaces), mas que também as enquadrou no âmbito das dinâmicas coletivas subjacentes ao *large toolkit* da estação paleolítica do Casal do Azemel, e, inclusive, na realidade assinalada ao nível peninsular (Ferreira 2023; Ferreira – Cunha-Ribeiro – Méndez-Quintas 2021; Méndez-Quintas 2017; Méndez-Quintas *et al.* 2020; Santonja – Pérez-González 2010; Santonja – Villa 2006), passou a dispor-se de um conjunto substantivo de dados incompatíveis, por um lado, com a ideia de que o predomínio dos exemplares plano-convexos definidos por talhe sequencial direto refletia uma estratégia de configuração inerente a uma conceção volumétrica premeditada, invulgar e individualizadora da coleção (Cunha-Ribeiro 1999: 400); e, por outro, com a tese de que “A utilização de lascas como suporte original destas peças reforçava aliás as ilações aduzidas [a proposta de que a conceptualização dos espécimes das sequências operatórias 2, 4 e 5 era correlacionável com a das peças bifaciais suportes, atendendo às particularidades mecânicas do quartzito]” (Cunha-Ribeiro 1999: 418).

Pelo contrário, sugere-se que os *particularismos técnicos e morfológicos* (*sensu* Cunha-Ribeiro 1999: 397) mais significativos da coleção derivam, em grande medida, precisamente do tipo de suporte a partir do qual estes artefactos foram preferencialmente elaborados (lascas) – sugestão que, aliás, sai reforçada quando se atenta às características e dinâmicas dos restantes LCTs da jazida (Ferreira 2023) –, entendendo-se ainda que o *mental template* subjacente à sua produção concorria também para a estratégia de configuração predominante.

Relativamente à tese anterior, concretamente no que concerne à interpretação tecno-funcional da conceptualização da estratégia de talhe dos artefactos da cadeia operatória principal, é importante sublinhar que a leitura aqui apresentada não invalida que os negativos de configuração inversos pudessem corrigir os gumes, ou aumentar a sua resistência. Contudo, sublinham-se alguns aspetos complementares relativamente a este tópico.

Em primeiro lugar, ainda que se possa considerar que direccionar o talhe para alterar as características do gume periférico de um utensílio (na lógica de aumentar a sua eficácia), ou direccioná-lo para a imposição de uma morfologia na qual este se integra, são comportamentos distintos, estes fundem-se na sua essência: ao configurar-se um suporte, impondo-se-lhe uma determinada morfologia, está-se, por inerência, a redefinir (no sentido de delimitar) a silhueta do seu gume periférico, e, inevitavelmente, a alterar as suas características (ex.: o ângulo de interseção de ambas as faces, ou a sua delinação). Por conseguinte, é de acrescida complexidade a diferenciação taxativa da *finalidade* do talhe inverso na coleção.

Em segundo lugar, a correção dos gumes, ou o aumento da sua eficácia/resistência, são comportamentos que, quando suscetíveis de serem inteligíveis, não tendem a estar associados à fase de configuração, mas antes à de regularização (ou de retoque). No Casal do Azemel, depara-se com a natureza algo *indefinida e híbrida* desta etapa, uma vez que, por norma, os negativos de regularização afetam uma porção reduzida do perímetro do artefacto (em média, cerca de um terço do seu total), tendem a ser pontuais, descontínuos e a incidir na zona mesial dos bordos, eliminando as irregularidades mais proeminentes resultantes da interseção dos amplos e bem marcados levantamentos extraídos

no decorrer da etapa anterior (Cunha-Ribeiro 1999: 403). Neste sentido, é difícil de aferir objetivamente se a regularização contribui para normalizar/corrigir o(s) gume(s), aumentar a sua eficácia, ou se visa, essencialmente, a correção localizada da silhueta pretendida para o utensílio, dificuldade acrescida pelo facto de, uma vez mais, estas realidades se poderem fundir.

Por último, a dinâmica do talhe em quartzito propiciava que, à partida, os produtos em questão já apresentassem gumes suficientemente resistentes e eficazes, independentemente da tendência volumétrica do produto final, o que tornava prescindível a necessidade do seu reforço por talhe, como, aliás, o autor destaca (ex.: Cunha-Ribeiro 1999: 77, 412-413; Meireles – Cunha-Ribeiro 1991-1992: 42). Além disso, mesmo que fosse possível atestar que a lógica dos negativos de configuração inversos se correlacionava com uma conceptualização tecno-funcional que visava o aumento da eficácia do ângulo de ataque dos bordos, no âmbito da gestão do gume, tal não invalida que se trate de peças bifaciais utensílios. Pelo contrário, assumindo-se que os bifaces são artefactos funcionais (isto é, que tinham uma funcionalidade eminentemente pragmática), tinham, obviamente, de ter gumes operantes para a sua utilização. Naturalmente, na vasta coleção do grupo dos bifaces do Casal do Azemel enquadraram-se utensílios com características dimensionais, morfológicas e tecno-funcionais distintas, tema que, contudo, apenas poderia ser sustentadamente explorado com base em estudos traceológicos, inviáveis dada a eolização do material.

De outra perspetiva, o uso extensivo de lascas, debitadas a partir de grandes núcleos, para a elaboração destes artefactos, que, refira-se, é uma constante na jazida ao nível da produção dos elementos enquadráveis sob a designação de LCTs – exclusiva entre os machados de mão e assinalada em 99% dos LCTs diversos – coloca em evidência o carácter de um *Large Flake Acheulean* (Sharon 2010) da estação paleolítica do Casal do Azemel, tornando-a num dos casos mais paradigmáticos desta realidade ao nível peninsular, que tem sido relevada no âmbito da problemática em torno do processo de expansão humana no continente europeu e a sua possível ligação a África (Méndez-Quintas *et al.* 2020; Santonja – Pérez-González 2010; Santonja *et al.* 2016; Santonja – Villa 2006; Sharon 2010; Sharon – Barsky 2016).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a análise da coleção do grupo dos bifaces da estação paleolítica do Casal do Azemel coloca em evidência um comportamento flexível que permitia a obtenção de artefactos tendencialmente alongados e apontados, com um amplo gume periférico cortante, através de estratégias distintas, adaptadas à especificidade do respetivo suporte, o que potenciou uma dicotomia entre produtos com uma hierarquização morfológica explícita ao nível da relação da justaposição entre as faces e outros em que tal hierarquização não se verifica.

Sendo claro o predomínio dos primeiros, que revelam também uma hierarquização ao nível da estratégia de talhe, contrariamente à proposta anterior (Cunha-Ribeiro 1999), considera-se que se trata claramente de peças bifaciais utensílios, como, aliás, é a norma no contexto peninsular (Méndez-Quintas *et al.* 2020; Santonja – Pérez-González 2010; Santonja *et al.* 2016; Santonja – Villa 2006), propondo-se que os *particularismos* que serviram de base à interpretação que os apartava dessa lógica são uma consequência expectável no conjunto, intrinsecamente correlacionável com o tipo de suporte preferencialmente empregue na elaboração destes artefactos e com o *mental template* predominante subjacente à estruturação da gestão da sua transformação secundária.

Caso se comprovasse a opção deliberada pela utilização de lascas plano-convexas, por existir a consciência de que estas potenciavam a eficácia do gume periférico do artefacto, ou que facilitavam a materialização por talhe do utensílio idealizado, poderia colocar-se a hipótese de existir uma certa *predeterminação* nas cadeias operatórias destinadas à elaboração dos utensílios em foco, implícita na debitagem intencional e recorrente desse tipo de suportes. Alternativamente, atendendo ao verificado para os restantes LCTs da jazida (Ferreira 2023), no mínimo, considera-se, por um lado, que existia um cuidado na seleção do respetivo suporte, e, por outro, que se procedia a um aproveitamento judicioso das suas características no decorrer do processo da sua transformação secundária, como devidamente assinalado por Cunha-Ribeiro (1995a: 60-61).

Em última análise, os dados recolhidos e a reflexão realizada revelam que implícito nas dinâmicas de elaboração dos artefactos do grupo dos bifaces do

Casal do Azemel se encontra não apenas um grau de capacidade técnica considerável, mas também um grau de conceptualização significativo, intrinsecamente correlacionado com a adequação e rentabilização das características dos volumes disponíveis, e patente na própria standardização das suas dinâmicas produtivas, observações que, em conjunto, reforçam a importância destes utensílios para a aproximação à complexidade das dinâmicas comportamentais inteligíveis na indústria lítica da estação paleolítica do Casal do Azemel.

Agradecimentos

Os autores gostariam de agradecer às editoras da revista e aos dois revisores anónimos pelos comentários e sugestões que ajudaram a melhorar a qualidade deste trabalho. CF tem uma bolsa de doutoramento atribuída pela FCT (2023.0096.BD); EMQ beneficia de uma bolsa de pós-doutoramento da Xunta de Galicia (ED481D-2022/023).

Bibliografia

- ALPERSON-AFIL, N. – GOREN-INBAR, N. – HERZLINGER, G. – WYNN, T. (2020) – Expert retrieval structures and prospective memory in the cognition of Acheulian hominins. *Psychology*, 11: 173-189. DOI: <https://doi.org/10.4236/psych.2020.111012>
- BAENA PREYSLER, J. – TORRES NAVAS, C. – SHARON, G. (2018) – Life history of a large flake biface. *Quaternary Science Reviews*, 190: 123-136. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.quascirev.2018.04.015>
- BÁREZ DEL CUETO, S. – PREYSLER, J. B. – PÉREZ-GONZÁLEZ, A. – TORRES, C. – PÉREZ, I. R. – VEGA DE MIGUEL, J. (2016) – Acheulian flint quarries in the Madrid Tertiary basin, central Iberian Peninsula: First data obtained from geoarchaeological studies. *Quaternary International*, 411 (Part B): 329-348. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.quaint.2016.01.041>
- BEYENE, Y. – KATOH, S. – WOLDEGABRIEL, G. – HART, W. K. – UTO, K. – SUDO, M. – KONDO, M. – HYODO, M. – RENNE, P. R. – SUWA, G. – ASFAW, B. (2013) – The characteristics and chronology of the earliest Acheulean at Konso, Ethiopia. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 110(5): 1584-1591. DOI: <https://doi.org/10.1073/pnas.1221285110>
- BOËDA, E. (1995) – Caractéristiques techniques des chaînes opératoires lithiques des niveaux micoquiens de Külna (Tchécoslovaquie). *Paléo – Supplément*, 1: 57-72. DOI: <https://doi.org/10.3406/pal.1995.1380>
- BOËDA, E. – GENESTE, J.-M. – MEIGNEN, L. (1990) – Identification de chaînes opératoires lithiques du Paléolithique ancien et moyen. *Paléo*, 2: 43-80. DOI: <https://doi.org/10.3406/pal.1990.988>
- BORDES, F. (1961) – *Typologie du Paléolithique Ancien et Moyen*. Vol. 1. Bordeaux.

- CLARK, J. D. (1994) – The Acheulian industrial complex in Africa and elsewhere. In CORRUCINI, R. S. – CIOCHON, R. L. (eds.) – *Integrative Paths to the Past: Palaeoanthropological Advances in Honor of F. Clark Howell*. Hoboken: 451-469.
- CORBEY, R. – JAGICH, A. – VAESSEN, K. – COLLARD, M. (2016) – The acheulean handaxe: More like a bird's song than a Beatles' tune? *Evolutionary Anthropology: Issues, News, and Reviews*, 25: 6-19. DOI: <https://doi.org/10.1002/evan.21467>
- CUNHA-RIBEIRO, J. P. (1991) – Intervenção arqueológica na Estação Acheulense da Quinta do Cónego/Pousias: Cortes, Leiria. *Portugália*, Nova Série (11-12): 7-25. URL: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Port/article/view/4920>
- CUNHA-RIBEIRO, J. P. (1992) – O Paleolítico no Vale do Rio Lis. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2.ª Série (9): 401-462. URL: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5717>
- CUNHA-RIBEIRO, J. P. (1992/1993) – Contribuição para o estudo do Paleolítico do Vale do Lis no seu contexto crono-estratigráfico. *Portugália*, Nova Série (13-14): 7-137. URL: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Port/article/view/4908/4588>
- CUNHA-RIBEIRO, J. P. (1995a) – Elementos para o estudo da cadeia operatória de produção bifaces da indústria acheulense do Casal do Azemel (Vale do rio Lis, Distrito de Leiria, Centro de Portugal). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35(4): 51-61. URL: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/tae/article/view/9532>
- CUNHA-RIBEIRO, J. P. (1995b) – A estação acheulense do Casal do Azemel (Batalha). *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2.ª Série (12): 547-581. URL: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5657>
- CUNHA-RIBEIRO, J. P. (1999) – *O Acheulense no Centro de Portugal: o Vale do Lis. Contribuição para uma abordagem tecno-tipológica das suas indústrias líticas e problemática do seu contexto cronoestratigráfico*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa. Inédita. URL: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/27502>
- CUNHA, P. P. – CURA, S. – CUNHA-RIBEIRO, J. P. – FIGUEIREDO, S. – MARTINS, A. A. – RAPOSO, L. – PEREIRA, T. – ALMEIDA, N. (2017) – As indústrias do Paleolítico Inferior e Médio associadas ao Terraço T4 do Baixo Tejo (Portugal central); Arquivos da mais antiga ocupação humana no oeste da Ibéria, com ca. 340 ka a 155 ka. *Journal of Lithic Studies*, 4(3): 27-56. DOI: <https://doi.org/10.2218/jls.v4i3.2531>
- DENNELL, R. W. (2018) – The Acheulean Assemblages of Asia: A Review. In GALLOTTI, R. – MUSSI, M. (eds.) – *The Emergence of the Acheulean in East Africa and Beyond: Contributions in Honor of Jean Chavaillon*. Berlim: 195-214. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-319-75985-2_10
- DIEZ-MARTÍN, F. – EREN, M. (2012) – The Early Acheulean in Africa: past paradigms, current ideas, and future directions. In DOMÍNGUEZ-RODRIGO, M. (ed.) – *Stone Tools and Fossil Bones: Debates in the Archaeology of Human Origins*. Cambridge: 310-358. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9781139149327.013>
- DIEZ-MARTÍN, F. – SÁNCHEZ-YUSTOS, P. – URIBELARREA, D. – BAQUEDANO, E. – MARK, D. F. – MABULLA, A. – FRAILE, C. – DUQUE, J. – DÍAZ, I. – PÉREZ-GONZÁLEZ, A. – YRAVEDRA, J. – EGELAND, C. P. – ORGANISTA, E. – DOMÍNGUEZ-RODRIGO, M. (2016) – The Origin of The Acheulean: The 1.7 Million-Year-Old Site of FLK West, Olduvai Gorge (Tanzania). *Scientific Reports*, 5(1): 17839. DOI: <https://doi.org/10.1038/srep17839>
- DIEZ-MARTÍN, F. – WYNN, T. – SÁNCHEZ-YUSTOS, P. – DUQUE, J. – FRAILE, C. – DE FRANCISCO, S. – URIBELARREA, D. – MABULLA, A. – BAQUEDANO, E. – DOMÍNGUEZ-RODRIGO, M. (2019) – A faltering origin for the Acheulean? Technological and cognitive implications from FLK West (Olduvai Gorge, Tanzania). *Quaternary International*, 526: 49-66. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.quaint.2019.09.023>
- FERREIRA, C. (2023) – *Variabilidade vs. homogeneidade no tecno-complexo Acheulense e a importância do suporte: uma abordagem baseada nos Large Cutting Tools do território português (entre os rios Lis e Tejo)*. Tese de Mestrado apresentada à Universidade de Lisboa. Inédita. URL: <http://hdl.handle.net/10451/56777>
- FERREIRA, C. – CUNHA-RIBEIRO, J. P. – MÉNDEZ-QUINTAS, E. (2021) – O tecno-complexo Acheulense em Portugal: contribuição para um balanço dos conhecimentos. *Ophiussa*, 5: 5-29. DOI: <https://doi.org/10.51679/ophiussa.2021.80>
- GALLOTTI, R. – MUSSI, M. (2018a) – Before, During, and After the Early Acheulean at Melka Kunture (Upper Awash, Ethiopia): A Techno-economic Comparative Analysis. In GALLOTTI, R. – MUSSI, M. (eds.) – *The Emergence of the Acheulean in East Africa and Beyond: Contributions in Honor of Jean Chavaillon*. Berlim: 53-92. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-319-75985-2_4
- GALLOTTI, R. – MUSSI, M. (2018b) – The Emergence of the Acheulean in East Africa: Historical Perspectives and Current Issues. In GALLOTTI, R. – MUSSI, M. (eds.) – *The Emergence of the Acheulean in East Africa and Beyond*. Berlim: 1-12. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-319-75985-2_1
- GAMBLE, C. – KRUSZYNSKI, R. (2009) – John Evans, Joseph Prestwich and the stone that shattered the time barrier. *Antiquity*, 83(320): 461-475. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0003598X00098574>
- GARCÍA-MEDRANO, P. – ASHTON, N. – MONCEL, M.-H. – OLLÉ, A. (2020) – The WEAP Method: a New Age in the Analysis of the Acheulean Handaxes. *Journal of Paleolithic Archaeology*, 3: 756-793. DOI: <https://doi.org/10.1007/s41982-020-00054-5>
- HODGSON, D. (2015) – The symmetry of Acheulean handaxes and cognitive evolution. *Journal of Archaeological Science: Reports*, 2: 204-208. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jasrep.2015.02.002>
- INIZAN, M. L. – REDURON-BALLINGER, M. – ROCHE, H. – TIXIER, J. (1999) – *Technology and Terminology of Knapped Stone. Préhistoire de la Pierre Taillée*. Tome 5. Meudon.
- ISAAC, G. L. (1977) – *Olorgesailie: Archaeological Studies of a Middle Pleistocene Lake Basin in Kenya*. Chicago and London.
- ISAAC, G. L. (1986) – Foundation stones: early artefacts as indicators of activities and abilities. In BAILEY, G. N. – CALLOW, P. (eds.) – *Stone Age prehistory: studies in memory of Charles McBurney*. Cambridge: 221-241.
- KEY, A. (2023) – The Acheulean is a temporally cohesive tradition. *World Archaeology*, 54(3): 365-389. DOI: <https://doi.org/10.1080/00438243.2023.2169340>
- KLEINDIENST, M. R. (1962) – Components of the East African Acheulian assemblage: An analytic approach. In MORTELMANS, G. – NENQUIN, J. (eds.) – *Actes du IV^e Congrès Panafricain de Préhistoire et l'Étude du Quaternaire, Leopoldville, 1959*. Tervuren: 81-108.
- LEAKEY, M. D. (1971) – *Olduvai Gorge - Vol. 3: Excavations in Beds I and II, 1960-1963*. Cambridge.
- LEPRE, C. J. – ROCHE, H. – KENT, D. V. – HARMAND, S. – QUINN, R. L. – BRUGAL, J.-P. – TEXIER, P.-J. – LENOBLE, A. – FEIBEL, C. S. (2011) – An earlier origin for the Acheulian. *Nature*, 477(7362): 82-85. DOI: <https://doi.org/10.1038/nature10372>

- LYCETT, S. J. – GOWLETT, J. A. J. (2008) – On Questions Surrounding the Acheulean 'Tradition'. *World Archaeology*, 40(3): 295-315. DOI: <https://doi.org/10.1080/00438240802260970>
- MCNABB, J. (2020) – Further Thoughts on the Genetic Argument for Handaxes. *Evolutionary Anthropology: Issues, News, and Reviews*, 29(5): 220-236. DOI: <https://doi.org/10.1002/evan.21809>
- MCNABB, J. – COLE, J. (2015) – The mirror cracked: Symmetry and refinement in the Acheulean handaxe. *Journal of Archaeological Science: Reports*, 3: 100-111. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jasrep.2015.06.004>
- MCNABB, J. – COLE, J. – HOGGARD, C. S. (2018) – From side to side: Symmetry in handaxes in the British Lower and Middle Palaeolithic. *Journal of Archaeological Science: Reports*, 17: 293-310. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jasrep.2017.11.008>
- MEIRELES, J. – CUNHA-RIBEIRO, J. P. (1991-1992) – Matérias-primas e indústrias líticas do Paleolítico Inferior português: representatividade e significado. *Cadernos de Arqueologia*, Série II(8-9): 31-41. URL: <https://hdl.handle.net/1822/10374>
- MÉNDEZ-QUINTAS, E. (2017) – *Caracterización y variabilidad tecnomorfológica de las industrias achelenses de la cuenca baja del río Miño (NO de la Península Ibérica)*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Burgos. Inédita. URL: <http://hdl.handle.net/10259/4570>
- MÉNDEZ-QUINTAS, E. – SANTONJA, M. – ARNOLD, L. J. – CUNHA-RIBEIRO, J. P. – DA SILVA, P. X. – DEMURO, M. – DUVAL, M. – GOMES, A. – MEIRELES, J. – MONTEIRO-RODRIGUES, S. – PÉREZ-GONZÁLEZ, A. (2020) – The Acheulean Technocomplex of the Iberian Atlantic Margin as an Example of Technology Continuity Through the Middle Pleistocene. *Journal of Paleolithic Archaeology*, 3(4): 918-943. DOI: <https://doi.org/10.1007/s41982-020-00057-2>
- MONCEL, M.-H. (1995) – Biface et outil-biface du Paléolithique moyen ancien: réflexion à partir des sites d'Ardèche, Orgnac 3 et Payre. *Paléo*, 7: 157-169. DOI: <https://doi.org/10.3406/pal.1995.1212>
- MONCEL, M.-H. – ARZARELLO, M. – BOËDA, É. – BONILAU, S. – CHEVRIER, B. – GAILLARD, C. – FORESTIER, H. – YINGHUA, L. – SÉMAH, F. – ZEITOUN, V. (2018a) – The assemblages with bifacial tools in Eurasia (first part). What is going on in the West? Data on western and southern Europe and the Levant. *Comptes Rendus Palevol*, 17(1): 45-60. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.crpv.2015.09.009>
- MONCEL, M.-H. – ARZARELLO, M. – BOËDA, É. – BONILAU, S. – CHEVRIER, B. – GAILLARD, C. – FORESTIER, H. – YINGHUA, L. – SÉMAH, F. – ZEITOUN, V. (2018b) – Assemblages with bifacial tools in Eurasia (second part). What is going on in the East? Data from India, Eastern Asia and Southeast Asia. *Comptes Rendus Palevol*, 17(1): 61-76. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.crpv.2015.09.010>
- MONCEL, M.-H. – ARZARELLO, M. – BOËDA, É. – BONILAU, S. – CHEVRIER, B. – GAILLARD, C. – FORESTIER, H. – YINGHUA, L. – SÉMAH, F. – ZEITOUN, V. (2018c) – Assemblages with bifacial tools in Eurasia (third part). Considerations on the bifacial phenomenon throughout Eurasia. *Comptes Rendus Palevol*, 17(1): 77-97. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.crpv.2015.11.007>
- MONTEIRO-RODRIGUES, S. – GONZÁLEZ, A. (2010) – A estação paleolítica da Praia da Aguda (Arcozelo, Vila Nova de Gaia). Notícia preliminar. *Estudos do Quaternário*, 6: 23-36. DOI: <https://doi.org/10.30893/eq.v0i6.72>
- MULLER, A. – CLARKSON, C. – SHIPTON, C. (2017) – Measuring behavioural and cognitive complexity in lithic technology throughout human evolution. *Journal of Anthropological Archaeology*, 48: 166-180. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jaa.2017.07.006>
- MULLER, A. – SHIPTON, C. – CLARKSON, C. (2022) – Stone toolmaking difficulty and the evolution of hominin technological skills. *Scientific Reports*, 12: 5883. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41598-022-09914-2>
- OOSTERBEEK, L. – GRIMALDI, S. – ROSINA, P. – CURA, S. – CUNHA, P. P. – MARTINS, A. (2010) – The earliest Pleistocene archaeological sites in western Iberia: Present evidence and research prospects. *Quaternary International*, 223-224: 399-407. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.quaint.2010.01.024>
- ROCHE, H. – TEXIER, P.-J. (1991) – La notion de complexité dans un ensemble lithique. Application aux séries acheuléennes d'Isenya (Kenya). In *25 ans d'Études Technologiques en Préhistoire. XI^e Rencontres Internationales d'Archéologie et d'Histoire d'Antibes*. Juan-les-Pins: 99-108.
- SANTONJA, M. (1985) – *Yacimiento achelense de El Sartalejo (Valle de Alagón, Cáceres): Estudio preliminar*. Cáceres (Serie de Arqueología Extremeña, 2).
- SANTONJA, M. – PÉREZ-GONZÁLEZ, A. (2010) – Mid-Pleistocene Acheulean industrial complex in the Iberian Peninsula. *Quaternary International*, 223-224: 154-161. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.quaint.2010.02.010>
- SANTONJA, M. – PÉREZ-GONZÁLEZ, A. – PANERA, J. – RUBIO-JARA, S. – MÉNDEZ-QUINTAS, E. (2016) – The coexistence of Acheulean and Ancient Middle Palaeolithic techno-complexes in the Middle Pleistocene of the Iberian Peninsula. *Quaternary International*, 411 (Part B): 367-377. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.quaint.2015.04.056>
- SANTONJA, M. – VILLA, P. (2006) – The Acheulean in Southwestern Europe. In GOREN-INBAR, N. – SHARON, G. (eds.) – *Axe Age: Acheulian Tool-making From Quarry to Discard*. Sheffield: 429-478.
- SEMAW, S. – ROGERS, M. – STOUT, D. (2009) – The Oldowan-Acheulian Transition: Is there a "Developed Oldowan" Artifact Tradition? In CAMPS, M. – CHAUHAN, P. (eds.) – *Sourcebook of Paleolithic Transitions*. New York: 173-193. DOI: https://doi.org/10.1007/978-0-387-76487-0_10
- SEMAW, S. – ROGERS, M. J. – CÁCERES, I. – STOUT, D. – LEISS, A. C. (2018) – The Early Acheulean ~1.6–1.2 Ma from Gona, Ethiopia: Issues related to the Emergence of the Acheulean in Africa. In GALLOTTI, R. – MUSSI, M. (eds.) – *The Emergence of the Acheulean in East Africa and Beyond*. Berlin: 115-128. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-319-75985-2_6
- SHARON, G. (2006) – *Acheulian Large Flake Industries: Technology, Chronology, and Significance*. Tese de Doutoramento apresentada à Hebrew University of Jerusalem. Inédita.
- SHARON, G. (2009) – Acheulian Giant-Core Technology: A Worldwide Perspective. *Current Anthropology*, 50(3): 335-367. DOI: <https://doi.org/10.1086/598849>
- SHARON, G. (2010) – Large flake Acheulian. *Quaternary International*, 223-224: 226-233. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.quaint.2009.11.023>
- SHARON, G. – BARSKY, D. (2016) – The emergence of the Acheulian in Europe – A look from the east. *Quaternary International*, 411 (Part B): 25-33. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.quaint.2015.11.108>
- SHIPTON, C. (2010) – Imitation and Shared Intentionality in the Acheulean. *Cambridge Archaeological Journal*, 20 (2): 197-210. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0959774310000235>

- SHIPTON, C. (2019) – Three stages in the evolution of human cognition: normativity, recursion, and abstraction. In HENLEY, T. B. – ROSSANO, M. J. – KARDAS, E. P. (eds.) – *Handbook of Cognitive Archaeology*. Londres: 153-173. DOI: <https://doi.org/10.4324/9780429488818>
- SHIPTON, C. (2020) – The Unity of Acheulean Culture. In GROUCUTT, H. (ed.) – *Culture History and Convergent Evolution: Can We Detect Populations in Prehistory?* Berlim: 13-27. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-030-46126-3_2
- SHIPTON, C. – CLARKSON, C. – COBDEN, R. (2019) – Were Acheulean Bifaces Deliberately Made Symmetrical? Archaeological and Experimental Evidence. *Cambridge Archaeological Journal*, 29(1): 65-79. DOI: <https://doi.org/10.1017/S095977431800032X>
- SHIPTON, C. – NIELSEN, M. (2018) – The Acquisition of Biface Knapping Skill in the Acheulean. In DI PAOLO, L. – DI VINCENZO, F. – DE PETRILLO, F. (eds.) – *Evolution of Primate Social Cognition*. Berlim: 283-297. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-319-93776-2_18
- STOUT, D. – HECHT, E. – KHREISHEH, N. – BRADLEY, B. – CHAMINADE, T. (2015) – Cognitive Demands of Lower Paleolithic Toolmaking. *PLOS ONE*, 10(4): e0121804. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0121804>
- TENNIE, C. – BRAUN, D. R. – PREMO, L. S. – MCPHERRON, S. P. (2016) – The Island Test for Cumulative Culture in the Paleolithic. In HAIDLE, M. N. – CONARD, N. J. – BOLUS, M. (eds.) – *The Nature of Culture: Based on an Interdisciplinary Symposium 'The Nature of Culture', Tübingen, Germany*. Dordrecht: 121-133. DOI: https://doi.org/10.1007/978-94-017-7426-0_11
- TEXIER, J.-P. – CUNHA-RIBEIRO, J. P. (1991/1992) – Les formations quaternaires du bassin du Lis; leur importance pour la chronostratigraphie de l'acheuléen Portugais. *Cadernos de Arqueologia, Série II*(8-9): 7-30.
- TEXIER, J.-P. – CUNHA-RIBEIRO, J. P. – MEIRELES, J. (1995) – L'Acheuléen du nord et du centre du Portugal: bilan des connaissances actuelles. *Paléo – Supplément*, 1: 185-193. DOI: <https://doi.org/10.3406/pal.1995.1395>
- TEXIER, P.-J. (2018) – Technological Assets for the Emergence of the Acheulean? Reflections on the Kokiselei 4 Lithic Assemblage and Its Place in the Archaeological Context of West Turkana, Kenya. In GALLOTTI, R. – MUSSI, M. (eds.) – *The Emergence of the Acheulean in East Africa and Beyond*. Berlim: 33-52. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-319-75985-2_3
- TEXIER, P.-J. – ROCHE, H. (1995) – El impacto de la predeterminación en el desarrollo de algunas cadenas operativas achelenses. In BERMÚDEZ DE CASTRO, J. M. – ARSUAGA, J. – CARBONELL, E. (eds.) – *Evolución humana en Europa y los yacimientos de la Sierra de Atapuerca*, Vol. 2. Valladolid: 403-420.
- TRIGGER, B. (1996) – *A History of Archaeological Thought*. Cambridge.
- WHITE, M. J. (2022) – *A Global History of the Earlier Palaeolithic: Assembling the Acheulean world, 1673–2020s* (1st ed.). Londres. DOI: <https://doi.org/10.4324/9781003287827>
- WYNN, T. (2002) – Archaeology and cognitive evolution. *Behavioral and Brain Sciences*, 25(3): 389-402. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0140525X02000079>
- WYNN, T. – GOWLETT, J. (2018) – The handaxe reconsidered. *Evolutionary Anthropology: Issues, News, and Reviews*, 27(1): 21-29. DOI: <https://doi.org/10.1002/evan.21552>

O Neolítico Médio no sítio de ar livre da Costa do Pereiro (Torres Novas)

The Middle Neolithic at the open-air site of Costa do Pereiro (Torres Novas)

ANTÓNIO FAUSTINO CARVALHO

CEAACP — Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património | Pólo Universidade do Algarve
Universidade do Algarve, FCHS, Campus de Gambelas,
8000-117 Faro, Portugal
E-mail: afcarva@ualg.pt [autor para correspondência]
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-0912-2325>

NATHALIE ANTUNES-FERREIRA

CiEM – Centro de Investigação Interdisciplinar Egas Moniz,
Egas Moniz School of Health & Science, Monte da Caparica, Portugal.
LCFPEM — Laboratório de Ciências Forenses e Psicológicas Egas Moniz,
Egas Moniz School of Health & Science, Monte da Caparica, Portugal
E-mail: naferreira@egasmoniz.edu.pt
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-0146-6369>

JUAN FRANCISCO GIBAJA

IMF – Institución Milá i Fontanals (CSIC) –
Grupo de Investigación y Divulgación en Arqueología
C/ Egipcíques, Barcelona, 08001, Espanha.
E-mail: jfgibaja@imf.csic.es
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-0830-3570>

RESUMO: Os dados de escavação e laboratório do Neolítico Médio na Costa do Pereiro (escavado em 1995-2000) permanecem largamente inéditos. O seu processo de formação (camada 1b) apresenta diversas limitações (fatores de bioturbação, pequena espessura da camada, ocupações mesolíticas prévias, recorrência das ocupações neolíticas) mas apresenta preservação orgânica (restos botânicos, sobretudo sobreiro; faunísticos, dominados pelos cervídeos; e uma inumação de não-adulto e outros remanescentes esqueléticos), diversas categorias artefactuais (indústria cerâmica, óssea e lítica) e estruturas antrópicas (fogueira). Estes dados sugerem ocupações recorrentes no período de 3900- 3100 cal BC, o que está de acordo com a cultura material (domínio da cerâmica lisa). Assim, este sítio de ar livre testemunha uma faceta ainda mal documentada do Neolítico Médio: os contextos habitacionais.

PALAVRAS CHAVE: Neolítico Médio; cerâmica; pedra lascada; subsistência; práticas funerárias.

ABSTRACT: The excavation and laboratory data from the Middle Neolithic at Costa do Pereiro (excavated in 1995-2000) remain largely unpublished. Its formation process (layer 1b) show a number of limitations (bioturbation, small layer thickness, previous Mesolithic occupations, recurrence of Neolithic occupations) but shows preservation of organic materials (botanic, mainly cork oak; faunal, dominated by red deer; and human: a non-adult inhumation and other skeletal remains), various artefactual categories

(ceramic, bone, and lithic) along with anthropic structures (hearth). These data suggest recurrent occupations in the 3900–3100 cal BC time period, which is in line with the material culture (dominance of plain potteries). Thus, this open-air site bears witness to a still poorly documented facet of the Middle Neolithic: habitation contexts.

KEYWORDS: Middle Neolithic; pottery; knapped stone; subsistence; funerary practices.

1. INTRODUÇÃO

O interesse arqueológico de uma pequena plataforma de meia-encosta no sopé do Arrife da Serra d'Aire, conhecida localmente por Costa do Pereiro (Chancelaria,

Torres Novas), havia já sido reportado aquando do levantamento da carta arqueológica da região, onde foi designada por Povoado da Rexaldia (Araújo – Zilhão 1991: 59-60). A sua escavação viria depois a ter lugar em simultâneo com os trabalhos que se vinham realizando

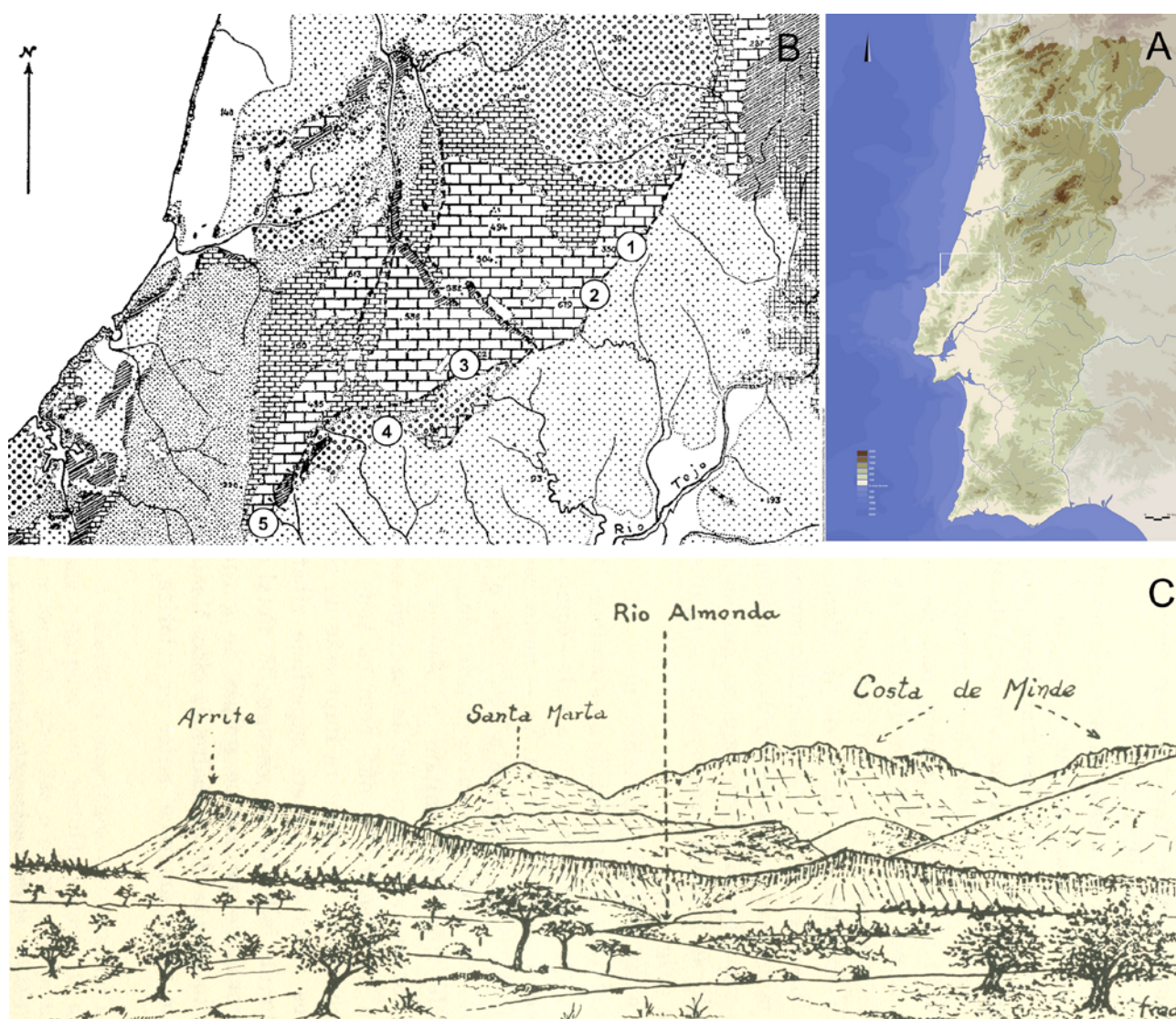


FIG. 1 Localização da Costa do Pereiro no centro-sul de Portugal. A - Localização do Maciço Calcário Estremenho no território português. B - Esboço geológico do Maciço Calcário Estremenho (Martins 1949: fig. 3) com localização dos contextos habitacionais do Neolítico Médio: 1 - Costa do Pereiro e Abrigo da Pena d'Água (Torres Novas); 2 - Cerradinho do Ginete (Torres Novas); 3 - Pena dos Corvos (Alcanena); 4 - Casal do Sá 2 e Mosteiros 3 (Santarém); 5 - Cabeço de Porto Marinho (Rio Maior). C - Desenho do Arrife no sector da Serra d'Aire (Martins 1949: fig. 15), notando-se o contraste entre os relevos suaves da bacia do Tejo e a paisagem escarpada do maciço calcário.

no vizinho Abrigo da Pena d'Água, localizado a uma escassa centena de metros: primeiro, em 1995, para sondagem; depois, em 1997, 1998 e 1999, para escavação sistemática; e finalmente, em 2000, para reconhecimento da base do depósito sedimentar. No final, havia-se atingido uma área total de escavação de 26 m² (excluindo uma sondagem de 1 m² realizada em 1995 num patamar inferior) e identificado uma importante sucessão de ocupações pré e proto-históricas.

A primeira referência a estes trabalhos, ainda muito preliminar, é feita a propósito daquele abrigo sob rocha (Carvalho 1998a: 44), tendo sido depois publicados os seus níveis atribuídos ao Epipaleolítico (Carvalho – Valente – Marreiros 2016), Mesolítico (Carvalho 2008: 51-56) e Campaniforme (Carvalho 2019a: 163-167). A última ocupação documentada, datada da Idade do Ferro, encontra-se presentemente em fase de conclusão de estudo. Já a presença neolítica foi tratada em duas ocasiões principais, mas sempre a propósito de outras questões: primeiro, para a identificar e apartar da ocupação mesolítica, uma vez que ambas se encontram na mesma unidade estratigráfica, a camada 1b (Carvalho 2008); depois, mais recentemente, a propósito da sua integração no Neolítico Médio do Maciço Calcário Estremenho (Carvalho 2021) (Fig. 1). Assim, o presente trabalho centra-se na apresentação do registo empírico obtido em escavação e no estudo das respetivas componentes artefactuais.

A importância singular do Neolítico da Costa do Pereiro, e que justifica o presente trabalho, reside no duplo facto de se tratar, por um lado, de um raro contexto de ar livre datado da fase média desse período e, por outro, por apresentar boas condições de conservação orgânica, que inclui nomeadamente remanescentes humanos. Estas observações configuram-se como uma conjugação rara no Neolítico Médio, não só do próprio Maciço Calcário Estremenho (Carvalho 2021), como também de um modo geral de todo o atual território português (p. ex., Carvalho 2014; Neves – Diniz 2018). Porém, há que assinalar que diversos fatores de bioturbação e a própria sucessão de ocupações tiveram um impacto severo sobre a integridade do depósito, com os vestígios de presença humana comprimidos em níveis muito discretos e irrecuperáveis estratigraficamente, ainda que isso não tenha impedido a preservação de alguns contextos particulares, que se apresentam adiante.

2. O HORIZONTE DE OCUPAÇÃO DO NEOLÍTICO MÉDIO

2.1. O contexto: estratigrafia, estruturas antrópicas e cronologia absoluta

A ocupação neolítica da Costa do Pereiro encontra-se registada na designada camada 1b, que foi escavada numa área total de 15 m² (Fig. 2, A e B) através de níveis artificiais de 5 cm. Trata-se de um estrato formado por sedimentos arenoargilosos, de colorações castanho-escuras, que embalam uma casca-lheira calcária por vezes muito densa. No contacto com a camada 2, subjacente, desenvolve-se ainda um nível de blocos, de dimensões médias (15-25 cm), que marca uma separação muito nítida entre ambas. A espessura da camada 1b desce gradualmente de 30-35 cm na fiada 20 para 20 cm na fiada 23 (Fig. 2, C), o que parece indicar que a acumulação de sedimentos oriundos do quadrante noroeste da plataforma terá sido o fator predominante nos processos de formação deste depósito.

Terá sido talvez também devido a esse fator que cinco de oito fragmentos de cerâmica cardial, desprovidos de contexto reconhecível, se concentrem na referida fiada 20, estando os restantes dispersos nas proximidades, sempre contidos nas camadas 1b ou 1a-base (ver Anexo). Esta presença e o seu padrão de dispersão sugere a existência de uma ocupação desta época nesse quadrante superior da plataforma, de onde estas peças (e seguramente outros elementos artefactuais e faunísticos indistinguíveis das componentes da camada 1b) terão sido transportadas com os sedimentos embalantes. Só a escavação dessa plataforma poderá averiguar a razoabilidade desta hipótese.

Em termos de estruturas antrópicas, a escavação permitiu a identificação de uma inumação de um indivíduo não-adulto e de uma lareira cuja atribuição ao Neolítico Médio pôde ser confirmada de forma independente através de datação absoluta:

- *Inumação de um indivíduo não-adulto.* Os primeiros 25 cm do topo da camada 2, portanto em contacto direto com a base da camada 1b, são praticamente estéreis em materiais arqueológicos. Porém, no primeiro nível artificial desta camada, na área do quadrado H22, exumaram-se remanescentes humanos

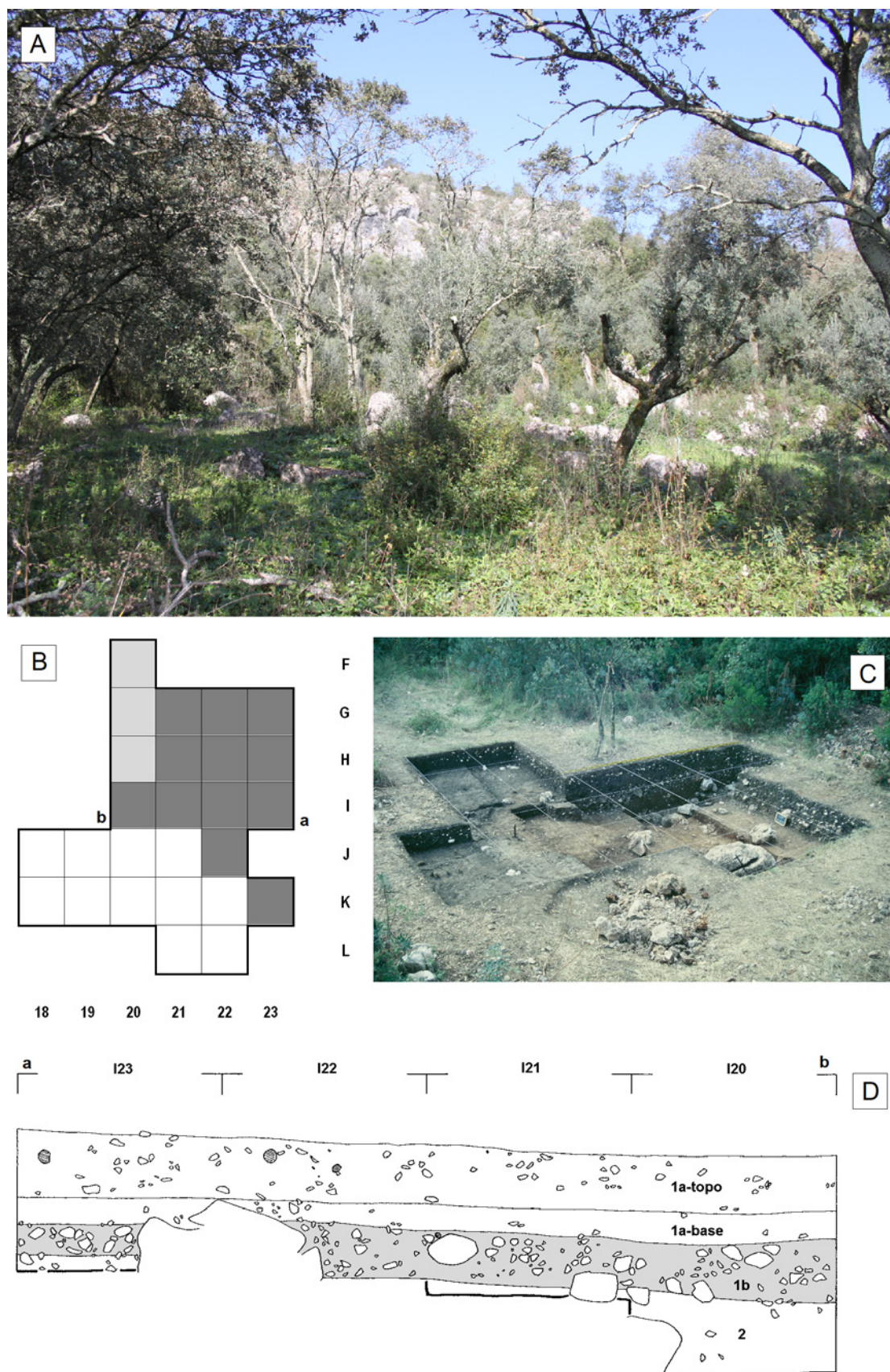


FIG. 2 Envolvente e escavação da Costa do Pereiro: A - aspeto da plataforma onde tiveram lugar as escavações em primeiro plano, com a escarpa do Arrife da Serra d'Aire ao fundo; B - planta geral da escavação, com indicação do perfil estratigráfico I20-23 (a-b) e dos quadrados escavados no horizonte neolítico (cinza escuro: camada 1b individualizada; cinza claro: camadas 1b e 1a não individualizadas; branco: camada 1b não escavada); C - fotografia geral da escavação após a campanha de 1999; D - perfil estratigráfico I20-23 (a-b), com a camada 1b indicada a cinzento.

pertencentes a um único indivíduo não-adulto (Fig. 3). Não se identificaram quaisquer estruturas ou oferendas funerárias que pudessem estar-lhe associadas, pelo que se deduz que se tratará de uma inumação realizada num pequeno covacho, raso, aberto no solo (isto é, no topo na camada 2). Com efeito, a preservação de pequenos ossos frágeis, como as costelas e vértebras, só seria possível através de enterramento intencional. A cronologia neolítica destes restos, deduzida pelo seu posicionamento estratigráfico, foi depois confirmada através de datação direta por radiocarbono.

- *Lareira 2*. Identificada nos quadrados I20 e I21, com o topo à cota do nível artificial 5, trata-se de uma pequena fogueira com 60 cm de diâmetro, delimitada por blocos calcários e preenchida com terras carbonosas e inúmeros pedaços de carvão, alguns de dimensões consideráveis e ainda em conexão (Fig. 4). A análise antracológica revelou dois fragmentos de *Arbutus unedo* (medronheiro) e 178 de *Quercus* sp. Este último género referir-se-á provavelmente a sobreiro, a julgar pelos dados disponíveis para a base do Arrife durante esta época (Figueiral 1998). No interior da estrutura



FIG. 3 Remanescentes humanos: 1 - incisivo inferior, dentição permanente; 2 - primeiro molar superior esquerdo, dentição permanente; 3 - segundo molar superior direito, dentição permanente; 4 - falange de mão; 5 - mandíbula do indivíduo não-adulto da inumação identificada. Escalas em cm.

encontravam-se ainda vários fragmentos de cerâmica, por vezes dispostos na vertical, pertencentes a um único pote hemisférico, liso, e com sinais de exposição ao fogo. Este vaso foi entretanto objeto de consolidação e restauro completo.



FIG. 4 Lareira 2: A - fotografia da lareira durante a sua escavação, podendo ver-se os fragmentos de um vaso cerâmico (a maior parte na vertical) e termoclastos dispersos (vista de Oeste); B - reconstrução do vaso exumado da lareira (diâmetro da boca: 19,2 cm).

A datação de amostras de ambas as estruturas, já publicada (Carvalho 2008: quadro 9), indica que a inumação e a lareira datam respetivamente de cerca de 3900 cal BC e 3100 cal BC (Quadro 1). Estas duas datas conduzem assim à conclusão de que a presença neolítica na Costa do Pereiro teve lugar no decorrer do IV milénio a.C., sendo possível dividir dois momentos concretos separados por cerca de oito séculos. Em suma, esta conclusão implica o entendimento da camada 1b como um palimpsesto arqueológico que reúne vestígios mesolíticos datados de 6150 cal BC na base — já objeto de estudo e publicação (Carvalho 2008: 52-56) — e o resultado de eventos de reocupação neolítica nas suas partes intermédia e superior.

2.2. Identificação da componente neolítica: padrões de dispersão vertical de elementos de diagnóstico

O estudo da ocupação mesolítica deparou-se com um conjunto de limitações na análise da camada 1b que resultam do seu processo de formação. Os termos em que então se descreveram essas limitações podem, por maioria de razão, ser colocados também no caso do Neolítico (Carvalho 2008: 53):

“[...] as dificuldades e limitações na abordagem a esta entidade arqueológica são óbvias: a camada 1b consiste numa unidade estratigráfica pouco potente, pelo que, dado o carácter de palimpsesto que evidencia, a definição e isolamento do registo arqueológico de uma e outra ocupação

QUADRO 1 DATAÇÕES DE RADIOCARBONO DA CAMADA 1B

CONTEXTO, AMOSTRA DATADA E PROVENIÊNCIA ^(a)	CÓDIGO DE LABORATÓRIO	$\delta^{13}C$ (‰)	%C	C:N	DATAÇÃO BP	CALIBRAÇÃO (CAL BC) ^(b)
Mesolítico: molar de <i>Cervus elaphus</i> (J21.1b.4)	Wk-17026	-20,01	?	?	7327 ± 42	6334-6318 (1,7%) 6250-6071 (93,8%) mediana: 6161
Inumação de não-adulto: ossos de <i>Homo</i> (H22.2.1)	Wk-13682	-19,57	38,4	3,22	5133 ± 45	4043-4013 (7,5%) 3998-3892 (48,6%) 3883-3797 (39,3%) mediana: 3932
Lareira 2: carvões de <i>Quercus</i> sp. (I20.1b.4)	Sac-1744	-26,07	—	—	4410 ± 60	3335-3213 (22,6%) 3191-3146 (6,6%) 3141-2907 (66,2%) mediana: 3065

^(a) Contexto identificado sequencialmente por quadrado, camada e nível artificial.

^(b) Intervalos de probabilidade segundo a curva de calibração IntCal20 (Reimer *et al.* 2020) e o *software* OxCal 4.4.2 (Bronk Ramsey 2020).

são objetivos impossíveis de atingir de modo rigoroso. Assim sendo, as opções metodológicas para a abordagem a este contexto, que se ensaiam de seguida, poderão ambicionar somente ao reconhecimento, com graus variáveis de rigor, de elementos parcelares das suas componentes arqueológicas.”

Deste modo, procedeu-se à análise da distribuição vertical, por nível artificial de 5 cm, dos fragmentos cerâmicos (excluindo os de tipologia cardial, tratados à parte; ver Anexo), elementos de diagnóstico da pedra lascada, e restos faunísticos. No que respeita à ocupação mesolítica, este exercício permitiu verificar que os seus vestígios se concentram na parte basal da camada, sobretudo nos níveis artificiais 3 a 7 onde é dominante uma indústria lítica com uma componente lamelar e trapézios obtidos pela técnica do microburil. A esta indústria estava associada fauna selvagem, representada principalmente por restos de veado (*Cervus elaphus*), suídeos (*Sus* sp.) e lagomorfos. Uma peça dentária da primeira espécie foi datada de 6150 cal BC (Quadro 1).

Aqueles níveis artificiais revelaram também diversos fragmentos cerâmicos, cujo *rácio N/Peso* (=3,4) sugere que este material se encontra aqui muito fragmentado — ou mesmo refragmentado — e que, portanto, terá incorporado a base da camada 1b já após iniciado o seu processo de formação. Ou seja, a cerâmica não fará parte da cultura material mesolítica mas será, ao invés, intrusiva devido aos eventos de ocupação neolítica posterior. O mesmo rácio, agora aplicado também aos níveis artificiais 1 e 2 da mesma camada, confirma as conclusões anteriores (Quadro 2): atinge 7,5 nos níveis artificiais 1 e 2, desce para 5,4 no nível artificial 3 e depois estabiliza em torno de 3,5 nos níveis artificiais inferiores. Esta tendência significa que os fragmentos cerâmicos se apresentam em muito melhor estado de conservação no topo (isto é, com peso médio individual maior) do que na base da camada e que, portanto, o Neolítico se concentra efetivamente na metade superior da camada 1b.

A variação vertical da componente lítica incidiu nos núcleos (todos os tipos e matérias-primas) e no par micrólitos geométricos + microburis, exercício que permitiu retirar as seguintes observações (ver também Carvalho 2008: 53-55):

- No inventário dos núcleos constam peças em quartzito (n=10), quartzo (n=2), cherte (n=1) e sílex (n=37), pelo que só nesta última rocha é possível rastrear tendências significantes (Quadro 3). Estas têm uma distribuição regular quanto aos núcleos informes e prismáticos para lamelas; os núcleos bipolares, ao invés, predominam claramente nos níveis artificiais 1 a 3 de onde provêm 10 dos 11 exemplares. Do mesmo modo, o tratamento térmico dos núcleos de sílex também é dominante nos níveis artificiais 1 a 3, com 17 exemplares (4 núcleos informes, 3 prismáticos, 6 bipolares e 4 fragmentos), contra quatro nos restantes níveis (informes, prismáticos, bipolares e fragmentos, com um exemplar cada). Esta concentração de núcleos bipolares e de núcleos com tratamento térmico no topo da camada 1b é muito significativa uma vez que os respetivos procedimentos técnicos têm vindo a ser apontados como sendo característicos do Neolítico, estando até ao momento ausentes do Mesolítico, o que corrobora o modelo que se tem vindo a apresentar.
- A análise das armaduras geométricas (trapézios e segmentos) e microburis (Quadro 4) indica dois padrões de distribuição vertical (Fig. 5): trapézios e microburis compartilham valores elevados nos níveis artificiais 3 a 7 (em torno ou acima dos 30%) e valores nitidamente inferiores nos níveis artificiais 1 e 2 (15-20%); os segmentos denotam a tendência exatamente inversa, isto é, são quase inexistentes na base da camada e predominam nos níveis artificiais 1 e 2 (>30%). Este exercício permite concluir que os segmentos corresponderão ao Neolítico, fase em que coocorrem com trapézios. Da mesma

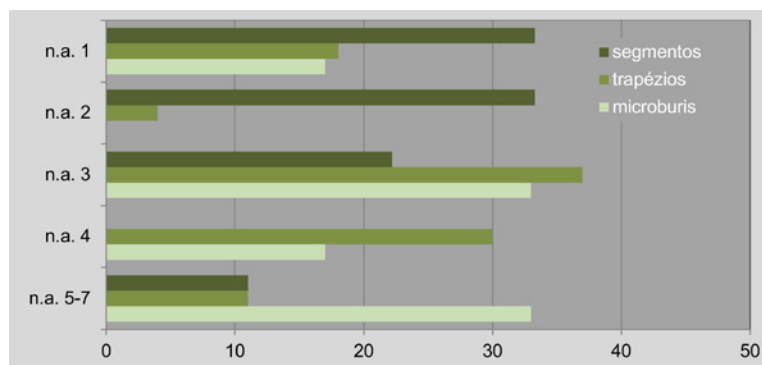


FIG. 5 Dispersão vertical relativa das armaduras geométricas e microburis, com base nos elementos quantitativos expressos no Quadro 4 (níveis artificiais 5 a 7 e decapagem da camada 2 somados).

QUADRO 2 CERÂMICA: NÚMERO DE FRAGMENTOS E PESO DISTRIBUÍDOS POR NÍVEIS ARTIFICIAIS (N.A.).

	N.A. 1-2	N.A. 3	N.A. 4	N.A. 5-7 ^(a)	TOTAL
N	1479	325	511	135	2450
Peso	11,238 kg	1,783 kg	1,793 kg	0,469 kg	15,283 kg
Rácio Peso:N	7,5	5,4	3,5	3,4	6,2

^(a) Inclui níveis artificiais de decapagem do contacto entre as camadas 1b e 2, de espessuras variáveis.

QUADRO 3 TIPOS DE NÚCLEOS, POR MATÉRIA-PRIMA E NÍVEL ARTIFICIAL (N.A.).

		N.A. 1	N.A. 2	N.A. 3	N.A. 4	DEC. ^(a)	TOTAL
SÍLEX	Sobre seixo				1		1
	Informes	2	3	2	1	2	10
	Bipolares	2	3	5	1		11
	Prismáticos com uma plataforma (para lamelas)		1	1	2	1	5
	Prismáticos com uma plataforma (para lascas)	2	1				3
	Prismáticos com uma plataforma alternas (para lamelas)	1					1
	Prismáticos com plataformas cruzadas (para lamelas)			1			1
	Prismáticos com plataformas múltiplas (para lascas)				1		1
	Fragmentos	3	1		1		5
QUARTZITO	Sobre lasca	1			1		2
	Informes	1			1		2
	Discoides	1		1			2
	Prismáticos com uma plataforma (para lascas)	1			2		3
	Fragmentos				1		1
QUARTZO	Informes				1		1
	Prismáticos c/ 1 plataforma (p/ lascas)		1				1
TOTAIS		14	10	10	13	3	50

^(a) Decapagem do contacto entre a camada 1b (n.a. 5 a 7) e a camada 2.

QUADRO 4 DISTRIBUIÇÃO DOS GEOMÉTRICOS E MICROBURIS, POR NÍVEL ARTIFICIAL (N.A.).

	N.A. 1		N.A. 2		N.A. 3		N.A. 4		DEC. ^(a)		TOTAIS	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Trapézios	5	18	1	4	10	37	8	30	3	11	27	100
Segmentos	3	33,3	3	33,3	2	22,2	—	—	1	11,1	9	100
Indeterminados	—	—	—	—	—	—	1	100	—	—	1	100
Microburis	3	17	—	—	6	33	3	17	6	33	18	100

^(a) Decapagem do contacto entre a camada 1b (n.a. 5 a 7) e a camada 2.

forma, uma “flecha transversal” (isto é, com retoque bifacial) encontrada no nível artificial 3 da camada 1a-base — portanto, não indicada no Quadro 4, mas proveniente do interface entre ambas as camadas — poderá ter feito parte da ocupação neolítica, apesar dos (poucos) paralelos que estas peças têm no centro-sul português e dos problemas interpretativos que levantam, equivalentes aos da cerâmica incisa e impressa não cardial (ver abaixo).

A distribuição vertical dos restos faunísticos indica também um conjunto de tendências significativas. Embora uma primeira abordagem se tivesse baseado em análises zooarqueológicas ainda preliminares (Carvalho 2008: quadro 17; ver também Valente – Carvalho 2014), os resultados finais permitem chegar às mesmas conclusões (Quadro 5):

- Os cervídeos (*Cervus elaphus* e *Capreolus capreolus*) constituem o único grupo taxonómico com uma distribuição uniforme por toda a espessura da camada 1b, ou seja, indiferente ao período cultural predominante em cada nível artificial.
- Os suídeos (*Sus* sp.) detêm uma representação mais elevada na parte basal da camada, coincidente com o Mesolítico, o que sugere poderem ser sobretudo restos de javali (*Sus scrofa*).
- Os caprinos domésticos (*Ovis aries* e/ou *Capra hircus*) são sempre minoritários mas estão representados sobretudo no topo da camada, o que converge no sentido de uma maior componente neolítica nos níveis superiores.
- Os bovinos (*Bos* sp.) são exclusivos dos níveis artificiais 1 e 2, portanto coincidentes com os níveis tendencialmente neolíticos, o que sugere poderem tratar-se de animais domésticos (*Bos taurus*).

Em síntese, o Neolítico está claramente representado nos níveis artificiais 1 e 2. O nível artificial 3, inicialmente considerado mesolítico (Carvalho 2008), parece ser mais apropriadamente classificável como um palimpsesto arqueológico reunindo material de ambos os períodos em proporções aproximadas. Portanto, o modo em como estas componentes se distribuem no seio da camada 1b ilustra muito bem o tipo de presença humana neste local durante o Neolítico Médio, que se terá caracterizado por reocupações sucessivas desta pequena plataforma, muito provavelmente de curta duração. Este dado vem ao encontro da conclusão já antes aventada para a região segundo a qual “[...] o registo arqueológico providenciado pelos contextos habitacionais indica ocupações de duração relativamente curta (mas para as quais faltam dados que permitam aferir a sua duração efetiva, se sazonal,

QUADRO 5 RESTOS FAUNÍSTICOS: NRD, POR TÁXON E NÍVEL ARTIFICIAL (N.A.)

	N.A. 1	N.A. 2	N.A. 3	N.A. 4	DEC. ^(a)	TOTAIS
Cabra (<i>Capra hircus</i>)	—	—	2	—	—	2
Ovelha e/ou Cabra (<i>Ovis aries</i> / <i>Capra hircus</i>)	10	7	2	5	1	25
Veado (<i>Cervus elaphus</i>)	57	12	14	12	1	96
Corço (<i>Capreolus capreolus</i>)	—	1	—	—	—	1
Bovinos (<i>Bos</i> sp.)	2	1	—	—	—	3
Suínos (<i>Sus</i> sp.)	10	4	2	6	6	28
Lagomorfos	27	17	9	8	14	75
Canídeos	—	—	—	2	—	2
Felídeos	—	—	—	—	1	1
Aves	2	—	1	2	5	10
TOTAIS	108	42	30	35	28	243

^(a) Decapagem do contacto entre a camada 1b (níveis artificiais 5 a 7) e a camada 2.

anual ou superior), levadas a cabo por pequenos grupos (talvez formados por uma família extensa, mas os dados para esta quantificação são também nulos)” (Carvalho 2021: 148).

3. CULTURA MATERIAL

Para além das inferências produzidas a partir da projeção da distribuição vertical dos seus efetivos, a cerâmica permite também uma caracterização funcional e cultural do Neolítico da Costa do Pereiro através da análise das suas características morfológicas e estilísticas. Por seu lado, no que respeita à pedra lascada, não é possível inferir com segurança outros aspetos que não aqueles já avançados a propósito da sua distribuição vertical, dadas as limitações já referidas quanto ao processo de formação desta camada e à dificuldade em apartar a componente neolítica da mesolítica entre o material de debitage ou entre as utensilagens de “fundo comum”. Com efeito, apenas um ensaio de análise traceológica realizado sobre uma amostra de lâminas e lamelas de sílex pôde extrair informações adicionais.

Porém, a cultura material do Neolítico da Costa do Pereiro inclui ainda quatro outras categorias, embora representadas por vezes através de escassos exemplares. Trata-se de nódulos de barro cozido, indústria óssea, pedra polida e restos de ocre.

Com efeito, a escavação da camada 1b revelou nove nódulos informes de barro, alguns com negativos de ramagens, pelo que poderão tratar-se de restos de uma estrutura perecível parcialmente coberta com argila entretanto cozida ao sol ou por exposição a temperaturas mais elevadas. Cinco destes nódulos são provenientes do nível artificial 3 e oito encontram-se nos quadrados I21 (n=2), I22 (n=1) e J22 (n=5), quadrados adjacentes entre si (Fig. 1), o que sugere que a referida estrutura, de funcionalidade indeterminada, se localizaria neste local.

Da camada 1b recuperaram-se sete artefactos sobre osso, quatro dos quais foram atribuídos à ocupação campaniforme com base em paralelos tipológicos e no seu posicionamento no topo da camada ou no interface com a camada 1a-base sobrejacente (Carvalho 2019a). Os restantes três distribuem-se pelos níveis artificiais 3 (Fig. 6, n.º 2) e 5 (Fig. 6, n.º 1 e 3). Embora

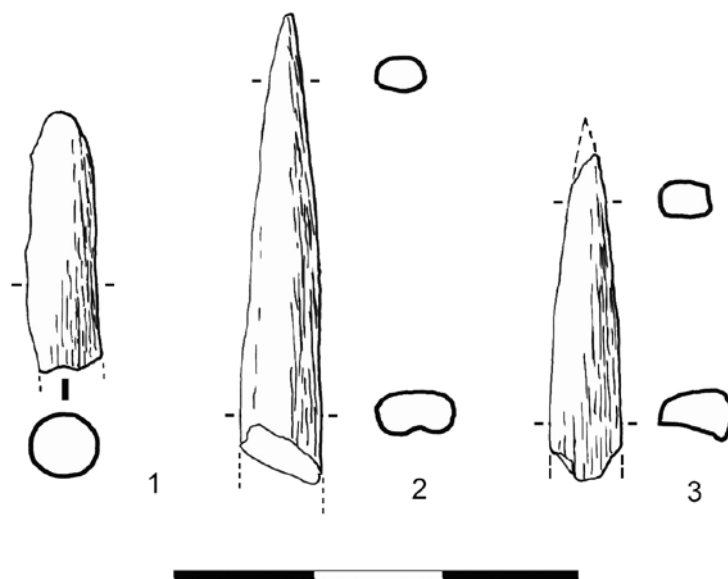


FIG. 6 Indústria óssea: 1 a 3 - fragmentos de furadores. Escala em cm.

não se possa obviamente excluir a possibilidade de datarem do Mesolítico — p. ex., os concheiros mesolíticos de Muge revelaram conjuntos abundantes deste tipo de artefactos (Roche 1972) —, estas peças poderão também pertencer à ocupação neolítica, dada a semelhança formal que apresentam com exemplares homólogos que abundam nas grutas-necrópole do Maciço Calcário Estremenho (Salvado 2004). Em termos tipológicos, são duas extremidades distais de furadores e talvez uma extremidade proximal, no caso da peça de ponta romba.

Durante a escavação não se recuperou qualquer objeto em pedra polida, o que contrasta no entanto com a presença de alguns machados e enxós à superfície, achados que, aliás, permitiram a própria identificação do sítio na década de 1980. Não é fácil fazer corresponder este conjunto de superfície a qualquer uma das ocupações da Pré-História recente registadas, mas uma dessas peças — um “fragmento de artefacto indeterminado” da Rexaldia, o nome do sítio na carta arqueológica da região (Araújo – Zilhão 1991) — foi objeto de análise por lâmina delgada (Pereira 1999) e poderá ser exemplificativo das características gerais do conjunto apesar de se tratar de um dado isolado. Daquela análise resultou a sua classificação como um xisto anfíbolítico, de cor esverdeada, grão fino e xistosidade pronunciada, cuja composição mineralógica aponta para jazidas no Alto Alentejo e que exclui as da área de Abrantes-Constância.

Finalmente, encontraram-se também três nódulos de aspeto ferruginoso. Dois foram sujeitos a análise SEM-EDX que revelou serem formados essencialmente por óxidos de ferro inseridos numa matriz aluminossiliciosa e/ou siliciosa, o que permitiu concluir estarmos na presença de ocres vermelhos (Dias – Mirão 2011). As duas peças analisadas vêm, respetivamente, dos níveis artificiais 1 e 6 da camada 1b, pelo que pelo menos a primeira delas deverá datar do Neolítico e estar eventualmente relacionada com o fabrico de cerâmica almagrada (ver adiante).

3.1. Variabilidade formal e decorativa da produção cerâmica

O conjunto cerâmico neolítico da Costa do Pereiro é formado por um total de 2450 fragmentos, não incluindo os sete exemplares cardiais descritos em Anexo. Foram objeto de estudo preliminar (Martins 2009; Carvalho 2021: 139-141). A sua classificação de acordo com o tipo de fragmento indica que aquele total inclui 147 bordos e 2285¹ bojos, quatro pegas mamilares, quatro fragmentos de asa e seis fragmentos de cordões. Os bordos e bojos são, na sua esmagadora maioria, peças lisas: 2372 (97,6%) contra apenas 60 (2,4%) com decoração (10 fragmentos de bordos e 50 de bojos). Três fragmentos de carenas e um fragmento de uma base plana, originalmente contabilizados naquele inventário, são na realidade peças datáveis da Idade do Ferro infiltradas a partir da camada 1a sobrejacente.

Depois de realizadas as remontagens possíveis e rejeitados fragmentos de bordo de pequenas dimensões, obteve-se um número mínimo de recipientes (NMR) igual a 74, cuja análise morfológica resultou na identificação de taças hemisféricas, que predominam com um total de 35 exemplares (47,9%) — um dos quais o vaso reconstruído a partir de fragmentos recolhidos na Lareira 2 (Fig. 4) — e de três esféricos (4,1%). As formas dos restantes 35 vasos foram impossíveis de determinar devido à pequenez dos respetivos fragmentos. Neste conjunto, predominam, portanto, as formas abertas. Há que notar que a reduzida variabilidade formal que se observa é mais aparente que real, uma vez que a elevada fragmentação geral

do conjunto impede o reconhecimento de variações morfológicas mais precisas. Este fator resulta assim também numa (falsa) imagem geral de recipientes de pequena volumetria, embora se observe a existência de fragmentos de bojos espessos que deverão corresponder a vasos de maiores dimensões, provavelmente de armazenamento.

A análise tecnológica deste conjunto indicou alguns padrões muito nítidos. Com efeito, dominam as pastas com elementos não plásticos grosseiros (>1 mm), que perfazem 76% do NMR, com consistências semicompactas (91%) e texturas granulares (42%). As cozeduras, tendencialmente oxidantes ou redutoras-oxidantes, resultaram em colorações variando entre tons vermelho-alaranjados (a que se atribuiu a designação de Grupo A, com 32 vasos, isto é, 43% do NMR) e tons beges a castanho-claros (Grupo B: 35 vasos, 47%). Um Grupo C, formado por peças de cozedura redutora, tem uma reduzida expressão (7 vasos, 10%) e incluirá fragmentos infiltrados da camada 1a-base, portanto da Idade do Ferro. Aquela variação quanto ao tipo de cozedura tem correspondência em variações quanto à textura, uma vez que se observam valores relativamente mais elevados de texturas arenosas no Grupo A (12%) e xistosas no Grupo B (19%). Os tratamentos de superfície são predominantemente alisados no conjunto destes dois grupos (78%), estando o almagre presente em três vasos do Grupo A (4% do NMR).

A acima referida reduzida dimensão de grande parte dos fragmentos cerâmicos limita igualmente a identificação e quantificação rigorosas das decorações. Ainda assim, pode-se tentativamente fazer a seguinte estruturação geral do conjunto, que se pauta por uma elevada diversidade técnica e temática (Figs. 7 a 11):

- A técnica da incisão é dominante, estando presente em 31 fragmentos, incluindo 12 bordos. Está representada por linhas e traços variados, incluindo temas espinhados incisos e, sobretudo, por penteados. Não se registam sulcos sob o bordo, ausência que se configura como um traço relevante para o enquadramento cronocultural do Neolítico Médio deste sítio, já assinalado (Carvalho 2021). Deve salientar-se, a este respeito, que no entanto existem dois casos de pequenas taças com bordo ligeiramente espessado no exterior que podem ocorrer associadas a àquele tipo decorativo (Fig. 9, n.º 5 e 6).

¹ Por lapso, em publicação anterior (Carvalho 2021: 139) refere-se que o número de fragmentos de bojo é de 1881.

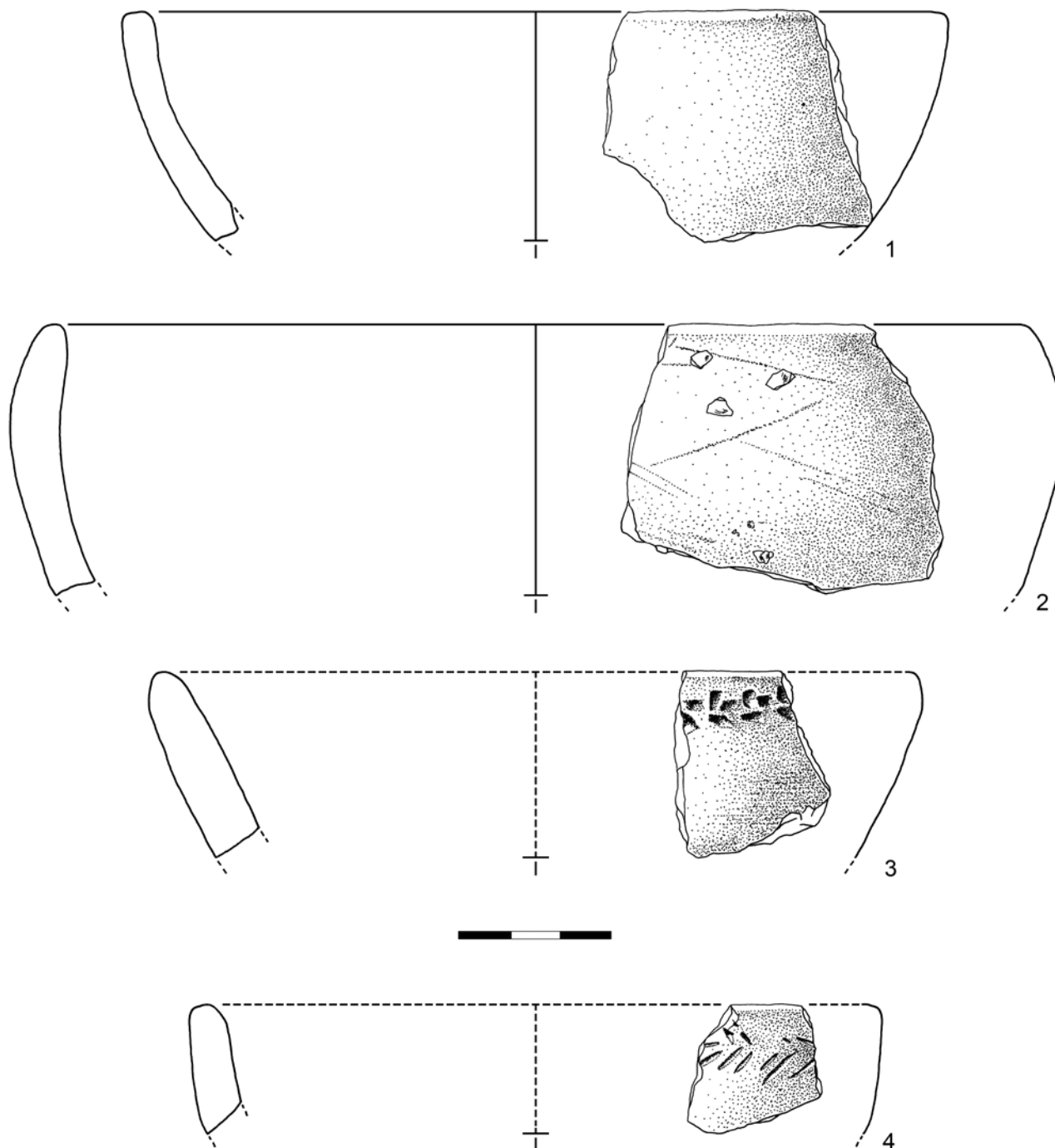


FIG. 7 Cerâmica: 1 - taça em calote, lisa; 2 - hemisférico liso; 3 - taça em calote com fiada dupla de impressões triangulares; 4 - hemisférico decorado com tema espinhado inciso. Escala em cm.

- A técnica da impressão, por seu lado, está presente em 26 fragmentos, entre os quais sete bordos, que incluem ungulações, temas espinhados de tipo “falsa folha de acácia” e, sobretudo, o recurso a um leque diversificado de matrizes de difícil classificação formal. Nesta técnica incluiu-se também um fragmento de bojo decorado com “boquique” (Fig. 11, n.º 10).

Os fragmentos decorados com penteados, “boquique” e “falsa folha de acácia” ocorrem, de um modo geral, em contextos do Neolítico Antigo, sendo praticamente inexistentes em fases posteriores, de transição para o Neolítico Médio ou já plenamente deste período. Nestas fases tardias do Neolítico são mais usuais impressões e incisões inespecíficas, pouco padronizadas, que surgem sempre em reduzido número e

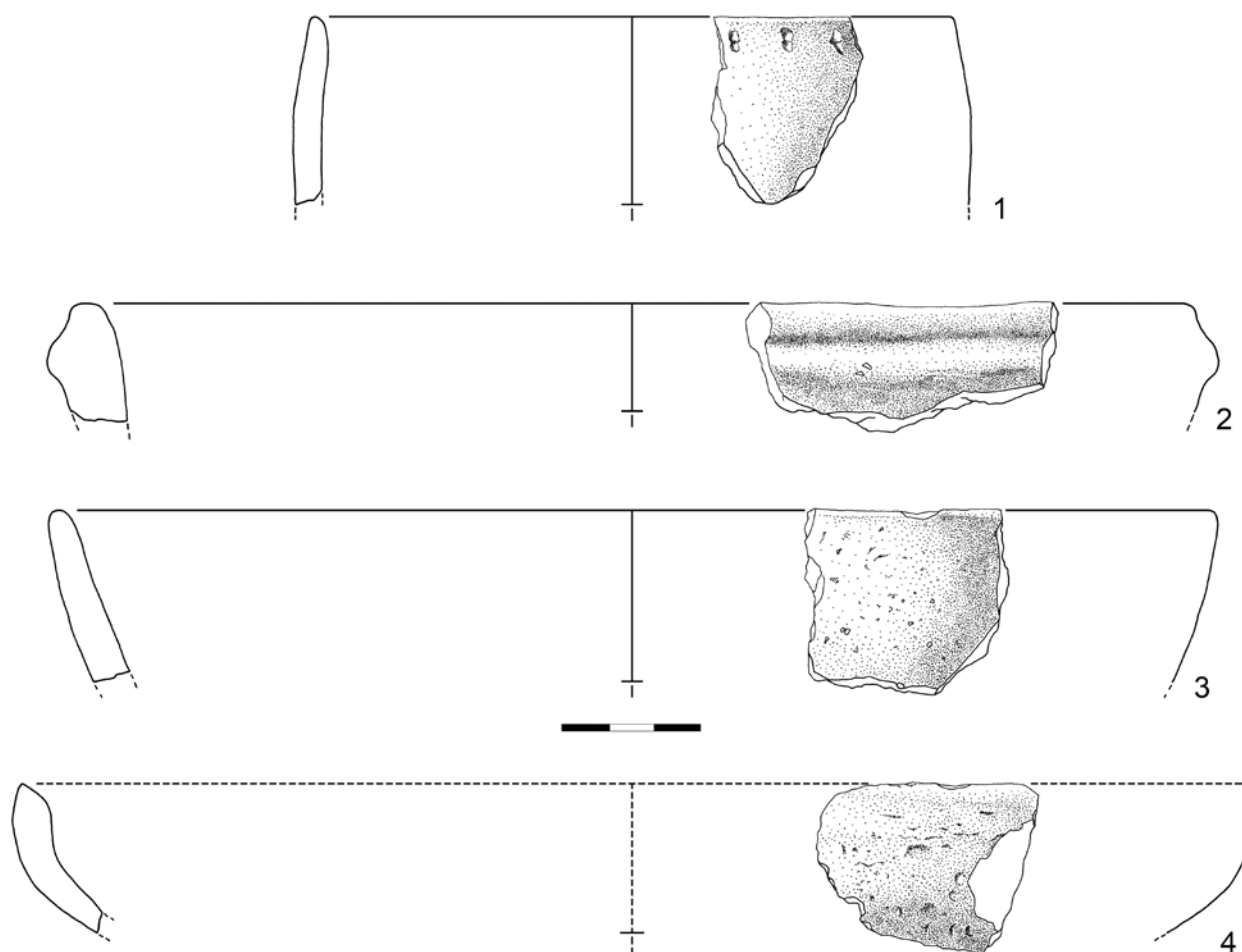


FIG. 8 Cerâmica: 1 - hemisférico alto decorado com fiada de impressões arredondadas; 2 - taça em calote com cordão liso junto ao bordo; 3 - taça em calote, lisa; 4 - taça em calote baixa, lisa. Escala em cm.

associadas a elementos de prensão e sulcos incisivos sob o bordo, sobretudo em contextos habitacionais (Neves–Diniz 2018) — decoração que, repita-se, está ausente da Costa do Pereiro. Assinale-se, no entanto, que estas decorações ocorrem em horizontes de ocupação do Neolítico Antigo Evoluído e do Neolítico Médio Inicial e Pleno na sequência estratigráfica do vizinho Abrigo da Pena d'Água (Carvalho 1998a; 2008). Portanto, com os dados disponíveis, escassos e nem sempre inequívocos, não se podem excluir liminarmente duas possibilidades para explicar a presença destas decorações na Costa do Pereiro: a de se tratar de intrusões de material mais antigo redepositado, à semelhança do observado no caso da cerâmica cardinal (ver Anexo); ou de estarmos perante um regionalismo que se manifesta na sobrevivência destes tipos decorativos, neste caso à semelhança do que foi já equacionado para outros setores da região estremeña (Carreira – Cardoso 1994).

Porém, é o próprio posicionamento relativo do material decorado da Costa do Pereiro que suporta a dedução de que pode efetivamente datar do Neolítico Médio. Os 18 fragmentos de cerâmica penteada concentram-se no topo da camada 1b (n=15, 83% do total), apresentando aliás uma interessante distribuição bimodal com um pico no nível artificial 1 (n=9, 50%) e outro no 3 (n=5, 28%). A notável semelhança entre diversos fragmentos sugere aliás que pertencerão a um número restrito de vasos, talvez um em cada um daqueles níveis artificiais. Da mesma forma, os dois exemplares de “falsa folha de acácia” distribuem-se também pelo topo da camada, nos níveis artificiais 1 e 2, coincidindo com os penteados. Já o único fragmento de “boquique” foi encontrado no quadrado G20, durante a decapagem do topo da camada 2 subjacente, e está portanto em consonância com uma datação mais antiga cujo significado é por ora difícil de apreender.

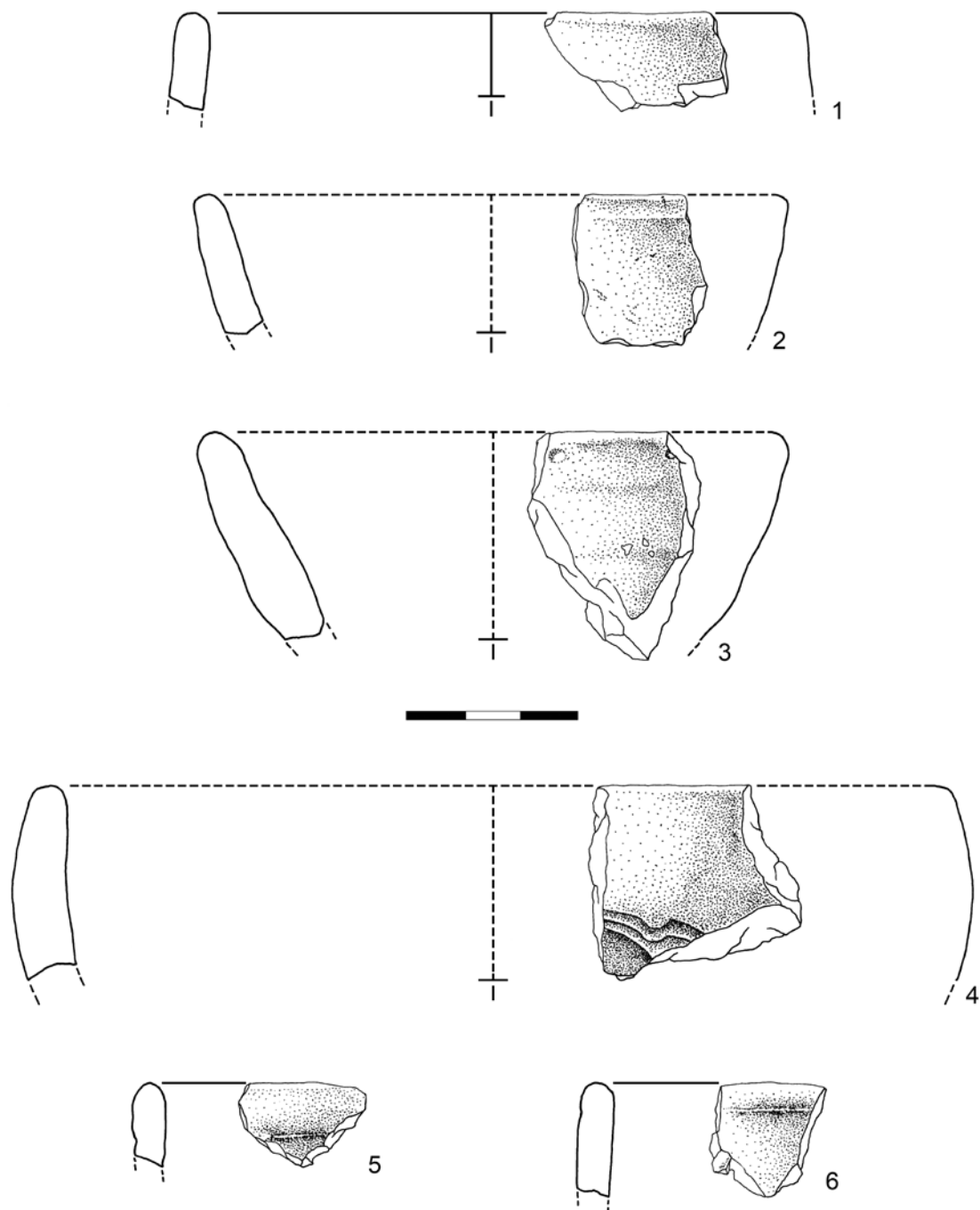


FIG. 9 Cerâmica: 1 - hemisférico fechado, liso; 2 e 3 - hemisféricos abertos, lisos; 4 - hemisférico decorado com linhas incisas ondulantes; 5 e 6 - fragmentos de bordo com ligeiro espessamento exterior, lisos. Escala em cm.

3.2. Análise traceológica de produtos alongados em sílex

Ensaio traceológicos previamente realizados sobre amostras líticas do Neolítico Antigo regional haviam já demonstrado que peças convencionalmente classificáveis como “elementos de foice” — secções mesiais de produtos alongados fraturados intencionalmente por flexão ou percussão (ver discussão em Carvalho 1998b: 91-92) — foram na realidade

utilizadas sobre um espectro muito alargado de materiais (Carvalho – Gibaja 2005). Por esta razão, o objetivo da análise traceológica de uma amostra de 20 lâminas e lamelas da camada 1b da Costa do Pereiro visou simultaneamente aferir a sua variabilidade funcional (e daí inferir o leque de atividades levadas a cabo pelos grupos neolíticos que aqui estacionaram) e examinar o eventual emprego destas peças no corte de cereais (e assim verificar a presença de agricultura cerealífera

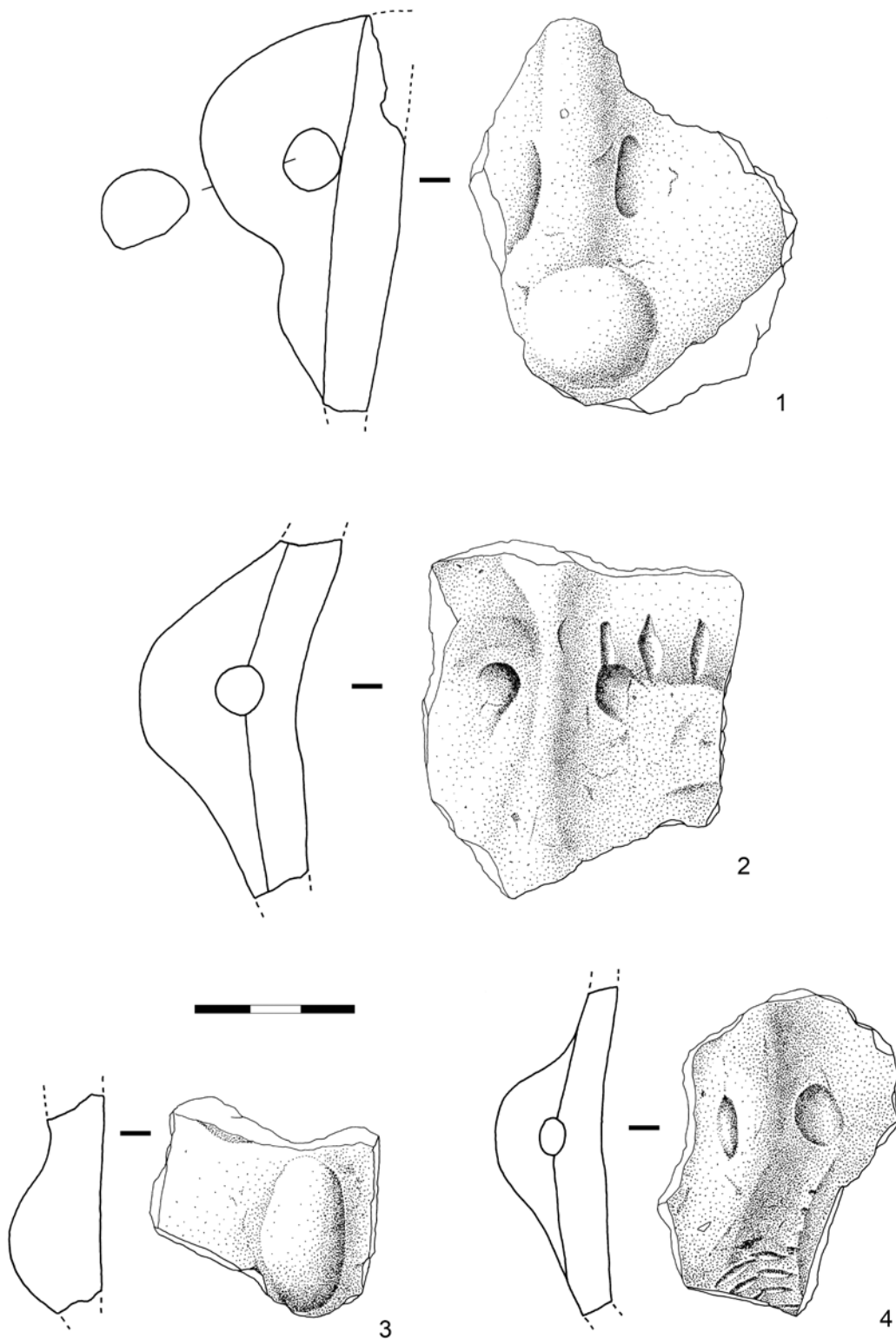


FIG. 10 Cerâmica: 1 - fragmento de asa com botão; 2 - fragmento de asa e cordão segmentado por impressões; 3 - fragmento de botão; 4 - fragmento de asa com espinhado inciso disposto no vertical. Escala em cm.

entre as práticas económicas desta fase do Neolítico). Ao contrário de outros projetos de estudo traceológico de material neolítico antigo da região, neste caso concreto não se estudaram pontas de projétil (Fig. 12).

Para o efeito, empregou-se de maneira combinada uma lupa binocular Leica MZ16A, com aumentos de 10x a 90x, e um microscópio metalográfico Olympus BH2, com aumentos de 50x a 400x, dotado de uma

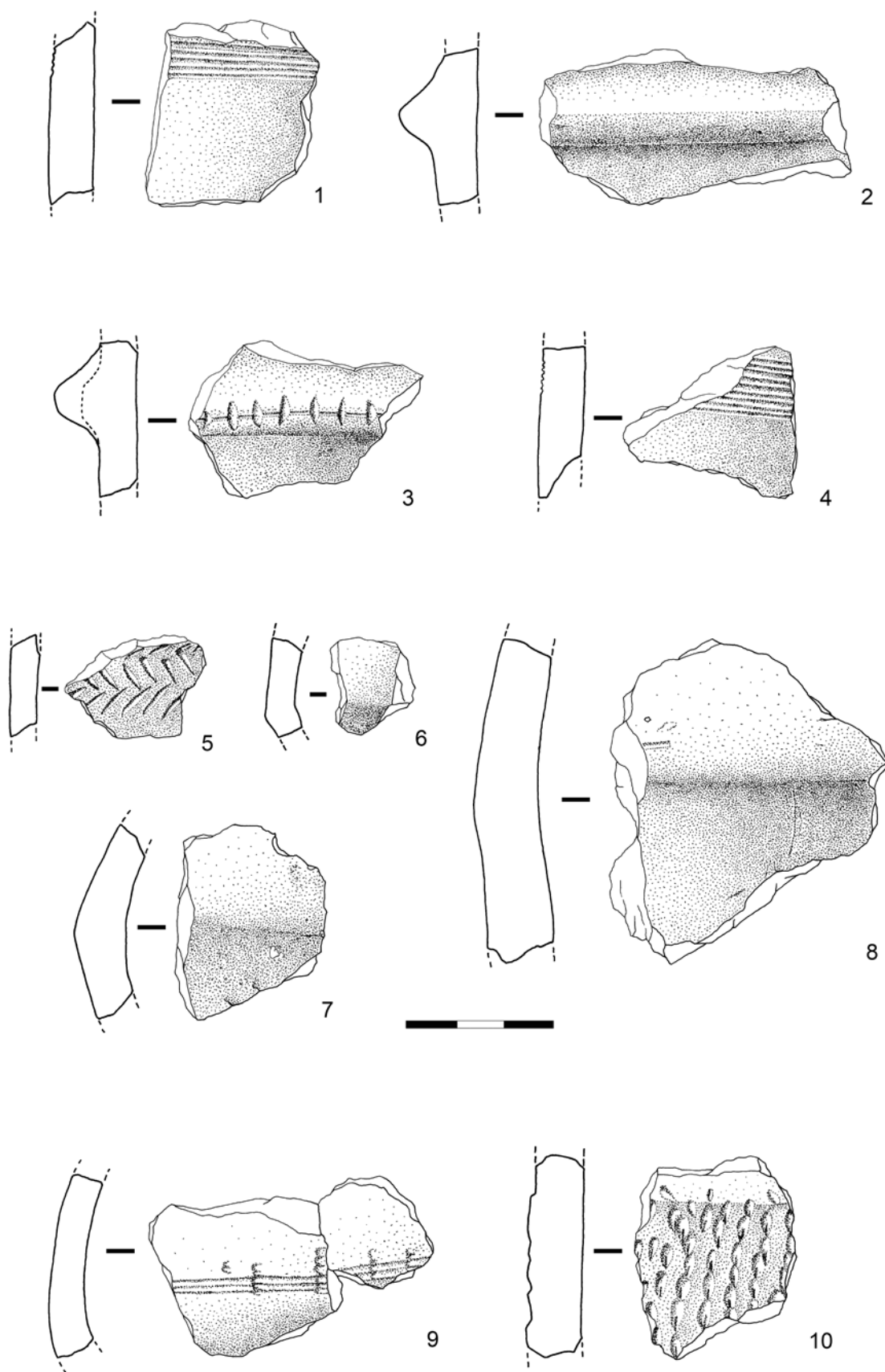


FIG. 11 Cerâmica: 1, 4 e 9 - fragmentos decorados com penteados; 2 e 8 - fragmentos de cordões lisos; 3 - fragmento de cordão com linha incisa horizontal cortada com impressões verticais; 5 - fragmento decorado com espinhado inciso de tipo “falsa folha de acácia”; 6 e 7 - fragmentos de bojo com curvatura acentuada (carenas?); 10 - fragmento decorado com banda vertical obtida pela técnica de “boquique”. Escala em cm.

câmara fotográfica Canon 450D. Para as fotografias microscópicas empregou-se o *software* Helicon Focus v. 4.62, que permite obter e processar imagens totalmente focadas. Todas as peças foram limpas com água e sabão, não tendo sido necessário o uso de soluções ácidas para eliminar concreções calcárias.

Uma parte das peças apresenta alterações, nalguns casos tão intensas que impediram a sua análise. Todas apresentam lustre de solo, algumas estão queimadas e/ou patinadas, e a maioria mostra gumes

com denticulações intermitentes bifaciais que não serão resultado de utilização mas sim dos processos pós-deposicionais por que passaram. Assim, daquela amostra de 20 peças, nove (45%) mostram marcas de uso que puderam ser identificadas e atribuídas a tarefas concretas, cinco (25%) não puderam ser analisadas devido às referidas alterações, e seis (30%) foram classificadas como “sem critério de análise”, pois não se obtiveram elementos de diagnóstico suficientes para a determinação da sua utilização.

QUADRO 6 TRACEOLOGIA DE SUPORTES ALONGADOS EM SÍLEX

PROVENIÊNCIA ^(a)	DIMENSÕES ^(b)	DESCRIÇÃO	UTILIZAÇÃO	FIG. 12
G21.1b.2	2,5 × 1,5 × 0,4	Marcas de uso a olho nu. Bordo direito usado primeiro no corte de cereais, depois na raspagem de pele seca. Bordo esquerdo usado no corte de plantas não lenhosas. Embora seja formalmente uma raspadeira, não foi usada como tal porque o retoque visou eliminar a curvatura da peça e facilitar o seu encabamento.	Corte de cereais e raspagem de pele seca.	—
G21.1b.3	3,6 × 1,1 × 0,2	Bordo esquerdo não retocado e com pequenas denticulações e micropolimentos pouco desenvolvidos, produzidos talvez no corte de plantas não lenhosas.	Corte de plantas não lenhosas.	—
G21.1b.3	4,0 × 1,3 × 0,2	Bordo esquerdo não retocado, com arredondamento muito acusado e polimento de trama apertada, sugerindo raspagem de pele seca empregando alguma matéria vegetal como aditivo.	Raspagem de pele seca.	n.º 3
G21.1b.3	2,5 × 1,1 × 0,2	Apresenta modificações que sugerem o seu uso no corte de plantas não lenhosas. O reduzido desenvolvimento das marcas de uso obriga a reservas nesta conclusão.	Corte de plantas não lenhosas.	—
H21.1b.1	5,2 × 1,7 × 0,4	Ambos os gumes retocados empregues em tarefas de descarnamento. O retoque não modificou em demasia o ângulos dos gumes, pelo que deverão ter sido realizados apenas para reavivamento dos gumes	Descarnamento.	n.º 1
H22.1b.3	5,5 × 1,7 × 0,4	Gume direito, não retocado, empregue no corte de matéria branda indeterminada. As escassas marcas de uso e o ligeiro lustre de solo impedem um diagnóstico preciso.	Corte de matéria branda indeterminada.	—
I21.1.-.105	2,6 × 1,1 × 0,3	Alteração térmica. Observam-se marcas bifaciais em ambos os gumes associadas a ligeiros arredondamentos e polimentos pouco desenvolvidos, o que indica o corte de uma matéria indeterminada de dureza branda ou semidura.	Corte de matéria branda ou semidura indeterminada.	—
I21.2.-.18	1,9 × 1,4 × 0,3	Alterado termicamente, não retocado. Superfície bastante alterada, mas observam-se polimentos em ambos os gumes resultantes do corte de matéria vegetal indeterminada.	Corte de matéria vegetal indeterminada.	n.º 4
I23.1b.3.82	3,1 × 1,4 × 0,3	Não retocada. Ambos os bordos empregues na raspagem de pele seca (talvez com algum abrasivo). Embora muito afetadas por lustre, o forte desenvolvimento das marcas permite determinar a matéria trabalhada e o movimento efetuado.	Raspagem de pele seca.	n.º 2

^(a) Proveniência identificada sequencialmente por quadrado, camada, nível artificial e coordenação 3D (quando existente).

^(b) Comprimento × Largura × Espessura (em cm).

Tal como se suspeitava à partida, as nove lâminas/lamelas usadas foram empregues em diversas atividades, por vezes no caso de uma mesma peça, resultando assim num leque alargado de tipos de marcas de utilização (Quadro 6 e Fig. 12): corte de plantas indeterminadas e plantas não lenhosas, incluindo cereal ($n=4$), raspagem de pele seca ($n=3$), descarnamento ($n=1$) e corte de matérias brandas de natureza indeterminada ($n=2$).

Note-se que uma peça, inicialmente classificada como utilizada apenas na raspagem de pele seca, acabou por se verificar ter sido utilizada também, numa primeira fase da sua “vida útil”, no corte de cereais. Esta observação atualiza a conclusão anterior a propósito destas análises segundo a qual não se teriam identificado elementos de foice na Costa do Pereiro (Carvalho 2021: 141-142), e vem testemunhar indiretamente a presença de práticas agrícolas nesta fase do Neolítico da região. Esta questão será retomada nas conclusões.

4. REMANESCENTES HUMANOS E PRÁTICAS FUNERÁRIAS

Nos trabalhos de escavação da Costa do Pereiro foram recolhidos vários elementos esqueléticos humanos correlacionáveis com a ocupação neolítica (Fig. 3): dentes e ossos desarticulados de um indivíduo não-adulto de uma inumação realizada no topo da camada 2; três dentes soltos de adultos dispersos no interior da camada 1b; e um fragmento de falange de mão de adulto, identificado aquando da triagem dos restos faunísticos desta camada.

Os remanescentes do indivíduo não-adulto totalizam 39 ossos e fragmentos ósseos que se distribuíam pelos primeiros 20 cm de topo da camada 2 nos quadrados H21 ($n=3$), H22 ($n=34$), I20 ($n=1$) e I21 ($n=1$), mas com uma concentração evidente no quadrado H22. Este indivíduo está representado pela mandíbula (Fig. 3, n.º 5), vértebras, costelas, diáfise de ulna esquerda, diáfise de fémur direito, terço distal de fémur esquerdo, fragmentos de diáfise de tíbia. Trata-se, sem dúvida, de um enterramento intencional, dado que, apesar de muito incompleto, os elementos ósseos apresentam-se em bom estado de preservação, o que não aconteceria se o indivíduo tivesse sido



FIG. 12 À esquerda: lâminas e lamelas de sílex com marcas de uso: 1 - lâmina usada para descarnar; 2 e 3 - lamelas usadas na raspagem de pele seca; 4 - lamela empregue no corte de plantas não lenhosas indeterminadas. À direita: “flecha transversal” (em cima) e micrólitos geométricos (em baixo). Escalas em cm.

depositado à superfície. O facto de se terem conservado vértebras e costelas, ossos particularmente frágeis, reforça esta conclusão. Não foi possível identificar qualquer estrutura do enterramento nem oferendas, o que permite concluir que as práticas funerárias terão envolvido tão-somente a abertura de uma cova no topo da camada 2. A sua cronologia exata, e logo a sua atribuição ao Neolítico, foi determinada através da datação por AMS de uma amostra composta por todos os fragmentos de ossos longos exumados no nível artificial 1 do quadrado H22, cujo resultado indicou 3900 cal BC (Quadro 1).

Os restantes remanescentes humanos são compostos por três dentes e uma falange de mão com uma dispersão compreendida entre o topo da camada 1b e o topo da camada 2 (Quadro 7), o que sugere à partida diversos momentos para a sua incorporação neste depósito sedimentar — muito provavelmente devido a processos de dismantelamento de deposições funerárias, por escavar, localizadas na plataforma acima do

QUADRO 7 INVENTÁRIO DOS REMANESCENTES HUMANOS DE INDIVÍDUOS ADULTOS.

PROVENIÊNCIA (°)	DESCRIÇÃO	FIG. 3
G21.1b.1	Incisivo inferior, apresentando alterações tafonómicas.	n.º 1
H21.1b.2	Coroa de segundo molar superior direito definitivo.	n.º 3
I20.1b.7	Extremidade distal de falange de mão de indivíduo adulto.	n.º 4
H20.2.1-3	Coroa de primeiro molar superior esquerdo definitivo com perfuração (cárie) na área interproximal.	n.º 2

(°) Proveniência indicada sequencialmente por quadrado, camada, nível artificial e coordenação 3D (quando existente).

setor escavado — que só a sua datação direta poderia atestar definitivamente. Porém, é verosímil que a cronologia destes momentos deva corresponder apenas ao Neolítico, como se deduz do facto de a inumação do não-adulto, que está solidamente datado deste período, se encontrar também no topo da camada 2.

Todos os elementos esqueléticos estão bem preservados, mas muito fragmentados. No caso da inumação do não-adulto, foram registadas quebras *post mortem*, sobretudo nas extremidades dos ossos e ligeira erosão da superfície óssea, assim como marcas de mordeduras por roedores na diáfise e extremidade distal da ulna esquerda, diáfises dos fémures e em fragmentos de diáfise de tibia. Adicionalmente, é visível a ação do fogo na extremidade distal de falange de mão e no incisivo inferior, ambos elementos que se encontravam dispersos.

O número mínimo de indivíduos foi calculado com base na metodologia de Ubelaker (1974), tendo sido identificados pelo menos dois indivíduos: um não adulto e um adulto (três dentes e extremidade distal de falange de mão).

As estimativas do sexo e da idade à morte são imprescindíveis para estabelecer o perfil biológico dos indivíduos (Buikstra – Ubelaker 1994). Considerando-se que a diagnose sexual é imprecisa em indivíduos não adultos, esta não foi estimada. No caso do adulto, os três dentes têm sinais de quebras nas suas coroas pelo que não foi possível aplicar métodos métricos para estabelecer o sexo. A estimativa da idade à morte foi viável para o não adulto: trata-se de um indivíduo com idade possivelmente inferior a 6 meses. Foi possível combinar metodologias que apontaram para esse diagnóstico: mandíbula com o 1.º molar decíduo direito que revela um desenvolvimento de cerca de

$\frac{3}{4}$ da coroa, apontando para uma idade de 6 meses $\pm$ 3 meses (Ubelaker 1989); fusão praticamente completa da sínfise mandibular (que ocorre até ao 1.º ano de vida) (Schaefer – Black – Scheuer 2009); e comprimento da diáfise do cúbito esquerdo (58 mm), que sugere uma idade inferior a 5 meses (Merchant – Ubelaker 1977 *apud* Ubelaker 1989).

O exame paleopatológico, que incidiu sobre todos os elementos esqueléticos, assentou na descrição geral das alterações observadas por regiões anatómicas — dentes e tecidos adjacentes, regiões articulares, regiões não-articulares e coluna vertebral — apresentando-se o seu diagnóstico diferencial ou, no caso de não ser viável, as várias possibilidades. Assim, os ossos do indivíduo não-adulto não revelam alterações ósseas compatíveis com condições patológicas, colocando-se a hipótese de que este indivíduo tenha perecido de infeção aguda fatal, aliás como era frequente nos recém-nascidos e crianças de tenra idade até à época em que foram introduzidos os antibióticos e implementadas medidas higiénico-sanitárias preventivas, sendo habituais os problemas intestinais e afeções respiratórias agudas. A análise dos indicadores de desequilíbrios fisiológicos foi inviabilizada devido à ausência das peças ósseas e dentárias que possibilitassem este estudo.

No que respeita aos dentes de adulto, a coroa do 1.º molar superior esquerdo apresenta pelo menos uma cárie interproximal de médias dimensões na sua coroa (Hillson 2008). O desgaste da sua superfície oclusal revela exposição da dentina em forma de pontos e remoção moderada das cúspides (grau 3, segundo Smith 1984). A coroa do 2.º molar superior permanente direito exhibe desgaste oclusal ligeiro (grau 2), apresentando subtil exposição de dentina,

sobretudo na cúspide disto-lingual. O incisivo inferior permanente mostra desgaste tendencialmente severo (grau 7). O exame destes elementos dentários não permite obviamente tecer ilações sobre padrões dietéticos ou hábitos culturais.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Não cabe aqui desenvolver todas as implicações que os dados da Costa do Pereiro acarretam para o conhecimento do Neolítico Médio no Maciço Calcário Estremenho, tema de investigação que dispõe de alguns trabalhos recentemente publicados para onde se remete o leitor. De facto, foi há pouco publicada uma síntese de conjunto sobre este período na região, elaborada unicamente a partir de dados provenientes de contextos habitacionais, em que se trataram de questões relacionadas com povoamento, cronologia e cultura material (Carvalho 2021). Dois desses contextos habitacionais, pela sua importância intrínseca, mereceram estudos próprios. É o caso da Pena d'Água (Torres Novas), abrigo sob rocha escavado entre 1992 e 2000 e cujos resultados foram sendo publicados em diversas instâncias (p. ex., Carvalho 1998a; 2008), mas que conta hoje com uma síntese interdisciplinar dos diversos resultados dessa investigação (Carvalho 2016). O outro caso é o sítio de ar livre da Costa do Pereiro, objeto do presente artigo, que, como referido na introdução, se centra na apresentação dos dados de terreno e da análise das suas componentes artefactuais e restos humanos. Também recentemente foi publicada a Gruta das Alcobertas (Rio Maior), que deve ser mencionada aqui porque, de acordo com esse estudo, que inclui uma análise detida do seu espólio e conta com datações de radiocarbono (Cardoso 2020), tratar-se-á de um contexto funerário puramente neolítico médio e, portanto, equiparável a outras grutas coevas da região, tais como a Lapa dos Namorados (Torres Novas) (Carvalho *et al.* 2000), Algar do Barrão (Alcanena) (Carvalho – Antunes-Ferreira – Valente 2003) ou Lugar do Canto (Santarém) (Leitão *et al.* 1987; Cardoso – Carvalho 2008, Carvalho – Cardoso 2015), só para citar as que dispõem de um maior volume de dados. Em suma, pode concluir-se que a região tem recebido diversas contribuições no que respeita ao estudo do Neolítico Médio, abarcando um espectro

muito alargado de tópicos de investigação, desde o paleoambiente e economia à organização social e práticas funerárias.

Deste modo, para não repetir temas já tratados nas publicações acima referidas, os dados ora apresentados a partir da Costa do Pereiro são pertinentes naquele quadro geral principalmente a dois níveis: estratégias de subsistência e práticas funerárias. Com efeito, a preservação de restos faunísticos domésticos e a identificação de elementos de foice — achados raros no registo do Neolítico Médio de Portugal, e inéditos na sua coexistência num mesmo contexto — permitem alinhar algumas considerações acerca das estratégias de subsistência dos grupos humanos que estacionaram na Costa do Pereiro ao longo do IV milénio a.C.

Quanto aos restos faunísticos (Quadro 5), há que relembrar que os provenientes do nível artificial 3 têm sido atribuídos, ora ao Mesolítico (Carvalho 2008), ora ao Neolítico (Valente – Carvalho 2014), consoante foi sendo entendido o processo de formação do sítio. De acordo com os últimos autores, que procedem à análise mais atualizada desta componente, temos o domínio claro do veado, com 47 restos (65% do total de mamíferos, leporídeos excluídos), o que testemunhará estratégias de caça especializadas nesta espécie. Inversamente, na vizinha Pena d'Água, é o par ovelha/cabra que predomina, com 61 restos (74%), portanto, neste caso, quase o triplo dos restos de veado (22 restos, 27%).

Aquela dicotomia entre cervídeos (selvagens) e caprinos (domésticos) tem vindo a ser sublinhada em termos interpretativos, uma vez que parece consentânea com as características orográficas, muito acidentadas, do maciço calcário, a que estes animais, ao contrário por exemplo dos bovinos, estariam à partida mais bem adaptados. Dados entretanto obtidos noutras grutas da região mimetizam o observado naquele abrigo e sugerem mesmo que este domínio do par ovelha/cabra, portanto de práticas pastoris, possa estar a ocorrer sobretudo em contextos cársicos fechados, não de ar livre. Este foi o caso, primeiro, da Gruta do Cadaval (Tomar), onde se obteve um padrão faunístico semelhante ao da Pena d'Água, com aquele par a totalizar 68 restos (76%) face aos seis restos (7%) de cervídeos (Almeida – Salaié – Oosterbeek 2015), e da Gruta dos Casais da Mureta (Alcanena), cujos dados preliminares indicam um domínio esmagador destes

animais, com 282 restos (98%) face a um único resto de veado (0,3%!) num conjunto total de 288 (Valente – Carvalho 2019: 36).

O modo como se processaria a exploração de ovelhas e cabras durante o Neolítico Médio na região tem sido também objeto de debate, sendo frequentemente invocada a já clássica teoria segundo a qual estaríamos perante práticas transumantes. Ora, a conjugação destes novos dados zooarqueológicos (Valente – Carvalho 2014; 2019; Almeida – Salaié – Oosterbeek 2015) com um conhecimento mais detalhado do respetivo sistema de povoamento e, sobretudo, hoje em dia, com recurso a dados isotópicos para determinação de mobilidade (Carvalho *et al.* 2019), parece apontar, no estado atual da investigação, para um modelo em que a presença de ovelhas/cabras não locais não será correlativa de práticas transumantes, mas sim, talvez mais apropriadamente, de testemunho de uma pastorícia itinerante que teria lugar dentro de unidades territoriais mais reduzidas (para os termos em como se pode colocar esta discussão, ver Valente – Carvalho 2019: 35-36; Carvalho 2021: 149).

Do mesmo modo, a identificação com base em análise traceológica de “elementos de foice”, tal como definidos acima, conforma uma situação quase única no Neolítico Médio no atual território português. Tanto quanto é do nosso conhecimento, na Estremadura, apenas na gruta-necrópole do Algar do Bom Santo (Alenquer) se identificaram lâminas de sílex com os mesmos traços de uso, em dois casos. A descrição apresentada de ambas as peças permite extrapolar algumas deduções acerca do único exemplar da Costa do Pereiro, que se encontra em pior estado de conservação por ter sido reutilizado noutras tarefas (Carvalho – Gibaja 2014: 182):

“Both present fractured distal ends intentionally broken to obtain a straight, regular edge in order to permit their correct hafting [...]. The distribution of micro-polishing shows us these blades were inserted diagonally, like those recorded in the evolved Early Neolithic site of Cortiçóis, located East of the Montejunto Mountain on the left banks of the Tagus (Carvalho et al. 2013), a fact that seems to point to the same technological tradition in the region. While one exhibits only striated micro-polishing, indicating its use in cutting stalks in their middle or upper sections,

the other shows a larger number of striations, especially at the proximal end, as a result of a harvesting process focusing the lower part of stalks, near or in contact with the soil. Both are unretouched, with long and very sharp (20°) edges.”

Apesar da sua singularidade, a peça da Costa do Pereiro testemunha a presença de agricultura, que teria tido lugar nas proximidades do sítio arqueológico. A julgar pelas características orográficas e geológicas da área, seria muito provavelmente junto ao sopé do Arrife, onde se desenvolvem amplos terraços de coberturas arenosas, densamente recortados por linhas de água (hoje sazonais), que sobreporiam condições suficientes para a prática de uma agricultura primitiva (isto é, ainda sem recurso a arado).

Esta proximidade física entre local de residência e campos agrícolas que se deduz para as práticas de subsistência, pelo menos como hipótese de trabalho, tem correspondência igualmente em traço similar já observado, na região, para a relação entre os locais de residência e as necrópoles. O exemplo mais notório dessa proximidade, e assim de hipotética correlação funcional, foi já assinalado a propósito do sítio de ar livre do Cerradinho do Ginete que dista menos de 300 m da necrópole de gruta da Lapa dos Namorados (Torres Novas), ambos localizados junto ao rebordo do Arrife da Serra d’Aire (Carvalho 2021: 148-149). Para o caso da Costa do Pereiro não se dispõe ainda de certezas quanto à eventual correlação com a Buraca da Moura da Rexaldia, localizada a distância semelhante, a qual foi escavada por M. Farinha dos Santos em 1982 e 1984 e permanece inédita (Araújo – Zilhão 1991: 57-58).

Porém, a própria descoberta de uma inumação de um indivíduo infantil e o achado de elementos ósseos e dentários descontextualizados pertencentes a pelo menos um adulto, são observações até ao momento ainda não verificadas noutros locais (convencionalmente) classificados como habitacionais. Isto é válido para toda a região estremenha. Se os remanescentes dispersos de adulto podem ser interpretados como resultando de processos tafonómicos — p. ex., uma inumação não identificada em escavação desmantelada por processos pós-deposicionais —, já quanto aos remanescentes do indivíduo não-adulto pôde ser identificado e definido o seu local concreto de

inumação e posicionamento estratigráfico. Aliás, a dedução de que se trata da prática de inumação deriva do facto de se terem preservado elementos osteológicos frágeis cuja preservação só foi possível devido ao seu enterramento deliberado. Ou seja, trata-se, para todos os efeitos interpretativos, de um espaço formal de deposição funerária.

Estas observações levantam duas questões cuja análise terá de ter lugar noutro estudo e, de preferência, após novas escavações em setores ainda não intervencionados da Costa do Pereiro. Uma primeira questão tem que ver com a inexistência de separações efetivas nesta fase do Neolítico entre “espaços dos vivos” e “espaços dos mortos”, uma oposição que se tem vindo a esbater com o desenvolvimento da investigação nas últimas décadas, tanto em termos de reflexão teórica acerca das estruturas mentais e da mundivisão dos grupos neolíticos, como face à descoberta de contextos arqueológicos cuja interpretação dominante vai no mesmo sentido. É exemplo, no território português, o entendimento que se tem vindo a fazer das práticas funerárias registadas no complexo arqueológico dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz), cuja fase inicial data do Neolítico Médio e é portanto coeva da Costa do Pereiro (p. ex., Valera 216; Valera *et al.* 2018).

Outra questão, de raiz essencialmente demográfica mas que acarreta implicações profundas no estudo da ideologia destas sociedades, prende-se com o tratamento dado na morte a indivíduos não-adultos, neste caso quase recém-nascidos. Com efeito, se atentarmos a título de exemplo à estrutura populacional observada no Algar do Barrão (Carvalho – Antunes-Ferreira – Valente 2003), a mais representativa necrópole do Neolítico Médio da região estudada em moldes modernos, a proporção observada entre adultos e não-adultos, numa população total de 20 indivíduos, é de 4:1 (16 adultos *versus* 4 não-adultos). Neste caso, dos quatro não-adultos, um tinha 3,5-4,5 anos à idade da morte, outro 5,5-7,5 anos, e os restantes são de idade indeterminável. Ora, este rácio não é o expectável em estruturas demográficas de tipo neolítico, onde a taxa de mortalidade infantil é por norma muito mais elevada. Esta conclusão está todavia de acordo com os resultados do estudo de conjunto de Silva (2003: 58), autora segundo a qual há, nestes contextos, uma “*generalized under-representativity of individuals under the age of five, in particular, under*

one year of age [...]. For the remaining age groups, the mortality curve line is more or less in accordance with the expected one for natural populations.” Este facto poderá significar um diferente tratamento funerário concedido a não-adultos, especialmente da faixa etária do indivíduo da Costa do Pereiro, que não terá implicado a sua deposição na necrópole coletiva da respetiva comunidade.

Esta última questão tem que ver não só com os rituais da morte — que são, como é sabido, por vezes muito evidentes no registo arqueológico — como também com os rituais de passagem à idade adulta, que estabeleceriam, entre outros aspetos da vida de um indivíduo, o seu papel na sociedade tal como definido pela sua idade. Já estes rituais, são, por natureza, muito menos visíveis em termos arqueológicos e, portanto, mais dificilmente deduzíveis a partir do registo empírico. Aqui poderemos ter um testemunho indireto dos mesmos.

6. CONCLUSÕES

A investigação neolítica em Portugal centrou-se, por mais de um século, na escavação de contextos funerários, tanto grutas-necrópole, como monumentos megalíticos. Só a partir do segundo quartel do século XX teve início a prospeção e escavação sistemáticas de contextos habitacionais. O estudo de contextos atribuíveis ao Neolítico Médio (segunda metade do V e IV milénios a.C.) debate-se com a dupla dificuldade acrescida constituída pelo carácter inespecífico da generalidade dos seus elementos de cultura material quando em prospeção (p. ex., cerâmica quase exclusivamente lisa) e da baixíssima densidade desses vestígios de superfície como resultado de estratégias de ocupação do território assentes em índices de mobilidade elevados. Trata-se, em suma, de contextos que se revestem de uma marcada invisibilidade arqueológica, mas que são cruciais, entre outros aspetos, para a caracterização das sociedades construtoras de megálitos. Por estas razões cremos que os dados obtidos na Costa do Pereiro se constituem importantes, apesar das suas diversas insuficiências contextuais, como mais um elemento para a discussão da cultura material, estratégias de subsistência e, até mesmo, das práticas funerárias deste período.

Agradecimentos

Os autores agradecem a diversos colegas a colaboração que prestaram em distintos momentos do estudo da ocupação neolítica da Costa do Pereiro: a Isabel Figueiral, que analisou os carvões da Lareira 2; Maria João Valente e Simon J. M. Davis, que levaram a cabo análises parcelares dos restos faunísticos; Fernanda Sousa, que desenhou os diversos artefactos aqui ilustrados; Cristina Dores, que restaurou o vaso cerâmico recuperado da Lareira 2; e Maria João Jacinto e Francisco Almeida, que asseguraram a codificação dos trabalhos de escavação, respetivamente em 1999 e 2000. De igual modo, agradecemos os úteis comentários e sugestões que nos foram endereçados por dois revisores anónimos, e que contribuíram para um melhor esclarecimento dos nossos resultados.

Nota final

Os trabalhos de escavação na Costa do Pereiro tiveram lugar no quadro das atividades do projeto “Pré-História do maciço calcário das Serras d’Aire e Candeeiros e bacias de drenagem adjacentes” (1998-2001), financiado pelo então Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos, tendo sido codirigido por João Pedro Cunha Ribeiro, Francisco Almeida e A.F.C.

A análise traceológica dos elementos de sílex foi levada a cabo no âmbito do projeto “Tools, techniques and specialists: The keys to understand the Mesolithic-Neolithic transition in Mediterranean Europe” (referência PID2020-112513RB-I00), financiado pelo *Ministerio de Ciencia e Innovación* e pela *Agencia Estatal de Investigación* de Espanha, dirigido por J.F.G.

Bibliografia

- ALMEIDA, N. J. O. – SALADIÉ, P. – OOSTERBEEK, L. (2015) – Zooarqueologia e tafonomia dos sítios neolíticos da Gruta da Nossa Senhora das Lapas e Gruta do Cadaval (Alto Ribatejo, Portugal Central). In GONÇALVES, V. S. – DINIZ, M. – SOUSA, A. C. (eds.) – 5.º Congresso do Neolítico Peninsular. *Actas*. Lisboa: 77-84.
- ARAÚJO, A. C. – ZILHÃO, J. (1991) – *Arqueologia do Parque Natural das Serras de Aire e dos Candeeiros* (Coleção Estudos; 8). Lisboa.
- BUIKSTRA, J. E. – UBELAKER, D. H. (1994) – *Standards for data collection from human skeletal remains. Proceedings of a seminar at the Field Museum of Natural History*. Fayetteville.
- CARDOSO, J. L. (2020) – A necrópole da Gruta das Alcobertas (Rio Maior) e a sua importância para o conhecimento do Neolítico Médio em Portugal. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 27: 117-140.
- CARDOSO, J. L. – CARVALHO, A. F. (2008) – A gruta do Lugar do Canto (Alcanede) e sua importância no faseamento do Neolítico no território português. In CARDOSO, J. L., (coord.) – *Octávio da Veiga Ferreira. Homenagem ao Homem, ao Arqueólogo e ao Professor*. Oeiras: 269-300.
- CARREIRA, J. R. – CARDOSO, J. L. (1994) – Sobre a existência de cerâmicas impressas e incisas no Neolítico final estremenho. In *V Jornadas Arqueológicas*, vol. 2. Lisboa: 69-78.
- CARVALHO, A. F. – CARDOSO, J. L. (2015) – Insights on the changing dynamics of cemetery use in the Neolithic and Chalcolithic of Southern Portugal. Radiocarbon dating of Lugar do Canto Cave (Santarém). *Spal*, 24: 35-53.
- CARVALHO, A. F. (1998a) – Abrigo da Pena d’Água (Rexaldia, Torres Novas). Resultados dos trabalhos de 1992-1997. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 1(2): 39-72.
- CARVALHO, A. F. (1998b) – *Talhe da pedra no Neolítico antigo do Maciço Calcário das Serras d’Aire e Candeeiros (Estremadura Portuguesa). Um primeiro modelo tecnológico e tipológico*. Lisboa.
- CARVALHO, A. F. (2008) – *A neolitização do Portugal meridional. Os exemplos do Maciço Calcário Estremenho e do Algarve ocidental*. Faro.
- CARVALHO, A. F. (2014) – Bom Santo Cave in context. A preliminary contribution to the study of the first megalith builders of Southern Portugal. In CARVALHO, A. F. (e.) – *Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies of Southern Portugal*. Faro: 209-230.
- CARVALHO, A. F. (2016) – The Pena d’Água Rock-shelter (Torres Novas, Portugal): two distinct life ways within a Neolithic sequence. In *Del Neolítico a l’Edad del Bronce en el Mediterráneo occidental. Estudios en homenaje a Bernat Martí Oliver*. Valencia: 211-223.
- CARVALHO, A. F. (2019) – Ambiente regional e integração alargada: estudo de uma população campaniforme. In CARVALHO, A. F. (ed.) – *O hipogeu campaniforme do Convento do Carmo (Torres Novas)*. Torres Novas: 157-186.
- CARVALHO, A. F. (2021) – O Neolítico Médio do Maciço Calcário Estremenho. Cronoestratigrafia e povoamento. In GONÇALVES, V. S. (ed.) – *Terra e sal. Das antigas sociedades camponesas ao fim dos tempos modernos. Estudos oferecidos a Carlos Tavares da Silva*. Lisboa: 133-152.
- CARVALHO, A. F. – ANTUNES-FERREIRA, N. – VALENTE, M. J. (2013) – A gruta-necrópole neolítica do Algar do Barrão (Monsanto, Alcanena). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 6(1): 101-119.
- CARVALHO, A. F. – GIBAJA, J. F. (2005) – Talhe da pedra no Neolítico antigo do Maciço Calcário Estremenho (Portugal): matérias-primas, tecnologia e análise funcional. In ARIAS CABAL, P. – ONTAÑÓN PEREDO, R. – GARCÍA-MONCÓ PIÑEIRO, C. (eds.) – *III Congreso del Neolítico en la Península Ibérica*. Santander: 373-382.
- CARVALHO, A. F. – GIBAJA, J. F. (2014) – Knapped stone tools. In CARVALHO, A. F. (e.) – *Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies of Southern Portugal*. Faro: 173-184.
- CARVALHO, A. F. – GIBAJA, J. F. – CARDOSO, J. L. (2013) – Insights into the earliest agriculture of Central Portugal: sickle implements from the Early Neolithic site of Cortiços (Santarém). *Comptes Rendus Palevol*, 12: 31-43.
- CARVALHO, A. F. – JACINTO, M. J. – DUARTE, C. – MAURÍCIO, J. – SOUTO, P. (2000) – Lapa dos Namorados (Pedrógão, Torres Novas): estudo dos materiais arqueológicos. *Nova Augusta*, 12: 151-172.

- CARVALHO, A. F. – GONÇALVES, D. – DÍAZ-ZORITA, M. – VALENTE, M. J. (2019) – Multi-isotope approaches to the Neolithic cemetery-cave of Bom Santo (Lisbon): new data and comparisons with fourth millennium BC populations from central-southern Portugal. *Archaeological and Anthropological Sciences*, 11: 6141-6159.
- CARVALHO, A. F. – VALENTE, M. J. – MARREIROS, J. (2016) – Mosaic adaptations of Early Holocene hunter-gatherers in central Portugal: Lithic and faunal evidence from Costa do Pereiro (Torres Novas). *Quartär*, 63: 169-187.
- DIAS, C. – MIRÃO, J. (2011) – *Análise de amostras de pigmentos vermelha* (relatório elaborado por Centro Hércules / Universidade de Évora; policopiado).
- FIGUEIRAL, I. (1998) – O Abrigo da Pena d'Água (Torres Novas): a contribuição da antracologia. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 1(2): 73-80.
- GIBAJA, J. F. – CARVALHO, A. F. (2014) – Use-wear analysis of chipped stone assemblages from Neolithic burial caves in Portuguese Estremadura: the case of Bom Santo (Lisbon). In MARREIROS, J. – BICHO, N. F. – GIBAJA, J. F. (eds.) – *Use-wear 2012. International conference on use-wear analysis*. Cambridge: 597-606.
- HILLSON, S. (2008) – Dental pathology. In KATZENBERG, M. A. – SAUNDERS, S. R. (ed.) – *Biological anthropology of the human skeleton*. New York: 301-340.
- LEITÃO, M. – NORTH, C. T. – NORTON, J. – FERREIRA, O. V. – ZBYSEWSKI, G. (1987) – A gruta pré-histórica do Lugar do Canto, Valverde (Alcanede). *O Arqueólogo Português* IVS. IV(5): 37-66.
- MARTINS, A. F. (1999) – *Maciço Calcário Estremenho. Contribuição para um estudo de Geografia Física*. Coimbra.
- MARTINS, S. (2009) – *Camada 1b da Costa do Pereiro (Torres Novas): contribuição para o conhecimento da cerâmica do Neolítico Médio e Final do Maciço Calcário Estremenho* (trabalho de seminário de final de licenciatura apresentado à Universidade do Algarve; policopiado).
- NEVES, C. – DINIZ, M. (2018) – À procura da terra dos vivos: os lugares de povoamento das primeiras fases do megalitismo funerário no centro e sul de Portugal. In SENNA-MARTINEZ, J. C. – DINIZ, M. – CARVALHO, A. F. (eds.) – *De Gibraltar aos Pirenéus. Megalitismo, vida e morte na fachada atlântica peninsular*. Nelas: 321-339.
- PEREIRA, J. M. (1999) – *Os artefactos de pedra polida do Almonda ao Zêzere (marcas do povoamento na região)* (dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Liso.; policopiada).
- ROCHE, J. (1972) – *Le gisement mésolithique de Moita do Sebastião, Muge, Portugal*. *Archéologie*, vol. II. Lisboa.
- SALVADO, M. C. (2004) – *Apontamentos sobre a utilização do osso no Neolítico e Calcolítico da Península de Lisboa. As colecções do Museu Nacional de Arqueologia*. Lisboa.
- SCHAEFER, M. – BLACK, S. – SCHEUER, L. (2009) – *Juvenile osteology: A laboratory and field manual*. London.
- SILVA, A. M. (2003) – Portuguese populations of late Neolithic and Chalcolithic periods exhumed from collective burials: an overview. *Anthropologie*, 41 (1-2): 55-64.
- SMITH, B. H. (1984) – Patterns of molar wear in hunter-gatherers and agriculturalists. *American Journal of Physical Anthropology*, 63(1): 39-56.
- UBELAKER, D. H. (1989) – *Human skeletal remains: Excavation, analysis, interpretation*. Washington.
- VALENTE, M. J. – CARVALHO, A. F. (2014) – Zooarchaeology in the Neolithic and Chalcolithic of Southern Portugal. *Environmental Archaeology*, 19(3): 226-240.
- VALENTE, M. J. – CARVALHO, A. F. (2019) – Southern Portugal animal exploitation systems: trends and changes from Neolithic to Bronze Age. A follow-up overview. *Environmental Archaeology*, 27(1): 31-43.
- VALERA, A. C. (2016) – Ditched enclosures and the ideologies of death in the Late Neolithic and Chalcolithic South Portugal. In ARD, V. – PILLOT, L. (eds.) – *Giants in the landscape: Monumentality and territories in the European Neolithic. Proceedings of the XVII UISPP World Congress (Burgos, Spain)*, vol. 3. Oxford: 69-84.
- VALERA, A. C. – SILVA, A. M. – LEANDRO, I. – GODINHO, R. M. – EVANGELISTA, L. S. (2018) – Contextos funerários e manipulação de restos humanos. In VALERA, A. C. (ed.) – *Os Perdígões neolíticos. Génese e desenvolvimento (de meados do IV aos inícios do III milénio a.C.)*. Lisboa: 155-162.

[Anexo]

A cerâmica cardial da Costa do Pereiro (Torres Novas)

ANTÓNIO FAUSTINO CARVALHO

No sítio de ar livre da Costa do Pereiro foram encontrados, no decorrer das sucessivas campanhas de escavação que aqui tiveram lugar no final da década de 1990, oito fragmentos de cerâmica decorada de tipo cardial. Salvo referências pontuais, designadamente a propósito da decoração original do agora designado Fragmento 1 (ver abaixo), estes achados permaneciam inéditos. Assim, o objetivo principal do presente apontamento é a sua descrição individualizada.

Os quatro primeiros fragmentos surgiram logo na primeira campanha, em 1997 (para o conhecimento da progressão dos trabalhos de escavação neste sítio, ver Carvalho 2008: 51-52 e fig. 14). Por casualidade, esta campanha incidiu num sector que se encontrava em parte afetado pela abertura de uma cova onde havia sido enterrado um bovino em época indeterminada, mas não muito recuada. Tratava-se, em concreto, dos quadrados F-H/20, onde, por essa razão, as terras pertencentes às camadas 1a e 1b haviam sido removidas durante a abertura da cova e depois reutilizadas para a sua colmatação. Nesse primeiro momento, a inexistência de estratigrafia preservada nestes quadrados permitiu levantar a hipótese de poder existir uma ocupação cardial na Costa do Pereiro, o que não se veio a verificar.

De facto, a conclusão dos trabalhos, em 2000, veio demonstrar que estas peças são intrusivas nas designadas camadas 1a-base e 1b e que, perante a ausência de “fósseis diretores” adicionais que se possam atribuir com segurança ao Cardial, não é possível apartar outros elementos (cerâmica, pedra lascada, restos faunísticos...) que lhes estivessem originalmente associados. Porém, a sua distribuição espacial no interior da área escavada não forma um agrupamento localizado que sugira um depósito deliberado de vasos (o que, a ter acontecido, teria necessariamente de ter resultado também num número muito mais significativo de

fragmentos). Pelo contrário, estas peças encontram-se dispersas, com uma maior concentração na área dos quadrados acima referidos, o que indica mais provavelmente a ação de fenómenos pós-deposicionais. E, com efeito, apesar de se encontrarem de um modo geral bem conservados, os fragmentos apresentam todos arestas ligeiramente boleadas, o que indica processos de migração por coluvionamento de curta distância, provavelmente a partir da parte mais elevada da plataforma. Se se confirmar esta dedução em futuras escavações, estes fragmentos serão testemunho de um contexto arqueológico cardial muito provavelmente de ar livre, o que se configura como uma situação rara no Maciço Calcário Estremenho (Carvalho 2008).

Independentemente das questões contextuais, a descrição individual destes fragmentos, que se apresenta de seguida, justifica-se desde logo pela importância intrínseca de que se revestem.

Fragmento 1

Este é o único exemplar que foi já objeto de publicação por conter uma interessante representação solar (Carvalho 2019: 17-18 e fig. 7), achado até ao momento sem paralelo no Neolítico Antigo do território português (Fig. A, n.º 1). Tem 5,2 cm de comprimento por 0,9 cm de espessura. A pasta, compacta, apresenta uma textura granular homogénea, com baixa densidade de elementos não plásticos (ENP), formados por inclusões de quartzo (e calcário?). A cozedura é oxidante, resultando numa tonalidade alaranjada muito homogénea. A superfície terá sido alisada. A decoração é formada por uma banda triangular delimitada por linhas incisivas e preenchida com impressões cardiais com diversas orientações, banda que desenha um ângulo agudo a apontar para a base (se a orientação do fragmento estiver correta). Imediatamente abaixo, conserva-se perto de metade de um motivo soliforme

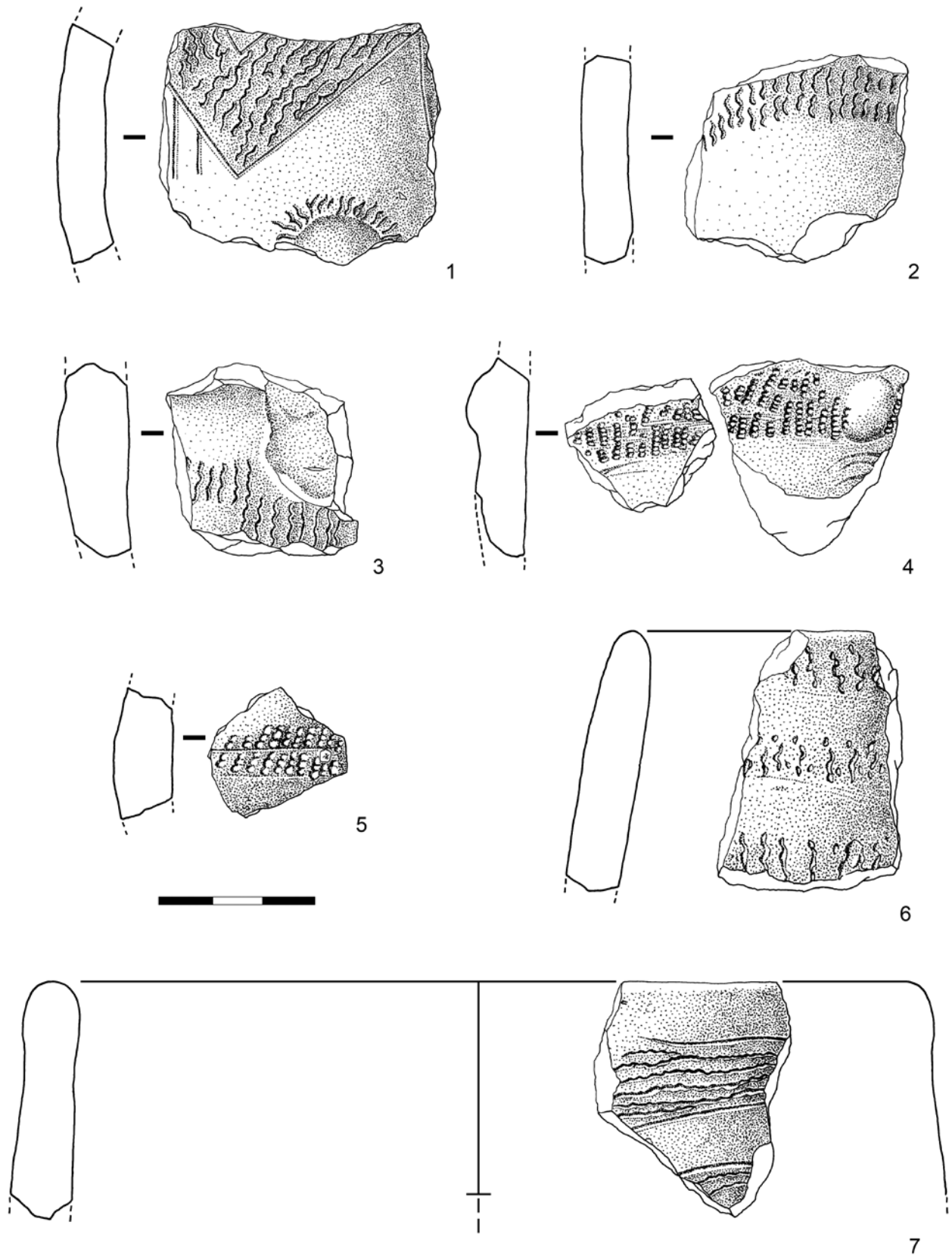


FIG. A Cerâmica cardial da Costa do Pereiro: 1 - Fragmento 1; 2 - Fragmento 2; 3 - Fragmento 3; 4 - Fragmento 4 e Fragmento 5; 5 - Fragmento 6; 6 - Fragmento 7; 7 - Fragmento 8. Escala em cm.

obtido pela conjugação de uma depressão ou conca-vidade circular na parede do fragmento, com cerca de 1,5 cm de diâmetro, bordeada em toda a periferia por curtas impressões cardiais simulando os raios solares, como se pode ver em detalhe na fotografia da Fig. B. Os dois traços verticais paralelos do lado esquerdo da peça, superficiais, parecem ser pós-deposicionais. Proveniência²: I20.1b.4.

Fragmento 2

Este fragmento tem 4,2 cm de comprimento e uma espessura que varia entre 1,1 e 0,8 cm junto ao local onde estaria afixado um elemento de preensão (asa? mamilo?) que não se conservou (Fig. A, n.º 2). A pasta é compacta, de textura granular, com baixa densidade de ENP, quartzosos, os quais são de diferentes calibres, alguns relativamente angulosos. Observam-se também algumas inclusões de chamota, de maiores dimensões, que podem atingir 4 mm. A cozedura é de tendência redutora-oxidante, resultando num núcleo castanho-acinzentado escuro e em superfícies avermelhadas. A superfície interna da peça é de um alisado muito cuidado, em que se notam ainda as bandas de alisamento resultantes da passagem do instrumento utilizado para o efeito. A decoração está testemunhada apenas por uma banda horizontal de impressões cardiais. Proveniência: G20.1a+b.

Fragmento 3

Apresenta 3,2 cm de comprimento por 1 cm de espessura, a qual chega a atingir 1,4 cm no rebordo do negativo de um elemento de preensão (asa? mamilo?) que, como no exemplar anterior, também não se conservou (Fig. A, n.º 3). A pasta é compacta, de textura granular, com raros ENP quartzosos. A cozedura é redutora-oxidante, com um núcleo castanho-acinzentado escuro e superfícies avermelhadas. Tal como no exemplar anterior, a superfície interna da peça é de um alisado muito cuidado, em que também se notam bandas horizontais de alisamento, paralelas neste caso. A decoração preservada resume-se a uma banda horizontal de impressões cardiais que recobriam, pelo menos a parte basal, do referido elemento de preensão. Proveniência: G22.1b.5.

Fragmentos 4 e 5

Embora não seja possível proceder à remontagem destes fragmentos, pertencerão seguramente ambos ao mesmo vaso uma vez que são provenientes do mesmo quadrado e camada e partilham entre si os mesmos atributos quanto ao fabrico e decoração. Assim, o Fragmento 4 (o menor) e o Fragmento 5 (o maior), ilustrados sob o n.º 4 da Fig. A, têm respetivamente 2,7 cm e 3,6 cm de comprimento e a mesma espessura máxima de 0,9 cm. As suas pastas, compactas, apresentam textura granular fina, com ligeira xistosidade, e ENP em baixa densidade formados por pequenas inclusões, mas onde se observam elementos quartzosos rolados de maiores dimensões. A cozedura é tendencialmente oxidante, de cores castanho-claras, com núcleo mais avermelhado. As superfícies são alisadas, sobretudo a interior, onde se notam claramente marcas do alisamento produzido pelo utensílio usado. A decoração conservada consiste numa banda de impressões cardiais disposta na horizontal. No Fragmento 5 verifica-se que esta banda se organiza em função de um pequeno mamilo (1,1 cm de diâmetro máximo), que se encontra no mesmo alinhamento e sob o qual se percebe haver o início de uma outra banda, mas vertical. Proveniência: H20.1a+b.

Fragmento 6

Este é o fragmento de menores dimensões de todo o conjunto (Fig. A, n.º 5). Mede apenas 2,5 cm de comprimento por 1,1 cm de espessura. A pasta, compacta, tem uma textura granular, por vezes grosseira, onde não se observam ENP de dimensões significativas mas apenas alguns negativos resultantes da perda de inclusões. A cozedura é tendencialmente oxidante, com núcleo castanho-claro e superfícies avermelhadas. O tratamento de superfície é alisado, e a decoração resume-se a uma banda (horizontal?) de impressões cardiais que evoca a dos Fragmentos 4 e 5. Proveniência: I21.1b.1.118.

Fragmento 7

Trata-se de um fragmento de bordo de um vaso de morfologia esférica, talvez fechado, com lábio redondo (Fig. A, n.º 6); com efeito, a sua reconstituição gráfica, limitada pela reduzida extensão da porção de bordo (1,7 cm), não permite ilações inequívocas a este respeito, pelo que esta classificação é apenas tentativa.

² Proveniência identificada sequencialmente por quadrado, camada, nível artificial e coordenação 3D (quando existente).

Mede 4,7 cm de comprimento por 1,0 cm de espessura média. A pasta é muito compacta, de textura granular mas onde se nota por vezes marcada xistosidade, com ENP diversificados: pequenas inclusões de quartzo (e talvez calcário) associadas a chamota representada por elementos mais grosseiros (5-6 mm), dispersos. As cores do núcleo da pasta são mais escuras, de tons negros que contrastam com tonalidades alaranjadas e mesmo avermelhadas junto às superfícies, o que indica uma cozedura redutora-oxidante. Apesar de alguns estalamentos superficiais, sobretudo na face interna, percebe-se que o vaso original terá tido um acabamento alisado. Deve salientar-se que se observa, na superfície interna, junto ao bordo, uma banda de um vermelho marcado mas de limites difusos, e que será o resultado da aplicação de almagre. A decoração na superfície externa é formada por estreitas bandas de impressões cardiais: as duas mais próximas do bordo são semelhantes entre si e terão sido realizadas com a mesma matriz, e a terceira, mais abaixo, terá sido produzida com uma matriz distinta das anteriores. Proveniência: F20.1a+b.

Fragmento 8

Este fragmento conserva parte do bordo do vaso, o que permitiu a sua reconstituição parcial e determinar que se trataria de um recipiente de paredes retas, pelo menos na sua parte superior (Fig. A, n.º 7). O diâmetro da boca é de 15,4 cm, o fragmento mede 4,4 cm de comprimento por 1,1 cm de espessura. Apresenta pasta compacta, de textura homogénea, embora com algum granulado pouco evidente, com pequenos ENP quartzosos ou calcários a par de alguns negativos de ENP de maiores dimensões. Um traço muito curioso desta peça é a presença de pequenos ENP dispersos de um vermelho vivo, que poderão ser o reaproveitamento de restos de ocre triturado. Apresenta uma cozedura claramente redutora-oxidante, que resulta num núcleo enegrecido e em superfícies avermelhadas ou castanho-alaranjadas. Ambas as superfícies são alisadas. A decoração, organizada de forma simples, é formada por pelo menos duas bandas horizontais, paralelas entre si, de impressões cardiais delimitadas por linhas incisas. A diferença deste fragmento face aos restantes é que as referidas impressões se dispõem na horizontal, e não na vertical, como parece ser a norma neste conjunto. Apesar da verosímil presença

de ENP de ocre vermelho, não é clara a aplicação de almagre neste vaso, embora a banda lisa entre a decoração mostre um tom avermelhado mais vivo. Um certo rolamento que a peça apresenta poderá estar a mascarar este tratamento de superfície. Proveniência: K22.1a-base.2.28.

Como resulta das descrições acima, estamos perante um pequeno conjunto de fragmentos muito homogéneo, mas suficientemente diferentes entre si para que devam ter pertencido a diferentes vasos na quase totalidade dos casos. Esta homogeneidade observa-se no que respeita a cozeduras (oxidantes ou redutoras-oxidantes, que resultaram em peças com superfícies alaranjadas e avermelhadas), tipos de pasta (sobretudo granulares) e tratamentos de superfície muito cuidados, especialmente observáveis nas faces internas das peças, onde se notam por vezes as marcas desse procedimento. Os dois únicos casos onde foi possível reconstituir (parcialmente) a forma dos recipientes originais mostram formas abertas.

Pelo menos num exemplar (Fragmento 7) parece ter havido lugar à aplicação de almagre, que se preservou numa banda horizontal junto ao bordo, na sua face interna. O achado de cerâmica cardinal almagrada não é inédito na região, onde se conhecia já o Vaso XIV da Galeria da Cisterna da Gruta do Almonda (Carvalho 2008: est. 34, n.º 1; Zilhão – Carvalho 2011: fig. 3) e o Vaso 4 do sítio de ar livre do Cerradinho do Ginete (Carvalho 2008: est. 18, n.º 6), ambos em Torres Novas. Este último vaso é reconstituído a partir de fragmentos que não permitem determinar em rigor a disposição da decoração, mas o Vaso XIV do Almonda apresenta o mesmo tema decorativo da peça da Costa do Pereiro (Fig. A, n.º 6).

As decorações são formadas principalmente por bandas horizontais de impressões, o que acontece em cinco peças. Estas bandas apresentam-se simples, isto é, executadas sem a sua delimitação através do desenho de linhas incisas, procedimento que encontramos apenas no vaso representado pelo Fragmento 8 (Fig. A, n.º 7). O Fragmento 5 é um dos que apresenta uma organização decorativa mais complexa, uma vez que tem também uma banda vertical que se estrutura em função da banda horizontal e de um pequeno mamilo (Fig. A, n.º 4). Aliás, embora não tenham preservado, em dois outros fragmentos observa-se o negativo de

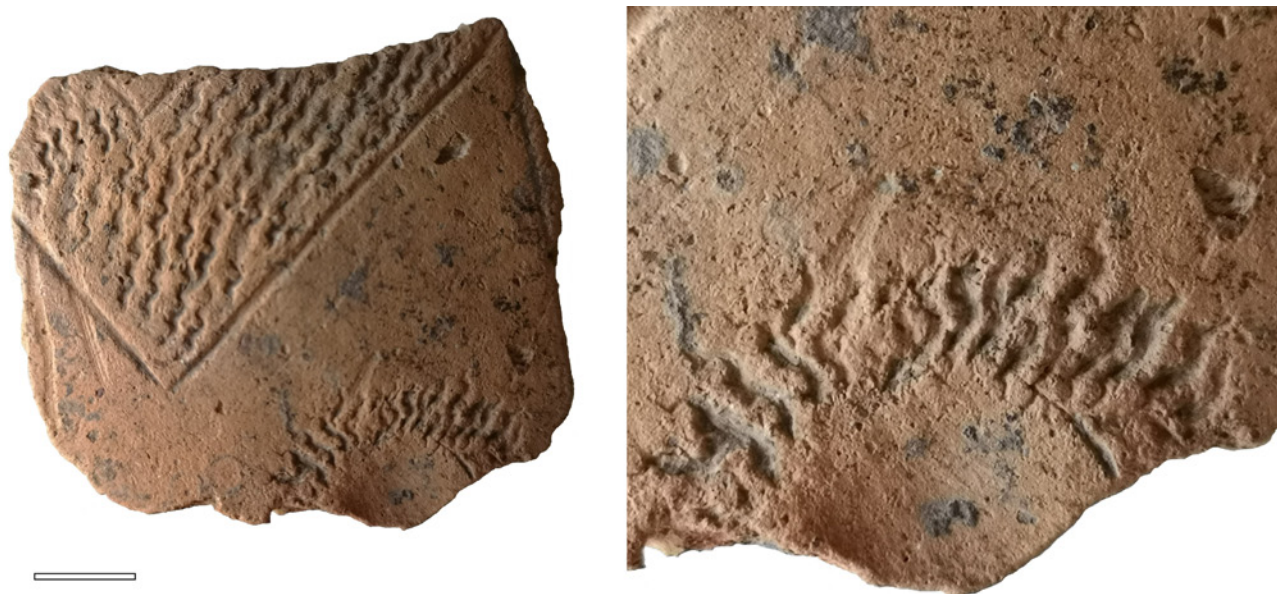


FIG. B Cerâmica cardial: fotografia do Fragmento 1 com detalhe da representação soliforme. Escala em cm.

peças de preensão, o que indica o uso recorrente de elementos plásticos neste conjunto e está de acordo com o que se conhece das produções cardiais (Carvalho 2011). Finalmente, a peça mais notável e singular do conjunto é, como se pôde já referir, o Fragmento 1, dada a representação soliforme que ostenta (Fig. A, n.º 1; Fig. B). Sem paralelos até ao momento nestas cronologias recuadas, este achado remete para um patamar de discussão, já aflorado (Carvalho 2019), que ultrapassa largamente os objetivos da presente nota.

O domínio da decoração organizada em bandas horizontais que vemos na Costa do Pereiro é um traço estilístico do conjunto que reforça a forte homogeneidade do mesmo. Segundo o modelo cronoestilístico elaborado por Zilhão (2009; 2021; Zilhão – Carvalho 2011) para as produções cardiais da Estremadura, este tema decorativo é característico de uma fase designada por Cardial Recente. De acordo com a cronologia absoluta disponível para a Galeria da Cisterna da Gruta do Almonda e Gruta do Caldeirão (Tomar), onde o único vaso cardial se integra nesta categoria, esta fase datará do intervalo de 5250–5000 cal BC, resultado que pode ser extrapolado para o conjunto da Costa do Pereiro. Este modelo cronoestilístico parece aplicar-se também aos dados que se têm vindo a obter mais recentemente na Lapa da Bugalheira (Torres Novas), designadamente se se atentar ao vaso decorado com bandas horizontais aí achado (Rodrigues *et al.* 2020: fig. 2-C).

Referências citadas

- CARVALHO, A. F. (2008) – *A neolitização do Portugal meridional. Os exemplos do Maciço Calcário Estremenho e do Algarve ocidental*. Faro.
- CARVALHO, A. F. (2011) – Produção cerâmica no início do Neolítico de Portugal. In BERNABEU, J. – ROJO, M. A. – MOLINA, L. (eds.) – *Las primeras producciones cerámicas: el VI milenio cal AC en la Península Ibérica*. València: 237-250.
- CARVALHO, A. F. (2019) – Produção cerâmica no início do Neolítico de Portugal: dados recentes sobre os VI e V milénios a.C. *Saguntum*, 51: 9-22.
- RODRIGUES, F. – SOUTO, P. – FERREIRA, A. – VARANDA, A. – GOMES, L. – GOMES, H. – ZILHÃO, J. (2020) – Novos trabalhos na Lapa da Bugalheira (Almonda, Torres Novas). In ARNAUD, J. M. – NEVES, C. – MARTINS, A. (coords.) – *Arqueologia em Portugal. 2020: Estado da questão*. Lisboa: 823-836.
- ZILHÃO, J. (2009) – The Early Neolithic artifact assemblage from the Galeria da Cisterna (Almonda karstic system, Torres Novas, Portugal). In *De Méditerranée et d'ailleurs... Hommages à Jean Guilaine*. Toulouse: 821-835.
- ZILHÃO, J. (2021) – New evidence from Galeria da Cisterna (Almonda) and Gruta do Caldeirão on the phasing of Central Portugal's Early Neolithic. *Open Archaeology*, 7: 747-764.
- ZILHÃO, J. – CARVALHO, A. F. (2011) – Galeria da Cisterna (Rede Cárstica da Nascente do Almonda). In BERNABEU, J. – ROJO, M. A. – MOLINA, L. (eds.) – *Las primeras producciones cerámicas: el VI milenio cal AC en la Península Ibérica*. València: 251-254.

Pipas (Reguengos de Monsaraz, Évora): um sítio dos inícios do Neolítico Médio do Sul de Portugal

Pipas (Reguengos de Monsaraz, Évora): an open-air site at the beginnings of the Middle Neolithic of southern Portugal

CARLOS TAVARES DA SILVA

MAEDS – Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal

AMRS – Associação de Municípios da Região de Setúbal

Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa — UNIARQ.

ctavaressilva@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0447-9237>

JOAQUINA SOARES

MAEDS – Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal

AMRS – Associação de Municípios da Região de Setúbal

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa — UNIARQ

joaquinasoares1@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5957-3354>

RESUMO: Apresentam-se os resultados da escavação de salvamento realizada em 2000, no povoado de Pipas, dos inícios do Neolítico Médio, situado na margem direita da bacia do médio Guadiana e atualmente submerso pelas águas da barragem do Alqueva.

Com uma única e ténue camada de ocupação, revelando breve(s) estada(s) e desinvestimento no espaço doméstico, a interpretação do sítio recorre à comparação com outros contextos, datados do último quartel do 5.º e primeira metade do 4.º milénios cal B.C., enquadrado no Protomegalismo, expresso nas primeiras sepulturas construídas com pedra para eternização da memória. Estas sepulturas encontram-se ainda longe da escala que a arquitetura megalítica perseguirá na segunda metade do 4.º milénio BC, atingindo o paroxismo da monumentalização no último quartel do mesmo milénio.

Propomos para o Neolítico Médio regional um modelo económico de pastoreio e agricultura itinerante realizada em solos magros e leves, cuja fertilidade natural se esgotaria rapidamente, obrigando à frequente deslocalização das aldeias de frágeis estruturas, que rapidamente se desvaneciam na paisagem.

PALAVRAS CHAVE: Bacia do Médio-Guadiana, Neolítico médio, Protomegalitismo, Pastoreio e agricultura itinerante.

ABSTRACT: We are presenting the results of the rescue excavation carried out in 2000, in the early Middle Neolithic settlement of Pipas, located on the right bank of the middle Guadiana basin and currently submerged by the waters of the Alqueva dam.

With a single, tenuous layer of occupation revealing brief stay(s) and disinvestment in the domestic space, the interpretation of the site resorts to comparison with housing and funerary contexts, dating from the last quarter of the 5th and the first half of the 4th millennia cal BC, when protomegalithic tombs emerged,

referring to the first graves built with stone for the preservation of memory. These graves are still far from the scale that megalithic architecture would pursue in the second half of the 4th millennium BC, reaching the paroxysm of monumentalization in the last quarter of the same millennium.

We propose, for the regional Middle Neolithic, an economic model of pastoralism and itinerant agriculture, carried out in thin and light soils whose natural fertility would be quickly depleted, forcing the frequent relocation of the villages with flimsy domestic structures, which quickly faded into the landscape.

KEYWORDS: Middle Basin of Guadiana, Middle Neolithic, Protomegalithism, Pastoralism and itinerant agriculture.

LOCALIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO GEOFÍSICO

O arqueossítio de Pipas (Figs. 1A-C) localiza-se no concelho de Reguengos de Monsaraz, a cerca de 300 m para sul do Monte das Pipinhas e a 400 m para noroeste do marco geodésico de Pipas (220 m de altitude), abrangendo, a ocupação neolítica, uma área com cerca de 1 ha, aplanada, ligeiramente inclinada de sul para norte, arenosa, na estreita planície aluvial (Fig. 2) de uma linha de água tributária da Ribeira do Álamo (margem direita), nas proximidades da confluência desta com o Guadiana. Existem, na área da jazida, grandes afloramentos cupiformes (Fig. 3) de granito de grão fino de duas micas, constituído essencialmente por quartzo, microclina, oligoclase, moscovite e biotite (Carvalhosa 1967). A alteração desta formação granítica alimentou o depósito de cobertura, francamente arenoso, sobre o qual se instalou o povoado neolítico. Trata-se de área muito abrigada dos ventos dominantes, no fundo de um vale profundamente encaixado, rodeada, pois, por elevações próximas que lhe limitam completamente a visibilidade, especialmente nos quadrantes norte e sul (Pipinhas e Pipas). Estes relevos, formados essencialmente por corneanas, pertencem à auréola metamórfica de contacto entre o maciço ígneo de Reguengos e os xistos do Silúrico. O local dispõe de água potável. O estreito vale ocupado pelo sítio arqueológico de Pipas vinha sendo explorado através do cultivo de pastagens.

Coordenadas militares: X = 263 2; Y = 157 3 (Carta Militar de Portugal, folha 482, esc. 1/25 000); cota = 135 m-145 m. Actualmente encontra-se submerso pelas águas do regolfo da barragem de Alqueva (Fig. 1C).

O povoado de Pipas foi identificado em 1985 através de prospecções realizadas no âmbito do estudo de impacto ambiental do regolfo da barragem de Alqueva (Tavares da Silva – Soares – Mascarenhas 1986), e objecto

de três pequenas sondagens arqueológicas com a área total de 10 m² (Soares – Tavares da Silva 1992), as quais revelaram a existência de um único nível arqueológico de matriz arenosa, com a espessura máxima de 0,10 m, contendo termoclastos e nódulos informes de barro cozido, resultantes do desmantelamento de estruturas de combustão, abundantes artefactos em pedra lascada do subsistema expedito (Fig. 4, n.ºs 1-4), em menor número do subsistema uso-intensivo e do grupo de polidos e bujardados (Fig. 5) e baixa densidade de recipientes cerâmicos (Fig. 6). Este contexto habitacional, em atenção à tipologia dos materiais, foi então atribuído à fase inicial do Megalitismo de Reguengos.

Viria a ser considerado no plano de minimização (Medida A6) de impactes da barragem de Alqueva sobre o património arqueológico com o número de inventário 95355 do quadro geral de referência (Mascarenhas – Soares – Tavares da Silva 1986). A sua escavação ocorreu durante uma campanha compreendida entre 16 de Novembro e 15 de Dezembro de 2000 (Soares – Tavares da Silva 2001).

INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA DO ANO 2000

Durante a intervenção arqueológica de 2000, iniciada em 16 de Novembro e concluída em 15 de Dezembro (vinte dias úteis), procedeu-se à abertura de quatro sondagens arqueológicas que totalizaram 45 m² de área escavada (Figs. 7 e 8). Previamente, implantou-se uma quadrícula organizada a partir de sectores com 20 m de lado, designados por números romanos e ordenados de oeste para este e de sul para norte. Cada sector foi dividido em quadrados (Qs.) com 1 m de lado designados por letra maiúscula (de oeste para este) e por número árabe (de sul para norte). Não incluímos as letras I, O, Q, V, Y e X.



FIG. 1A Pipas. Localização na Folha 482 da Carta Militar de Portugal, à escala de 1:25 000.

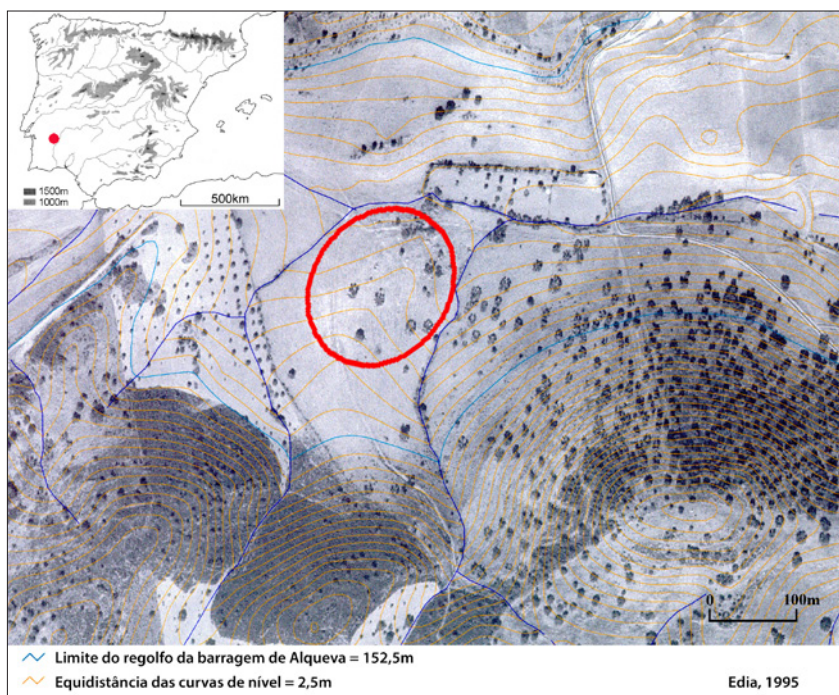


FIG. 1B Ortofotomapa com a localização do sítio arqueológico de Pipas (oval).



FIG. 1C Pipas em foto *Google Earth*. O sítio arqueológico foi submerso pelo empreendimento hídrico de Alqueva.



FIG. 2 Pipas, 2000. Vista de nordeste.



FIG. 3 Pipas, 2000. Vista de sudoeste.

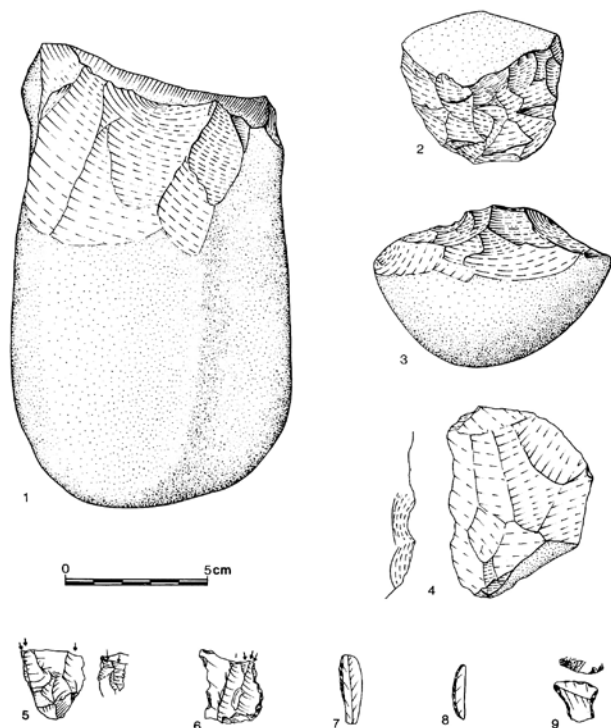


FIG. 4 Pipas. Indústria em pedra lascada. N.ºs 1-4 – artefactos expeditos sobre seixos rolados de quartzito: núcleos (n.ºs 1 e 2), raspador (n.º 3) e denticulado (n.º 4). N.ºs 5-9 – artefactos do subsistema uso-intensivo: buris de quartzo leitoso (n.ºs 5-6), lamela retocada (n.º 7), segmento (n.º 8) e flecha transversal (n.º 9) em sílex. Seg. Soares e Tavares da Silva, 1992.

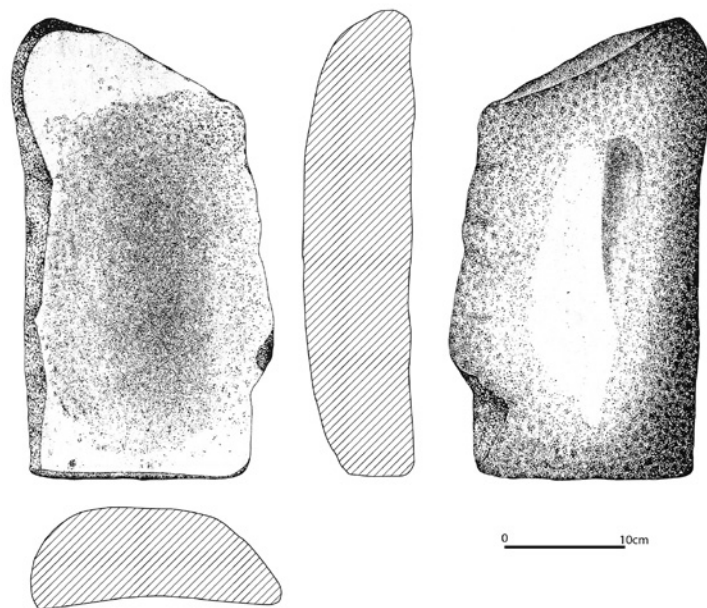


FIG. 5 Pipas. Dormente de mó manual e polidor sobre rocha granitóide. Seg. Soares e Tavares da Silva, 1992.

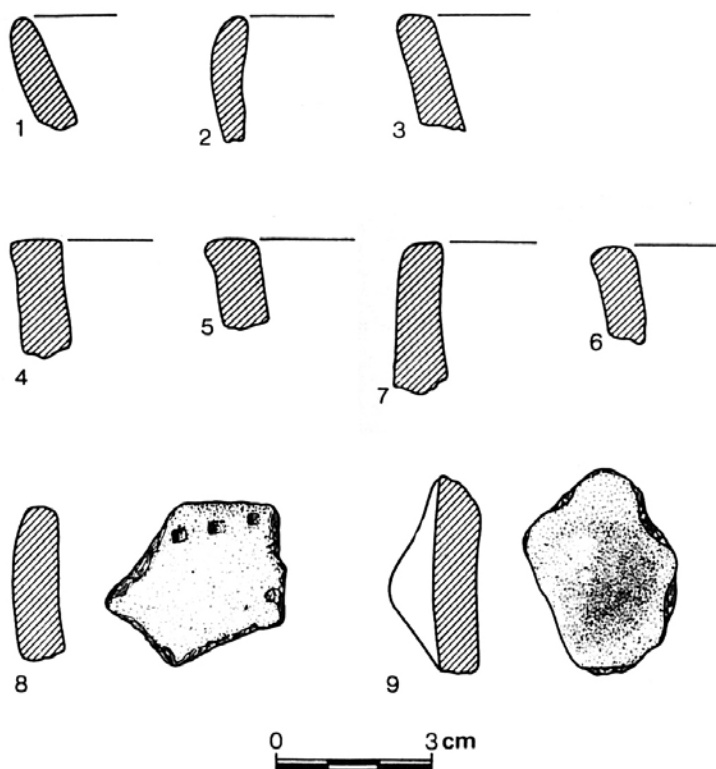


FIG. 6 Pipas. Recipientes cerâmicos de formas simples, derivadas da esfera, lisos, à excepção de um fragmento com mamilo e de uma taça decorada por pequenas impressões puncionadas, dispostas em fiada paralela ao bordo. Seg. Soares e Tavares da Silva, 1992.

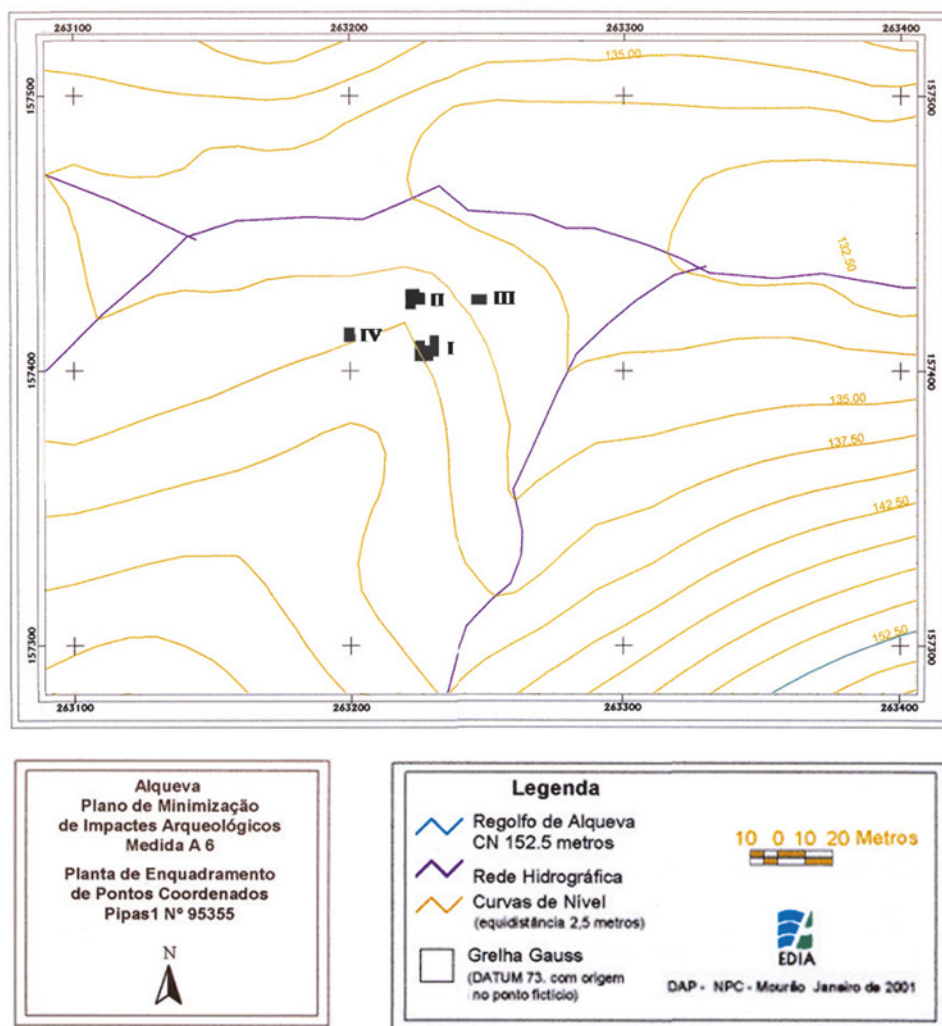


FIG. 7 Pipas, 2000. Implantação das sondagens arqueológicas.

A escavação realizou-se seguindo a estratigrafia natural, tendo sido cada camada (C.) escavada segundo níveis artificiais com cerca de 0,05 m de espessura, designados pelo número da camada natural seguido de letra minúscula. Todas as terras foram crivadas através de malha de 4 mm de lado. As sondagens foram abertas na zona central da jazida, nas proximidades de afloramentos rochosos, área que aparentemente se mostrava pouco erodida. A Sondagem I, com 20 m², abrangeu os Qs. G-K/8, G-L/9-10, G-H/11 e K-L/11-12 do Sector LV; a Sondagem II, com 13 m², ocupou os Qs. E-F/19-20 e G-H/20 do Sector LV e os Qs. E-G/1-2 e H1 do Sector LXIII; a Sondagem III, com 6 m², abrangeu os Qs. W-Z/20 do Sector LV, os Qs. W-Z/1 do Sector LXIII, o Q. A20 do Sector LVI e o Q. A1 do Sector LXIV; a Sondagem IV, com 6 m², integrou os Qs. M-N/12-14 do Sector LIV. Participaram na escavação cinco Auxiliares de Arqueologia, sob a direcção dos autores, coadjuvados pelas Arqueólogas Antónia Coelho Soares e Conceição Roque. Os trabalhos foram custeados pela EDIA.



FIG. 8 Pipas, 2000. Sondagem IV, vista de sudeste.

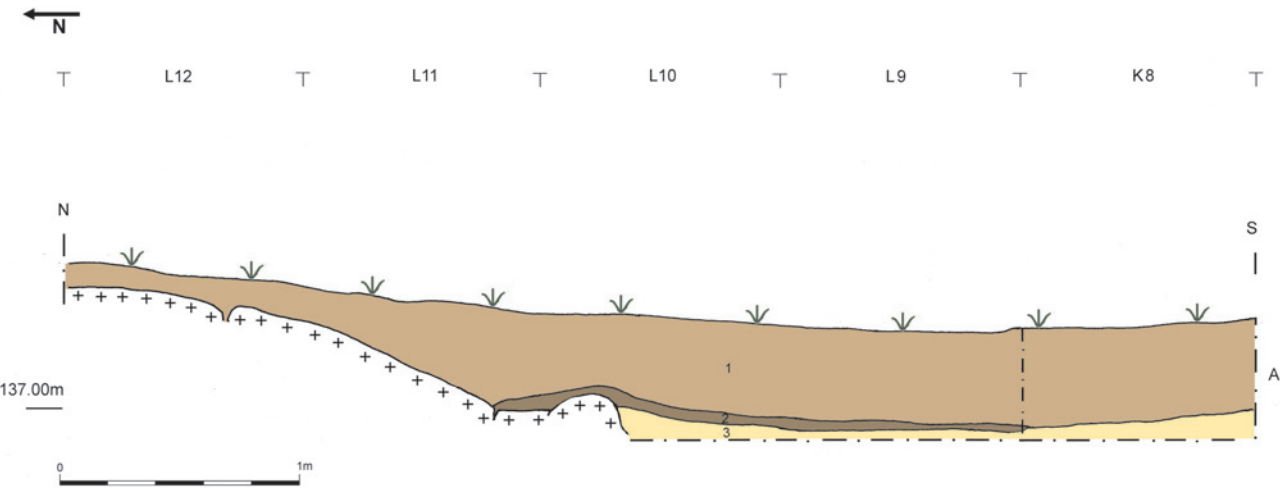


FIG. 9 Pipas, 2000. Perfil estratigráfico este dos Qs. K8 e L/9-12 da Sondagem I.

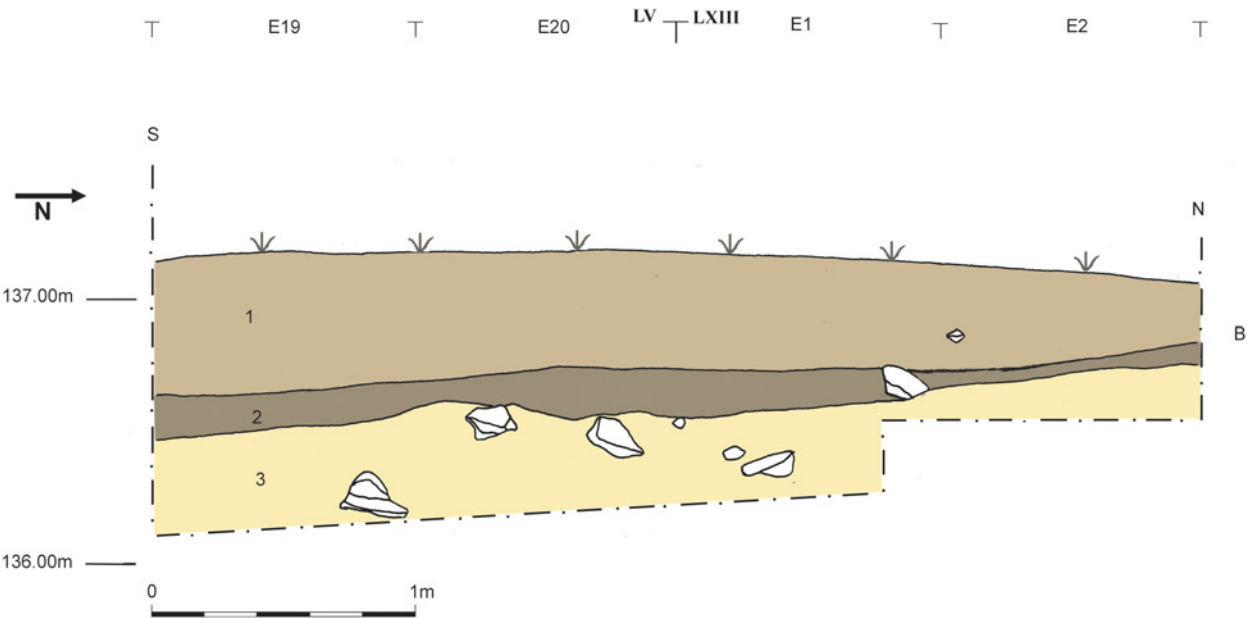


FIG. 10 Pipas, 2000. Perfil estratigráfico oeste da Sondagem II.

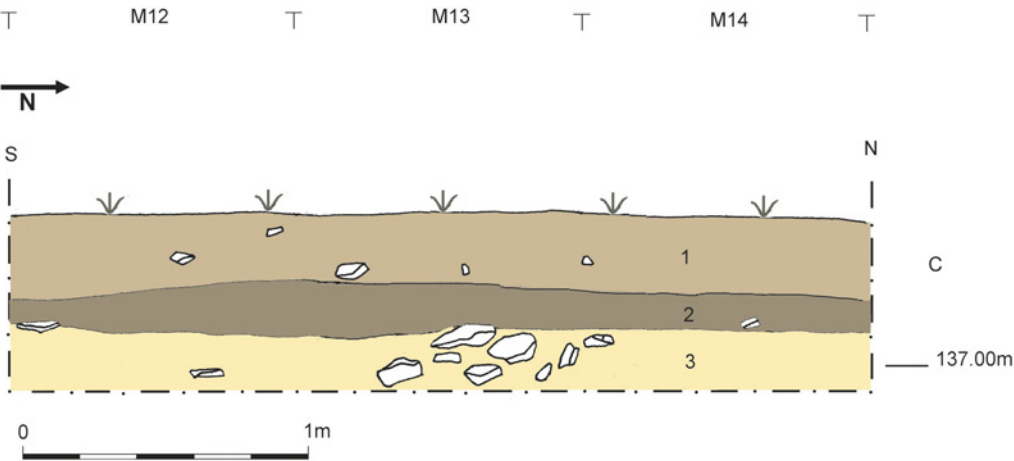


FIG. 11 Pipas, 2000. Perfil estratigráfico oeste da Sondagem IV.

ESTRATIGRAFIA

A abertura das quatro sondagens anteriormente referidas revelou a seguinte sequência estratigráfica (Figs. 9-11), de cima para baixo:

- A C.1, com 0,05 m a 0,40 m de espessura, é constituída por areia argilosa solta, castanho--amarelada clara, que embalava raros elementos pétreos e escassos artefactos líticos e cerâmicos. Revolvida pelas lavouras, assentava, em alguns quadrados, directamente quer sobre a C.3 (Sondagem III), quer sobre a rocha (zona norte da Sondagem I).
- A C.2, com 0,15 m de espessura máxima, é descontínua (ausente em toda a área da Sondagem III) e formada por areia argilosa castanho-amarelada escura, compacta. Contém artefactos líticos e cerâmicos mais abundantes que na C.1, e termoclastos, em geral dispersos.
- A C.3, de areia amarelada clara, solta, por vezes com finas lenticulas horizontais castanho-escuras, com 2-3 mm de espessura, embalava, principalmente na zona de contacto com a rocha, numerosos blocos de natureza litológica variada (granito, quartzo, xisto), formando, em alguns casos (Sondagem III), densas acumulações (Fig. 12). Esses blocos parecem ter sido transportados em regime torrencial. Ainda na actualidade foi possível observar cones de dejectação, com idêntica natureza petrográfica, originados por escorrências temporárias e torrenciais que, na estação das chuvas, limitavam o arqueossítio a norte e a este (Fig. 13). Estas características da C.3 sugerem a ocorrência de episódios de inundação similares durante a ocupação neolítica, em áreas que por essa razão poderão não ter sido ocupadas.

A distribuição vertical dos termoclastos, artefactos em pedra lascada e cerâmica (Quadros 1-3 e Figs. 14-16), por número e peso de efectivos de acordo com os níveis artificiais, com cerca de 5 cm de espessura, desde a superfície até à profundidade máxima atingida pela escavação, apresenta, nas Sondagens I e II, um padrão em dentes de serra, com um mínimo correspondente à base da C.1 (C.1d). A camada arqueológica propriamente dita (C.2) mostra um óptimo de ocupação nos níveis artificiais 2a/2b (Quadros 1 e 2, Figs. 14 e 15). Assim, admitimos que, em relação às



FIG. 12 Pipas, 2000. Sondagem III. Aspecto do substrato granítico, coberto por acumulações de blocos pétreos heterogêneos que integravam a C. 3. Vista de norte.

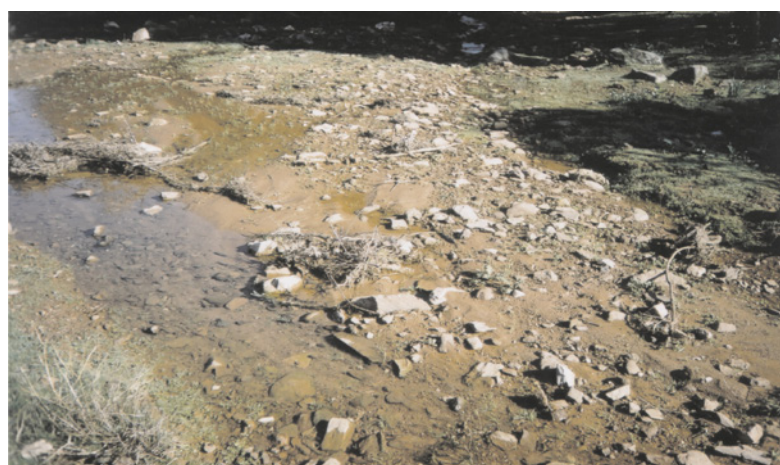


FIG. 13 Pipas, 2000. Torrente de água temporária que limitava a jazida arqueológica a este. O aspecto do manto de detritos transportados e depositados por esta torrente sazonal assemelha-se ao das acumulações de calhaus e blocos observadas na C.3 da Sondagem III.

Sondagens I e II, a C.1 se formou a expensas do desmantelamento do nível arqueológico em áreas de cotas mais elevadas; a camada arqueológica (2a/2b) não terá sofrido neste sector da jazida significativas perturbações pós-deposicionais.

No que respeita à Sondagem IV, o topo da camada arqueológica terá sido intensamente afectado, *in situ*, provavelmente por acção de lavouras, tendo essa destruição alimentado a base da C.1 em artefactos e termoclastos. Apresenta, pois, distinto comportamento na distribuição vertical dos termoclastos e artefactos líticos: verifica-se um progressivo aumento da frequência daqueles materiais desde a C.1a até à C.2a, onde o valor é máximo (Quadro 3 e Fig. 16).

QUADRO 1 PIPAS, 2000. SOND I. DISTRIBUIÇÃO VERTICAL DOS TERMOCLASTOS, DA INDÚSTRIA EM PEDRA LASCADA E DA CERÂMICA.

C.	TERMOCLASTOS P (gr.)	PEDRA LASCADA N	CERÂMICA N
1a	405,2	100	16
1b	1303,6	71	33
1c	331,6	74	25
1d	7,4	7	-
2a	1049,6	106	90
2b	930	30	17
3a	15,8	—	—

QUADRO 2 PIPAS, 2000. SOND II. DISTRIBUIÇÃO VERTICAL DOS TERMOCLASTOS, DA INDÚSTRIA EM PEDRA LASCADA E DA CERÂMICA.

C.	TERMOCLASTOS P (gr.)	PEDRA LASCADA N	CERÂMICA N
1a	26	31	2
1b	41,4	13	5
1c	34,2	15	11
1d	18,4	9	9
2a	496,6	41	77
2b	308,4	38	98
2c	24,2	22	63
2d	57	4	15
2f	—	1	2

QUADRO 3 PIPAS, 2000. SOND IV. DISTRIBUIÇÃO VERTICAL DOS TERMOCLASTOS, DA INDÚSTRIA EM PEDRA LASCADA E DA CERÂMICA.

C.	TERMOCLASTOS P (gr.)	PEDRA LASCADA N	CERÂMICA N
1a	100	11	13
1b	31,2	14	7
1c	138,6	16	27
1d	95	16	12
2a	474,6	18	21

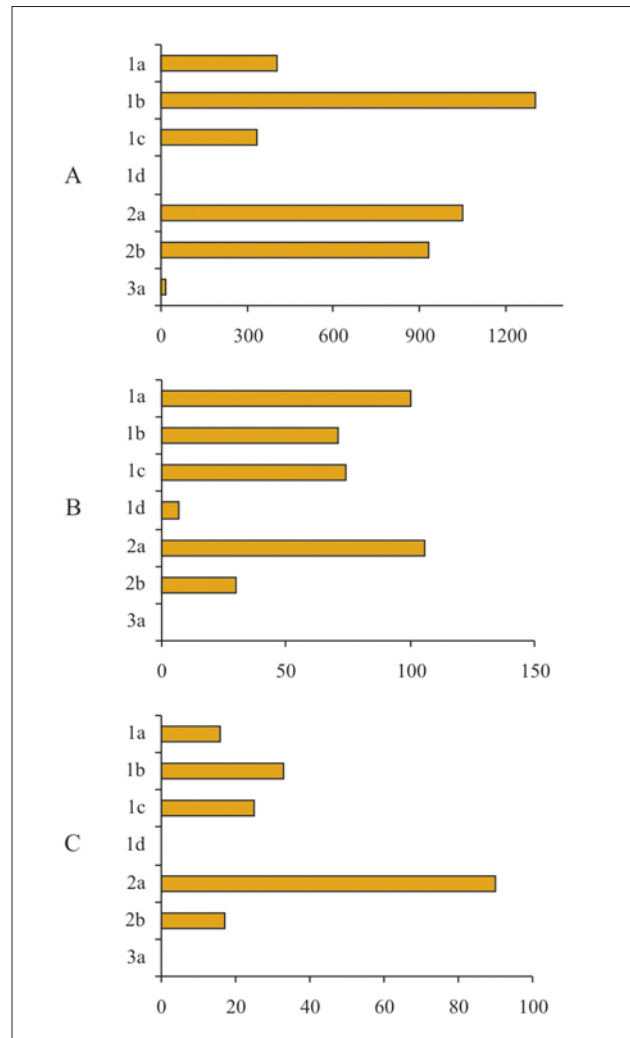


FIG. 14 Pipas, 2000. Sond I: distribuição vertical dos termoclastos (A), da indústria em pedra lascada (B) e da cerâmica (C).

ESTRUTURAS

Distribuição espacial de termoclastos e artefactos

As sondagens não revelaram qualquer estrutura de *habitat*. Os termoclastos exumados na C.2, predominantemente de quartzo filoniano, rochas ígneas diversas e xisto, fizeram certamente parte de estruturas de combustão, mas são em número relativamente reduzido e surgiram em geral dispersos de modo irregular, com pequenas concentrações (Q. L10, Sondagem I, Q. E19 – Sondagem II e Q. M13 – Sondagem IV) que, pelo número e peso dos elementos que as integram, não permitem que as identifiquemos como estruturas.

O maior número de termoclastos por m² foi observado na C.2 da Sondagem I (7/m², 95 gr/m²) logo seguido pela C.2 da Sondagem II com 5 termoclastos por m² (133 gr/m²). Na Sondagem III, a C.2

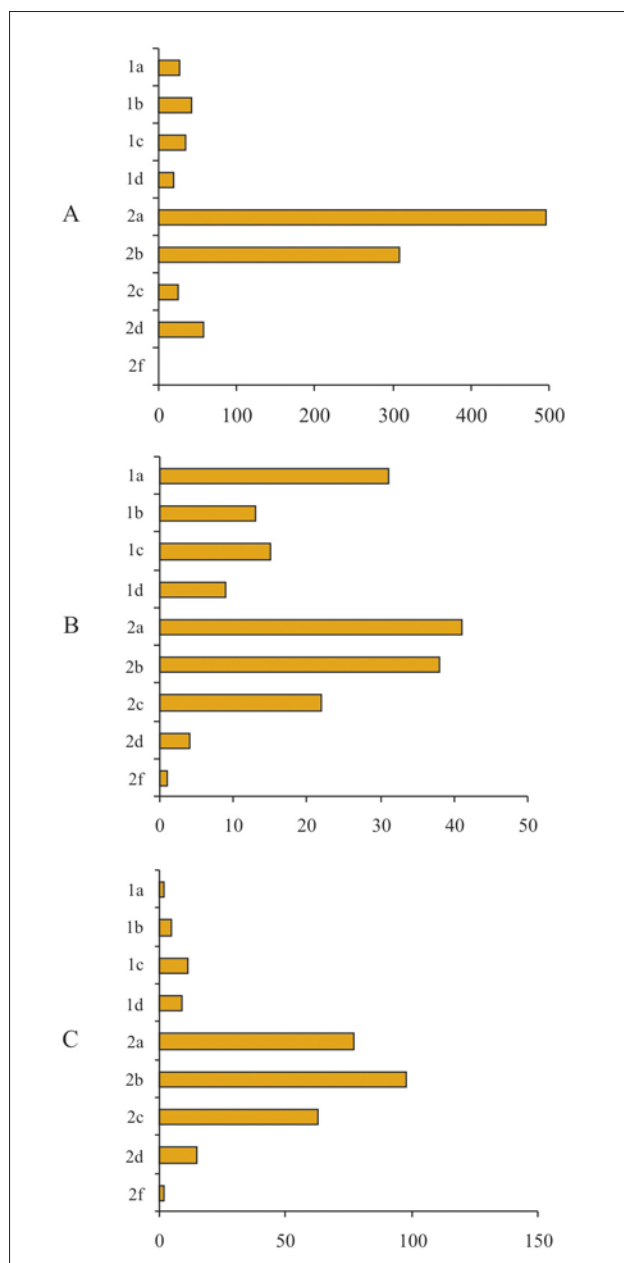


FIG. 15 Pipas, 2000. Sond II. Distribuição vertical dos termoclastos (A), da indústria em pedra lascada (B) e da cerâmica (C).

era inexistente, repousando a C.1 directamente sobre a C.3. À semelhança do que se verificou com os termoclastos (Fig. 17), a distribuição espacial dos artefactos líticos e cerâmicos revela baixa densidade em todas as sondagens (Figs. 18-20). Porém essa distribuição não é regular, sendo de realçar, no que se refere à cerâmica, frequência mais elevada na Sondagem II, e, no interior desta, principalmente no Q. E1, em contraste com o que sucede nas Sondagens I e IV. Os artefactos em pedra lascada, designadamente os do subsistema tecnológico *uso-intensivo*, mostram, nas Sondagens I e II, algumas concentrações significativas que são

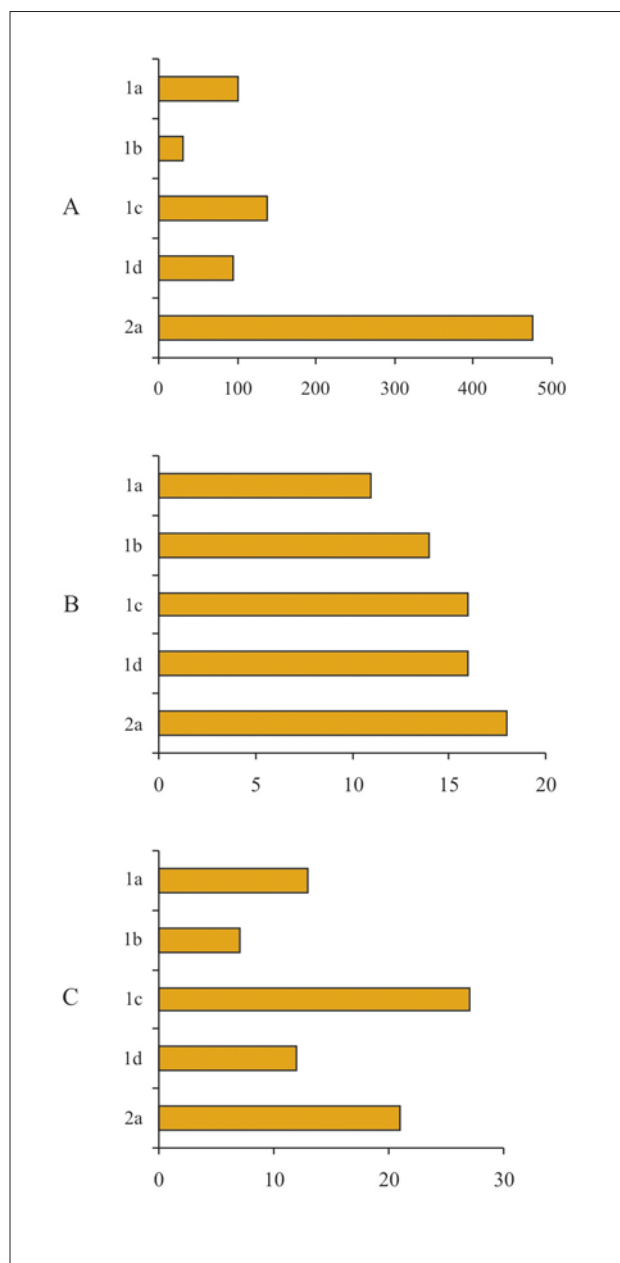


FIG. 16 Pipas, 2000. Sond IV. Distribuição vertical dos termoclastos (A), da indústria em pedra lascada (B) e da cerâmica (C).

aproximadamente coincidentes com as dos termoclastos nas mesmas sondagens.

INDÚSTRIA LÍTICA

A actividade de talhe encontra-se relativamente bem representada no sítio de Pipas. O quociente artefactos de pedra bujardada e polida (BP) / artefactos de pedra lascada (PL) $\times 100$ é de 1,2. O indicador de mobilidade (Soares 1995), recipientes cerâmicos/instrumentos líticos $\times 100$, é de 16,7. Estes dados, associados à

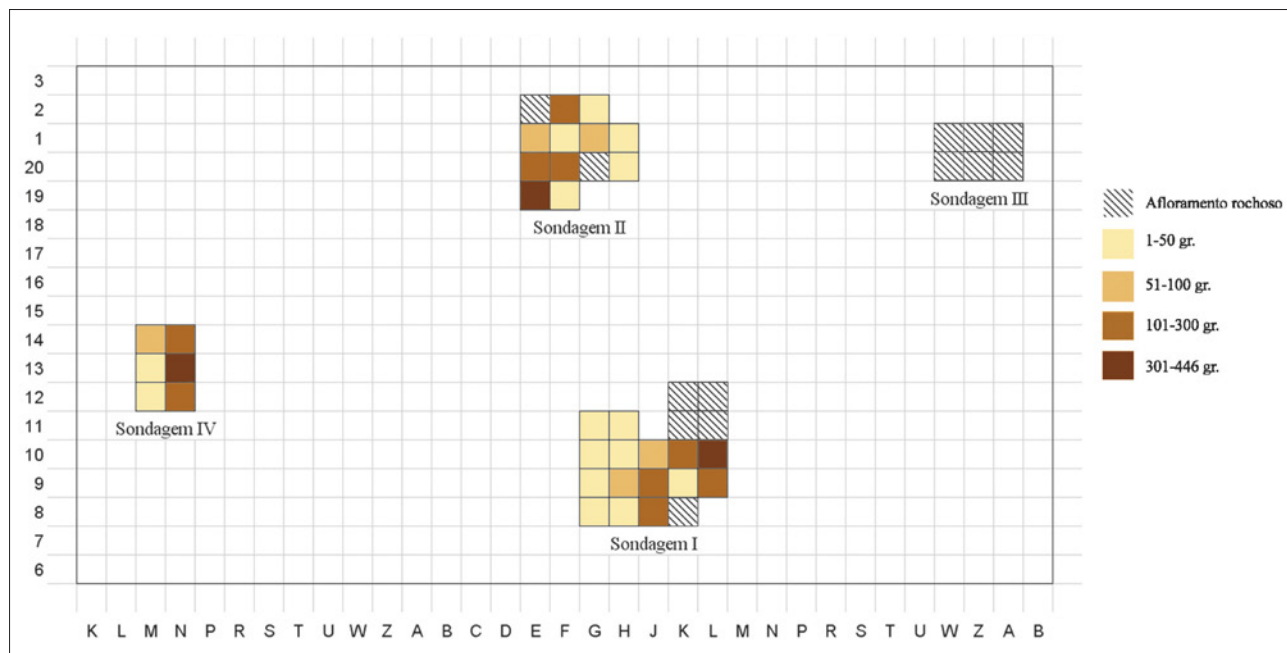


FIG. 17 Pipas, 2000. Distribuição espacial dos termoclastos da Camada 2 nas Sondagens I e II e das Cs. 1c-1d-2a na Sondagem IV. A Sondagem III não revelou a existência de C.2, o que pode ser devido à não ocupação deste espaço ou à erosão e remobilização dos sedimentos por escorrência torrencial, ficando o substrato rochoso em contacto com a C.1.

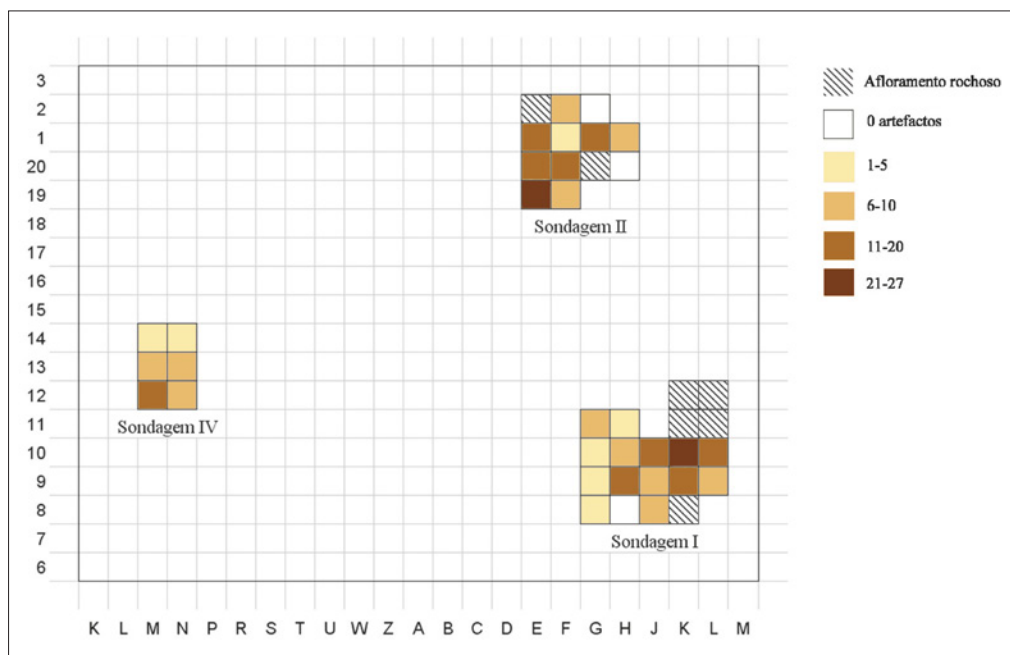


FIG. 18 Pipas, 2000. Distribuição espacial da totalidade da indústria em pedra lascada da Camada 2 nas Sondagens I e II e das Cs. 1c-1d-2a na Sondagem IV.

elevada frequência relativa dos artefactos líticos expeditos, apontam no sentido de um estabelecimento de curta duração, provavelmente assente na pastorícia.

Os artefactos líticos inventariados, provenientes das Cs. 1 e 2 e da superfície, durante a campanha de escavação de 2000, totalizam 763 peças. Dominam, pois, a cultura material do sítio de Pipas. Deste

conjunto, estudaram-se todos os artefactos em pedra lascada provenientes da C.2 e ainda uma amostra proveniente da C.1, que como atrás se referiu provém da desmontagem da C.2 (total de 419 exemplares). Analisaram-se todos os artefactos em pedra bujardada e polida (5 exemplares). Obteve-se, assim, um conjunto de 426 artefactos (Quadro 4). Neste

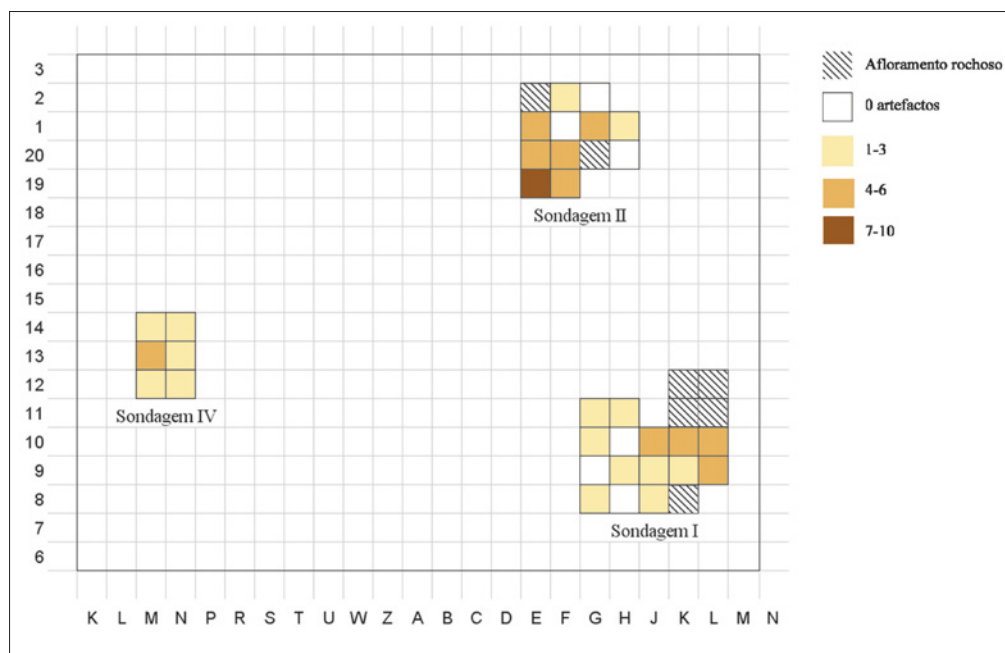


FIG. 19 Pipas, 2000. Distribuição espacial dos artefactos líticos do subsistema tecnológico uso-intensivo da Camada 2 nas Sondagens I e II e das Cs.1c-1d-2a na Sondagem IV.

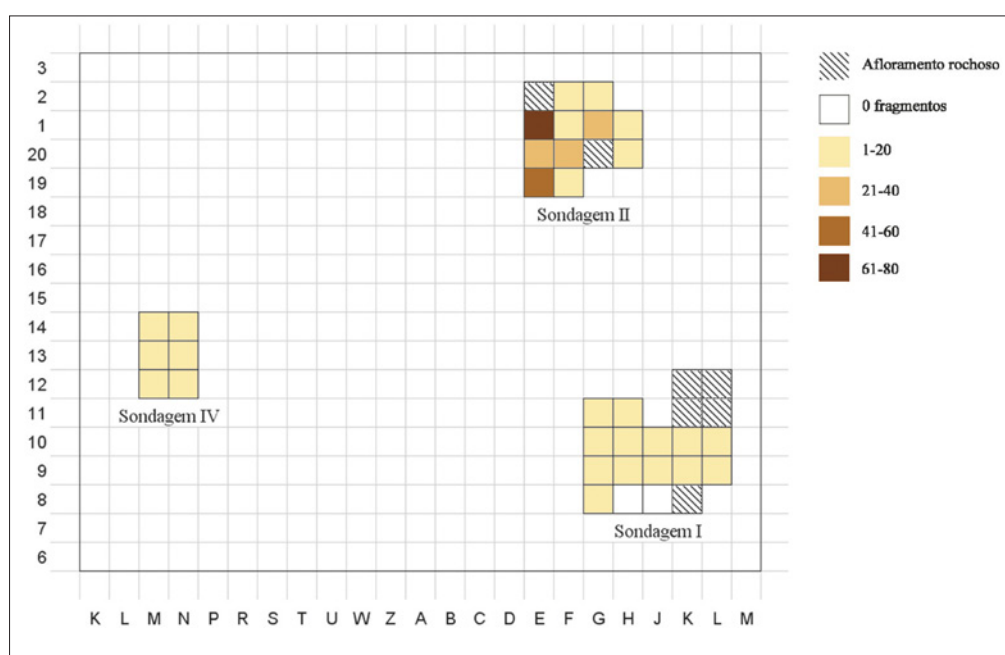


FIG. 20 Pipas, 2000. Distribuição espacial da cerâmica da Camada 2 nas Sondagens I e II e das Cs.1c-1d-2a na Sondagem IV.

arqueossítio, identificou-se uma única ocupação pré-histórica. Alguns utensílios líticos manufacturados a partir de seixos rolados apresentavam-se, porém, patinados, sugerindo cronologia anterior, pelo que não foram considerados nesta análise; podem ter chegado ao povoado transportados pelo grupo humano que ali estacionou, como matéria-prima, tal como

outros seixos rolados destinados à actividade de talhe. A amostra estudada (Quadro 4) revela um claro desequilíbrio entre a pedra lascada (98,4%) e a bujardada/polida (1,2%), ainda superior ao que observámos no sítio de Brejo Redondo (Sines) — o melhor paralelo para o horizonte arqueológico de Pipas —, onde a pedra lascada detinha 88,6% e a pedra bujardada/polida, 9,0%

QUADRO 4 PIPAS, 2000. INDÚSTRIA LÍTICA. SISTEMAS TECNOLÓGICOS.

SISTEMAS TECNOLÓGICOS	N	%
Pedra lascada:	419	98,4
Subsistema uso-intensivo	144	33,8
Subsistema expedito	275	64,6
Pedra bujardada/polida	5	1,2
Outros*	2	0,5
TOTAL	426	100,0

* Blocos/fragmentos de matéria-prima.

(Tavares da Silva – Soares 2004: 92). A escassa presença de utensílios polidos e bujardados reflecte, por um lado, o carácter temporário do sítio e, por outro, uma vocação mais pastoril do que propriamente agrícola. O Quadro 4 dá-nos ainda conta de outro importante desequilíbrio, registado entre os dois subsistemas tecnológicos identificados no talhe lítico: o expedito, com 64,6% dos efectivos e o uso-intensivo, apenas com 33,8%. Comparando mais uma vez estes resultados com os de Brejo Redondo, constata-se que neste último sítio a relação é de 73,1% e 26,9%, respectivamente. Também nesta relação entre os dois subsistemas tecnológicos se lê o carácter temporário daqueles contextos arqueológicos. Por outro lado, a comparação dos dois sítios permite-nos propor a existência de dois acampamentos de curta duração, com distintas vocações económicas: no caso de Brejo Redondo, estaríamos, por hipótese, perante um acampamento de mariscadores, a utensilagem lítica uso-intensiva corresponde apenas a cerca de 1/3 da expedita; no acampamento de Pipas, a indústria uso-intensiva melhora consideravelmente a sua frequência, aproximando-se de cerca de 1/2 da expedita, facto que faria todo o sentido em um acampamento onde a caça tivesse maior peso.

Em ambos os sítios faltam ecofactos; no entanto, em apoio das hipóteses sugeridas pela indústria lítica, possuímos padrões locativos bem característicos: em um caso, a localização ocorreu sobre a vertente litoral sobranceira a uma praia; no caso de Pipas, a localização, na margem de curso de água tributário da Ribeira do Álamo (Fig. 1), garantia o fácil acesso a um bebedouro natural para a fauna selvagem da bacia desta importante ribeira, e para o suposto gado doméstico apascentado pelo grupo.

Distribuição espacial

A distribuição da indústria lítica mostrou-se espacialmente diferenciada (Figs. 18 e 19), sobretudo nas Sondagens I e II (a C.2 forneceu 136 peças líticas na Sondagem I e 106, na Sondagem II). Parece-nos significativo que o padrão de distribuição da indústria pertencente ao subsistema uso-intensivo seja similar ao da totalidade da indústria em pedra lascada e ao dos termoclastos. Os dados obtidos permitem as seguintes interpretações: 1) existência de uma relação de proximidade entre o fogo e a manufactura/uso da utensilagem lítica; 2) partilha dos mesmos espaços domésticos pelos dois subsistemas tecnológicos da utensilagem em pedra lascada, muito embora em proporções bastante desiguais (os artefactos expeditos estão presentes com 73,5% e 63,2%, respectivamente nas Sondagens I e II, e os artefactos uso-intensivos, com 26,5% e 36,8%, nas mesmas sondagens); 3) valorização dos afloramentos rochosos *intra-habitat*, provavelmente como apoio de arquitecturas domésticas construídas em materiais perecíveis.

Economia das matérias-primas

A análise das variedades petrográficas usadas na manufactura da indústria lítica (Quadros 5, 6, 14 e 24) deixa perceber o uso preferencial de matérias-primas locais (93,7%), em geral de baixa qualidade para o talhe, mas compatíveis com aplicação na produção de artefactos expeditos. O sílex/cherte detém apenas 6,3% da totalidade das matérias-primas utilizadas, frequência inferior à observada em Brejo Redondo, e apresenta uma acentuada diversidade, factos que indiciam grande inacessibilidade directa às litologias microcristalinas. Esta estratégia de gestão das matérias-primas põe em evidência o carácter pouco sedentário ou temporário do sítio de Pipas.

Pedra lascada

Subsistema tecnológico expedito

O conjunto lítico da indústria expedita aqui analisado possui um total de 275 peças, as quais foram maioritariamente produzidas em quartzito (Quadro 6). A observação do estado das superfícies dos suportes permite-nos retirar algumas ilacções quanto às condições de jazida dos mesmos (Quadro 7). Dos artefactos que ostentam áreas corticais, verifica-se que apenas uma pequena parte (5,5%) não oferece rolamento;

QUADRO 5 PIPAS, 2000. INDÚSTRIA LÍTICA. MATÉRIAS-PRIMAS.

	MATÉRIA-PRIMA	N	%	PESO (gr.)	%
I	Rocha ígnea ind.	5	1,2	183,4	1,5
II	Corneana	3	0,7	4416,6	35,4
III	Rocha granitóide	1	0,2	343,6	2,8
IV	Quartzito	213	50,0	4854,9	38,9
V	Quartzo zonado	41	9,6	1541,6	12,4
VI	Quartzo leitoso	94	22,1	490,6	3,9
VII	Cristal de rocha	14	3,3	35,3	0,3
VIII	Xisto ardoseano	3	0,7	135,6	1,1
IX	Xisto silicioso	25	5,9	400,2	3,2
X	Sílex / Cherte	27	6,3	71,8	0,6
TOTAL		426	100,0	12 473,6	100,0

QUADRO 6 PIPAS, 2000. INDÚSTRIA LÍTICA. SUBSISTEMA EXPEDITO. MATÉRIAS-PRIMAS.

	MATÉRIA-PRIMA	N	%	PESO (gr.)	%
I	Rocha ígnea ind.	4	1,5	38,8	0,6
II	Corneana	2	0,7	753,8	11,5
III	Quartzito	210	76,4	4600,9	70,2
IV	Quartzo zonado	34	12,4	679	10,4
V	Quartzo leitoso	4	1,5	98	1,5
VI	Xisto ardoseano	2	0,7	35,4	0,5
VII	Xisto silicioso	19	6,9	345,6	5,3
TOTAL		275	100,0	6551,5	100,0

QUADRO 7 PIPAS, 2000. INDÚSTRIA LÍTICA. SUBSISTEMA TECNOLÓGICO EXPEDITO. ESTADO DAS SUPERFÍCIES DOS SUPORTES.

	MATÉRIA-PRIMA	N	%
I	Sem córtex	63	22,9
II	Superfícies corticais sem rolamento	15	5,5
III	Superfícies com rolamento	197	71,6
TOTAL		275	100,0

a maioria (71,6%) possui rolamento fluvial. A origem destes materiais residiria nas cascalheiras quartzíticas do Guadiana, a cerca de 1 km de distância do sítio de Pipas. A avaliação da extensão de córtex conservada nos

artefactos (Quadro 8) sugere a existência de uma fase de descorticação prévia à exploração dos volumes da matéria-prima e debitage medianamente intensa dos núcleos. Atenda-se à elevada frequência relativa (60,0%) das peças que possuem córtex residual e $\leq 25\%$.

Dos 275 artefactos estudados, possuem talão 211 exemplares (Quadro 9). A maioria (62,6%) apresenta talão cortical; os talões lisos ocupam 18,0%, os reduzidos, 13,7% e os diedros e facetados, somente 3,8%. Estes resultados permitem afirmar que os seixos rolados eram, maioritariamente, talhados directamente a partir de plataformas corticais, sem preparação prévia; que, em alguns casos, a preparação do volume de matéria-prima a debitar se iniciava com a extracção de um primeiro levantamento destinado a criar uma plataforma de percussão aplanada; excepcionalmente, procedeu-se à preparação de planos de percussão

QUADRO 8 PIPAS, 2000. INDÚSTRIA LÍTICA. SUBSISTEMA TECNOLÓGICO EXPEDITO. EXTENSÃO DO CÓRTEX.

	CÓRTEX	N	%
I	Sem córtex	63	22,9
II	C. residual	94	34,2
III	$\leq 25\%$	71	25,8
IV	$>25 \leq 50\%$	22	8,0
V	$>50 \leq 75\%$	15	5,5
VI	$>75 < 100\%$	5	1,8
VII	100%	5	1,8
TOTAL		275	100,0

QUADRO 9 PIPAS, 2000. INDÚSTRIA LÍTICA. SUBSISTEMA TECNOLÓGICO EXPEDITO. TIPOS DE TALÃO.

	TALÃO	LASCAS	PRODUTOS LONGOS	TOTAL	%
I	Cortical	125	7	132	62,6
II	Liso	36	2	38	18,0
III	Diedro	3		3	1,4
IV	Facetado	5		5	2,4
V	Reduzido	29		29	13,7
VI	Inexistente	4		4	1,9
TOTAL		202	9	211	100,0

QUADRO 10 PIPAS, 2000. INDÚSTRIA LÍTICA. SUBSISTEMA TECNOLÓGICO EXPEDITO. TIPOS DE BOLBO.

	BOLBO	LASCAS	PRODUTOS LONGOS	TOTAL	%
I	Proeminente	69	1	70	33,2
II	Duplo bolbo	2		2	0,9
III	Médio	78	3	81	38,4
IV	Parcialmente eliminado	14		14	6,6
V	Difuso	38	5	43	20,4
VI	Inexistente	1		1	0,5
TOTAL		202	9	211	100,0

QUADRO 11 PIPAS, 2000. INDÚSTRIA LÍTICA. SUBSISTEMA TECNOLÓGICO EXPEDITO. TÉCNICA DE DEBITAGEM.

	TÉCNICA DE DEBITAGEM	LASCAS	PRODUTOS LONGOS	TOTAL	%
I	Percussão directa	170	4	174	82,5
II	Percussão indirecta	32	5	37	17,5
TOTAL		202	9	211	100,0

através da extracção de vários levantamentos cruzados ou justapostos. A perícia dos talhadores de pedra, apesar da simplicidade dos procedimentos técnicos, ficou patente na observação deste conjunto artefactual. Atenda-se à relativa importância dos talões

reduzidos (13,7%), facto que evidencia hábil saber fazer no respeitante à intensidade e direcção de aplicação do golpe de percussão. Os bolbos (Quadro 10) proeminentes e médios (tenha-se presente que existe alguma subjectividade na separação dos dois tipos) abrangem 71,6% da amostra analisada. Os bolbos difusos apresentam uma posição não negligenciável (20,4%), reforçando a ideia de perícia técnica já avançada, e o recurso a percussão indirecta (17,5%). A percussão directa (Quadro 11) foi a principal técnica de debitage (82,5%).

No que concerne às grandes categorias morfotécnicas (Quadro 12), verifica-se que os subprodutos de talhe se encontram muito bem representados, documentando a prática da actividade *in situ*. As médias das dimensões máximas são relativamente reduzidas, quando comparadas com as do sítio de Brejo Redondo (Tavares da Silva – Soares 2004: Quadro VIII): $28,4 \times 23,5 \times 8,7$ mm; o desvio padrão obtido para o comprimento é porém elevado (14,1%), o que revela significativa variabilidade desta dimensão na amostra estudada. Os produtos de debitage detêm 37,1% e as médias das suas dimensões máximas são semelhantes às do Brejo Redondo: $37,8 \times 30,4 \times 9,3$ mm. Os produtos de debitage transformados pelo retoque, com baixa frequência relativa (8,0%), apresentam em média dimensões máximas elevadas ($47,5 \times 44,1 \times 14,6$ mm), superiores às observadas no sítio de Brejo Redondo. Se adicionarmos à frequência relativa de instrumentos retocados os 16% de produtos de debitage transformados pelo uso e os 1,1% dos instrumentos nucleares,

QUADRO 12 PIPAS, 2000. INDÚSTRIA LÍTICA. SUBSISTEMA TECNOLÓGICO EXPEDITO. MÉDIAS DAS DIMENSÕES MÁXIMAS E PESO TOTAL DAS PRINCIPAIS CATEGORIAS MORFOTÉCNICAS.

Tipo			L. MÁX. (mm)			I. MÁX. (mm)			ESP. MÁX. (mm)			E./I.			PESO (gr.)	%
	N	%	N'	$\bar{X}$	S	N'	$\bar{X}$	S	N'	$\bar{X}$	S	N'	$\bar{X}$	S		
Núcleos	10	3,6	5	63,2 ± 7,7		5	60,6 ± 10,7		5	42,8 ± 18,1		5	0,7 ± 0,3		1580,2	24,1
Subprodutos de talhe	92	33,5	84	28,4 ± 14,1		85	23,5 ± 8,2		92	8,7 ± 4,7		85	0,4 ± 0,2		632,1	9,6
Produtos de debitage	102	37,1	69	37,8 ± 12,8		78	30,4 ± 12,3		102	9,3 ± 3,4		78	0,3 ± 0,1		1092,2	16,7
Instrumentos retocados	22	8,0	19	47,5 ± 17,2		21	44,1 ± 16,6		22	14,6 v 6,1		21	0,4 ± 0,1		730	11,1
Instrumentos não retocados com vestígios de uso	44	16,0	39	47,7 ± 22,7		38	36,6 ± 14,3		44	13,1 ± 6,2		38	0,4 ± 0,1		1112,2	17,0
Instrumentos nucleares	5	1,8	4	87,3 ± 26,0		5	74,4 ± 25,5		5	30,0 v 16,9		5	0,4 ± 0,2		1404,8	21,4

N' - número de exemplares cujas medidas foram consideradas por se encontrarem completas. O peso refere-se à totalidade das peças (N).

obtem-se uma frequência relativa de 25,8% para a totalidade dos instrumentos, a qual é inferior à apurada para o Brejo Redondo. No que se refere à massa lítica talhada, a sua maior frequência registou-se nos núcleos (24,1%) e nos instrumentos nucleares (21,4%). A totalidade dos utensílios detém 49,5% do peso total dos artefactos expeditos. Se ao peso dos instrumentos adicionarmos o dos produtos de debitage brutos, obtém-se a frequência relativa de 66,2%, resultado que não deixa dúvidas quanto à boa gestão das matérias-primas, mesmo as provenientes da envolvente próxima do povoado.

A análise tipológica dos artefactos expeditos (Quadro 13) revela 3,6% de núcleos (Fig. 21), dos quais metade são fragmentos, e uma boa representação de subprodutos de talhe (33,5%), onde importa destacar a presença de peças de crista, que revelam a prefiguração de produtos de debitage de bordos regulares e paralelos. Porém, os produtos de debitage são dominados pelas lascas (95%). Nos instrumentos retocados (Figs. 22 e 23), destaca-se o grupo dos entalhes e denticulados (Fig. 23). O grupo dos instrumentos nucleares, fracamente representado (1,8%), fica muito aquém dos valores obtidos para o Brejo Redondo. Importa destacar a presença de um proto-disco (Fig. 24, n.º 3) e a ausência de pesos de rede, tipo assinalado em Brejo Redondo. O retoque utilizado neste subsistema tecnológico foi maioritariamente parcial e descontínuo, em raros casos abrupto e remontante (Fig. 24, n.º 1), mais frequentemente oblíquo a rasante (Fig. 23, n.º 3). Estão, pois, presentes as duas cadeias operatórias tipificadas para o subsistema expedito, que têm como ponto de partida seixos rolados, direccionadas para a produção de lascas e utensílios sobre lasca ou para a manufactura de instrumentos nucleares.

Subsistema tecnológico uso-intensivo

Dos 144 efectivos analisados, apenas 27 artefactos foram manufacturados a partir de sílex/cherte (18,8%), a matéria-prima mais adequada ao subsistema tecnológico uso-intensivo. Como se pode observar no Quadro 14, exceptuando a utilização, claramente acidental, de quartzito de grão fino, verifica-se a presença, muito minoritária de xisto silicioso e uma significativa frequência relativa de quartzo, nas variedades leitoso e cristal de rocha, a qual permite considerá-lo matéria-prima de substituição do sílex/cherte.

QUADRO 13 PIPAS, 2000. INDÚSTRIA LÍTICA. SUBSISTEMA TECNOLÓGICO EXPEDITO. TIPOLOGIA.

TIPO	N	%
NÚCLEOS	10	3,6
Fragmento de núcleo indeterminado	5	
Núcleo configurado, com um plano de percussão	1	
Núcleo configurado, com três planos de percussão	1	
Núcleo discoidal	2	
Núcleo exausto	1	
SUBPRODUTOS DE TALHE	92	33,5
Resíduo	28	
Lasca residual	36	
Lasca de descorticação	6	
Lasca de acondicionamento de núcleo	16	
Lamela de acondicionamento de núcleo	1	
Lasca de crista	4	
Lâmina de crista	1	
PRODUTOS DE DEBITAGEM	102	37,1
Lasca não retocada	97	
Lâmina não retocada	2	
Lamela não retocada	3	
INSTRUMENTOS RETOCADOS	22	8,0
<i>Raspadores</i>	4	
Raspador discoidal	1	
Raspador sobre lasca	3	
<i>Furadores</i>	1	
Furador sobre lasca	1	
<i>Entalhes e denticulados</i>	12	
Entalhe sobre lasca	2	
Denticulado sobre fragmento atípico	1	
Denticulado sobre lasca	9	
<i>Peças com retoque simples e marginal</i>	4	
Lasca com retoque simples e marginal	4	
<i>Diversos</i>	1	
Ponta atípica	1	
UTENSÍLIOS COM VESTÍGIOS DE USO	44	16,0
Lasca não retocada com vestígios de uso	41	
Lâmina não retocada com vestígios de uso	3	
INSTRUMENTOS NUCLEARES	5	1,8
Seixo-raspador	2	
Proto-disco realizado a partir de lasca espessa e cortical	1	
Paleta afeiçoada perifericamente	2	
TOTAL	275	100,0

QUADRO 14 PIPAS, 2000. INDÚSTRIA LÍTICA. SUBSISTEMA USO-INTENSIVO. MATÉRIAS-PRIMAS.

	MATÉRIA-PRIMA	N	%	PESO (gr.)	%
I	Quartzito	2	1,4	1,4	0,2
II	Quartzo zonado	5	3,5	36,2	6,1
III	Quartzo leitoso	90	62,5	392,6	66,3
IV	Cristal de rocha	14	9,7	35,3	6,0
V	Xisto silicioso	6	4,2	54,6	9,2
VI	Sílex / Cherte	27	18,8	71,8	12,1
TOTAL		144	100,0	591,9	100,0

QUADRO 15 PIPAS, 2000. INDÚSTRIA LÍTICA. SUBSISTEMA TECNOLÓGICO USO-INTENSIVO. ESTADO DAS SUPERFÍCIES DOS SUPORTES.

	MATÉRIA-PRIMA	N	%
I	Sem córtex	103	71,5
II	Superfícies corticais sem rolamento	20	13,9
III	Superfícies com rolamento	21	14,6
TOTAL		144	100,0

QUADRO 16 PIPAS, 2000. INDÚSTRIA LÍTICA. SUBSISTEMA TECNOLÓGICO USO-INTENSIVO. EXTENSÃO DO CÓRTEX.

	CÓRTEX	N	%
I	Sem córtex	103	71,5
II	Córtex residual	14	9,7
III	<=25%	12	8,3
IV	>25 <=50%	7	4,9
V	>50 <=75%	4	2,8
VI	>75 <100%	4	2,8
TOTAL		144	100,0

As superfícies dos suportes (Quadro 15) revelam, na esmagadora maioria dos artefactos, ausência de córtex, ao contrário do observado nos utensílios expeditos; este facto é um bom indicador da intensidade de uso das matérias-primas siliciosas micro-cristalinas. De salientar que, nas peças com córtex, há um relativo equilíbrio entre as que não possuem rolamento e as que provieram de seixos rolados, o que reforça a

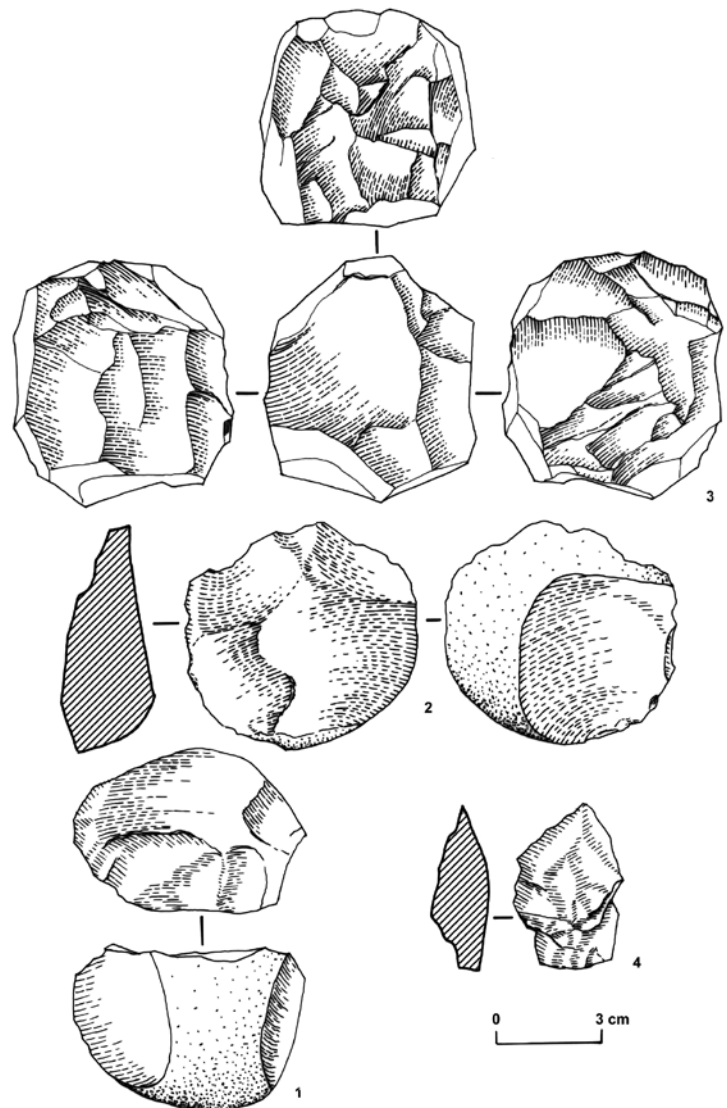


FIG. 21 Pipas, 2000. Indústria lítica. Subsistema tecnológico expedito. 1 - Núcleo de lascas configurado, com um plano de percussão preparado por levantamentos centrípetos, sobre seixo rolado de quartzito (Sond. 2; Q. E1; C. 2d; PIP/325). 2 - Núcleo de lascas discoidal sobre lasca espessa manufacturada a partir de seixo rolado de quartzito (Sond. 1; Q. J9; C. 2a; PIP/623). 3 - Núcleo de lascas poliédrico, com três planos de percussão principais, em quartzito (núcleo preexistente, retomado no Neolítico) (Sond. 1; Q. G10; C. 2a ; PIP/ 13). 4 - Lasca de acondicionamento de núcleo sobre seixo rolado de quartzito (Sond. 2; Q. G1; C. 2a; PIP/315).

importância das cascalheiras do Guadiana enquanto fonte de abastecimento regional de matérias-primas destinadas à produção do instrumental lítico das comunidades pré-históricas. A avaliação da extensão de córtex conservado nos suportes reforça a ideia de intensidade de uso de materiais e artefactos (Quadro 16). Os numerosos grupos (9) cromáticos identificados (Quadro 17) apontam no sentido da escassez

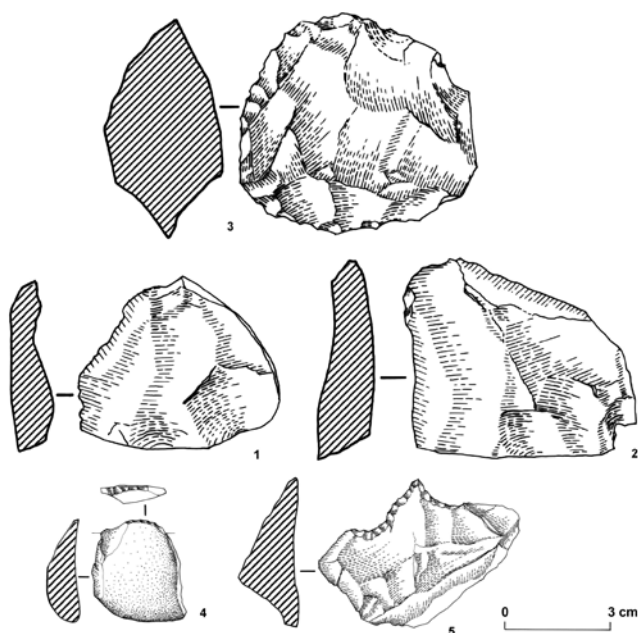


FIG. 22 Pipas, 2000. Indústria lítica. Subsistema tecnológico expedito. 1 - Lasca não retocada manufacturada a partir de seixo rolado de quartzito (Sond. 4; Q. M14; C. 2a; PIP/80). 2 - Lasca não retocada, manufacturada a partir de seixo rolado de quartzito (Sond. 1; Qs. H9-10; C. 2b; PIP/594). 3 - Raspador discoidal sobre lasca espessa de anfibolito (Sond. 4; Q. N14; C.1a; PIP/368). 4 - Raspador simples sobre extremidade de lasca cortical, manufacturada a partir de seixo rolado de quartzito. Frente de raspador abrupta (retoque directo) (Sond. 4; Q. N12; C.1c; PIP/589). 5 - Furador sobre lasca de quartzito. Ponta acerada, destacada por dois amplos entalhes retocados. Retoque directo abrupto a oblíquo (Sond. 1; Q. K10; C. 1c; PIP/448).

QUADRO 17 PIPAS, 2000. INDÚSTRIA LÍTICA. SUBSISTEMA TECNOLÓGICO USO-INTENSIVO. PEÇAS EM SÍLEX/CHE RTE. COR.

COR*	N
I Castanho melado (10YR 6/6)	1
II Rosa claro (5R 8/2)	1
III Vermelho púrpura acinzentado (5R 3/4; 5R 4/2; 10R 3/4; 10R 4/2)	1
IV Verde azeitona (5Y 6/1)	1
V Castanhos acinzentados (5YR 6/1; 5YR 8/1; 5YR 4/1)	2
VI Castanhos amarelados claros (10YR 7/4; 10YR 6/2; 10YR 7/6)	4
VII Vermelhos médios e escuros (10R 3/4; 10R 4/2; 5R 3/4; 5R 4/2)	4
VIII Cinzentos (N9; N8; N7; N6; N5; N2)	6
IX Castanhos médios (10YR 4/2; 10YR 5/4; 5YR 4/4; 5YR 5/2)	7
TOTAL	27

* As cores são referidas à tabela Munsell e ordenadas por ordem crescente do número de exemplares.

local destes recursos minerais e da sua variada origem, reunidos, pelo menos parcialmente, pela dinâmica de transporte e de deposição fluviais. A qualidade é, igualmente, diferenciada. Destacam-se, pela homogeneidade, estrutura cripto-cristalina e óptima aptidão para o talhe, três variedades de sílex, representadas somente por três artefactos: sílex rosado muito claro (5R 8/2); vermelho-púrpura acinzentado (5 RP 4/2) e castanho melado (5 YR 6/4).

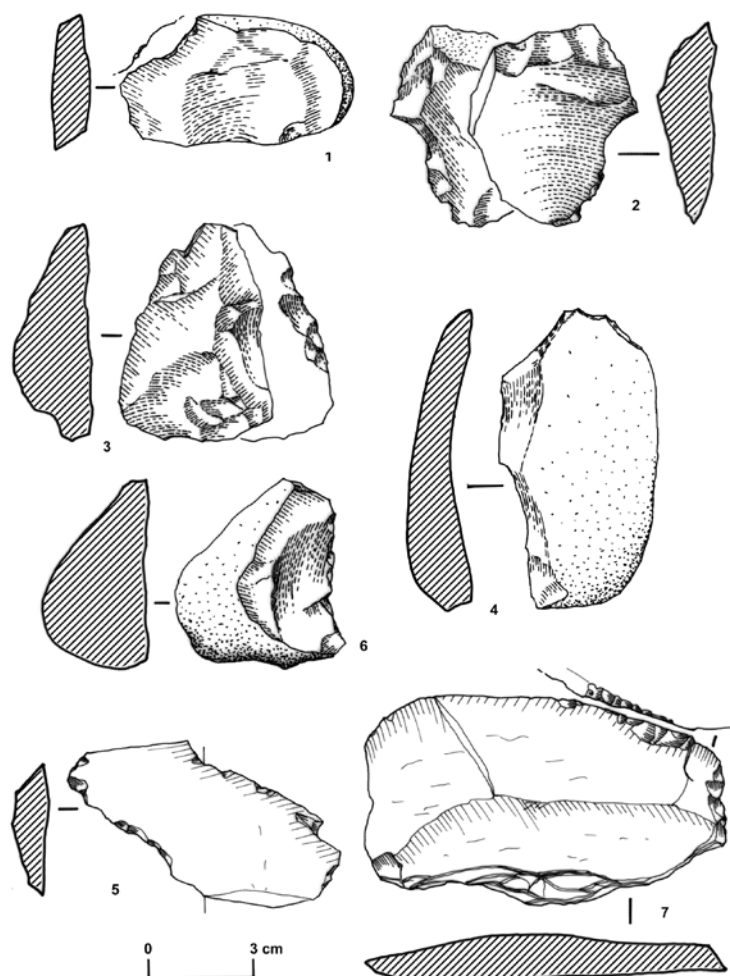


FIG. 23 Pipas, 2000. Indústria lítica. Subsistema tecnológico expedito. 1 -Denticulado sobre lasca de quartzito. Gume activo transformado por uso ou retoque oblíquo e alternante (Sond. 4; Q. M12; C.2a; PIP/268). 2 -Lasca denticulada. Extremidade distal de lasca extraída de seixo rolado de quartzito com retoque inverso e rasante (Sond. 1; Q. K8; C.1c; PIP/284). 3 - Lasca denticulada, de quartzito. Retoque no bordo esquerdo, inverso, oblíquo a rasante (Sond. 4; Q. N13; C.1d; PIP/680). 4 - Denticulado sobre extremidade distal de lasca cortical extraída de seixo rolado de quartzito. Retoque directo, oblíquo a semi-abrupto (Sond. 2; Q. F19; C. 1a; PIP/272). 5 - Lasca denticulada, em xisto silicioso. Retoque no bordo direito, alternante e oblíquo (Sond. 2; Q. F19; C.2d; PIP/603). 6 - Lasca não retocada, com vestígios de uso directos no bordo direito. Extraída de seixo rolado de quartzito (Sond. 1; Q. H8; C.1c; PIP/493). 7 - Lasca com retoque descontínuo e parcial no bordo lateral e distal. Xisto silicioso (Sond. 1; Q. G9; C.2a; PIP/297). Desenho de Fernanda de Sousa.

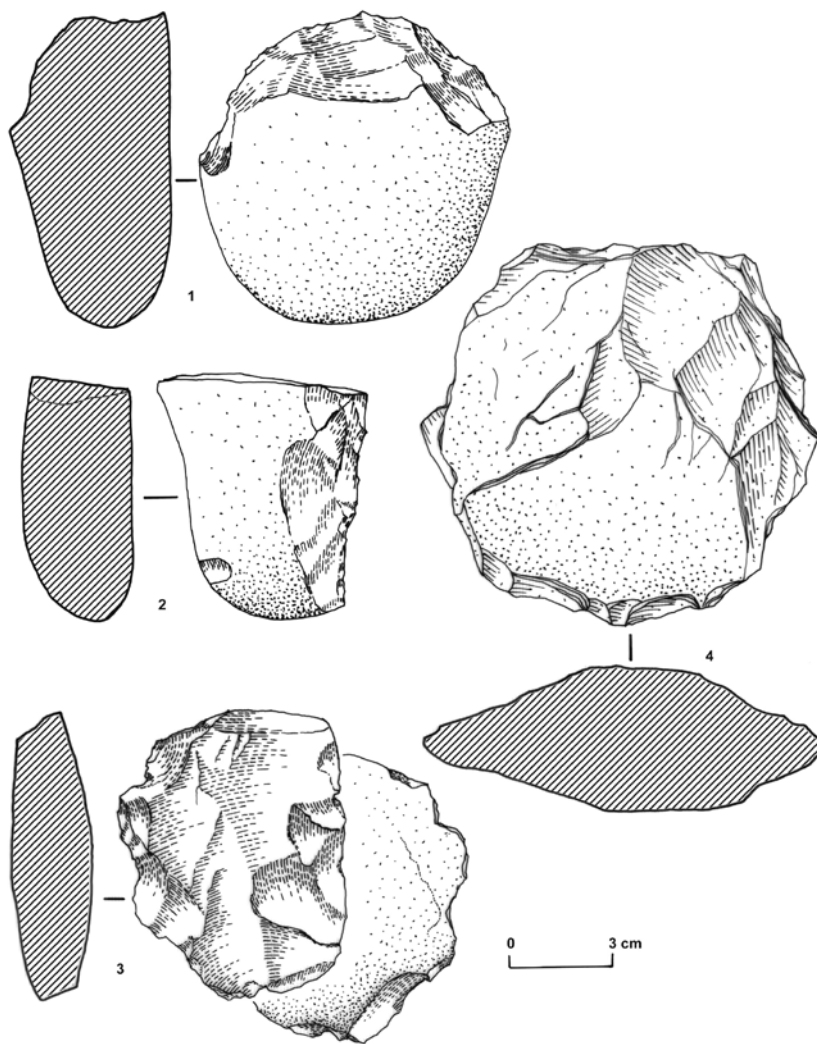


FIG. 24 Pipas, 2000. Indústria lítica. Subsistema tecnológico expedito. Utensílios nucleares. 1 -Seixo-raspador em quartzito. Frente alargada, definida por retoque unifacial, abrupto e remontante (Sond. 3; Q.W1; C.1a; PIP/367). 2 -Seixo-raspador lateral, em quartzito. Retoque semi-abrupto e remontante. Fragmentado transversalmente (Sond. 1; Q. G9; C.2a; PIP/298). 3 - Proto-disco realizado a partir de lasca espessa cortical, de quartzito, através de levantamentos unifaciais, oblíquos a semi-abruptos, em cerca de 2/3 da periferia (Sond. 4; Q. N12; C.1c; PIP/584). 4 - Paleta discoidal sobre placa de corneana. Afeiçãoada perifericamente através de levantamentos oblíquos e rasantes bifaciais (Sond. 2; Q. F1; C.1a; PIP/365). Desenhos de Fernanda de Sousa.

QUADRO 18 PIPAS, 2000. INDÚSTRIA LÍTICA. SUBSISTEMA TECNOLÓGICO USO-INTENSIVO. TIPOS DE TALÃO.

TALÃO	LASCAS	PRODUTOS LONGOS	TOTAL	%
I Cortical	7	—	7	8,3
II Liso	22	3	25	29,8
III Diedro	3	2	5	6,0
IV Facetado	7	1	8	9,5
V Reduzido	32	5	37	44,0
VI Inexistente	2	—	2	2,4
TOTAL	73	11	84	100,0

Dos 144 artefactos do subsistema uso-intensivo, que correspondem a 33,8% da totalidade da indústria lítica de Pipas, 84 exemplares (ou seja, 58,3% dos artefactos uso-intensivos, Figs. 25 e 26), conservavam

QUADRO 19 PIPAS, 2000. INDÚSTRIA LÍTICA. SUBSISTEMA TECNOLÓGICO USO-INTENSIVO. TIPOS DE BOLBO.

BOLBO	LASCAS	PRODUTOS LONGOS	TOTAL	%
I Proeminente	9	2	11	13,1
II Médio	27	3	30	35,7
III Parcialmente eliminado	3	2	5	6,0
IV Difuso	32	4	36	42,9
V Inexistente	2	—	2	2,4
TOTAL	73	11	84	100,0

a extremidade proximal. Os respectivos talões (Quadro 18) são maioritariamente reduzidos (44%), seguidos pelos talões lisos (29,8%). Os bolbos difusos (Quadro 19) ocupam o primeiro lugar, com 42,9%, e os médios, o

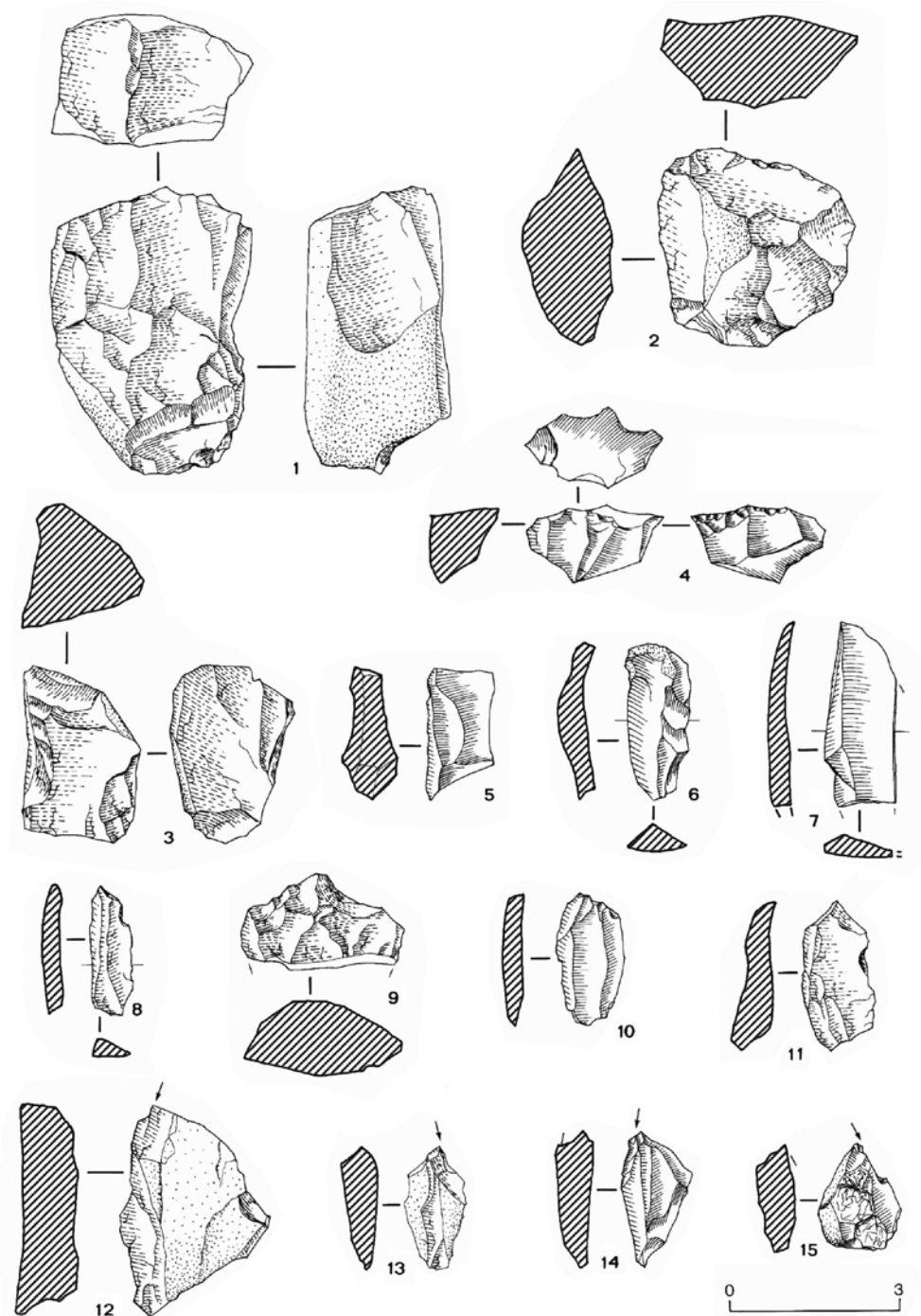


FIG. 25 Pipas, 2000. Indústria lítica. Subsistema tecnológico uso-intensivo. 1 - Núcleo sub-prismático com um plano de percussão preparado, principal e um plano de percussão cortical, secundário, perpendicular ao primeiro. Conserva-se córtex em mais de 1/3 da superfície total do núcleo. Sobre seixo rolado de quartzo leitoso (Sond. 4; Q. N14; C.2a; PIP/698). 2 - Núcleo discoidal com levantamentos centrípetos de lascas em ambas as faces. Não possui vestígios de córtex. Quartzo leitoso (Sond. 1; Q. G8; C.2a; PIP/767). 3 - Núcleo irregular sobre cristal de quartzo que ainda conserva duas faces do cristal. Estas correspondem a cerca de 1/3 da superfície do núcleo (Sond.1; Q. J10; C.2a; PIP/12). 4 - Núcleo exausto, sub-piramidal, em sílex. Conserva um plano de percussão principal. Levantamentos de lascas (Sond. 1; Q. L12 ; C.1a; PIP/687). 5 - Lasca de acondicionamento de núcleo, muito irregular. Sílex (Sond. 2; Q. E20; C.2b; PIP/729). 6 - Lamela de crista, muito arqueada. Sílex (Sond. 1; Q. G10; C.1c; PIP/17). 7 - Lâmina não retocada. Sílex (Sond. 2; Q. E20; C.2b ; PIP/731). 8 - Lamela não retocada. Cristal de rocha (Sond. 2; Q. E19; C.2c; PIP/126). 9 - Raspador denticulado sobre lasca de quartzo leitoso. Frente de raspador espessa. Retoque directo e abrupto (Sond. 1; Q. K10; C.2a; PIP/254). 10 - Raspador sobre extremidade de lamela. Frente de raspador mal conservada devido a intenso uso. Sílex (Sond. 1; Q. G10; C.1a; PIP/20). 11 - Furador axial sobre lamela de cristal de rocha. Ponta destacada por dois entalhes (Sond. 1; Q. G10; C.1b; PIP/15). 12 -Butil de ângulo sobre talão de lasca espessa e não retocada. Quartzo leitoso (Sond. 1; Q. J9; C.2b; PIP/471). 13 -Butil de ângulo sobre fractura. Zona proximal de lamela de quartzo leitoso (Sond. 2; Q. F20; C.2a; PIP/215). 14 - Butil de ângulo sobre talão de lasca de sílex (Sond. 3; Q. W20; C.1a ; PIP/225). 15 - Butil diedro sobre extremidade distal de lasca de sílex que conserva restos de córtex e fracturas térmicas (Sond. 2; Q. E2; C.1a; PIP/439). Desenhos de Fernanda de Sousa.

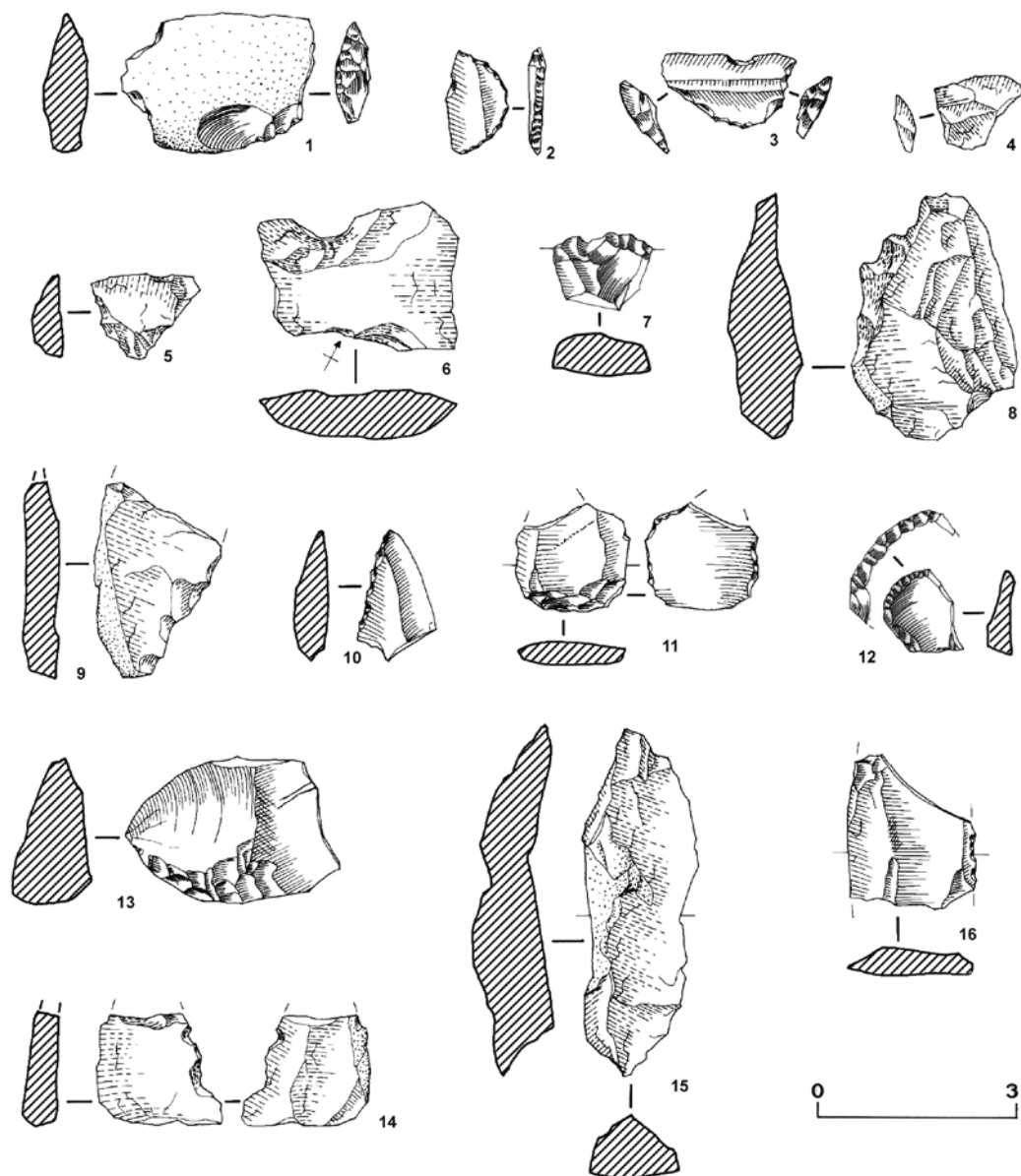


FIG. 26 Pipas, 2000. Indústria lítica. Subsistema tecnológico uso-intensivo. 1 - Lasca cortical de bordo abatido por retoque inverso e vertical (bordo direito). No bordo esquerdo, vestígios de uso irregulares e alternantes. Cherte (Sond. 1; Q. G9; C.1a; PIP/18). 2 - Segmento ("meia-lua") em sílex de óptima qualidade, com vestígios de uso sob a forma de pequenas descamações directas e concentradas no bordo bruto. Truncatura com retoque regular, directo e abrupto a semiabrupto (Sond. 1; Q. L11; C.1a; PIP/40). 3 - Flecha transversal em sílex de baixa qualidade. Truncaturas com retoque directo e abrupto. A truncatura do lado esquerdo ostenta piquant-trièdre, facto que denuncia o recurso à técnica do microburil. Bordo bruto com entalhe na região central ocasionado pelo uso. Não fossem estes vestígios de uso tão evidentes e esta peça teria sido classificada como trapézio (Sond. 2; Q. H1; C.1c; PIP/773). 4 - Flecha transversal em quartzo leitoso. Truncaturas definidas por retoque directo e abrupto. Gume bruto em leque (Sond. 1; Q. G8; C.2a; PIP/771). 5 - Flecha transversal em quartzo leitoso de manufactura muito tosca. Truncaturas com retoque directo e abrupto (Sond. 1; Q. K10; C.2a; PIP/38). 6 - Entalhe clatonense, levantamento directo e semi-abrupto, sobre bordo distal de lasca em quartzo leitoso (Sond. 1; Q. G10; C.1b; PIP/14). 7 - Denticulado, com retoque directo e abrupto, sobre extremidade distal de lasca de cherte (Sond. 1; Q. K10; C.1c; PIP/449). 8 - Lasca denticulada no bordo esquerdo, por levantamentos directos abruptos e oblíquos. Quartzo leitoso (Sond. 1; Q. G11; C.2a; PIP/19). 9 - Lasca denticulada no bordo direito. Retoque irregular, directo, oblíquo a abrupto. Quartzo leitoso (o córtex não possui rolamento) (Sond. 1; Q. J10; C.2a; PIP/742). 10 - Ponta atípica definida por bordo bruto convergente com truncatura lateral esquerda. O retoque é directo, oblíquo a vertical. Afeiçãoamento basal da ponta (pequenas extracções rasantes e inversas), provavelmente para encabamento. Sílex de óptima qualidade (Sond. 1; Q. K10; C.2a; PIP/37). 11 - Raclette sobre pequena lasca de xisto silicioso. Micro-retoque abrupto inverso e parcial (retoque ouchtata) (Sond. 1; Q. J9; C.1b; PIP/549). 12 - Raclette cordiforme, sobre pequena lasca de sílex de óptima qualidade, com fissuras térmicas, talão diedro e bolbo saliente. Retoque muito regular, contínuo, directo e semi-abrupto (Sond. 2; Q. H2; C.1b; PIP/453). 13 - Lasca em sílex melado, de óptima qualidade, obtida a partir de seixo rolado, com vestígios de uso distribuídos ao longo do fio do gume, do bordo direito (Sond. 1; Q. K9; C.2a; PIP/634). 14 - Elemento denticulado (alternado), com lustre de cereal, sobre lasca de quartzo leitoso. Córtex residual sem rolamento (Sond. 1; Q. G11; C.1b; PIP/16). 15 - Lâmina de crista em quartzo leitoso, com vestígios de uso directos, na extremidade distal do bordo direito (Sond. 2; Q. E20; C.2a; PIP/789). 16 - Fragmento mesial de lâmina regular, de secção transversal trapezoidal, em calcedónia (?), com retoque de uso directo no bordo direito (Sond. 1; Q. L10; C.2a; PIP/41). Desenhos de Fernanda de Sousa.

QUADRO 20 PIPAS, 2000. INDÚSTRIA LÍTICA. SUBSISTEMA TECNOLÓGICO USO-INTENSIVO. TÉCNICA DE DEBITAGEM.

	TÉCNICA DE DEBITAGEM	LASCAS	PRODUTOS LONGOS	TOTAL	%
I	Percussão directa	14	2	16	18,0
II	Percussão indirecta	59	13	72	80,9
III	Pressão sem aquecimento	—	1	1	1,1
	TOTAL	73	16	89	100,0

segundo lugar, com 35,7%. A técnica de debitage mais utilizada (Quadro 20) foi a percussão indirecta (80,9%). Raramente, terá sido praticada a pressão.

As categorias morfotécnicas melhor representadas (Quadro 21) são os subprodutos de talhe (37,5%) e os instrumentos retocados (29,9%). Se a estes adicionarmos os instrumentos *a posteriori* obtêm-se 43,1%, valor que ultrapassa em muito a frequência relativa dos subprodutos de talhe. De qualquer forma, estes e a presença de núcleos, maioritariamente de quartzo leitoso e cristal de rocha, documentam a actividade de talhe *in situ*. No que respeita aos padrões tipométricos (Quadro 21), constata-se que as médias das dimensões máximas dos subprodutos de talhe são as menores de todas as categorias morfotécnicas: 20,9 × 16,4 × 6,4 mm; seguem-se, por ordem crescente, as dos instrumentos retocados (23,3 × 18,0 × 6,3 mm),

dos produtos de debitage (24,7 × 16,9 × 5,9 mm), e instrumentos não retocados, com vestígios de uso (30,2 × 24,3 × 7,4 mm).

A lista tipológica do subsistema uso-intensivo (Quadro 22), construída embora a partir de uma amostra pouco numerosa, de 144 peças, permite uma leitura com razoável representatividade estatística, de que salientamos os aspectos mais relevantes. Entre os subprodutos de talhe, importa sublinhar a presença, mesmo que rara (um exemplar) de lamela de crista e de microburil, ecos da tradição de talhe lítico mesolítico, que se foi reduzindo durante o Neolítico antigo e que se extingue nos alvares de Neolítico médio. Nos produtos de debitage, dominados por lascas, regista-se a presença de raros produtos longos, nos quais o predomínio cabe ainda às lamelas. Nos instrumentos retocados, as lascas são maioritárias, ultrapassando o dobro dos produtos longos; domina o grupo tipológico de entalhes e denticulados, seguido pelo dos buris (o grupo melhor representado no conjunto dos utensílios do fundo comum), pelas peças de bordo abatido e raspadores. Com a mesma frequência relativa, surgem os geométricos, constituídos exclusivamente por flechas transversais e segmento (Fig. 26, n.ºs 2-5).

Os tipos de retoque mais utilizados neste subsistema tecnológico (Quadro 23) foram o semi-abrupto a abrupto profundo e contínuo, na tradição mesolítica, e o descontínuo (entalhes e denticulados), ambos com 36,6%. Seguem-se, por ordem decrescente, o golpe de buril, o retoque plano e invasor e, por fim, em idêntica

QUADRO 21 PIPAS, 2000. INDÚSTRIA LÍTICA. SUBSISTEMA TECNOLÓGICO USO-INTENSIVO. MÉDIAS DAS DIMENSÕES MÁXIMAS E PESO TOTAL DAS PRINCIPAIS CATEGORIAS MORFOTÉCNICAS.

Tipo			L. MÁX. (mm)			I. MÁX. (mm)			ESP. MÁX. (mm)			E./I.		PESO (gr.)	%
	N	%	N'	$\bar{X}$	S	N'	$\bar{X}$	S	N'	$\bar{X}$	S	N'	$\bar{X}$	S	
Núcleos	7	4,9	3	26,3 ±	20,551	3	32,3 ±	8,3	3	23,667 ±	10,066	3	0,7 ±	0,200	110,8 18,7
Subprodutos de talhe	54	37,5	48	20,9 ±	7,648	52	16,4 ±	6,6	54	6,370 ±	3,641	52	0,4 ±	0,157	140,7 23,8
Produtos de debitage	21	14,6	11	24,7 ±	2,102	19	16,9 ±	9,1	21	5,929 ±	2,749	19	0,4 ±	0,141	58,7 9,9
Instrumentos retocados	43	25,9	32	23,3 ±	7,8	42	18,0 ±	8,4	43	6,326 ±	2,85	42	0,4 ±	0,13	137,7 23,3
Instrumentos não retocados com vestígios de uso	19	13,2	14	30,2 ±	16,8	18	24,3 ±	12,7	9	7,36 ±	4,17	18	0,3 ±	0,109	143,2 24,2

N' - número de exemplares cujas medidas foram consideradas por se encontrarem completas. O peso refere-se à totalidade das peças (N).

QUADRO 22 PIPAS, 2000. INDÚSTRIA LÍTICA. SUBSISTEMA TECNOLÓGICO USO-INTENSIVO. TIPOLOGIA.

TIPO	N	%	TIPO	N	%
NÚCLEOS	7	4,9	<i>Peças de bordo abatido</i>	5	
Fragmento de núcleo indeterminado	4		Lasca de bordo abatido	3	
Núcleo configurado, com dois planos de percussão	1		Lamela de bordo abatido parcial	1	
Núcleo discoidal	1		Lamela de bordo abatido apontada	1	
Núcleo exausto	1		<i>Truncaturas</i>	1	
SUBPRODUTOS DE TALHE	54	37,5	Truncatura sobre lasca	1	
Resíduo	23		<i>Geométricos</i>	4	
Lasca residual	21		Crescente	1	
Lasca de acondicionamento de núcleo	7		Flecha transversal	3	
Lasca de crista	1		<i>Entalhes e denticulados</i>	13	
Lamela de crista	1		Entalhe sobre lasca	6	
Microburil	1		Entalhe sobre lamela	1	
PRODUTOS DE DEBITAGEM	21	14,6	Denticulado sobre fragmento atípico	1	
Lasca não retocada	15		Denticulado sobre lasca	3	
Lâmina não retocada	2		Denticulado sobre lamela	2	
Lamela não retocada	4		<i>Peças com retoque simples e marginal</i>	2	
INSTRUMENTOS RETOCADOS	43	29,9	Lasca com retoque simples e marginal	2	
<i>Raspadores</i>	4		<i>Peças com retoque plano/invasor</i>	2	
Raspador sobre resíduo	2		Lasca com retoque invasor unifacial	2	
Raspador sobre extremidade de lamela	1		<i>Diversos</i>	4	
Raspador denticulado	1		Ponta atípica	4	
<i>Furadores</i>	1		UTENSÍLIOS COM VESTÍGIOS DE USO	19	13,2
Furador sobre extremidade de lamela	1		Resíduo com vestígios de uso	1	
<i>Burís</i>	7		Lasca não retocada com vestígios de uso	14	
Buril simples de ângulo sobre fractura / bordo bruto	6		Lâmina não retocada com vestígios de uso	3	
Buril diedro	1		Denticulado com lustre de cereal sobre lasca com bordo abatido	1	
			TOTAL	144	100,0

posição residual, os retoques irregular marginal e Ouchtata. O retoque directo supera o inverso em cerca de 4x. O grupo dos utensílios com vestígios de uso é maioritariamente sobre lasca. Merece destaque, pelo sua pertinência crono-tipológica, a presença, embora rara, de lâminas regulares (Fig. 26, n.º 16) e de “dente”

de foice, denticulado, com o característico lustre de cereal (Fig. 26, n.º 14).

Na indústria uso-intensiva, as duas principais cadeias operatórias identificadas, vocacionadas para a produção de elementos de projectil e para a produção de lâminas estreitas, utilizaram quartzo e sílex, no

QUADRO 23 PIPAS, 2000. INDÚSTRIA LÍTICA. SUBSISTEMA TECNOLÓGICO USO-INTENSIVO. TIPO DE RETOQUE.

	TIPO DE RETOQUE*	LASCAS	PRODUTOS LONGOS	TOTAL
I	Invasor	2		2
II	Ouchtata	1		1
III	Simples, irregular e marginal	1		1
IV	Descontínuo, entalhe clactonense	3		3
V	Descontínuo, entalhe retocado	4	1	5
VI	Descontínuo, denticulado	5	2	7
VII	Golpe de buril	5	2	7
VIII	Semi-abrupto a abrupto, profundo e contínuo	8	7	15
TOTAL		29	12	41

* Por ordem crescente de frequência.

QUADRO 24 PIPAS, 2000. INDÚSTRIA EM PEDRA BUJARDADA E POLIDA. MATÉRIAS-PRIMAS.

MATÉRIA-PRIMA	N	PESO (gr.)
Rocha ígnea	1	144,6
Corneana	1	3662,8
Rocha granitóide	1	343,6
Quartzito	1	252,6
Quartzo zonado	1	809,6
TOTAL	5	5213,2,0

QUADRO 25 PIPAS, 2000. INDÚSTRIA EM PEDRA POLIDA/BUJARDADA E OUTROS. TIPOLOGIA.

TIPOS	N
Bigorna	1
Percutor poliédrico-esferoidal	1
Percutor irregular sobre seixo rolado	1
Polidor	1
Mó e polidor	1
TOTAL	5
Bloco/fragmento de matéria-prima	2

primeiro caso, e somente sílex, no segundo. Na cadeia operatória servida por quartzo leitoso/cristal de rocha e sílex, direccionada para a manufactura de elementos de projectil, toda a sequência produtiva pode ter decorrido no sítio de Pipas. Na cadeia operatória que apenas recorreu ao sílex, faltam muitos elos, o que permite supor a chegada ao sítio de instrumentos acabados, uma vez que não encontramos núcleos ou subprodutos de talhe correlacionáveis com a produção de lâminas regulares. A comparação da utensilagem uso-intensiva de Pipas com a do Brejo Redondo deixa perceber que enquanto no primeiro sítio a matriz herdada do Neolítico antigo é ainda vivaz, no Brejo Redondo aquela tradição não se manifesta.

Indústria de pedra polida e bujardada

A fraca representação desta categoria tecnológica, apenas com cinco peças, que correspondem a 1,2 % da totalidade da indústria lítica (Quadro 4), revela que a actividade agrícola seria secundária, o que está de acordo com a fraca aptidão agrícola dos solos envolventes. Ao número de efectivos corresponde igual número de variedades petrográficas, todas disponíveis localmente (Quadro 24): a corneana foi seleccionada para o polidor; o granito, para a mó; o quartzo, para o percutor poliédrico-esferoidal.

A indústria em pedra bujardada (Quadro 25) e polida encontra-se, pois, pior representada em Pipas que no sítio de Brejo Redondo, onde abrange 9% dos artefactos líticos. Nenhum instrumento em pedra polida foi registado. Porém, encontraram-se percutores e polidores daqueles instrumentos (Fig. 27), como já se havia publicado em 1992 (Soares – Tavares da Silva 1992: 59). Tanto o elemento de mó dormente completo, publicado em 1992 (Fig. 5), como o fragmento de mó dormente agora identificado, encontravam-se associados a polidores de instrumentos líticos, nos respectivos reversos. A reduzida expressão deste sistema tecnológico aponta no sentido de uma agricultura incipiente ou mesmo ausente, podendo as mós manuais destinar-se à farinação de bolota (ver sobre o tema Cerrillo Cuenca 2006; Bueno – Barroso – Balbín 2010), hipótese não testada analiticamente. A presença de polidores de instrumentos portáteis é uma prova indirecta da inclusão da utensilagem em pedra polida no repertório da cultura material do grupo que aqui estacionava.

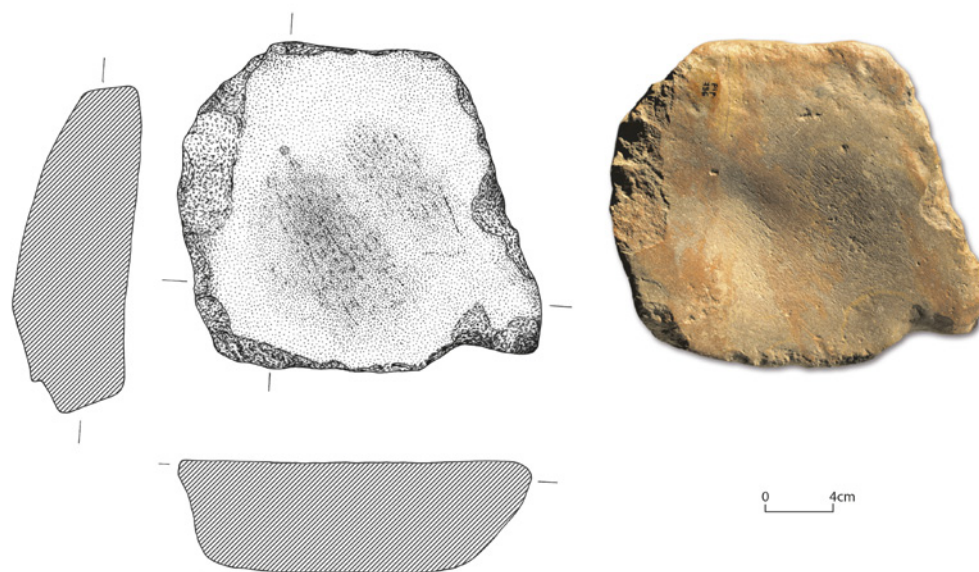


FIG. 27 Pipas, 2000. Polidor em placa de corneana. Superfície activa côncava, fortemente polida e estriada unidireccionalmente (PIP/796). Desenho de Jorge Costa.

Sinopse

Em síntese, a indústria lítica é, em termos gerais, pouco especializada. Constata-se a presença maioritária de artefactos expeditos obtidos a partir de lascas extraídas de seixos rolados de quartzito. O sílex/cherte é raro e o seu aprovisionamento deveria ter ocorrido, pelo menos em parte, nos terraços do Guadiana, tal como o quartzito; o sílex/cherte foi substituído pelo quartzo leitoso e cristal de rocha na produção de utensílios uso-intensivos, como buris, denticulados, lascas de bordo abatido e mesmo flechas transversais. De salientar a presença de apenas um núcleo, exausto, de sílex, e de raros subprodutos de talhe, na mesma matéria-prima, como uma lamela de crista. Algumas peças de sílex poderão não ter sido manufacturadas na jazida, como já afirmámos.

A escassez de artefactos de pedra bujardada e polida, conjugada com a elevada frequência da utensilagem expedita, reflecte, pois, a imagem de um grupo pouco sedentarizado, o que não significa desterritorializado, que se teria dedicado, por hipótese, à pastoreia, complementada pela caça (segmento e flechas transversais). Ainda hoje, a criação de gado constitui a principal actividade económica deste troço, particularmente acidentado, da bacia da Rib.^a do Álamo. As lâminas brutas com vestígios de uso, embora raras, constituem um razoável indicador cronológico, apontando para o Neolítico médio; o segmento, microburil, flechas transversais, furador e raspador sobre lamelas

revelam uma tradição oriunda do Neolítico antigo. O cruzamento destas duas tendências na concepção e produção de indústria lítica assinala o momento de viragem para o Neolítico médio que temos vindo a associar ao Protomegalitismo (Soares – Tavares da Silva 2000a; Tavares da Silva – Soares 2006).

RECIPIENTES CERÂMICOS

As quatro sondagens abertas no sítio de Pipas proporcionaram 574 fragmentos (5038,8 gr) de cerâmica, cujas distribuições vertical e horizontal são apresentadas nos Quadros 1 a 3 e Fig. 20. A fragmentação é elevada em todos os subníveis artificiais das quatro sondagens, sendo o valor médio da relação entre o peso total e o número de fragmentos de 8,7. As suas características (pasta, cor/ambiente de cozedura, forma, tratamento das superfícies, decoração) indicam um conjunto muito homogéneo que teria integrado um único horizonte crono-cultural, pelo que, no estudo a que procedemos, considerámos todos os fragmentos exumados quer da C.1 quer da C.2. A nossa atenção incidiu especialmente sobre os fragmentos com bordo e/ou decorados, pertencentes a diferentes recipientes (Fig. 28), tendo sido obtida uma amostra de 26 exemplares (NMI = 23, providos de bordo e de forma geral determinável), objecto de análise macroscópica.

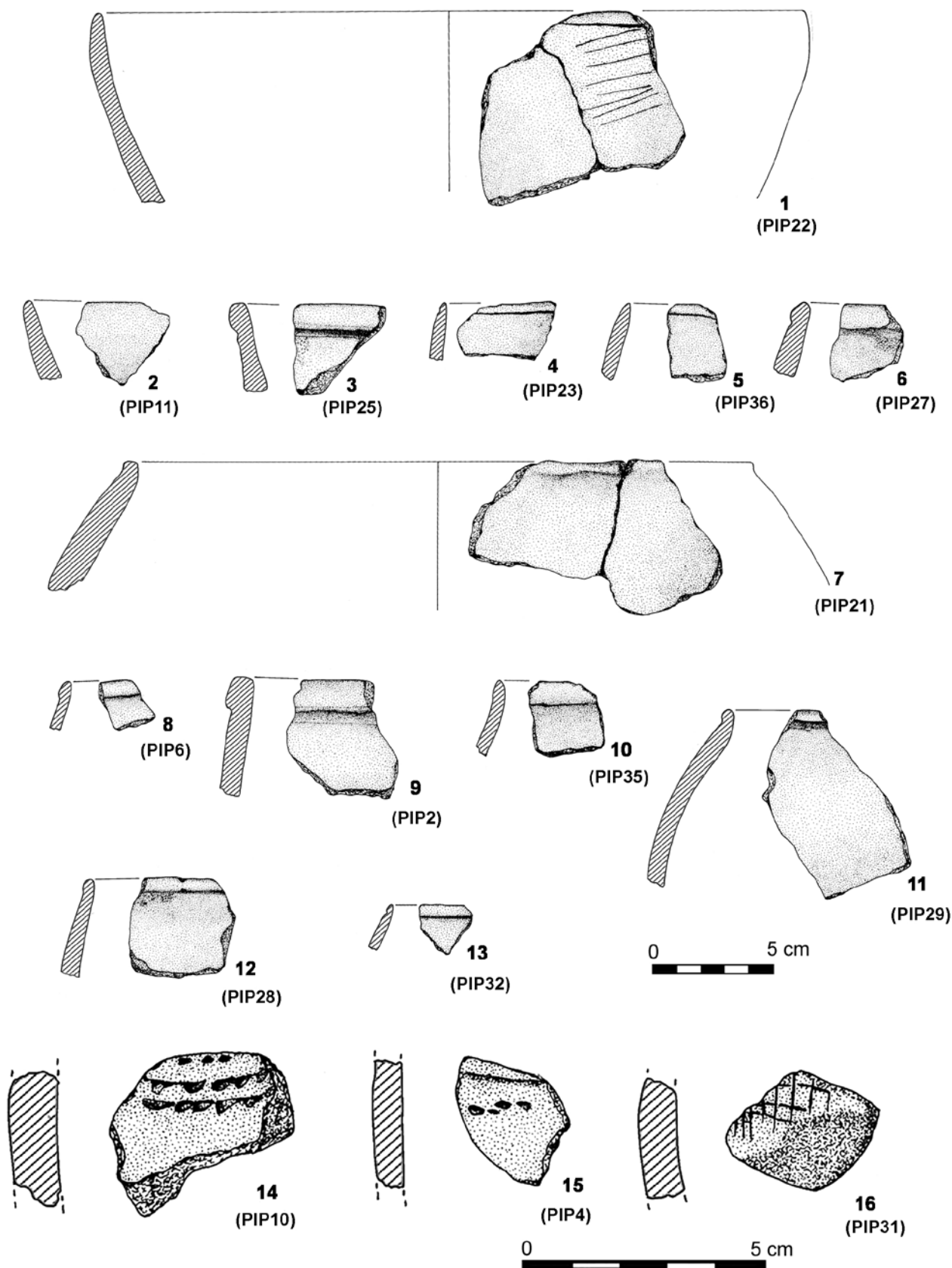


FIG. 28 Pipas, 2000. Recipientes cerâmicos: taças em calote (n.ºs 1-3); esferoidais/ovóides (n.ºs 4-13). Decoração por sulco abaixo do bordo (n.ºs 1, 3-13); decoração impressa (n.º 14); impressa + incisa (n.º 15); e incisa (n.º 16). Desenhos de Jorge Costa.

Pasta

A cerâmica de Pipas, bem como a do povoado do Neolítico médio da Fábrica de Celulose (Soares – Tavares da Silva 2000b; Tavares da Silva – Soares 2018) e da fortificação calcolítica de Porto das Carretas (Soares 2013), sítios com distintas cronologias, mas que partilham a mesma região, foram objecto de caracterização química, mineralógica e textural por J. F. Coroado e F. Rocha (Coroado – Rocha 2013: 511-520). Deste estudo, salientamos, brevemente, os seguintes aspectos:

“As análises mineralógicas (DRX) das pastas analisadas indicam que as composições são essencialmente constituídas por quartzo, plagioclases intermédias, feldspato potássico (microclina) e minerais micáceos. Observa-se também a ocorrência em algumas amostras de anfíbola (termolite/actinolite) e epidoto (?). A fracção menor que 2 µm revela a presença, em praticamente todas as amostras, de minerais argilosos, tais como ilite [...]”. A projecção das amostras (cerâmica de Pipas, Fábrica de Celulose e Porto das Carretas), em análise de componentes principais, mostra dois grandes conjuntos, A e B, que se subdividem em A1, A2 e A3 e B1 e B2, “agrupamentos que reflectem as características químicas e mineralógicas das cerâmicas locais”. As amostras de Pipas distribuem-se pelos subgrupos B1 e B2, que incluem também as da ocupação neolítica da Fábrica de Celulose, indicando maior variabilidade e proveniência a partir de áreas mais alargadas do que as do grupo A, constituído exclusivamente por amostras do povoado calcolítico do Porto das Carretas. Estes resultados indicam tendencialmente maior mobilidade dos grupos do Neolítico médio regional (Pipas e Fábrica de Celulose), sendo compatíveis com a nossa proposta de um modo de vida essencialmente pastoril.

O enquadramento geológico de Pipas é afim da composição química das respectivas pastas cerâmicas o que aponta para produção local/regional e com matéria-prima das proximidades. A presença de ilite em todas as amostras de Pipas “indica que a temperatura [de cozedura] teria sido baixa, uma vez que o grau de transformação destes minerais foi baixo”. As temperaturas de cozedura não teriam sido superiores a 800 °C (Coroado – Rocha 2013: 519).

No que se refere à análise macroscópica da pasta da cerâmica de Pipas, estão presentes: *Grupo 2* — pasta fina (abundantes e.n.p. ≤ 0,5 mm e raros > 0,5 mm);

Grupo 3 — pasta grosseira (abundantes e.n.p. entre 0,5 e 1 mm e raros > 1 mm; *Grupo 4* — muito grosseira (abundantes e.n.p. > 1 mm). Predomina a pasta do *Grupo 2*.

Cor

Dominam, nas superfícies e nas zonas superficiais da fractura as cores castanha (Munsell 7.5 YR 4/3) e castanho-avermelhada (Munsell 5 YR 4/4) (Munsell Color 1994), sendo o núcleo da fractura predominantemente cinzento-escuro ou negro. O ambiente de cozedura teria sido essencialmente redutor com fase final ou de arrefecimento oxidante. Estão presentes os seguintes grupos de cor: *Grupo 1* — superfícies e núcleo avermelhados/acastanhados; *Grupo 2* — superfícies e núcleo acinzentados/negros; *Grupo 3.1* — superfície externa avermelhada/acastanhada, superfície interna e núcleo acinzentados/negros; *Grupo 3.3* — superfícies avermelhadas/acastanhadas e núcleo acinzentado/negro.

Morfologia

O repertório cerâmico de Pipas reduz-se a dois grandes grupos morfológicos: o das taças em calote (*Forma 5*) e o dos esféricos/ovoides (*Forma 6*) (Tavares da Silva – Soares 1976-1977; Soares 2013: 483-484, Fig. 192), nas suas diversas variantes. Domina largamente o segundo grupo sobre o primeiro.

A *Forma 5* (taça em calote, NMI=7, Fig. 28, n.ºs 1-3) ocorre nas variantes *5a* (bordo subvertical e direito), *5b* (bordo ligeiramente inclinado para o interior, sem ruptura de declive) e *5c* (bordo muito inclinado para o exterior, sem ruptura de declive); lábios planos, convexos ou em bisel dissimétrico. O diâmetro da boca, determinado em escassos exemplares da *Forma 5a*, oferece valores de 280 e 300 mm. A espessura média da parede é de 7,7 mm ± 1,9, variando entre 5 mm e 9 mm, com moda de 9 mm. A pasta dos exemplares da *Forma 5* distribui-se pelos *Grupos 2, 3 e 4* (ver cap. pasta) e a cor/ambiente de cozedura, pelos *Grupos 1, 2, 3.1 e 3.3* (ver cap. cor); a superfície externa é predominantemente alisada, por vezes alisada-fina, e a interna, exclusivamente alisada. Só dois exemplares (em sete) mostram decoração: um com sulco largo abaixo do bordo (Fig. 28, n.º 3); o outro com incisão fina abaixo do bordo e, no bojo, banda vertical de incisões finas sub-horizontais (Fig. 28, n.º 1).

A *Forma 6* (esferoidal/ovoide, NMI = 16, Fig. 28, n.º 4-13) integra as variantes *6a* (bordo simples, sub-vertical e sem ruptura de declive), *6c* (bordo extrovertido) e *6b* (bordo espessado), por ordem decrescente de frequência. A extroversão do bordo da *Forma 6c* e o espessamento externo do bordo da *Forma 6b* são acentuados pela decoração mais comum na cerâmica de Pipas (Fig. 28, n.º 6, 7, 8, 9 e 11), constituída por sulco fino ou largo abaixo do bordo (Fig. 28, n.º 1, 3-13). O lábio é em geral convexo ou convexo-aplanado, mais raramente plano ou biselado. O diâmetro da boca apresenta valores compreendidos entre 120 mm e 270 mm. O exemplar que revelou este último diâmetro, relativamente fechado e possuindo a mais elevada espessura do bojo determinada na cerâmica de Pipas (11 mm), pode ter sido utilizado como recipiente de armazenagem. Predominam os exemplares de *Pasta 2* (fina, abundantes e.n.p. $\leq 0,5$ mm e raros $> 0,5$ mm) seguidos pelos de *Pasta 3* (grosseira, abundantes e.n.p. entre 0,5 mm e 1 mm, raros > 1 mm); são raros os de *Pasta 4* (muito grosseira, abundantes e.n.p. > 1 mm). O ambiente em que foram cozidos os recipientes da *Forma 6* foi, de um modo geral, totalmente redutor (*Cor 2*) ou redutor com fase de arrefecimento oxidante (*Cores 3.3 e 3.1*); só três exemplares (em 16) mostraram ambiente de cozedura totalmente oxidante (*Cor 1*). A superfície externa apresenta-se quase sempre alisada (só quatro exemplares mostram alisado-fino), e a interna, somente alisada. Dez dos 16 fragmentos identificados como tendo pertencido à *Forma 6* receberam decoração exclusivamente constituída por sulco abaixo do bordo, fino (cinco exemplares) ou largo (cinco exemplares).

Decoração

Foram exumados 15 fragmentos decorados (2,6% do total de fragmentos): três de forma indeterminada e os restantes distribuídos por taças em calote (dois exemplares) e esferoidais/ovoides (10 exemplares). Estão representadas as técnicas da impressão (dois exemplares de forma indeterminada) e da incisão (14 exemplares). Na decoração impressa (Fig. 28, n.º 14 e 15) registou-se o estilo boquique, com o tema grinalda (Fig. 28, n.º 14), que oferece similitudes com uma taça do abrigo da Pena d'Água atribuída ao Neolítico antigo evolucionado (Carvalho 1998: Fig. 11, n.º 1); presente também a associação da decoração impressa

e incisa, organizada em fiadas horizontais (Fig. 28, n.º 15). Na decoração incisa domina esmagadoramente o sulco abaixo do bordo (12 exemplares, 80% da totalidade dos fragmentos decorados), que ocorre quer em taças em calote (dois exemplares, *Forma 5a*), quer em esferoidais/ovoides (10 exemplares, *Forma 6*). Em uma das taças, o sulco abaixo do bordo associa-se a banda vertical de traços incisos sub-horizontais (Fig. 28, n.º 1), que mostra afinidades com decoração incisa linear, desordenada e descontínua, documentada no vizinho povoado do Neolítico médio inicial da Fábrica de Celulose (Tavares da Silva – Soares, 2018: Fig. 13). Um fragmento de forma indeterminada possui tema reticulado inciso (Fig. 28, n.º 16) integrável no estilo anteriormente referido e afim de um exemplar de Castelo Belinho (Gomes 2021: Fig. 2, n.º 1).

A imagem obtida é claramente de fim de ciclo da olaria decorada do Neolítico antigo, agora destronada pelo domínio das cerâmicas lisas e pela elevada frequência da decoração constituída por sulco abaixo do bordo, sendo esta última o mais expressivo marcador da cultura material dos inícios do Neolítico médio (ver Neves 2023: 281-303).

OUTROS MATERIAIS CERÂMICOS

A C.2a da Sondagem IV, Q. N13, forneceu uma peça coroplástica (Inv. PIP-26) de forma fálca (Fig. 29), de superfície alisada e castanho-avermelhada. A pasta é rica em e.n.p. raramente superiores a 1 mm. Possui 52 mm de comprimento total; a zona correspondente à glândula, cônica, mede 10 mm de comprimento e 12 mm de diâmetro na base; a zona mesial, que representa o corpo do pénis, subcilíndrica, mede 28 mm de comprimento e 13-16 mm de diâmetro e a zona dos testículos, 14 mm de comprimento e 19 mm de espessura.

Esta peça insere-se no emergente culto fálico, associado a um modo de vida pastoril, que pode ter sido preponderante durante o Neolítico médio não só na bacia do Guadiana, como em outras áreas do território português e cuja melhor expressão na região em apreço se encontra na Fase I do recinto megalítico do Xarez. O conjunto artefactual aí recolhido (Gomes – Carvalho 2000) é muito semelhante ao do sítio de Pipas. O mais antigo menir do Sul de Portugal, encontrado em contexto habitacional, provém do povoado

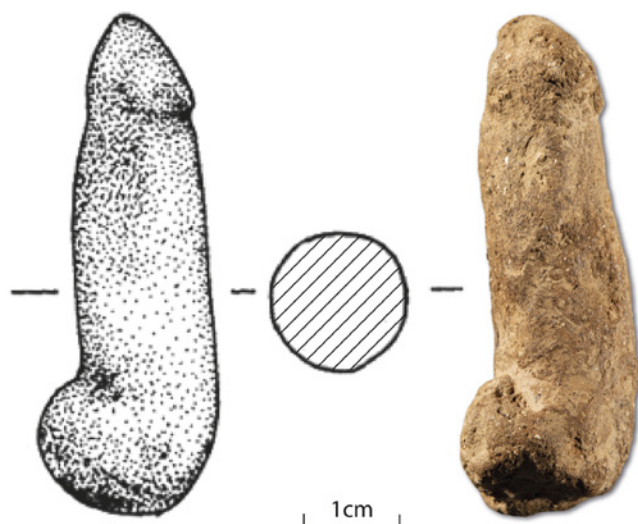


FIG. 29 Pipas, 2000. Peça em cerâmica de forma fálica da C.2a, Sondagem IV. Desenho de Jorge Costa e foto de Rosa Nunes.

do Neolítico antigo de Vale Pincel I, datado de meados do 6.º milénio cal BC (Tavares da Silva – Soares 2015). Tal como a função funerária, também a função religiosa (?) detida por estas arquitecturas “meníricas” foi exportada para o exterior dos espaços residenciais, provavelmente a partir do início do Neolítico médio, afirmando-se como intervenção cultural marcante no território comunitário e na organização social. O Megalitismo funerário, pela via do culto dos antepassados, exprime e é agente da reprodução alargada do sistema de parentesco. O Megalitismo “menírico”, pela via do culto fálico, terá desempenhado um papel estruturante na ideologia subjacente à emergência da família patriarcal.

CONCLUSÕES

A ocupação neolítica de Pipas abrange uma área com cerca de 1 ha da margem direita da Ribeira do Álamo, arenosa, por entre grandes afloramentos de granito cupiformes, abrigada dos ventos dominantes, no fundo de um vale limitado por elevações que lhe impediam a visibilidade e integrava um único nível arqueológico, pouco espesso, em que as estruturas de habitat apenas se podem deduzir pela presença de termoclastos mais ou menos dispersos. Não se conservou matéria orgânica, o que inviabilizou a obtenção de informação sobre a dieta, bem como a realização de análises radiocarbónicas e de isótopos estáveis.

A cultura material preservada foi inquirida em confronto com contextos melhor conservados.

A indústria lítica, pouco especializada, é dominada por artefactos expeditos, manufacturados a partir de seixos rolados, em geral de quartzito, enquanto os do subsistema tecnológico uso-intensivo (sobre sílex/cherte) revelam fraca densidade. Este quadro, associado à raridade de equipamento moageiro e a baixa frequência de cerâmica, constitui um bom indicador de ocupação pouco prolongada.

A cerâmica exumada constitui um conjunto homogéneo, fazendo parte, pela morfologia e decoração (maioritariamente constituída por sulco abaixo do bordo, complementada por alguma decoração impressa e incisa na tradição do Neolítico antigo evolucionado), de um horizonte estilístico da fase inicial do Neolítico médio. De entre o número crescente de sítios onde está presente esse grupo estilístico, refiram-se a título de exemplo (de sul para norte): Algarão da Goldera (Carvalho – Straus 2013), Fábrica da Celulose (Soares – Tavares da Silva 2000a; Tavares da Silva – Soares 2018), Vale Rodrigo (Armbruster 2006; 2008), Palmeirinha (Tavares da Silva – Soares – Coelho-Soares 2010), Pontal (Tavares da Silva *et al.* 1986; Soares – Tavares da Silva 2013), Ramalha, C.3 (Soares 2021), Monte da Foz 1 (Neves 2013), Abrigo da Pena d’Água, nível Db (Carvalho 1998). Alguns dos sítios referidos foram datados por radiocarbono entre ca. 4500 e 3600 cal BC, a 2σ (Fig. 30, Quadro 26).

As características da camada arqueológica e contexto locativo de Pipas apontam, pois, para um estabelecimento efémero, talvez de curta(s) estada(s) no ciclo anual de pastoreio de uma economia muito provavelmente baseada na agricultura itinerante de sacho e queimada e na pastorícia. Este modelo económico, que havia sido proposto pelo casal Leisner para os construtores de megálitos do Neolítico alentejano (Leisner – Leisner 1951), tem vindo a recolher maior suporte empírico, quer em regiões mais interiores, como na Extremadura espanhola, por exemplo, em Los Barruecos (Cerrillo Cuenca 2006), cujo diagrama polínico da sequência neolítica revelou sobreexploração do coberto vegetal atribuída ao pastoreio (López Sáez 2005; López Sáez *et al.* 2006), quer na Estremadura portuguesa, nomeadamente na gruta de Bom Santo, através de padrões de mobilidade revelados por análises isotópicas de estrôncio (Carvalho *et al.* 2015).

QUADRO 26 SELECÇÃO DE DATAS RADIOCARBÓNICAS COM DESVIOS-PADRÃO <100 ANOS, BEM CONTEXTUALIZADAS E TERRESTRES, À EXCEPÇÃO DA AMOSTRA DE PONTAL (COMPORTA), ONDE APENAS FOI POSSÍVEL RECUPERAR CONCHAS DE *OSTREA SP.*

SÍTIO	REF. LAB.	CONTEXTO	MATERIAL	PROTEÍNA % MARINHA	DATA ¹⁴ C (BP)	DATAS CALIBRADAS (CAL BC)		REFERÊNCIAS
						(1σ)	(2σ)	
Sítios habitacionais do Neolítico médio inicial								
Algarão da Goldra (Faro)	Wk-31388	Concheiro	Osso humano	—	5642±34	4536-4406	4606-4353	Carvalho e Strauss, 2013
Ramalha (Almada)	Beta - 440657	Q. R6 C.3	Dente de <i>Bos tauros</i>	—	5550±30	4443-4350	4495-4329	Soares, 2021
Algarão da Goldra (Faro)	Wk-31386	Concheiro	Osso humano	—	5336±55	4311-4055	4342-3982	Carvalho e Strauss, 2013
	Wk-31387	Concheiro	Osso humano	—	5323±48	4241-4055	4333-3985	Carvalho e Strauss, 2013
Vale Rodrigo 2	s/id.	—	Carvão	—	5175±70	4157-3812	4318-3709	Armbruster, 2008
Vale Rodrigo 3	KIA-31381	—	Carvão	—	4996±30	3893-3709	3947-3652	Armbruster, 2008
Pontal (Comporta)	CSIC-648	—	Conchas <i>Ostrea</i> sp.	—	4930±50	3764-3645	3907-3633	Soares e Tavares da Silva, 2013
Vale Rodrigo 2	Ua-10830	—	Carvão	—	4905±70	3771-3636	3958-3381	Larsson, 2000
Sepulturas protomegalíticas intra-habitat								
Campo de Hockey (Cádiz)	Beta - 564528	Sepultura 3 enterramento individual	Osso humano	4%	5410±30	4330-4250	4351-4057	Vijande-Vila <i>et al.</i> , 2022
	ETH-88972	Sepultura 11 enterramento duplo	Osso humano	40%	5364±24	4320-4080	4333-4052	Vijande-Vila <i>et al.</i> , 2022
	Beta - 569324	Sepultura 4 enterramento individual	Osso humano	25%	5250±30	4217-3988	4238-3995	Vijande-Vila <i>et al.</i> , 2022
Arroyo Saladillo	CNA-3336	Sepultura S-94 enterramento individual	Osso humano	—	5137±32	3984-3817	4046-3796	García Sanjuan <i>et al.</i> , 2020

A curta duração e precariedade dos povoados do Neolítico médio exprimem bem o elevado grau de mobilidade que atribuímos a este período. Porém, importa não generalizar excessivamente a imagem por agora obtida para Pipas pois em outros sítios do mesmo período, como Campo de Hockey (Cádiz, Vijande-Vila 2009), Arroyo Saladillo (Málaga, Fernández Rodríguez *et al.* 2014-2015), Gonçalvesinhos, (Mafra, Sousa – Miranda – van Calker 2020-2021), surgem

estruturas de habitat de maior complexidade, como silos de armazenagem e fossos.

No dilatado intervalo cronológico em que é possível integrar o sítio de Pipas, ou seja, entre cerca de 4500-3600 cal BC (Quadro 26) assiste-se à construção no Sudoeste ibérico, por um lado, de sepulcros protomegalíticos (Soares – Tavares da Silva 2000a) e das primeiras composições meníricas (Gomes, 2000: 158-160), durante o último terço do 5.º milénio cal BC e

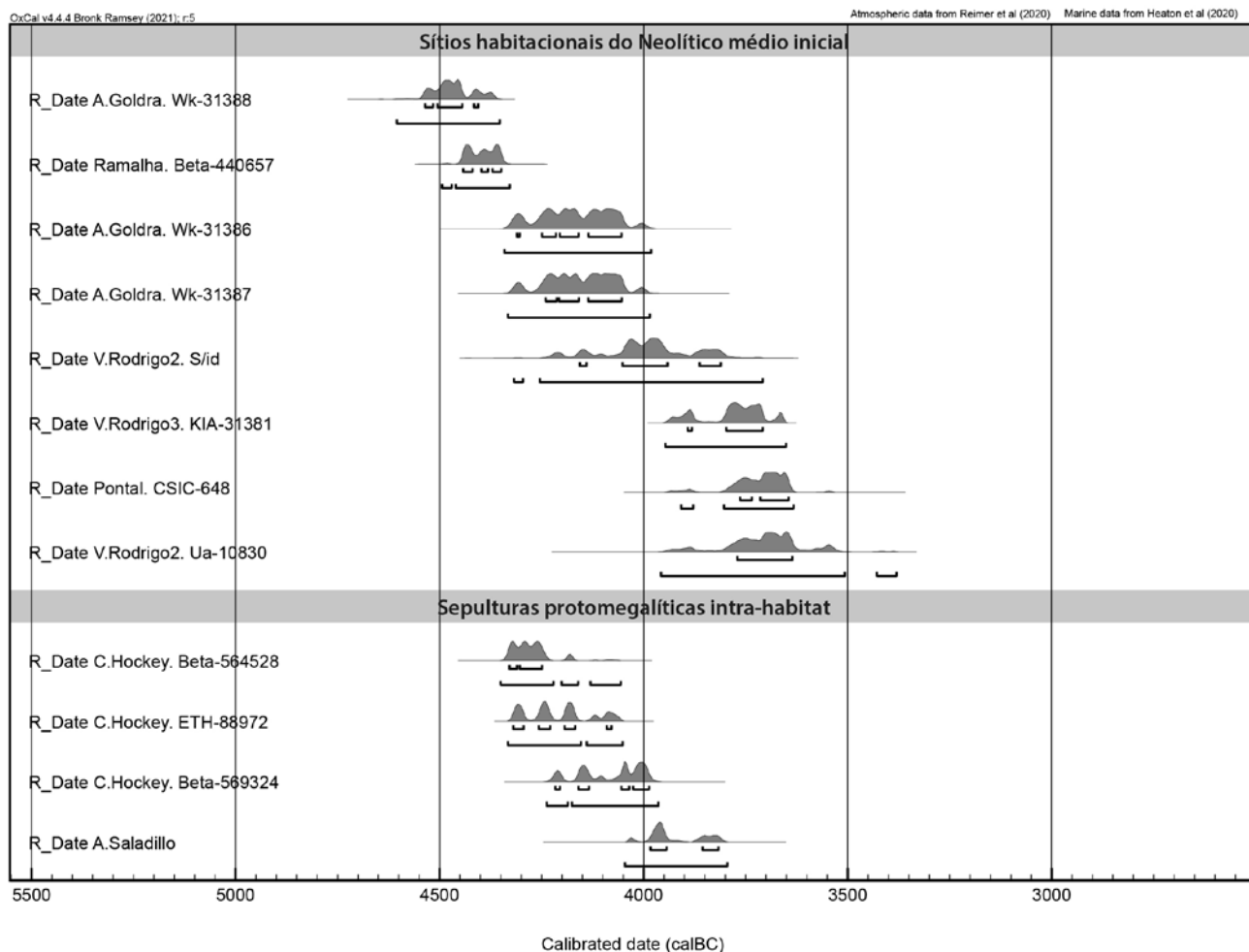


FIG. 30 Calibração de datas radiocarbónicas (OxCal v4.4.4 Bronk Ramsey 2021; r:5 IntCal20 seg. Reimer et al. 2020) obtidas em contextos domésticos e sepulturas protomegalíticas intra-habitat. Foi usada a curva IntCal20 (Reimer et al. 2020) à excepção da determinação obtida para a amostra do Pontal, onde se optou pela curva mixed (Heaton et al., 2020), uma vez que o efeito de reservatório oceânico deverá ter sido reduzido para o habitat do molusco em apreço. A utilização da curva marine 2020, para $\Delta R=0$, rejuvenesce o resultado, tornando-o incompatível com a respectiva cultura material. O momento correspondente ao Protomegalitismo encontra-se por agora circunscrito ao intervalo cronológico de 4300-3900/3800 cal BC.

os inícios do milénio seguinte, e, por outro lado, de sepulturas de câmara simples mas aberta, na primeira metade do 4.º milénio cal BC.

No que se refere ao Protomegalitismo, contamos com as cronologias radiocarbónicas de sepulturas do Campo de Hockey, em Cádiz (Vijande-Vila *et al.* 2022), bem como da sepultura S24 de Arroyo Saladillo (Fernández Rodríguez – Cisneros García – Arcas Barranquero 2014-2015; García Sanjuan *et al.* 2020) em Málaga, que abrangem o intervalo de 4300-3900/3800 cal BC a 2σ (Quadro 26, Fig. 30). Estas sepulturas de pequenas dimensões e câmara fechada, construídas em pedra e por isso revelando propósitos de memorialização, associavam-se nos sítios referidos a espaços domésticos. A estreita relação espacial entre as funções funerária e residencial, bem documentada no Mesolítico final,

prolonga-se, aparentemente sem interrupções, pelo Neolítico antigo (Vale Marim II, Tavares da Silva – Soares – Coelho-Soares 2010; Lisboa, Cardoso *et al.* 2018) e mesmo pelos alvares do Neolítico médio, como foi observado no sítio algarvio de Castelo Belinho. Nesta jazida ficou bem datado (c. 4650-3800/3700 cal BC, 2σ) e amplamente documentado o ritual de enterramento individual em fossa no interior do perímetro habitacional, mas sem estruturas construídas em pedra susceptíveis de atribuição ao Protomegalitismo (Gomes 2013; 2021). Na necrópole de Campo de Hockey está materializado o curto momento de coexistência entre o ritual de inumação em fossa simples e a inumação em pequena câmara construída em pedra.

Quanto ao mais antigo megalitismo dolménico está presente, no Sudoeste ibérico, através de

pequenas antas de câmara simples e aberta, como as da 1.^a e 2.^a fases do complexo megalítico de El Pozuelo datadas, respectivamente, nos intervalos de 3970-3760 e 3790-3620 cal BC, 2 σ (Linares-Catela 2022) ou a de Sobreira 1, datada de 3643-3381 cal BC, 2 σ (Boaventura – Ferreira – Silva 2013; Mataloto – Andrade – Pereira 2016-2017).

Em sociedades segmentárias, como as do Neolítico médio, em situação de aparente desequilíbrio demográfico-ecológico, a reprodução social alargada teria, no culto dos antepassados, importante suporte, o que implicaria uma lógica de memorialização/patrimonialização que nos parece evidente no registo funerário (Tavares da Silva 1997). Esta superestrutura deixou timidamente os primeiros indícios nas arquitecturas protomegalíticas em espaço doméstico, mas que, no breve prazo, se dissociariam dos ambientes habitacionais, e, dispersas pelos territórios, teriam constituído elementos caracterizadores das paisagens (Tavares da Silva – Soares 1983).

Agradecimentos

O presente trabalho foi na sua etapa final (fase de gabinete) concluído no âmbito da actividade do Centro de Estudos Arqueológicos do MAEDS. Agradecemos a toda a equipa a colaboração prestada. O nosso reconhecimento vai igualmente para a equipa que conosco colaborou no trabalho de campo e para Bárbara Polyak, que se ocupou da tradução do resumo para inglês.

Bibliografia

- ARMBRUESTER, T. (2006) – Before the monument? Ceramics with a line below the rim (A preliminary report from Vale de Rodrigo 3, Évora). In BICHO, N. (ed.) – *Simbolismo, arte e espaços sagrados na Pré-História da Península Ibérica. Actas do 4.º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: 53-67.
- ARMBRUESTER, T. (2008) – Technology neglected? A painted ceramic fragment from the dated Middle Neolithic site of Vale Rodrigo 3. *Vipasca*, 2.^a S.(2): 83-94.
- BRONK RAMSEY, C. (2021) – OxCal 4.4. <https://c14.arch.ox.ac.uk/oxcal.html>.
- BUENO, P. – BARROSO, R. – BALBÍN, R. de (2010) – Entre lo visible y lo invisible: registros funerarios de la Prehistoria reciente de la Meseta Sur. In BUENO, P. – GILMAN, A. – MARTÍN MORALES, C. – SÁNCHEZ-PALENCIA, F. J. (eds.) – *Arqueología, Sociedad, Territorio y Paisaje. Homenaje a M.ª Dolores Fernández Posse*. Madrid: 53-74.
- CARDOSO, J. L. – REBELO, P. – NETO, N. – RIBEIRO, R. A. (2018) – Enterramento do Neolítico antigo em fossa na zona ribeirinha de Lisboa (antigos Armazéns Sommer). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 24: 125-140.
- BOAVENTURA, R. – FERREIRA, M. T. – SILVA, A. M. (2013) – Perscrutando espólios antigos: a anta de Sobreira 1 (Elvas). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 16: 63-79.
- CARVALHO, A. F. (1998) – O Abrigo da Pena d'Água (Rexaldia, Torres Novas): resultados dos trabalhos de 1992-1997. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 1(2): 39-72.
- CARVALHO, A. F. – ALVES-CARDOSO, F. – GONÇALVES, D. – GRANJA, R. – CARDOSO, J. L. – DEAN, R. M. – GIBAJA, J. F. – MASUCCI, M. A. – ARROYO-PARDO, E. – FERNÁNDEZ-DOMÍNGUEZ, E. – PETCHEY, F. – PRICE, T. D. – MATEUS, J. E. – QUEIROZ, P. F. – CALLAPEZ, P. – PIMENTA, C. – REGALA, F. (2015) – The Bom Santo Cave (Lisbon, Portugal): Catchment, Diet, and Patterns of Mobility of a Middle Neolithic Population. *European Journal of Archaeology*, 18(2): 1-28.
- CARVALHO, A. F. – STRAUS, L. G. (2013) – New Radiocarbon dates for Algarão da Goldra (Faro, Portugal): a contribution to the Neolithic of the Algarve. In JIMÉNEZ ÁVILA, J. – BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. – GARCÍA CABEZAS, M. (eds.) – *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Villafranca de los Barrios: 193-205.
- CARVALHOSA, A. (1967) – *Carta geológica de Portugal. Notícia explicativa da Folha 40-D. Portel*. Lisboa.
- CERRILLO CUENCA, E. (coord.) (2006) – *Los Barruecos: Primeros resultados sobre el poblamiento neolítico de la Cuenca Extremeña del Tajo*. Mérida.
- COROADO, J. F. – ROCHA, F. (2013) – Caracterização química, mineralógica e textural de cerâmicas provenientes de povoados e habitats do megalitismo de Monsaraz e Mourão (Portugal). In SOARES, J. – *Transformações sociais durante o III milénio AC no Sul de Portugal. O povoado do Porto das Carretas*. Lisboa: 511-520.
- FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ L.-F. – CISNEROS GARCÍA, M. I. – ARCAS BARRANQUERO, A. (2014-2015) – Primera aproximación a los aspectos funerarios durante el Neolítico reciente en el asentamiento de Arroyo Saladillo Antequera, Málaga). *Mainake*, 35: 31-52.
- GARCÍA SANJUÁN, L. – FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, L. E. – BALSERA NIETO, V. – MORA MOLINA, C. – CISNEROS GARCÍA, M. – RODRÍGUEZ ARIZA, O. – LOZANO RODRÍGUEZ, J. A. – PÉREZ DÍAZ, S. – LUELMO LAUTENSCHLAEGGER, R. – LÓPEZ SÁEZ, J. A. (2020). Builders of Megaliths: society, monumentality and environment in 4th millennium cal BC Antequera. *Journal of Archaeological Science: Reports*, 102555. DOI: 10.1016/j.jasrep.2020.102555.
- GOMES, M. V. (2000) – Cromeleque do Xarez. A ordenação do caos. In *Das Pedras do Xerez às Novas Terras da Luz (Memórias D'Odiana)*. Beja: 17-190.
- GOMES, M. V. – CARVALHO, A. F. (2000) – 6. Espólio. In GOMES, M. V., Cromeleque do Xarez. A ordenação do caos. In SILVA, A. C. (coord.) – *Das Pedras do Xerez às Novas Terras da Luz (Memórias D'Odiana)*, 2). Beja: 89-108.
- GOMES, M. V. (2013) – Castelo Belinho's village (Portimão Algarve) and the sea landscape, resources and symbols. In SOARES, J. (ed.) – *Pré-história das Zonas húmidas. Paisagens de sal*. Setúbal (Setúbal Arqueológica, 14): 69-84.
- GOMES, M. V. (2021) – Fossas rituais, não funerárias, em aldeia do V milénio A. C. (Castelo Belinho, Portimão, Algarve). In GONÇALVES, V. S. (ed.) – *Terra e Sal. Das antigas sociedades camponesas ao fim dos tempos modernos. Estudos oferecidos a Carlos Tavares da Silva* (Estudos & Memórias, 16). Lisboa: 89-106.

- GOMES, M. V. – CARVALHO, A. F. (2000) – 6. Espólio. In GOMES, M. V., Cromeleque do Xarez. A ordenação do caos. In SILVA, A. C. (coord.) – *Das Pedras do Xerez às Novas Terras da Luz* (Memórias D'Odiana, 2). Beja: 89-108.
- HEATON, T. – KÖHLER, P. – BUTZIN, M. – BARD, E. – REIMER, R. – AUSTIN, W. – BRONK RAMSEY, C. – GROOTES, P. – HUGHEN, K. – KROMER, B. – REIMER, P. – ADKINS, J. – BURKE, A. – COOK, M. – OLSEN, J. – SKINNER, L. (2020). Marine20 – the marine radiocarbon age calibration curve (0–55,000 cal BP). *Radiocarbon*, 62: 779-820. DOI:10.1017/RDC.2020.68.
- LARSSON, L. (2000) – Symbols in stone: ritual activities and petrified traditions. In JORGE, V. O. (ed.) – *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*, UTAD, Vila Real, Setembro de 1999, vol. 3. Porto: 445 – 458.
- LEISNER, G. – LEISNER, V. (1951) – *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa.
- LINARES-CATELA, J. A. (2022) – Radiocarbon chronology of dolmens in the Iberian Southwest: architectural sequence and temporality in the El Pozuelo megalithic complex (Huelva, Spain). *Radiocarbon*, 64(5): 989–1064. DOI: 10.1017/RDC.2022.48
- LÓPEZ SÁEZ, J. A. (2006) – Análisis palinológico del yacimiento de Los Barruecos (Malpartida de Cáceres, Cáceres). In CERRILLO CUENCA, E. (coord.) – *Los Barruecos: Primeros resultados sobre el poblamiento neolítico de la Cuenca Extremeña del Tajo*. (Memorias de Arqueologia Extremeña, 6). Mérida: 95-98.
- LÓPEZ SÁEZ, J. A. – LÓPEZ GARCÍA, P. – LÓPEZ MERINO, L. – CERRILLO CUENCA, E. – GONZÁLEZ CORDERO, A. – PRADA, A. (2005) – Prehistoric landscapes in North Extremadura between the VIth and IVth millenia cal BC. *Journal of Iberian Archaeology*, 7: 23-36.
- MASCARENHAS, J. M. – SOARES J. – TAVARES DA SILVA, C. T. (1986) – O património histórico-cultural e os estudos de impacto ambiental: proposta de metodologia para a avaliação do impacto de barragens. *Trabalhos de Arqueologia do Sul*, 1: 7-16.
- MUNSELL COLOR (1994) – *Munsell® Soil Color Charts. 1994 Revised Edition*. New York.
- MATALOTO, R. – ANDRADE, M. A. – PEREIRA, A. (2016-2017) – O Megalitismo das pequenas antas: novos dados para um velho problema. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 23: 33-156.
- NEVES, C. (2013) – A evolução do Processo de Neolitização numa paisagem estuarina: a ocupação do Monte da Foz 1 (Benavente). In SOARES, J. (ed.) – *Pré-história das Zonas Húmidas. Paisagens de Sal*. (Setúbal Arqueológica, 14). Setúbal: 123-144.
- NEVES, C. (2023) – *O Neolítico médio no Sul de Portugal: o sítio da Moita do Ourives (Benavente), no quadro do povoamento do 5.º e 4.º milénio AC*. Lisboa.
- REIMER, P. – AUSTIN, W. – BARD, E. – BAYLISS, A. – BLACKWELL, P. – BRONK RAMSEY, C. – BUTZIN, M. – CHENG, H. – EDWARDS, R. – FRIEDRICH, M. – GROOTES, P. – GUILDERSON, T. – HAJDAS, I. – HEATON, T. – HOGG, A. – HUGHEN, K. – KROMER, B. – MANNING, S. – MUSCHELER, R. – PALMER, J. – PEARSON, C. – VAN DER PLICHT, J. – REIMER, R. – RICHARDS, D. – SCOTT, E. – SOUTHON, J. – TURNER, C. – WACKER, L. – ADOLPHI, F. – BÜNTGEN, U. – CAPANO, M. – FAHRNI, S. – FOGTMANN-SCHULZ, A. – FRIEDRICH, R. – KÖHLER, P. – KUDSK, S. – MIYAKE, F. – OLSEN, J. – REINIG, F. – SAKAMOTO, M. – SOOKDEO, A. – TALAMO, S. (2020) – The IntCal20 Northern Hemisphere radiocarbon age calibration curve (0–55 cal kBP). *Radiocarbon*, 62: 725-757. DOI: 10.1017/RDC.2020.41.
- SOARES, J. (1995) – Mesolítico-Neolítico na Costa Sudoeste: transformações e permanências. In JORGE, V. O. (coord.) – *Actas do 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular*, VI. (Trabalhos de Antropologia e Etnologia, 35, F. 2). Porto: 27-45.
- SOARES, J. (2013) – *Transformações sociais durante o III milénio AC no Sul de Portugal. O povoado do Porto das Carretas*. Lisboa.
- SOARES, J. (2021) – Economia agro-marítima em tempos neolíticos na fachada atlântica portuguesa. Breve balanço. In GONÇALVES, V. S. (ed.) – *Terra e sal. Das antigas sociedades camponesas ao fim dos tempos modernos. Estudos oferecidos a Carlos Tavares da Silva* (Estudos & Memórias, 16). Lisboa: 107-129.
- SOARES, J. – TAVARES DA SILVA, C. (1992) – Para o conhecimento dos povoados do megalitismo de Reguengos. *Setúbal Arqueológica*, 9-10: 37-88.
- SOARES, J. – TAVARES DA SILVA, C. (2000a) – Protomegalitismo no Sul de Portugal: inauguração das paisagens megalíticas. In GONÇALVES, V. S. – SOUSA, A. C. (eds.) – *Muitas Antas, pouca Gente? Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo* (Trabalhos de Arqueologia, 16). Lisboa: 117-134.
- SOARES, J. – TAVARES DA SILVA, C. (2000b) – *Trabalhos arqueológicos no sítio Neolítico da Fábrica de Celulose, 1999 (Mourão)*. Relatório depositado no Instituto Português de Arqueologia/DGPC. Inédito.
- SOARES, J. – TAVARES DA SILVA, C. (2001) – *Trabalhos arqueológicos no estabelecimento neolítico das Pipas (Reguengos de Monsaraz)*. Relatório depositado no Instituto Português de Arqueologia/DGPC. Inédito.
- SOARES, J. – TAVARES DA SILVA, C. (2013) – Economia agro-marítima na Pré-história do estuário do Sado. Novos dados sobre o Neolítico da Comporta. In SOARES, J. (ed.) – *Pré-História das Zonas Húmidas. Paisagens de sal* (Setúbal Arqueológica, 14). Setúbal: 145-170.
- SOUZA, A. C. – MIRANDA, M. – VAN CALKER, D. (2020-2021) – Um fosso em Gonçalves? Os dados e as questões em aberto no povoamento neolítico de Mafra. *Boletim Cultural*, 2.ª Série (2020-2021): 151-188.
- TAVARES DA SILVA, C. (1997) – O Neolítico antigo e a origem do Megalitismo no Sul de Portugal. In RODRÍGUEZ CASAL, A. (ed.) – *O Neolítico Atlântico e as Orixes do Megalitismo*. Santiago de Compostela: 575-585.
- TAVARES DA SILVA, C. – SOARES, J. (1976-1977) – Contribuição para o conhecimento dos povoados calcolíticos do Baixo Alentejo e Algarve. *Setúbal Arqueológica*, 2-3: 179-272.
- TAVARES DA SILVA, C. – SOARES, J. (1983) – Contribuição para o estudo do Megalitismo do Alentejo litoral. A sepultura do Marco Branco (Santiago do Cacém). *O Arqueólogo Português*, S. IV(1): 63-88.
- TAVARES DA SILVA, C. – SOARES, J. (2004) – Intervenção arqueológica no sítio neolítico de Brejo Redondo (Sines). *MUSA - Museus, Arqueologia e Outros Patrimónios*, 1: 83-110.
- TAVARES DA SILVA, C. – SOARES, J. (2006) – *Territórios da Pré-história em Portugal. Setúbal e Alentejo litoral. Tomar*.
- TAVARES DA SILVA, C. – SOARES, J. (2018) – Para o estudo do Neolítico Médio: O sítio da Fábrica de Celulose (Mourão). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 21: 5-23.
- TAVARES DA SILVA, C. T. – SOARES J. – MASCARENHAS, J. M. (1986) – *Estudo de impacto ambiental do Empreendimento de Alqueva. Caracterização do Quadro de Referência. Relatório B-3. Património Histórico-Arqueológico na ZAP. EIA, DRENA/EGF*.

- TAVARES DA SILVA, C. – SOARES, J. (2015) – Neolitização da Costa Sudoeste Portuguesa. A cronologia de Vale Pincel I. In GONÇALVES, V. – DINIZ, M. – SOUSA, A. C. (eds.) – *5.º Congresso do Neolítico Peninsular* (Estudos & Memórias, 8). Lisboa: 645-659.
- TAVARES DA SILVA, C. – SOARES, J. – COELHO-SOARES, A. (2010) – Arqueologia de Chãos de Sines. Novos elementos sobre o povoamento Pré-histórico. In *Actas do 2.º Encontro de História do Alentejo Litoral*. Sines: 11-34.
- TAVARES DA SILVA, C. – SOARES, J. – CARDOSO, J. L. – CRUZ, C. S. – REIS, C. A. S. (1986) – Neolítico da Comporta: aspectos cronológicos (datas 14C) e paleoambientais). *Arqueologia*, 14: 59-82.
- VIJANDE-VILA, E. (2009) – El poblado de Campo de Hockey (San Fernando, Cádiz): resultados preliminares y líneas de investigación futuras para el conocimiento de las formaciones sociales tribales en la Bahía de Cádiz (tránsito V-IV milenios a.n.e.). *Revista Atlántica-Mediterránea de Prehistoria y Arqueología Social*, 11: 265- 284.
- VIJANDE-VILA, E. – DÍAZ-ZORITA BONILLA, M. – MORELL-ROVIRA, B. – OLALDE, I. – SÁNCHEZ-BARBA MUÑOZ, L. P. – DOMÍNGUEZ-BELLA, S. – EMSLIE, S. D. – BECERRA-MARTÍN, S. – RUBIO-SALVADOR, A. – FERNÁNDEZ-SÁNCHEZ, D. S. – CANTILLO DUARTE, J. J. – ALEMÁN-AGUILERA, I. – MORENO-MÁRQUEZ, A. – MOLINA-PIERNAS, E. – RAMÍREZ-AMADOR, J. L. – GÓMEZ-SÁNCHEZ, M. L. – BOTELLA-LÓPEZ, M. C. – RODRÍGUEZ-VIDAL, J. – RAMOS-MUÑOZ, J. (2022) – At the beginnings of the funerary Megalithism in Iberia at Campo de Hockey necropolis. *Scientific Reports*, 12: 9431. DOI: 10. 1038/s41598-022-13014-6.

A questão dos enterramentos em urna na Idade do Ferro do Sul de Portugal: uma revisão integrada

The issue of Iron Age urn burials in the Iron Age of Southern Portugal: an integrated review

FRANCISCO B. GOMES

UNIARQ — Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa;

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

franciscojbgomes@gmail.com

ORCID iD: 0000-0003-0664-6374

RESUMO: A prática dos enterramentos em urna mereceu um relativo interesse ao longo da história da investigação sobre a Idade do Ferro do Sul de Portugal, tendo desempenhado um papel na construção de modelos histórico-culturais onde a difusão démica e cultural assumia um papel substancial. Apesar das críticas que esses modelos receberam e das nuances que se foram introduzindo na interpretação da sequência histórica sidérica do Sul português, esta modalidade funerária não foi objecto de nenhuma revisão crítica sistemática. Os dados hoje disponíveis permitem contudo revisitá-la numa óptica de longa duração, explorando as relações entre os enterramentos em urna precoces, da I Idade do Ferro, e os mais tardios, da segunda metade do I milénio a.n.e.. De igual modo, o incremento dos dados disponíveis permite hoje repensar e matizar as dinâmicas culturais subjacentes à difusão da prática do enterramento em urna, desenhando um panorama mais complexo e de natureza multicultural.

PALAVRAS CHAVE: I milénio a.n.e.; práticas funerárias; cremação; contactos interculturais; faseamento.

ABSTRACT: Urn burials as a funerary practice deserved considerable interest throughout the history of research on the Iron Age of southern Portugal, having played a role in the construction of historical-cultural models in which demic and cultural diffusion were highlighted. Despite the criticism leveled at those models and the nuances which were introduced into the interpretation of the Iron Age historical and cultural sequence of Southern Portugal, no systematic critical revision of this burial mode has been produced. With the data currently available, it can nonetheless be revisited in a *longue durée* perspective, exploring the relationships between the Early Iron Age urn burials and those dated in the second half of the 1st millennium BCE. At the same time, the increase of the available data allows for a nuanced rethinking of the cultural dynamics underlying the diffusion of the practice of urn burials, painting a more complex and multicultural panorama.

KEYWORDS: 1st millennium BCE; funerary practices; cremation; intercultural contacts; phasing.

1. OS ENTERRAMENTOS EM URNA NA IDADE DO FERRO DO SUL DE PORTUGAL: BREVE INTRODUÇÃO A UM PROBLEMA HISTORIOGRÁFICO

A presença de enterramentos em urna na Idade do Ferro do Sul do actual território português encontra-se documentada praticamente desde o início da investigação arqueológica sobre este período. Com efeito, e mesmo excluindo os achados mais precoces de finais do século XIX, de difícil contextualização – nomeadamente as urnas “Cruz del Negro” exumadas por Estácio da Veiga em Mértola (cf. Barros 2008), infelizmente em contexto secundário, ou os enterramentos em urna destruídos pelos trabalhos agrícolas no Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal) que resultaram na descoberta daquela necrópole (Silva 1875; Veiga 2005 [1891]: 266-273) –, a prática da incineração em *ustrinum* com deposição secundária dos restos cremados em urna foi cabalmente documentada por V. Correia já na década de 1920 durante as escavações que dirigiu na citada necrópole de Alcácer do Sal (Correia 1972 [1927])¹.

Durante essas intervenções o Professor da Universidade de Coimbra individualizou, com efeito, dois tipos de enterramentos em urna, que englobou no seu 2.º tipo, que hoje sabemos corresponder a enterramentos em urnas “Cruz del Negro” pertencentes à primeira fase da necrópole, e no seu 1.º tipo, que identificou correctamente como o mais recente da sequência funerária da necrópole sadina, e que pode hoje integrar-se com segurança na II Idade do Ferro (Correia 1972 [1927]; v. tb. Gomes 2018; 2021).

Embora nas décadas seguintes o investimento no estudo da Idade do Ferro do Sul de Portugal tenha sido reduzido, sendo quase nulos os novos dados obtidos para o estudo das práticas funerárias deste período, os enterramentos em urna haveriam de voltar a ter certo protagonismo em torno a meados do século XX graças aos trabalhos de A. Viana e A. Dias de Deus nas necrópoles da região de Elvas (Viana – Deus 1950a; 1950b; 1951; 1955; 1958; v. tb. Heleno 1951).

Os seus trabalhos na Herdade da Chaminé (Elvas), em particular, permitiram uma vez mais identificar um

horizonte funerário pré-romano caracterizado pela prática da cremação com deposição secundária dos restos em urnas, horizonte esse que os seus descobridores identificaram com uma fácies cultural céltica (Viana – Deus 1950a; 1950b; 1951; 1955; 1958), leitura que, como se verá, haveria de ter importantes ecos na investigação posterior.

A. Viana, trabalhando num contexto distinto, identificou também um conjunto de enterramentos em urna, provavelmente da II Idade do Ferro, depositados no interior da cista megalítica do Serro das Antas (Almodôvar) (Viana – Ferreira – Andrade 1957), configurando um interessante caso de reutilização de um monumento megalítico, caso esse que infelizmente permanece ainda hoje insuficientemente caracterizado.

Apesar destes contributos precoces, a escassez de dados para uma caracterização global da Idade do Ferro no Sul do actual território nacional ditou que estes casos, mais ou menos isolados, da prática da deposição dos restos cremados em urnas permanecessem escassamente problematizados. Tal situação só viria a alterar-se a partir da década de 1970 com o lançamento de um ambicioso programa de investigação centrado na região de Ourique e dinamizado por C. de Mello Beirão, cujo objectivo central passava pela identificação e caracterização do contexto arqueológico da Escrita do Sudoeste. Esse programa saldou-se na produção de um volume significativo de dados (Dias – Beirão – Coelho 1970; Beirão – Gomes – Monteiro 1979; Beirão – Gomes 1980; 1983; Dias – Coelho 1983; Beirão 1986; 1990; Correia 1993; Beirão – Correia 1994) que permitiu, pela primeira vez, discutir com bases arqueológicas mais sólidas as características e a sequência histórica da Idade do Ferro regional.

Não é este o lugar idóneo para apresentar uma síntese global dos trabalhos realizados por C. de Mello Beirão e pelos seus colaboradores, nem tão-pouco dos modelos que sobre eles se foram construindo (para uma discussão, ver, entre outros, Correia 1997; Arruda 2001; Gomes 2016). Para os objectivos da presente contribuição caberia contudo salientar que, apesar de primariamente centrados nas características necrópoles tumulares que caracterizam a fase inicial da Idade do Ferro na região de Ourique, os trabalhos desenvolvidos por esta equipa permitiram igualmente identificar um número significativo de enterramentos em urna

¹ Não se consideram, neste contexto, os achados praticamente contemporâneos das necrópoles de Alpiarça, já que a sua integração na Idade do Ferro, outrora defendida, se encontra hoje totalmente descartada (v. Vilaça *et al.* 1999, com bibliografia.)

(Dias – Coelho 1971; Beirão 1986: 49; Silva – Gomes 1992: 151-152 e 176-177; Correia 1993: 360; Beirão – Correia 1994; v. tb. *infra*) que, apesar da escassa atenção que geralmente mereceram por parte dos seus descobridores, foram pela primeira vez enquadrados numa sequência arqueológica devidamente articulada e num modelo histórico global.

Alguns enterramentos em urna foram identificados na periferia das necrópoles tumulares antes mencionadas, associados nalguns casos aos chamados monumentos em Π (Correia 1993: 360), que se interpretaram como a última expressão da evolução das arquitecturas tumulares regionais, enquanto noutros casos aparecem desprovidos de qualquer estrutura envolvente; contudo, outros exemplos deste tipo de deposições, com ou sem monumento em Π , surgiram aparentemente isolados, não se associando a qualquer conjunto tumular anterior (Correia 1993: 360; Beirão – Correia 1994; v. tb. *infra*).

A posição destes enterramentos e a sua relativa modéstia, sobretudo quando comparada com o significativo investimento realizado na construção dos mais antigos monumentos tumulares, levou C. de Mello Beirão a interpretá-los como uma realidade fundamentalmente intrusiva (Beirão 1986: 49). Enquanto tal, esta mudança nas práticas e rituais funerários, considerada relativamente brusca, acabou por se converter num dos *pivots* fundamentais da articulação do modelo histórico bipartido propugnado por este investigador e pelos seus colaboradores. No quadro desse modelo, propunha-se que a uma I Idade do Ferro fortemente vinculada com o âmbito tartéssico e com o Mediterrâneo se sucedia, a partir dos séculos V-IV a.n.e., uma II Idade do Ferro de carácter fundamentalmente continental e celtizante (Beirão – Gomes – Monteiro 1979; Beirão – Gomes 1980; Beirão 1986: 27-29).

Nesta leitura, a introdução da prática da cremação e deposição secundária dos restos cremados em urna adquiriria assim um significado acrescido ao constituir um dos indicadores mais expressivos da chegada de novas populações de cariz continental, que seriam além do mais responsáveis pela violação de numerosas sepulturas do período anterior (Beirão – Gomes – Monteiro 1979: 8; Beirão – Gomes 1980; Beirão 1986: 49-50). A aparente ruptura ao nível das práticas funerárias seria assim a expressão de uma descontinuidade populacional, étnica e cultural que

explicaria igualmente as alterações ao nível dos sistemas de povoamento e, sobretudo, o desaparecimento da escrita, emblema principal do progresso “civilizacional” da I Idade do Ferro (Beirão – Gomes – Monteiro 1979; Beirão – Gomes 1980; Beirão 1986; Silva – Gomes 1992).

Se é certo que a equação que associa estes enterramentos em urna com novos contingentes demográficos pertencentes a um fundo cultural continental e celtizante acabou por assumir uma considerável centralidade na construção deste modelo histórico, parece importante assinalar que no próprio quadro da investigação dinamizada por C. de Mello Beirão foram aflorando dados difíceis de compaginar com essa interpretação, que, contudo, mereceram reduzida atenção.

A este nível, o enterramento em urna do Cerro do Ouro (Ourique) (Beirão – Gomes 1984: 440-442; Beirão 1986: 49-50), recentemente reavaliado (Gomes 2022), parece ter sido um dos casos mais significativos, tendo sido considerado pelo próprio C. de Mello Beirão como um caso particular e diferenciado (Beirão 1986: 49-50). No entanto, podem também citar-se outros casos, como um enterramento em urna documentado na necrópole da Fonte Santa (Ourique) (Beirão 1986: 66-68; v. tb. *infra*), a infelizmente mal conhecida necrópole do Galeado (Vila Nova de Milfontes), identificada de forma acidental nos anos 1930 mas só publicada no contexto do programa de investigação que vimos discutindo (Beirão – Gomes 1983), ou a necrópole da Atafona (Almodôvar) (Silva – Gomes 1992: 177 e Fig. 61-A), mas também a necrópole da Herdade das Casas (Redondo), escavada mas nunca publicada por C. de Mello Beirão (Mataloto – Williams – Roque 2014: 24 e Fig. 3).

Em todos estes casos, a associação de enterramentos em urna com materiais que remetem não exclusivamente para contextos culturais continentais, mas também – e, nalguns casos, unicamente – para influências meridionais, de claro cunho mediterrâneo, permitiam já questionar a linearidade e exclusividade da associação entre este rito funerário e a presença de contingentes populacionais célticos, indiciando um panorama significativamente mais complexo.

A própria equipa responsável pelo estudo dos contextos sidéricos da região de Ourique acabaria por reconhecer essa complexidade, matizando em

trabalhos posteriores a ideia de uma pronunciada descontinuidade cultural entre a I e a II Idade do Ferro, passando a caracterizar a passagem de uma a outra etapa como «...um fenómeno transicional, mais do que a consequência de fenómenos desenvolvidos bruscamente» (Beirão – Correia 1994: 917) e reconhecendo os elementos de continuidade entre ambos os períodos (Beirão – Correia 1994: 923; v. tb. Correia 2014: 83).

Também a investigação posterior viria a pôr em causa a operacionalidade deste modelo bipartido, enfatizando a diversidade e complexidade do registo arqueológico correspondente à segunda metade do I milénio a.n.e. e os indicadores de uma continuidade das relações com o âmbito meridional e, directa ou indirectamente, com o Mediterrâneo (Arruda – Guerra – Fabião 1995).

Em particular, em relação à questão das transformações a nível do ritual funerário, assinalou-se que, no caso das necrópoles de Ourique, a continuidade das tradições sepulcrais anteriores, representada pelas já citadas estruturas em Π, e a própria associação espacial às mais antigas necrópoles tumulares não sugerem um fenómeno de ruptura cultural de amplo alcance (Arruda – Guerra – Fabião 1995: 248).

De igual modo, notou-se que o outro caso emblemático de alteração do ritual funerário durante a II Idade do Ferro, concretamente o da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, dificilmente se pode explicar por um influxo celtizante, já que a própria sequência documentada no povoado correspondente (Silva *et al.* 1980-1981) revela a continuidade e evolução *in situ* da matriz cultural do período precedente e das relações com o Sul peninsular (Arruda – Guerra – Fabião 1995: 248-249).

C. Fabião, num trabalho posterior, dedicou igualmente uma particular atenção aos dados disponíveis para a discussão das práticas funerárias da II Idade do Ferro do território meridional português (Fabião 1998: 336-402), evidenciando a complexidade interna dos conjuntos funerários e das práticas neles realizadas, não se esgotam numa leitura cultural redutora que equacione a prática da incineração em urna com uma monolítica influência continental. Pelo contrário, assinala a diversidade dos vectores de influência e a complexidade da malha regional de contactos e interconexões que dão forma aos rituais e conjuntos

funerários deste período (Fabião 1998: 336-402). Essa perspectiva seria de resto secundada por A. M. Arruda (1996; 1999-2000), em particular no que diz respeito ao caso da necrópole de Alcácer do Sal (Arruda 1999-2000: 84-86).

A intensificação da investigação sobre a Idade do Ferro do Sul de Portugal durante as duas primeiras décadas do século XXI veio acentuar consideravelmente a imagem de diversidade e complexidade já intuída por estes investigadores, demonstrando a existência de uma pluralidade de realidades locais e regionais com trajectos, ritmos e modos de desenvolvimento diferenciados. Apesar disso, ou quiçá precisamente pela crescente fragmentação da informação que exige abordagens mais localizadas, a questão da(s) dinâmica(s) histórica(s) da introdução, difusão e evolução dos enterramentos em urna não voltou a ser objecto nos últimos anos de qualquer aproximação integrada.

O presente contributo visa precisamente oferecer uma reflexão de conjunto sobre os diversos horizontes de enterramento em urna actualmente conhecidos para a Idade do Ferro do actual território nacional. Pretende-se reflectir sobre as possíveis relações entre os referidos horizontes, valorizando o processo de transição entre os enterramentos em urna mais antigos, da I Idade do Ferro, e os que podem propriamente integrar-se num horizonte pré-romano, e analisando os estímulos culturais que moldaram essa transição.

2. GEOGRAFIAS, CRONOLOGIAS E DINÂMICAS CULTURAIS DOS ENTERRAMENTOS EM URNA NA IDADE DO FERRO DO SUL DE PORTUGAL

2.1. Os enterramentos em urna da I Idade do Ferro (Fig. 1A)

No Sul do actual território português, os enterramentos em urna não constituem exactamente uma novidade própria do início da Idade do Ferro. Com efeito, as mais antigas deposições deste tipo foram documentadas nas conhecidas necrópoles de Alpiarça (Corrêa 1916; 1928; 1936; Marques 1972; Marques – Andrade 1974; Kalb – Höck 1981-1982; 1985; 1987; Vilaça – Cruz – Gonçalves 1999), cujo enquadramento

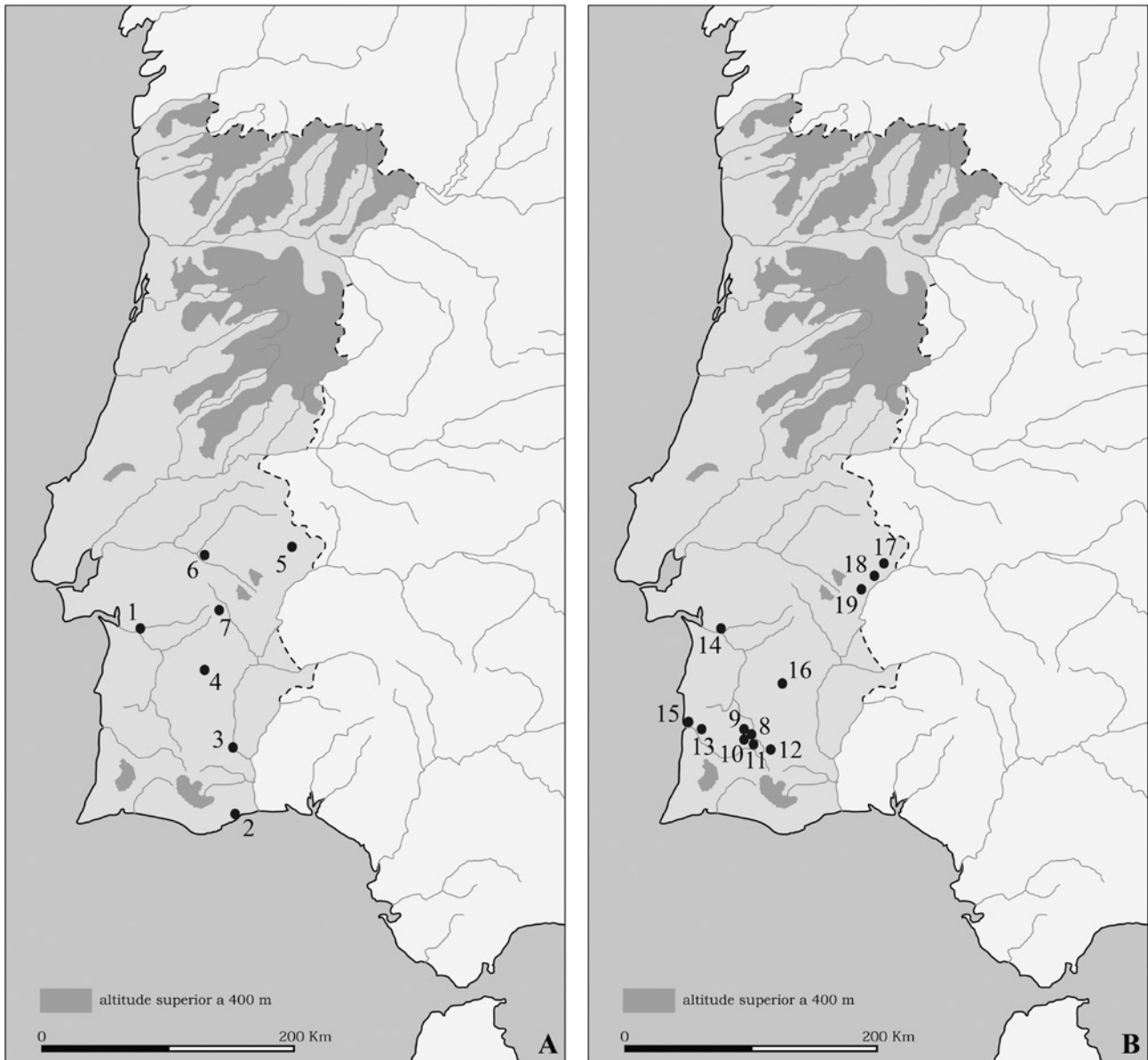


FIG. 1 Localização das necrópoles com enterramentos em urna citadas no texto. A – enterramentos em urna “antigos” (c. 750-450 a.n.e.): 1, Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal); 2, Convento da Graça (Tavira); 3, Mértola; 4, Carlota (Beja); 5, Torre de Palma (Monforte); 6, Tera (Mora); 7, Hortinha (Évora). B – enterramentos em urna “recentes” (c. 450-200/150 a.n.e.): 8, Cerro do Ouro (Ourique); 9, Fonte Santa (Ourique); 10, Pêgo (Ourique); 11, Carapetal I (Ourique); 12, Atafona (Almodôvar); 13, Pardieiro (Odemira); 14, Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal); 15, Galeado (Vila Nova de Mil Fontes); 16, Cerro Furado (Beja); 17, Herdade da Chaminé (Elvas); 18, Monte da Cardeira (Alandroal); 19, Herdade das Casas (Redondo). Base cartográfica: Victor S. Gonçalves.

cronológico na etapa final da Idade do Bronze parece hoje perfeitamente demonstrada (Vilaça – Cruz – Gonçalves 1999).

No entanto, e se é certo que os impropriamente designados “Campos de Urnas” de Alpiarça podem hoje relacionar-se com outros enterramentos em urna do Bronze Final identificados no Centro de Portugal e, sobretudo, ao longo do curso do Tejo (Vilaça – Cruz – Gonçalves 1999; Vilaça 2014a; 2014b; 2017), bem como, possivelmente, com as deposições precoces deste tipo identificadas na Baixa Andaluzia (Torres

Ortiz 1996; 2023; Pellicer Catalán – Escacena Carrasco 2007; Brandherm – Krueger 2017), a verdade é que a difusão deste tipo de solução funerária nos territórios intermédios, isto é, no Sul português, está longe de estar cabalmente demonstrada.

Com efeito, nos territórios dos actuais Algarve e Alentejo, a escassa e fragmentária documentação funerária não permite sustentar uma ampla difusão da prática da cremação em geral, e menos ainda da cremação com deposição secundária dos restos cremados em urna. Apenas dois contextos poderiam contrariar

esta impressão, mas infelizmente ambos oferecem problemas significativos de leitura.

O primeiro destes contextos, identificado por Abel Viana no interior da *tholos* da Nora Velha, em Ourique (Viana 1959; 1960; 1962: Figs. 17-18), foi infelizmente descrito por aquele autor em termos ambíguos no que à natureza das práticas funerárias diz respeito. Com efeito, e ainda que no interior daquela estrutura calcolítica se tenham exumado grandes recipientes atribuíveis ao Bronze Final (cf. Vilhena 2006: 81-82 e Ests. XXXI-XXXII) que foram já interpretados como contentores cinerários (Cardoso 2004a: 206), a verdade é que Abel Viana, ao referir-se a esses recipientes, evita o termo urna – que emprega, em contrapartida, para alguns dos vasos calcolíticos recuperados na mesma intervenção – e não menciona em nenhuma ocasião a presença de cinzas, carvões ou restos ósseos carbonizados (Viana 1960). É, portanto, igualmente plausível que estes recipientes tenham servido uma função como contentores de oferendas, semelhante à que outras peças tipologicamente afins desempenharam, por exemplo, na sepultura de inumação da Roça do Casal do Meio (Sesimbra) (Spindler *et al.* 1973-1974).

O outro contexto, recentemente revalorizado por Raquel Vilaça, corresponde a um conjunto funerário putativamente exumado em local indeterminado da região de Beja e cujo espólio foi doado por Gustavo Marques ao Museu Didáctico do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Vilaça 2014b: 111-112 e Fig. 6). No entanto, à parte dos materiais propriamente ditos – uma urna, uma navalha de folha quadrangular e uma fíbula de dupla mola, esta última hoje desaparecida –, nada se sabe sobre este conjunto funerário ou o seu contexto de achado. Este facto, somado ao aspecto claramente exógeno das citadas urna e navalha, ambas com bons paralelos no âmbito cultural dos Campos de Urnas do Nordeste Peninsular e da Europa continental (Vilaça 2014b: 112) mas totalmente alheias aos repertórios regionais, implica que estes materiais se mantenham sob quarentena.

Assim sendo, e em face da ambiguidade destes potenciais exemplos precoces de enterramentos em urna, a introdução no Sul de Portugal da cremação como ritual funerário, em geral, e da prática da deposição secundária dos restos cremados em urnas, em particular, só pode rastrear-se de forma segura já na Idade

do Ferro, associando-se especialmente a ambientes que revelam relações mais ou menos intensas com o mundo fenício e com as comunidades ditas “orientalizantes” do Sul peninsular. Essa relação é particularmente evidente em dois contextos específicos: as necrópoles do Convento da Graça, em Tavira (Arruda – Covaneiro – Cavaco 2008), e do Olival do Senhor dos Mártires, em Alcácer do Sal (Gomes 2021, com bibliografia) (Fig. 2).

Na primeira, as escavações realizadas em contexto de Arqueologia Urbana permitiram identificar quatro sepulturas de incineração datadas de meados ou da segunda metade do século VII a.n.e., duas das quais correspondem a deposições em urnas de tipo “Cruz del Negro” (Arruda – Covaneiro – Cavaco 2008). Este conjunto sepulcral associa-se claramente aos horizontes da I Idade do Ferro conhecidos em Tavira (Maia 2000; 2003; Arruda 2003; 2005: 49-50; Maia – Silva 2004), nos quais a presença fenícia está claramente documentada quer a nível da cultura material móvel e imóvel, quer inclusivamente no que diz respeito ao domínio e uso da língua e da escrita fenícias (Guzzo – Zamora 2008).

Em relação à segunda, e apesar das dificuldades de contextualização resultantes da data recuada em que se realizaram as primeiras intervenções no sítio (Correia 1972 [1925]; 1972 [1927]) e da falta de documentação sobre as escavações posteriores (Paixão 1983; 2014), trabalhos recentes permitiram reconstruir a sequência de utilização da necrópole e confirmar também aqui a convivência de soluções funerárias distintas nos primeiros horizontes da mesma (Gomes 2016-2017; 2020; 2021).

Com efeito, no que se designou como Subfase Ia da necrópole sadina (Gomes 2016-2017; 2021), datada entre os meados do século VII e o primeiro quartel do VI a.n.e., as incinerações *in situ*, em fossas de perfil escalonado (ditas “de canal central”) e simples (*busta*), que constituem a solução funerária predominante durante esta fase, parecem ter convivido com um conjunto de incinerações em urnas “Cruz del Negro” que, em termos quantitativos, parecem ser residuais, e que, em função dos dados disponíveis, poderão também ter ocupado um sector concreto dentro da área mais vasta da necrópole (Gomes 2019a: 197-198).

Uma vez mais, esta primeira fase da necrópole alcacerense associa-se directamente ao horizonte

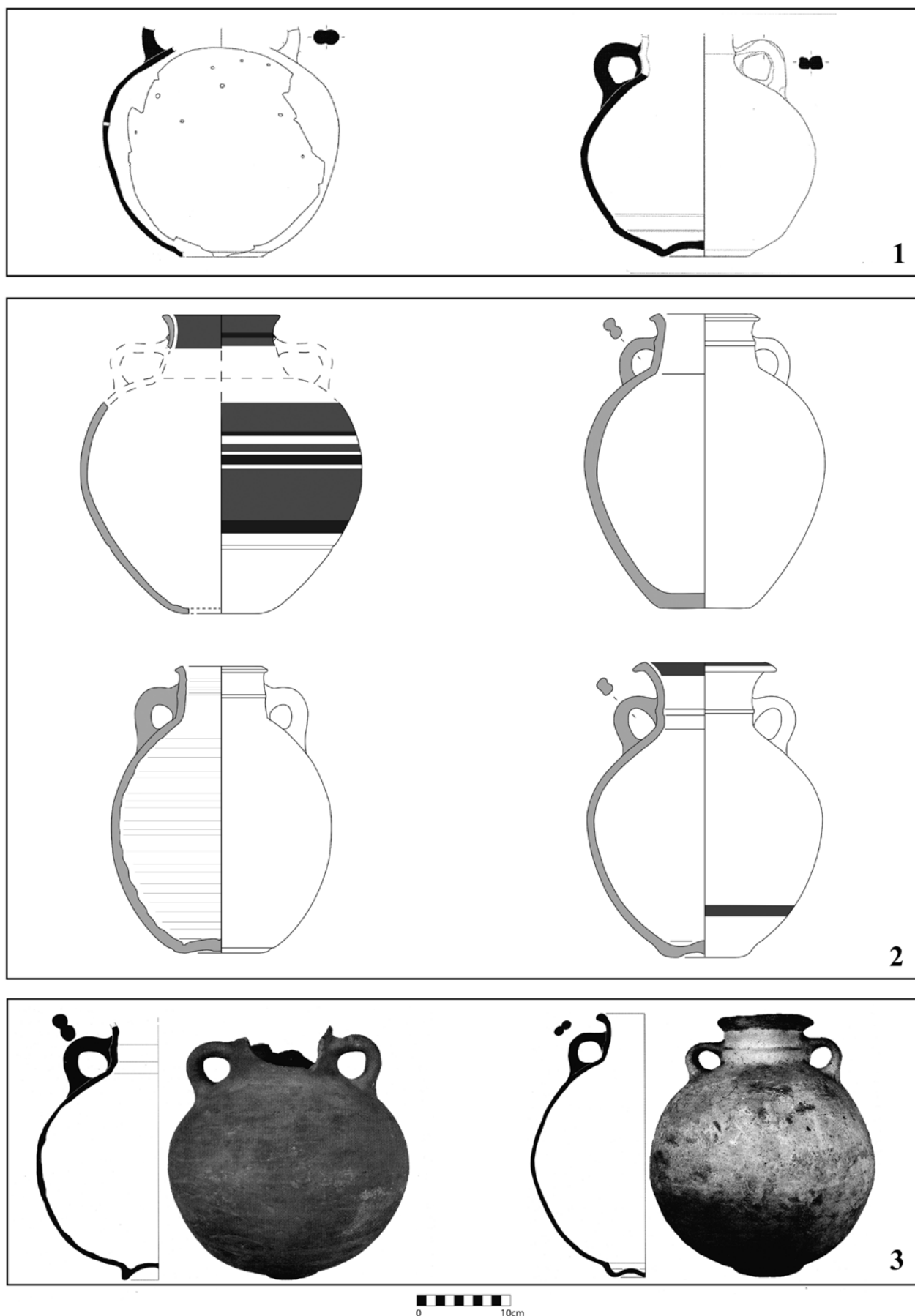


FIG. 2 Urnas “Cruz del Negro” de contextos funerários do Sul do actual território português: 1, Convento de Nossa Senhora da Graça (Tavira) (seg. Arruda – Covaneiro – Cavaco 2008); 2, Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal) (seg. Gomes 2021); 3, Mértola (seg. Barros 2008).

“orientalizante” documentado no povoado correspondente (Silva *et al.* 1980-1981; Paixão 2001; Silva 2005; Arruda 2014: 520-524), sendo igualmente contemporânea do período de ocupação do enclave empórico de Abul A onde, por sinal, as urnas “Cruz del Negro” parecem ser relativamente abundantes (Mayet – Silva 2000: 41-42).

O desaparecimento dos enterramentos em urnas “Cruz del Negro” no Olival do Senhor dos Mártires coincide, de resto, com o abandono daquele estabelecimento, facto que, somado ao aspecto residual e quase intrusivo deste tipo de enterramento em urna na necrópole sadina, permite pensar numa associação deste tipo de deposições funerárias com indivíduos de origem exógena, oriental ou, pelo menos, meridional, instalados no Baixo Sado (Gomes 2019a: 197-198).

Aos dados destes dois sítios caberia somar também o caso de Mértola, onde no século XIX se exumaram duas urnas “Cruz del Negro” tipologicamente datáveis da segunda metade do século VII a.n.e., que, apesar de descobertas em contextos secundários, apresentam um estado de conservação compatível com um uso original funerário (Barros 2008) e que caberia associar igualmente ao horizonte “orientalizante” documentado naquela Vila (Barros 2008; Albuquerque – García Fernández 2017).

Finalmente, também na necrópole da Carlota, em Beja, genericamente datada do século VI a.n.e., se identificou um enterramento em urna “Cruz del Negro” (Salvador Mateos – Pereira 2017: 341), neste caso claramente intrusivo dado o predomínio absoluto da inumação quer nesta necrópole de recintos quer nas suas congéneres da região de Beja recentemente identificadas e escavadas (v. Jiménez Ávila 2017).

Por outro lado, caberia recordar que as urnas “Cruz del Negro” estão também documentadas em diversos outros contextos “orientalizantes” do Sul de Portugal de natureza não-funerária (Gomes 2019a, com bibliografia), nomeadamente em sítios cujas necrópoles são ainda desconhecidas, o que permite pelo menos intuir que a prática da deposição em urnas daquela tipologia se encontraria relativamente difundida a nível regional, particularmente nos sítios e contextos costeiros.

Os enterramentos em urna da I Idade do Ferro do território meridional português não se esgotam, contudo, nas deposições em urnas “Cruz del Negro”. Numa etapa mais avançada da I Idade do Ferro regional a

prática da deposição secundária dos restos cremados em urna encontra-se também muito bem documentada no Alentejo Central, nomeadamente nos conjuntos funerários de Torre de Palma (Monforte) (Langley – Mataloto – Boaventura 2007; Langley *et al.* 2008; Mataloto 2010-2011: 80-85) e da Tera (Mora) (Mataloto 2010-2011: 85-93), e no mais pontual enterramento sidérico documentado no interior da anta da Hortinha (Évora) (Mataloto 2010-2011: 93-95).

Em todos estes sítios os enterramentos em urna tiveram lugar em contentores cinerários de cerâmica cinzenta com tipologias muito similares às que se documentaram na não muito distante necrópole de Medellín (Badajoz) (Lorrio 2008). A relação com o mundo “orientalizante” da Extremadura espanhola, e em particular com o importante núcleo que subjaz à actual Vila de Medellín, é de resto evidente na demais cultura material exumada nestes conjuntos e mesmo nas práticas funerárias documentadas nos sítios alentejanos (Langley – Mataloto – Boaventura 2007; Langley *et al.* 2008; Mataloto 2010-2011).

A presença deste núcleo incinerador, que de acordo com os dados disponíveis e as opiniões dos responsáveis pelo seu estudo caberia datar entre os séculos VI e V a.n.e., é significativa, e deve ser mantida em mente ao abordar os enterramentos em urna mais tardios, da II Idade do Ferro, documentados na mesma região. A própria relação com a Extremadura que se intui nestes contextos merece ser destacada, na medida em que o vizinho território espanhol parece ter constituído uma via de entrada e centro redistribuidor de influxos culturais meridionais. Esta situação, como veremos, manter-se-á, ainda que em moldes algo distintos, nos momentos mais avançados da Idade do Ferro. Este facto não deve ser minorizado na interpretação cultural da difusão da prática dos enterramentos em urna.

Fora do Alentejo Central os dados arqueológicos sobre a continuidade e desenvolvimento(s) dos enterramentos em urna nos séculos centrais do I milénio a.n.e. são infelizmente escassos, o que sem dúvida potenciou – e potencia – leituras que enfatizam a descontinuidade entre a I e a II Idade do Ferro, nomeadamente a nível das práticas funerárias.

Contudo, trabalhos recentes permitem matizar este panorama, e sugerir a eventual existência de enterramentos em urna numa etapa avançada da I Idade do Ferro regional que poderão contribuir para

colmatar o hiato entre os mais antigos enterramentos em urnas “Cruz del Negro” e as mais tardias deposições da II Idade do Ferro. É o caso, em particular, da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, onde esse hiato é particularmente difícil de explicar, dada a presença tanto de cremações em urna antigas (Gomes 2019a: 189-192) como tardias (Gomes 2018).

A revisão integral dos materiais desta necrópole e dos escassos dados contextuais disponíveis permitiu com efeito documentar pelo menos um conjunto funerário escavado na década de 1920 – a Sepultura 64 – cujo único espólio corresponde a dois recipientes de cerâmica comum, mas tipologicamente afins das produções “de tipo cinzento” (Fig. 3), que se enquadram

perfeitamente na tipologia das urnas utilizadas na já citada necrópole de Medellín (Gomes 2020; 2021: 466).

Apesar da ausência de restos osteológicos associados – problema que é, de resto, generalizado nas colecções resultantes das escavações antigas nesta necrópole –, parece plausível que a Sepultura 64 corresponda a um exemplo de enterramento em urna “intermédio”, o que levanta a possibilidade de outros recipientes similares mas menos bem contextualizados (Gomes 2021: Ests. VIII-X) terem igualmente servido uma função de contentor cinerário.

Assim, e com as devidas cautelas, pode sugerir-se que nesta necrópole o hiato entre os enterramentos em urnas “Cruz del Negro” e os da II Idade do Ferro é mais aparente que real, podendo dever-se aos acasos da documentação, ao carácter minoritário desta solução funerária também durante esta fase “intermédia” da vida da necrópole, ou a uma combinação de ambos os factores. Assumindo esta hipótese, as fases tardias da necrópole assistiriam, mais do que à introdução de um novo rito funerário, à generalização de uma solução funerária minoritária, relativamente latente, possivelmente potenciada por um quadro histórico muito concreto, como veremos.

2.2. Os enterramentos em urna nas necrópoles da região de Ourique: rupturas e continuidades

Como houve oportunidade de mencionar no apartado introdutório da presente contribuição, os enterramentos em urna documentados na região de Ourique, quer na periferia das necrópoles tumulares da I Idade do Ferro características daquela área, quer em situação mais ou menos isolada, apresentam um conjunto de problemas distinto do suscitado pelos seus congéneres antes citados.

Para aferir dos traços de continuidade e de ruptura presentes nestes enterramentos caberia antes de mais comentar a questão dos próprios rituais funerários representados nas sepulturas tumulares, consideradas como vimos um dos principais expoentes da I Idade do Ferro regional pelos seus descobridores, e nomeadamente por C. de Mello Beirão.

O problema, que *a priori* poderia parecer básico, é na verdade complexo de tratar, já que as condições tafonómicas regionais, e em particular a acidez dos solos, parecem ter eliminado na esmagadora maioria dos casos os restos orgânicos das sepulturas, deixando

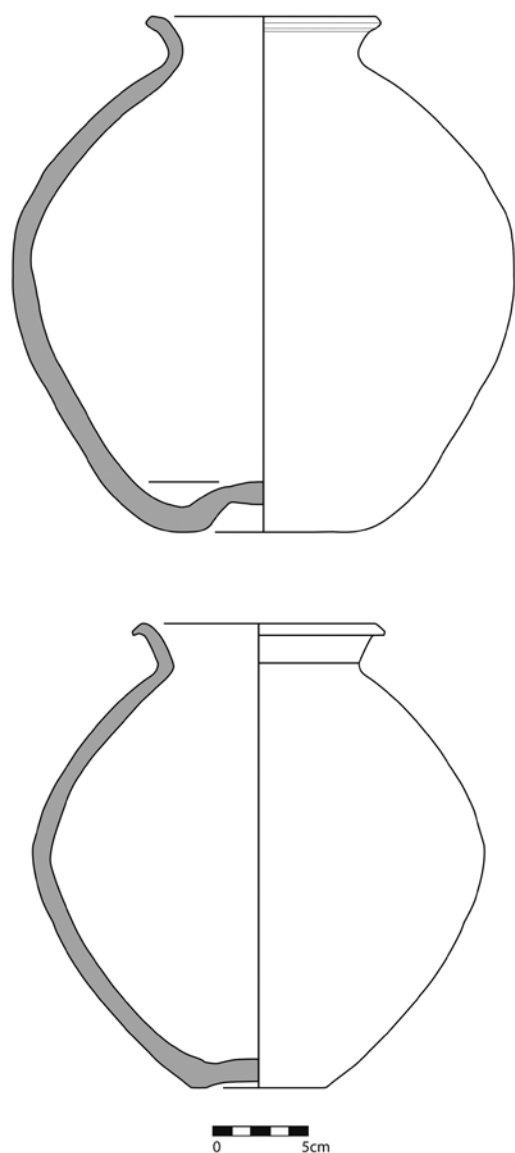


FIG. 3 Prováveis urnas da Sepultura 64 do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal) (seg. Gomes 2021).

apenas resíduos ténues de significado ambíguo (Beirão 1986: 49). Por essa razão, a questão da prática da inumação e/ou da incineração nas necrópoles tumulares de Ourique foi objecto de respostas pouco taxativas por parte dos investigadores que nelas trabalharam.

Ainda assim, tem-se tradicionalmente assumido que estes conjuntos corresponderiam a necrópoles mistas, onde a inumação e a incineração teriam convivido de forma mais ou menos generalizada (Beirão 1986: 49; Correia 1993: 355-356; Arruda 2001: 269-270), embora salvaguardando-se que numa primeira etapa, caracterizada pela construção de grandes monumentos circulares, a inumação seria o ritual dominante.

Uma leitura crítica dos dados actualmente disponíveis permite, contudo, matizar essa imagem. Por um lado, a recente publicação global da necrópole da Nora Velha 2, em Aljustrel, permite hoje constatar que a prática da incineração está presente desde as primeiras etapas destas necrópoles, estando positivamente documentada no túmulo VIII daquele conjunto funerário, um grande monumento circular que marcará com toda a probabilidade a fundação da necrópole (Soares – Martins 2013: 662).

Por outro lado, como já foi assinalado por vários investigadores (Jiménez Ávila 2002-2003: 90-91; cf. tb. Vilhena 2008: 389-391) e uma revisão aprofundada recente permitiu confirmar (Gomes 2016: 452), em todas as raras instâncias para as quais se dispõe de indicações concretas sobre a presença de restos humanos no interior das sepulturas tumulares da região de Ourique, os dados avançados indiciam a prática da cremação, ao passo que a presença de inumações é normalmente inferida a partir da ausência de dados antropológicos e não de quaisquer evidências positivas.

Independentemente de outras considerações, que a escassez de dados não consente, este panorama permite no mínimo confirmar que a prática da incineração, documentada desde o início da sequência da Idade do Ferro regional, teve uma presença considerável e constante ao longo dessa sequência. Sem querer minimizar a distância conceptual entre a cremação *in situ* e a deposição secundária dos restos cremados em urna, parece inegável que essa distância é menor que a que separa a inumação da incineração (cf. Rebay-Salisbury 2016; 2017), facto que não deve ser menosprezado e que permite matizar a ideia de descontinuidade associada aos enterramentos em urna.

Outro problema directamente ligado à questão dos enterramentos em urna e da sua posição na sequência das necrópoles da região de Ourique diz respeito ao quadro cronológico destes conjuntos funerários e das distintas fases arquitectónicas neles documentadas (Correia 1993). O quadro cronológico tradicional, devedor das perspectivas de C. de Mello Beirão (Beirão 1986) e definitivamente estruturado por V. H. Correia (1993), abarca uma longa diacronia, entre, pelo menos, o século VIII e o V a.n.e..

A investigação posterior veio contudo demonstrar que esse intervalo cronológico é manifestamente excessivo. À luz dos dados disponíveis, a sequência conhecida da Idade do Ferro na região de Ourique não parece iniciar-se antes dos anos finais do século VII a.n.e., só se consolidando já na centúria seguinte (Arruda 2001; Gomes 2016: 425-463). Contudo, para os efeitos da presente análise parece sobretudo importante discutir os limites inferiores daquilo que poderia designar-se como a I Idade do Ferro regional.

A definição desses limites, intimamente associada à interpretação dos enterramentos em urna e dos chamados monumentos em Π, encontra-se envolta nalguma ambiguidade. V. H. Correia, que enquadra estes dois tipos de manifestações funerárias na Fase IV das necrópoles sidéricas de Ourique, data o aparecimento dos enterramentos em urna dos inícios do século V e o dos monumentos em Π de meados daquela mesma centúria (Correia 1993: 360), considerando-os contudo noutro trabalho expoentes da II Idade do Ferro regional e avançando a cronologia dos monumentos em Π para o século IV a.n.e. (Beirão – Correia 1994: 921-923).

Assim, na óptica deste investigador e de C. de Mello Beirão, a transição entre a I e a II Idade do Ferro regional recairia no século V a.n.e. (Beirão – Correia 1994). Ora, esta leitura apresenta problemas substanciais, na medida em que um sítio tão emblemático da I Idade do Ferro de Ourique como o povoado de Fernão Vaz perdura seguramente até à segunda metade, senão mesmo até ao final do século V a.n.e., como bem demonstra a presença no sítio de um *kylix* ático de verniz negro, concretamente uma Taça Cástulo, cuja cronologia recai nesse intervalo (Beirão – Correia 1991: 10 e Fig. 3; cf. tb. Sánchez 1992; Rodríguez Pérez 2019). Por outro lado, as próprias sepulturas tumulares de planta quadrangular atribuídas à Fase III de V. H. Correia, apesar das dificuldades de datação que



FIG. 4 Enterramentos em urna precoces da região de Ourique: 1, Cerro do Ouro (Ourique) (seg. Gomes 2022); 2-3, Fonte Santa (Ourique) (desenho do autor).

colocam, podem distribuir-se com relativa segurança por um intervalo balizado entre o final do século VI e os finais do V a.n.e., como recentemente se procurou demonstrar (Gomes 2016: 446).

Assim sendo, pareceria que as manifestações funerárias consideradas como próprias da II Idade do Ferro convivem no tempo, pelo menos em parte, com outras que se consideram ainda próprias da fase anterior. Com efeito, alguns dados relativos aos enterramentos em urna antes comentados, e concretamente ao do Cerro do Ouro (v. Gomes 2022) e talvez ao da Fonte Santa (Beirão 1986: 66-68) (Fig. 4), parecem confirmar plenamente a introdução desta modalidade funerária durante, pelo menos, a segunda metade do século V a.n.e., sendo igualmente provável que os monumentos em Π surjam nessa mesma etapa, tal como indicado por V. H. Correia (1993: 360).

Estes últimos monumentos (Fig. 5), de que os exemplos mais bem conhecidos são a sepultura das Mestras (Alcoutim) (Beirão 1986: Fig. 7; Correia – Beirão 1994: Fig. 2, n. 1), a de Carapetal I (Ourique) (Correia – Beirão 1994: Fig. 2, n. 2), e a da Atafona (Almodôvar) (Silva – Gomes 1992: Fig. 61A), albergaram igualmente deposições em urna, e merecem também aqui alguns comentários. O seu enquadramento cronológico é complexo devido à escassa representatividade da cultura material que lhes está associada e que nem

sempre se encontra devidamente publicada. Alguns dados permitem contudo pensar que este tipo de monumentos perdura até, pelo menos, aos inícios/ primeira metade do século IV a.n.e., como bem evidencia a presença de uma imitação em cerâmica pintada de um *krater* ático associada ao monumento da necrópole da Atafona (Silva – Gomes 1992: Fig. 61A).

Assim, e aceitando a filiação dos monumentos em Π na tradição dos monumentos tumulares de Ourique, de que seriam uma última e tardia expressão (Correia 1993), parece demonstrada a perduração no tempo até datas comparativamente avançadas das tradições funerárias locais, mesmo que adaptadas a novas práticas e a novos contextos. Com efeito, e como bem assinalaram outros autores, a relação “genética” entre os monumentos em Π e as estruturas tumulares precedentes, e a própria presença daqueles na periferia de necrópoles compostas por monumentos de tipologias mais antigas, mais do que marcar uma ruptura, parece estabelecer um nexo de continuidade (Arruda – Guerra – Fabião 1995: 247-249).

A própria ideia de que a ocorrência de monumentos em Π (aparentemente) isolados na paisagem marcaria uma ruptura ao nível do povoamento deve ser matizada. Com efeito, uma observação atenta das dinâmicas do povoamento regional durante a fase inicial da Idade do Ferro, permite pensar que a rede de

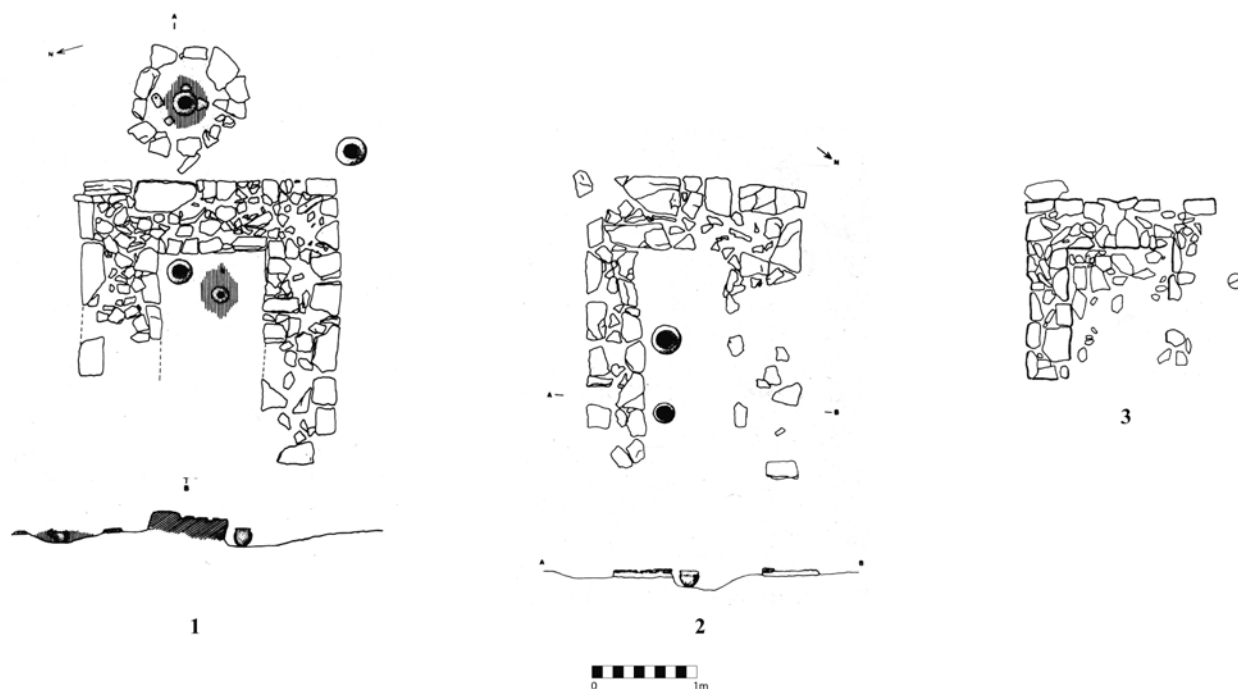


FIG. 5 Monumentos em Π do Baixo Alentejo e da Serra Algarvia: 1, Carapetal I (Ourique) (seg. Beirão – Correia 1994); 2, Atafona (Almodôvar) (seg. Silva – Gomes 1992); 3. Mestras (Alcoutim) (seg. Beirão – Correia 1994).

pequenos povoados rurais que estruturou o território de Ourique esteve, ao longo de todo este período, em constante fluxo e reestruturação.

Tomando, por exemplo, as várias fases da arquitectura tumular definidas por V. H. Correia (Correia 1993: 360) como um correlato da dinâmica interna dos povoados associados, observamos a existência de monumentos circulares da Fase I isolados, que caberia relacionar com ocupações “fundacionais” que não tiveram continuidade no temp. Outros monumentos do mesmo tipo, contudo, encontram-se na génese de necrópoles com diacronias mais longas nas quais se associam estruturas integráveis nas Fase I e II (Biscoitinhos e Mouricos), I, II e III (Fernão Vaz e Chada) ou mesmo estruturas representativas das quatro fases de V. H. Correia (Carapetal I, Nora Velha e talvez também Cerro do Ouro e Neves IV) (v. Gomes 2016: 450-451, com bibliografia). Outras necrópoles, contudo, iniciam-se já com monumentos da Fase II, mantendo-se em uso durante a Fase III (Favela Nova, Vaga da Cascalheira e talvez também a Mealha Nova) e mesmo, por vezes, até à Fase IV (Fonte Santa, Herdade do Pêgo e Pardieiro) (v. Gomes 2016: 450-451, com bibliografia).

Assim sendo, e embora merecedora de nota e atenção, a fundação de novas necrópoles, possivelmente associadas a novos núcleos de povoamento, durante a Fase IV da sequência regional aduzida através das

arquitecturas funerárias não é particularmente excepcional. Pelo contrário, parece dar continuidade às dinâmicas de recomposição pontual e periódica da malha de povoamento que se terão verificado também nas etapas precedentes.

Vista nesta perspectiva, a excepcionalidade das sepulturas em Π isoladas ou exclusivamente associadas a enterramentos em urna sem estruturas envolventes decorre sobretudo do facto de as mesmas se situarem cronologicamente no limite inferior da vigência do modelo de povoamento e organização territorial regional que caracterizou toda a etapa inicial da Idade do Ferro da área de Ourique. O aparecimento deste tipo de soluções não constitui, portanto, uma verdadeira ruptura. Esta só se materializará com o definitivo abandono das necrópoles tumulares e seus correlatos tardios e, simultaneamente, com o aparecimento de um novo sistema de povoamento concentrado que cristaliza já durante o século IV a.n.e. (Fabião 1998; 2001; v. tb. Berrocal-Rangel 1992; Rodríguez Díaz 1994).

Por outro lado, não pode deixar de se observar que uma parte substancial dos problemas de definição inerentes à leitura da Idade do Ferro da região de Ourique, e especificamente à definição da transição entre a I e a II Idade do Ferro, advém da tentativa de construir faseamentos e quadros cronológicos de referência transversais à totalidade do Sul do território português.

No entanto, uma breve análise comparativa permite hoje compreender que essa tarefa, mais do que facilitar a leitura do processo histórico desse território, mascara a existência de dinâmicas e ritmos diferenciados de área para área, criando inconsistências insanáveis que só podem superar-se mediante uma abordagem aos problemas do faseamento assente numa escala local ou microrregional.

Com efeito, olhando para a situação noutras áreas do Sul de Portugal, a existência de *décalages* significativas no que à cronologia da transição I – II Idade do Ferro diz respeito torna-se por demais evidente. Enquanto nas zonas litorais essa transição ocorre em momentos relativamente precoces, que podem situar-se, no Baixo Guadiana e no Baixo Tejo, já no final do século VI a.n.e. (Arruda 1993; Cardoso 2004b; Arruda – Freitas 2008; Sousa 2014) e, no Baixo Sado, no segundo quartel ou nos meados do século V a.n.e. (Gomes 2016-2017; 2018; 2021), no interior baixo-alentejano a situação é substancialmente diversa.

Na área mais directamente conectada com o Guadiana, o horizonte caracterizado pelas necrópoles de recintos da área de Beja, com cronologias balizadas fundamentalmente no século VI a.n.e., parece esgotar-se nos inícios do século V a.n.e. (Jiménez Ávila 2017). Trabalhos recentes realizados nesta região permitem contudo observar a emergência, nesta última centúria, de um horizonte particular intimamente relacionado com o mundo da Baixa Extremadura espanhola (Antunes 2010; Soares 2012) e que caberia relacionar com o horizonte dito “Pós-Orientalizante” daquela região (v. Jiménez Ávila 2008; 2016). O modelo de ocupação do território materializado pelos contextos relacionados com esse horizonte parecem por sua vez esgotar-se entre os finais do século V e os inícios do IV a.n.e., dando lugar, também aqui, ao aparecimento de novas fórmulas de povoamento.

O território de Ourique, em contrapartida, não se enquadra em nenhum destes esquemas, aqui traçados de forma necessariamente sumária e simplificada. Naquela área, o modelo inaugurado durante as fases iniciais da Idade do Ferro parece com efeito ter conhecido um significativo arraigamento. Esse modelo sobrevive quer às amplas reestruturações da rede socio-política macro- e trans-regional que ditaram as transformações que marcam a transição da I para a II Idade do Ferro nos âmbitos litorais, quer ao reordenamento

ocorrido nos âmbitos mais interiores e que introduz um escalão adicional no faseamento da Idade do Ferro daquelas áreas.

No entanto, parece importante reafirmar que as comunidades da área de Ourique, apesar do seu aparente conservadorismo, não viveram isoladas num vácuo cultural. As transformações ocorridas nas regiões envolventes têm também aqui os seus reflexos, e podem ajudar a compreender a introdução de novas modalidades funerárias como os enterramentos em urna e/ou os monumentos em Π , que contudo se inserem numa lógica de continuidade.

Neste aspecto em particular, as características da cultura material associada a certos enterramentos, em particular o do Cerro do Ouro (Beirão – Gomes 1984: 440-442) e o da Fonte Santa (Beirão 1986: 66-68), oferecem dados importantes para avaliar esses reflexos e as suas origens mais imediatas. Com efeito, as similitudes entre o repertório associado a esses enterramentos e o dos horizontes da II Idade do Ferro da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Gomes 2018) é notável, facto cujo significado será analisado no próximo apartado.

2.3. Os enterramentos em urna da II Idade do Ferro (Fig. 1B)

A partir de meados do I milénio a.n.e. parece verificar-se no Sul do actual território português (mas não só) uma progressiva generalização da prática do enterramento em urna que, sem ter nunca chegado a ser exclusiva na área em apreço (Gomes 2019b), se encontra particularmente bem representada nos horizontes atribuídos à II Idade do Ferro regional.

Entre os múltiplos contextos onde este rito funerário é, durante esta etapa, manifestamente predominante destaca-se o caso da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, cujo horizonte pré-romano foi recentemente reanalisado (Gomes 2018) (Fig. 6). Neste contexto, é importante recordar que a mudança (aparentemente) rápida de rito funerário na necrópole salaciense, com a reintrodução – ou generalização – da prática da deposição dos restos cremados em urna, foi também ela vista como uma evidência de descontinuidade cultural e reflexo da chegada de novos contingentes populacionais imbuídos de uma matriz cultural continental ao Baixo Sado (Beirão – Gomes – Monteiro 1979; Beirão – Gomes 1980; Beirão 1986: 27-29).

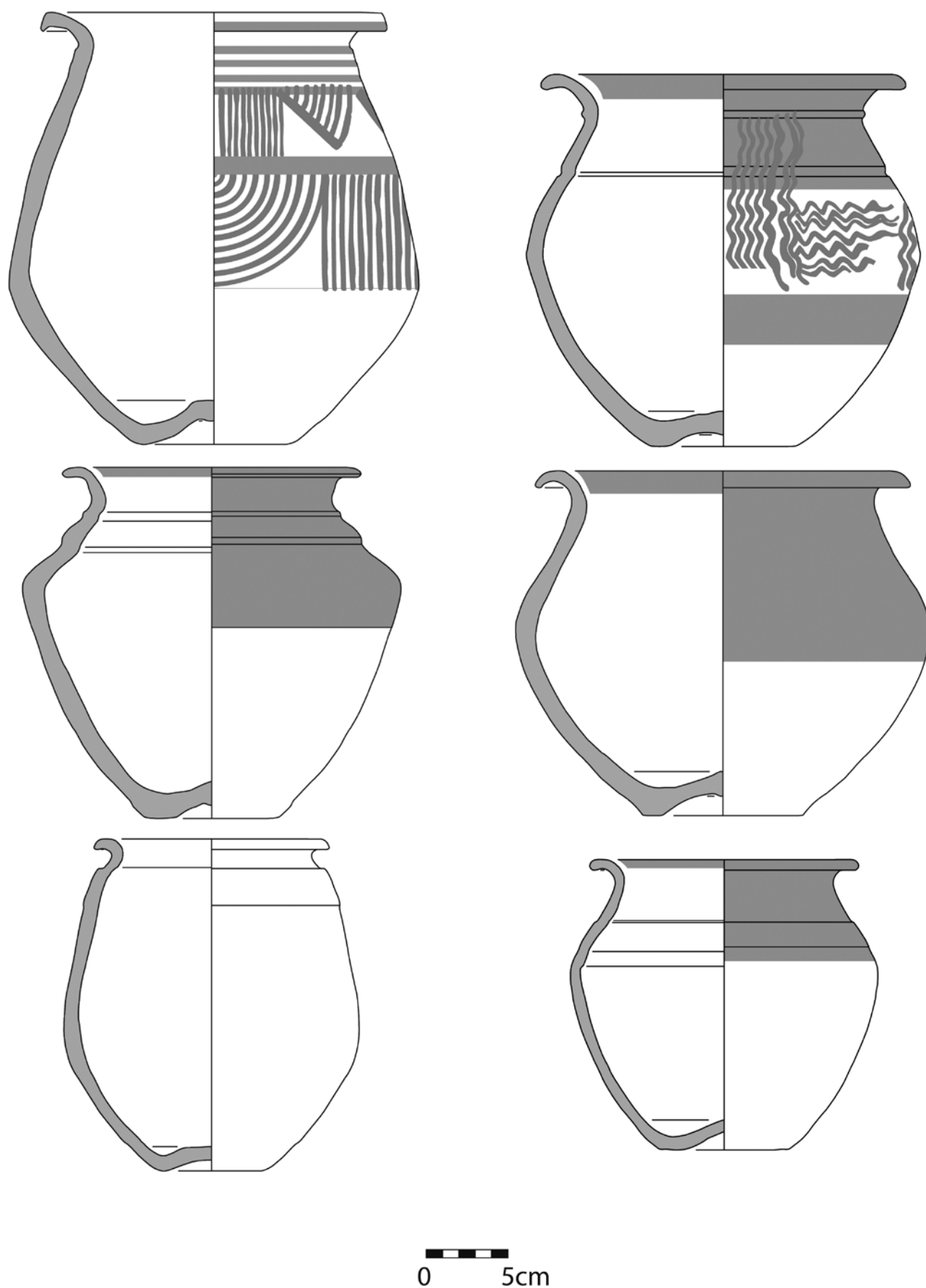


FIG. 6 Urnas de tipo “turdetano” da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal) (seg. Gomes 2018).

Não obstante, e como houve já oportunidade de comentar, existem algumas evidências que, apesar de ténues, apontam para eventuais nexos de continuidade entre estes enterramentos em urna tardios e os seus congéneres da I Idade do Ferro (cf. *supra*; v. tb. Gomes 2016-2017; 2020). Por outro lado, deve assinalar-se que já desde os finais do século XX se notou que a cultura material da segunda metade do I milénio a.n.e. exumada nesta necrópole não é de todo consistente com a existência de um fenómeno de ruptura e descontinuidade. Pelo contrário, demonstra um desenvolvimento da matriz cultural local em clara continuidade com as afinidades meridionais reveladas pelos horizontes mais antigos quer da necrópole, quer do povoado (Fabião 1998: 350-369; Arruda 1999-2000: 64-86), e em boa medida paralelizável com o que se verifica contemporaneamente no Sul e no Levante peninsular (Gomes 2018, com bibliografia).

Não é este o local para levar a cabo uma apreciação detalhada dessa cultura material, aliás já realizada em data recente (Gomes 2018; 2021). Neste contexto, bastaria recordar que a mesma revela de forma expressiva a manutenção de estreitas relações com a área da Baixa Andaluzia, já rastreáveis nas fases iniciais da Idade do Ferro, mas também o aparente alargamento da rede de contactos trans-regionais da comunidade de Alcácer do Sal, que parece igualmente ter mantido relações mais ou menos próximas com a área ibérica do Sudeste e do Levante (Gomes 2018).

Por outro lado, é importante sublinhar que o estudo da sequência de utilização da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires permitiu situar a transição entre as soluções funerárias características da I Idade do Ferro e as que tradicionalmente se vêm associando à II Idade do Ferro num momento centrado nos meados do século V a.n.e.. Este facto é significativo, na medida em que parece dissociar a generalização dos enterramentos em urna na necrópole alcacerense do contexto histórico decorrente da por vezes designada “Crise de Quatrocentos” (Rodríguez Díaz 1994), na sequência da qual, como já foi mencionado, se aprecia uma reordenação geral do território e da estrutura social – mas também, possivelmente, do tecido cultural – de amplos sectores do interior do Sudoeste Peninsular (Rodríguez Díaz 1994; v. tb. Berrocal-Rangel 1992; Rodríguez Díaz 1995; Fabião 2001).

Pelo contrário, as transformações ocorridas no Baixo Sado durante o século V a.n.e., reflectidas no ambiente da necrópole de Alcácer do Sal, parecem enquadrar-se num contexto histórico distinto, correspondente à retracção da presença fenícia (Martín Ruiz 2007) e à correspondente e paulatina reorganização e reestruturação das antigas comunidades ditas “Orientalizantes”, que se opera, de forma escalonada no tempo, entre o final do século VI e o século V a.n.e. (Ferrer Albelda – García Fernández 2019).

A transformação das práticas funerárias neste momento de charneira na história das comunidades baixo-sadinas parece, portanto, alinhar-se preferencialmente com os desenvolvimentos ocorridos nos territórios meridionais, nomeadamente na área dita “Turdetana” (Belén – Escacena 1992) e no mundo Ibérico do Sudeste e do Levante (v., p. ex., Blánquez Pérez – Antona del Val 1992), facto perfeitamente consistente com as feições da cultura material documentada nos horizontes da II Idade do Ferro da necrópole em apreço.

Dito isto, pode igualmente assinalar-se que as características do horizonte pré-romano da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, quer ao nível das práticas funerárias quer da cultura material, oferecem potencialmente uma chave de leitura para a reapreciação de outros contextos do Sul de Portugal onde as cremações em urna estão bem documentadas. De facto, e considerando a importância regional de Alcácer do Sal ao longo de toda a Idade do Ferro, não parece surpreendente que este importante pólo do Baixo Sado tenha com efeito actuado como plataforma de (re)distribuição de bens e ideias e, portanto, como possível foco de irradiação de determinadas práticas, nomeadamente funerárias, para o território envolvente.

A necrópole do Galeado (Vila Nova de Mil Fontes) (Beirão – Gomes 1983) poderia constituir um exemplo expressivo desse fenómeno. Com efeito, neste espaço funerário parece documentar-se uma fase de uso da I Idade do Ferro, infelizmente mal caracterizada, mas na qual se rastreiam já alguns elementos que remetem para uma relação estreita com o Baixo Sado (Gomes 2016: 366).

A essa fase sucede um aparente horizonte da II Idade do Ferro caracterizado por enterramentos em urna que, pelo que pode apreciar-se da escassa documentação disponível, parecem conceptual e materialmente comparáveis aos da necrópole sadina (Fig. 7),

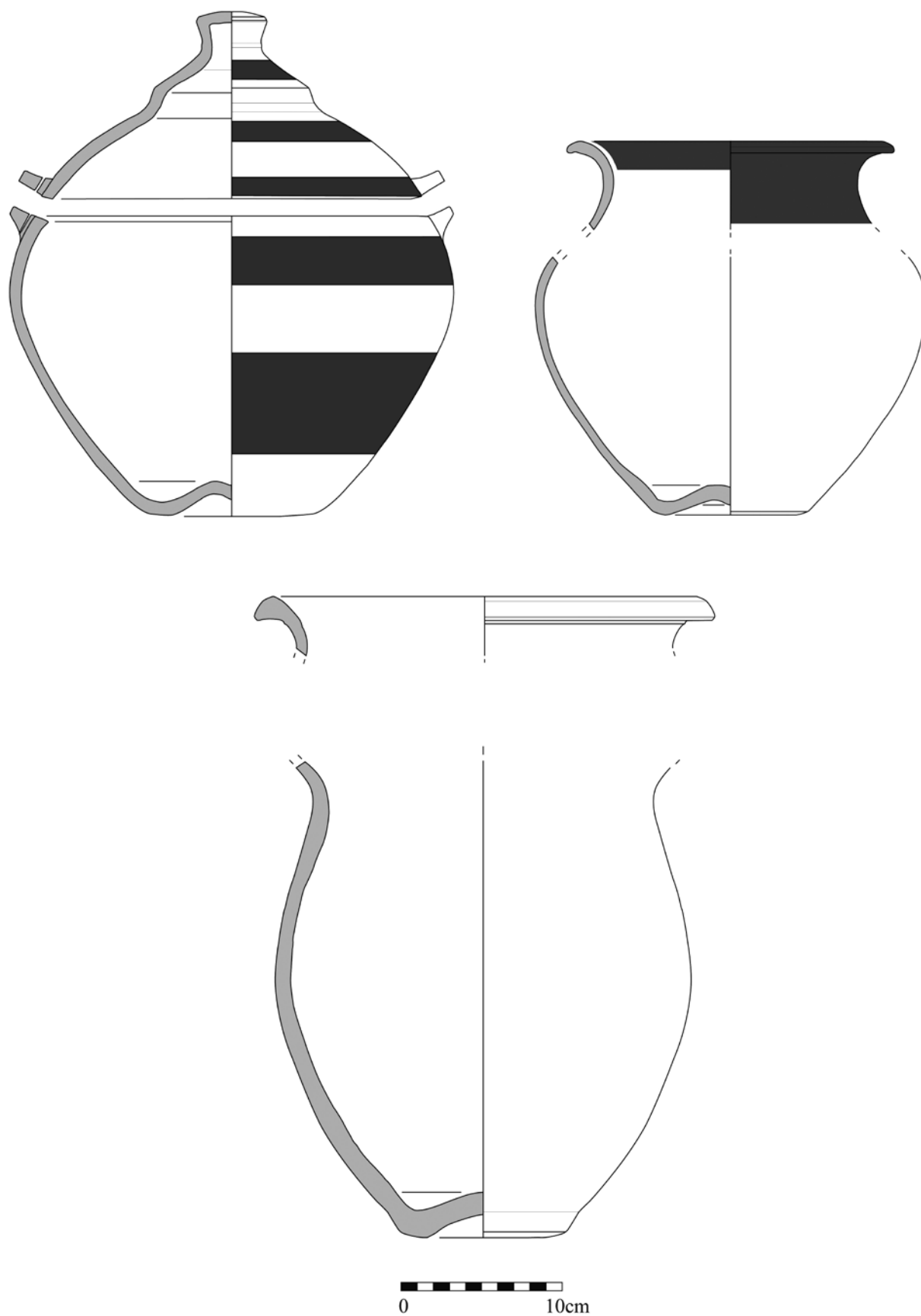


FIG. 7 Urnas da II Idade do Ferro da necrópole do Galeado (desenhos do autor; cf. Beirão – Gomes 1983)

sendo mesmo possível que alguns materiais ali exumados tenham sido produzidos no entorno do Baixo Sado. Por outro lado, deve assinalar-se a presença neste sítio de uma urna de “orelhetas”, tipologia característica da área cultural ibérica do Sudeste e Levante peninsular (López Bravo 2002). A adopção desta peça, que remete para contactos a larga distância, parece também reflectir a situação documentada no âmbito sadino, onde se têm vindo a rastrear evidências relativamente abundantes de contactos e relações com o mundo ibérico durante a II Idade do Ferro (Gomes 2018).

Por outro lado, e se, como se entrevê no registo arqueológico da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, a II Idade do Ferro correspondeu a um período particularmente activo de reestruturação e expansão das redes de contactos e intercâmbios da comunidade de Alcácer do Sal (Gomes 2018), parece verosímil que durante esta etapa se tenha verificado também uma intensificação das relações deste núcleo do Baixo Sado com o interior alentejano, aproveitando a via de comunicação privilegiada oferecida pelo próprio rio Sado.

Assim, caberia talvez pensar que algumas das novidades que se apreciam no registo material, e especialmente no registo funerário, das comunidades da área de Ourique se possam dever, mais do que a um afluxo de populações com uma matriz cultural celtizante, à intensificação das relações com o litoral, e particularmente com o Baixo Sado. Nesta hipótese, Alcácer do Sal teria assumido um papel de pólo redistribuidor de influências, ideias e práticas de clara influência meridional e mediterrânea a partir da transição para a II Idade do Ferro, em meados do século V a.n.e. (Gomes 2018).

Desde logo, as concomitâncias em termos de cultura material entre as sepulturas da II Idade do Ferro do Olival do Senhor dos Mártires e alguns dos primeiros enterramentos em urna da região de Ourique, com destaque para o do Cerro do Ouro (Beirão – Gomes 1984: 440-442; Gomes 2022) e talvez o da Fonte Santa (Beirão 1986: 66-68), parecem evidentes. Do ponto de vista cronológico, estes últimos integram-se precisamente no período em que se assiste à generalização dos enterramentos em urna na necrópole do Baixo Sado. Essa sincronia poderá de resto considerar-se extensível a outros enterramentos menos bem conhecidos, mas cuja datação na segunda metade do século V a.n.e. foi sempre defendida pelos responsáveis da sua escavação e estudo (Correia 1993: 360; Beirão – Correia 1994).

Assim, parece possível recontextualizar a introdução dos enterramentos em urna documentados nas necrópoles tumulares de Ourique e no seu entorno, explicando-a através de influências e relações privilegiadas com o Baixo Sado, plausivelmente por via fluvial. Significativamente, o estabelecimento – ou a intensificação – dessas relações parecem decorrer sobretudo da reestruturação interna das comunidades litorais, enquadrada numa conjuntura histórica mais ampla, já mencionada.

Pelo contrário, do ponto de vista das comunidades de Ourique, a introdução de novas práticas funerárias e da cultura material que lhes está associada poderá ter-se verificado numa lógica de continuidade, justificando a estreita associação dos mais antigos enterramentos em urna às necrópoles tumulares e a estruturas derivadas dos modelos arquitectónicos que as caracterizam (Correia 1993: 360; Beirão – Correia 1994).

Por outro lado, não podem deixar de se mencionar neste contexto certas evidências que poderiam levar a pensar numa continuidade diacrónica da influência do âmbito do Baixo Sado no interior alentejano, estendendo-se até pelo menos aos inícios ou talvez aos meados do século IV a.n.e.

A presença no Cerro Furado (Beja) de dois recipientes áticos usados como contentores cinerários (Arruda – Lopes 2012), por exemplo, parece estabelecer também ela um nexó assinalável com a realidade documentada no Baixo Sado (Rouillard *et al.* 1988-1989; v. tb. Correia 1972 [1927]). Esse nexó sai ainda reforçado se considerarmos que estes vasos gregos da necrópole pacense pertencem não só a formas igualmente documentadas em Alcácer do Sal, como inclusivamente correspondem a produtos de pintores cujas obras se documentam também no sítio sadino (Arruda – Lopes 2012: 405 e 409; v. tb. Rouillard *et al.* 1988-1989).

De momento, o uso de vasos gregos como contentores cinerários, muito comum noutras áreas peninsulares (Rouillard 1991: 180; 2009: 366), restringe-se, no Sul de Portugal, aos dois casos já citados, mas poderia igualmente mencionar-se uma vez mais neste contexto a presença, na necrópole da Atafona, de um recipiente correspondente a uma imitação em cerâmica pintada de um *krater* grego (Silva – Gomes 1992: Fig. 61-A), e que poderia corresponder também a um eco do uso funerário desse tipo de recipientes importados em Alcácer do Sal e no Cerro Furado.

As considerações tecidas nos parágrafos precedentes permitem assim pensar na existência de um foco de difusão da prática do enterramento em urna na II Idade do Ferro do Sul português cujas características remetem para uma influência e umas relações preferenciais com o mundo meridional, no âmbito do qual o Baixo Sado e concretamente o importante pólo que subjaz à actual Alcácer do Sal poderá ter desempenhado um papel destacado como conector e plataforma de distribuição de influências, práticas e talvez também materiais.

No entanto, não pode deixar de se reconhecer a existência de um segundo grande foco de incidência dos enterramentos em urna na II Idade do Ferro meridional portuguesa, abrangendo o Alentejo Central e Setentrional. A existência de conjuntos funerários mais ou menos extensos caracterizados por este tipo de depósitos funerários encontra-se, com efeito, bem atestada, quer na região de Elvas, na qual se destaca o conjunto da Herdade da Chaminé (Viana 1950; Viana – Deus 1950a; 1950b; 1951; 1955; 1958; Heleno 1951; v. tb. Nolen 1985: 159-171; Ponte 1986; Fabião 1998: 350-369) (Fig. 8), quer mais a Sul, como bem atestam os casos do Monte da Cardeira, Alandroal (Fabião 1998: 386-392), e a mais tardia necrópole da Herdade das Casas, Redondo (Mataloto – Williams – Roque 2014: Fig. 4).

Estes conjuntos funerários parecem enquadrar-se num contexto cronológico e, por extensão, histórico distinto ao anteriormente analisado. Com efeito, nenhum deles parece ser anterior ao século IV a.n.e., distribuindo-se pelo contrário entre essa centúria e a primeira metade do século II a.n.e.. Por essa razão, e ao contrário das suas congéneres anteriormente discutidas, estas necrópoles enquadram-se, elas sim, e desde os seus momentos iniciais, no quadro de recomposição sociopolítica, territorial, mas também cultural, verificado no interior do Sudoeste peninsular sensivelmente a partir de 400 a.n.e. (Rodríguez Díaz 1994).

Por outro lado, as características deste segundo foco parecem revelar a existência de uma malha mais complexa de influências e relações culturais. É certo, com efeito, que os enterramentos em urna desta região foram habitualmente considerados como um reflexo das práticas funerárias de populações de matriz cultural céltica. No entanto, a verdade é que, como bem assinalou já há mais de duas décadas C. Fabião (1998: 375 e ss.), os conjuntos artefactuais

recuperados nestes espaços funerários apresentam também uma assinalável presença de elementos – contentores cinerários e outros recipientes cerâmicos, certos elementos de armamento e de indumentária, entre outros – que remetem, também eles para um repertório material com claras afinidades meridionais, e que dão conta de um ambiente cultural complexo e multifacetado.

Deve igualmente recordar-se que, nesse mesmo trabalho, C. Fabião sublinhava já igualmente a necessidade de reconsiderar estas necrópoles centro- e alto-alentejanas e as práticas nelas documentadas à luz de uma série de conjuntos funerários que por então começavam a conhecer-se no território da vizinha Extremadura espanhola. Com efeito, necrópoles como as de Lobón (Rodríguez Díaz 1993: Fig. 4) e El Jardal (Jiménez Ávila 2015), em Badajoz, a de Hornachuelos (Rodríguez Díaz – Jiménez Ávila 1987-1988; Rodríguez Díaz 1989), também em Badajoz, mas mais tardia, ou mesmo as de Castillejos de la Orden (Esteban Ortega – Sánchez Abal – Fernández Corrales 1988), El Mercadillo (Hernández Hernández – Galán Domingo 1996) e El Romazal (Hernández Hernández – Martín Bravo 2017), em Cáceres, mais setentrionais, para citar apenas algumas das mais bem conhecidas, apresentam notáveis similitudes com as suas congéneres antes citadas.

Como já assinalado por distintos investigadores, com destaque para A. Rodríguez Díaz (1993; 1994; 1995), estes (e outros) conjuntos funerários extremenhos, dentro da sua diversidade, reflectem um ambiente eminentemente multicultural. De facto, e independentemente da existência de grupos regionais com personalidades mais ou menos marcadas, em todos eles parece poder rastrear-se a convivência e entrecruzamento de distintos vectores culturais.

Sobre um substrato correspondente ao desenvolvimento *in situ* da cultura material “orientalizante” e “pós-orientalizante” regional (Rodríguez Díaz 1990; 1993: 245) verificam-se, com efeito, marcadas (ainda que desiguais) influências setentrionais, mesetenhas (Berrocal-Rangel 1992; Rodríguez Díaz 1993; 1994; 1995: 120-122), mas também uma manutenção de contactos com as áreas meridionais, mediante os quais se introduzem influências oriundas ao que tudo indica da Baixa Andaluzia (Rodríguez Díaz 1993), mas também da área Ibérica do Sudeste e do Levante, porventura

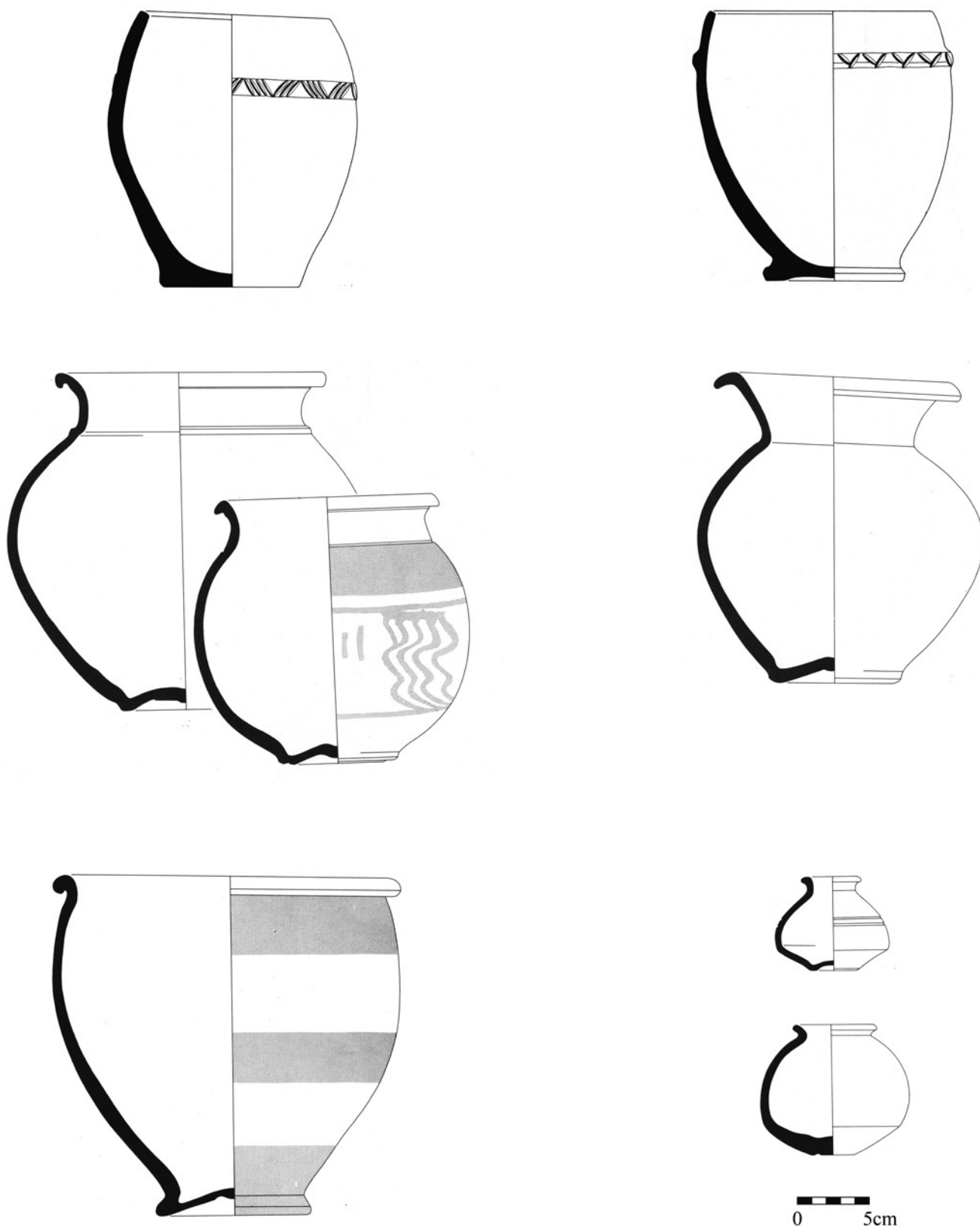


FIG 8 Urnas e outros materiais cerâmicos da Herdade da Chaminé (Elvas) (seg. Nolen 1985).

através da Meseta Sul (Rodríguez Díaz 1995: 124; Jiménez Ávila – Ortega Blanco 2004: 217-219).

Essa imagem de multiculturalidade pode também estender-se aos contextos funerários portugueses antes citados, nomeadamente à luz da já citada presença de significativos elementos de cunho meridional. Assim sendo, a ideia de uma correlação forte entre os enterramentos em urna nesta região e a presença de uma matriz cultural estritamente céltica (ou celtizante) pode também ser matizada.

Por um lado, deve considerar-se a presença na mesma região de enterramentos em urna atribuíveis à I Idade do Ferro regional, que parecem prolongar-se no tempo até bem entrado o século V a.n.e., e que oferecem no estado actual dos nossos conhecimentos um substrato possível para as práticas funerárias posteriores. Por outro lado, não devem ignorar-se aqueles elementos de cultura material que, como já se referiu, remetem para vectores de influência e regimes de representação e identificação de signo meridional.

Assim, e sem pretender negar, naturalmente, a existência de influxos populacionais ou culturais continentais e a influência demográfica e cultural da Betúria Céltica (Berrocal-Rangel 1988; 1992; 1994; 2018; Rodríguez Díaz 1993; 2018; Fabião 1998), caberia pensar que os enterramentos em urna do território centro-e alto-alentejano reflectem, como os seus congéneres extremenhos, uma complexa síntese cultural. A partir de um substrato pré-existente, parece com efeito verificar-se a activação e/ou reformulação de determinadas práticas, nomeadamente funerárias, que adquirem aspectos distintivos como resultado da complexa malha de influências que caracteriza a II Idade do Ferro regional, onde o factor continental e celtizante está longe de ser único ou mesmo unívoco.

3. RECONSIDERANDO OS ENTERRAMENTOS EM URNA DA SEGUNDA METADE DO I MILÉNIO A.N.E. NO SUL DE PORTUGAL: REFLEXÕES FINAIS

Em face do panorama traçado nas páginas precedentes, parece hoje evidente que a generalização da prática dos enterramentos em urna durante a segunda metade do I milénio a.n.e. no Sul português corresponde a um processo com um enquadramento

histórico e cultural complexo, que não se reduz a um mero cenário de substituição demográfica ou de difusão cultural.

Pelo contrário, e como se tentou demonstrar, a difusão desta modalidade funerária deve necessariamente entender-se numa perspectiva de longa duração, considerando o historial da prática da cremação em geral, e da cremação com deposição secundária dos restos em urna em particular, no Sul do actual território português. Existem, com efeito, precedentes para esta solução funerária ainda durante as etapas iniciais da Idade do Ferro que bem podem ter constituído um substrato para a já citada generalização dos enterramentos em urna.

A existência deste substrato não deve desvalorizar-se, na medida em que permite matizar a ideia de que a prática dos enterramentos em urna resultou de fenómenos unilineares de difusão démica ou cultural. Pelo contrário, sugere a possibilidade de os mesmos se explicarem, pelo menos em parte, no quadro de uma evolução na continuidade, ainda que essa evolução seja claramente condicionada e influenciada pela transformação das práticas funerárias que de forma *grosso modo* contemporânea se verifica noutras áreas peninsulares.

Com efeito, na segunda metade do I milénio a.n.e. os enterramentos em urna tornaram-se rapidamente a modalidade funerária privilegiada em amplas áreas do território peninsular, transcendendo fronteiras étnicas e culturais (v. Burillo Mozota 1990; Blázquez Pérez – Antona del Val 1992). A análise da cultura material associada aos exemplos portugueses permite contudo balizar de forma mais concreta as conjunturas históricas e as vias de contacto e de influência preferenciais através das quais se introduziram no Sul de Portugal os estímulos que resultaram na disseminação deste tipo de deposições funerárias (Fig. 9).

Com efeito, e como vimos, no caso de Alcácer do Sal a generalização dos enterramentos em urna produz-se em meados do século V a.n.e., numa conjuntura de reestruturação e reorganização das antigas comunidades ditas “Orientalizantes” e num quadro cultural de estreitas afinidades com a Baixa Andaluzia turdetana e inclusivamente com o Sudeste e o Levante ibéricos (Gomes 2018).

Por seu turno, a fácies material dos primeiros enterramentos em urna do litoral alentejano, mas também

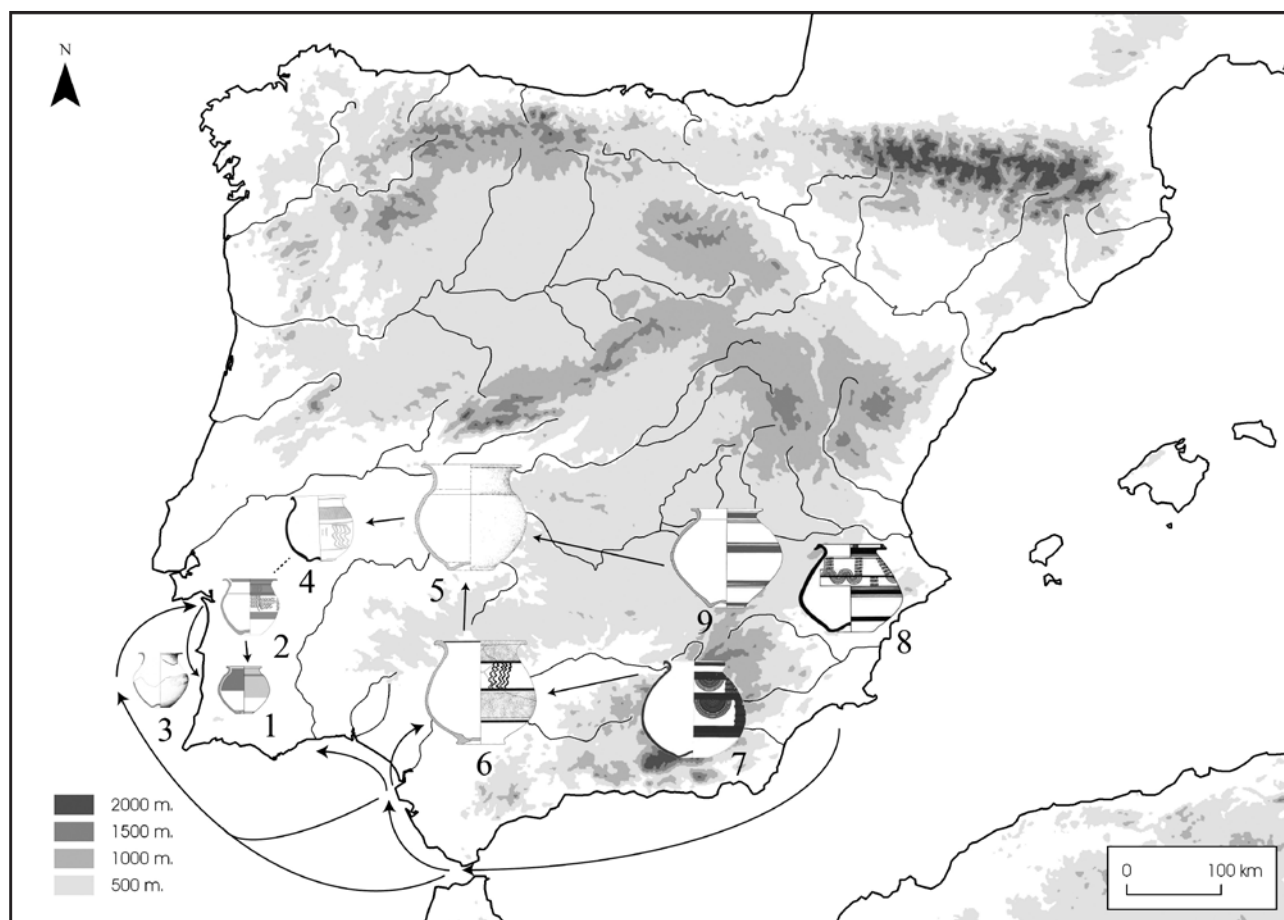


FIG. 9 Principais focos da prática do enterramento em urna no Sul peninsular durante a segunda metade do I milénio a.n.e. e suas possíveis relações: 1. Baixo Alentejo – Área de Ourique (ex.: Cerro do Ouro, seg. Gomes 2022); 2. Baixo Sado (ex.: Olival do Senhor dos Mártires, seg. Gomes 2018); 3. Alentejo Litoral (ex.: Galeado, seg. Beirão – Gomes 1983); 4. Alto Alentejo/Alentejo Central (ex.: Herdade da Chaminé, seg. Nolen 1985); 5. Extremadura (ex.: El Jardal, seg. Jiménez Ávila 2015); 6. Baixa Andaluzia (ex.: Setefilla, seg. Aubet 1978); 7. Área Ibérica – Sudeste (ex.: Toya, seg. Pereira Sieso 1979); 8. Área Ibérica – Levante (ex.: Cabezo Lucero, seg. Aranegui *et al.* 1993); 9. Área Ibérica – Meseta Sul (ex.: Llano de la Consolación, seg. Valenciano Prieto 2000) (exs. a várias escalas). Base cartográfica: Trabajos de Prehistoria – CSIC.

da área de Ourique, sugerem uma conexão directa às realidades detectadas na necrópole alcacerense. Parece por isso plausível propor que o aparecimento desta nova modalidade funerária surge nestas áreas como reflexo das relações com o Baixo Sado, que através da via de comunicação privilegiada oferecida pelo próprio rio poderá, nesta fase de reestruturação política, social e económica, ter afiançado a sua projecção regional nestes territórios do seu hinterland geográfico mais imediato.

Pela sua cronologia comparativamente precoce e pela sua fácies material, casos como o do enterramento em urna do Cerro do Ouro, recentemente reavaliado (Gomes 2022), ou o da Fonte Santa (Beirão 1986: 66-68) parecem particularmente reveladores, podendo representar um horizonte prototípico a partir do qual esta modalidade funerária se terá posteriormente desenvolvido na área de Ourique. Após a sua introdução, esta

prática ter-se-á adaptado às circunstâncias locais, já seja mediante a associação a monumentos derivados da tradição tumular regional, como os já comentados monumentos em Π (Correia 1993: 360; Beirão – Correia 1994), ou a incorporação de outras tipologias de recipientes cinerários e de acompanhamento, inspirados no repertório material local e regional ou relacionáveis com outros eixos e vectores de contacto e influência (Dias – Coelho 1971; Beirão 1986; Silva – Gomes 1992: Fig. 61A; Beirão – Correia 1994).

Quanto ao foco mais setentrional antes comentado, a emergência e/ou reformulação dos enterramentos em urna parece corresponder a uma conjuntura histórica algo distinta, relacionada com a transformação do tecido territorial, sociopolítico e cultural do interior do Sudoeste peninsular após a chamada “Crise de Quatrocentos”. Nestes conjuntos funerários mais setentrionais aprecia-se um quadro cultural mais complexo,

estritamente alinhado com a vizinha Extremadura espanhola e marcado pela coexistência e entrecruzamento de diversos eixos de influência. Neste contexto, o factor continental, céltico, sendo significativo, está longe de ser único ou de estar uniformemente representado, convivendo com outras influências de matriz meridional bem patentes na fácies material dos enterramentos em urna pré-romanos regionais (Fabião 1998: 375).

De momento, as relações e influências mútuas entre estes dois grandes pólos – Alentejo Litoral/ Baixo Alentejo e Alentejo Central/ Alto Alentejo – são mais difíceis de avaliar e de precisar, sobretudo na ausência de dados expressivos sobre o mundo funerário deste período na região de Beja e no interior baixo-alentejano.

Ainda assim, caberia aqui recordar que, tal como noutras paragens do interior do Sudoeste peninsular já analisadas, também no interior baixo-alentejano se verifica um aparente esgotamento das fórmulas territoriais e sociopolíticas desenvolvidas ao longo das primeiras etapas da Idade do Ferro que caberia situar, também aqui, durante o século IV a.n.e.. Nessa conjuntura, parece emergir igualmente nesta região um complexo ambiente multicultural onde se entrecruzam influências de signo distinto (Berrocal-Rangel 1992; Fabião 1998; v. tb. Rodríguez Díaz 1993), sem obviar contudo a existência de um substrato cultural com personalidade própria e umas afinidades preferenciais bem marcadas que não se diluem por completo nesta nova etapa.

Não obstante, parece verosímil que nesta nova conjuntura histórica ambos os pólos anteriormente identificados tenham iniciado um processo de convergência, em que as influências que marcam as áreas mais setentrionais do território alentejano se fazem sentir também, através deste, no Baixo Alentejo, onde algumas manifestações funerárias passam a incorporar a partir do século IV a.n.e. certos elementos de cultura material de corte celtizante (v., p. ex., Dias – Coelho 1971; Silva – Gomes 1992: Fig. 61A). No entanto, caberia inversamente questionar se o Baixo Alentejo desempenha também, conjuntamente com a Extremadura, algum papel na transmissão de rasgos litorais e meridionais para o território centro- e alto-alentejano, questão que de momento não se pode responder com segurança.

Em todo o caso, e não obstante a escassez de dados, parece claro que apesar das suas origens diferenciadas, o desenvolvimento das práticas funerárias e dos repertórios materiais nestas regiões já durante os séculos IV e III a.n.e. seguiram vias paralelas e interdependentes, reflectindo por outro lado o carácter crescentemente multicultural da região.

De facto, e a modo de conclusão, caberia ressaltar que o presente contributo não tem por intenção negar a existência no Sul de Portugal de influxos culturais e mesmo demográficos habitualmente relacionados com a presença ou influência de populações de matriz céltica; essa presença parece de facto estar bem demonstrada e a sua característica fácies material acabará também por marcar presença nos repertórios de alguns dos conjuntos funerários antes mencionados (Berrocal-Rangel 1992; Fabião 1998).

O presente trabalho visou contudo questionar o tantas vezes enfatizado carácter intrusivo ou disruptivo dos enterramentos em urna da segunda metade do I milénio a.n.e., valorizando pelo contrário o seu enquadramento numa larga série de manifestações funerárias cujos fluxos e refluxos dependem, em boa medida, do desenvolvimento das redes de contactos, intercâmbios e solidariedades inter- e transregionais.

Nesse sentido, o panorama exposto nas páginas anteriores serve sobretudo para salientar a necessidade de analisar atentamente a história interna deste tipo de manifestações funerárias, reapreciando as suas raízes, os estímulos que subjazem à sua difusão e generalização, mas também o seu desenvolvimento posterior, que os converte num reflexo fiel da natureza crescentemente multicultural e da síntese de tradições e vivências que caracteriza as etapas finais da Idade do Ferro no Sul de Portugal.

Agradecimentos

O presente trabalho foi produzido no âmbito de um Contrato de Estímulo ao Emprego Científico (CEE-CIND/01109/2018 - *A Consuming Sea: Mediterranean imports, identity and social representation in the southern Portuguese Late Bronze and Early Iron Ages*) financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito dos projectos UIDB/00698/2020 e UIDP/00698/2020.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, P. – GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. (2017) – Mértola entre el Bronce Final y el inicio de la presencia romana: problemas y perspectivas de investigación. *Habis*, 48: 7-30. DOI: <http://dx.doi.org/10.12795/Habis.2017.48.01>
- ANTUNES, A. S. (2010) – *Um conjunto cerâmico da Azougada. Em torno da Idade do Ferro Pós-Orientalizante da margem esquerda do Baixo Guadiana*. Lisboa.
- ARANEGUI, C. – JODIN, A. – LLOBREGAT, E. – ROUILLARD, P. – GRÉVIN, G. (1993) – *La nécropole ibérique de Cabezo Lucero, Guardamar del Segura, Alicante*. Madrid.
- ARRUDA, A. M. (1993) – A ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no contexto da expansão Fenícia para a fachada Atlântica peninsular. *Estudos Orientais*, IV: 193-214.
- ARRUDA, A. M. (1996) – Particularidades, especificidades e regularidades na Idade do Ferro do Sul de Portugal: aproximação a um modelo explicativo. In VILLAR, F. – ENCARNACIÓN, J. de (eds.) – *La Hispania Prerromana. Actas del VI Coloquio sobre Lengua y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica*. Salamanca: 37-50.
- ARRUDA, A. M. (1999-2000) – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. Barcelona.
- ARRUDA, A. M. (2001) – A Idade do Ferro pós-orientalizante no Baixo Alentejo”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 4(2): 207-291. URL: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/revistaportuguesadearqueologia/4_2/7.pdf
- ARRUDA, A. M. (2003) – Tavira: afirmação do poder e estratégias de ocupação do território durante a 1.ª Idade do Ferro. In *Tavira: afirmação do poder e estratégias de ocupação do território*. Lisboa: 51-56.
- ARRUDA, A. M. (2005) – O I.º Milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século. *O Arqueólogo Português*, S. IV(23): 9-156.
- ARRUDA, A. M. (2014) – A Oeste tudo de novo. Novos dados e outros modelos interpretativos para a orientalização do território português. In ARRUDA, A. M. (ed.) – *Fenícios e Púnicos, por Terra e Mar (2)*. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos. Lisboa: 513-535.
- ARRUDA, A. M. – COVANEIRO, J. – CAVACO, S. (2008) – A Necrópole da Idade do Ferro do Convento da Graça, Tavira. *Xelb*, 8: 117-135.
- ARRUDA, A. M. – FREITAS, V. T. de (2008) – O Castelo de Castro Marim durante os séculos VI e V a.n.e. In JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.) – *Sidereum Ana I. El Río Guadiana en época post-orientalizante*. Madrid: 429-446.
- ARRUDA, A. M. – GUERRA, A. – FABIÃO, C. (1995) – O que é a II.ª Idade do Ferro no Sul de Portugal? *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35(2): 237-257.
- ARRUDA, A. M. – LOPES, M. da C. (2012) – Dois vasos gregos da necrópole do Cerro Furado (Baleizão, Beja – Portugal). *O Arqueólogo Português*, S. V(2): 401-415.
- AUBET, M. E. (1978) – *La necrópolis de Setefilla en Lora del Río, Sevilla (Túmulo B)*. Barcelona.
- BARROS, P. (2008) – Mértola durante os séculos VI e V a.C. In JIMÉNEZ ÁVILA, J. (coord.) – *Sidereum Ana I: El río Guadiana en Época Post-Orientalizante*. Madrid: 399-414.
- BEIRÃO, C. de M. (1986) – *Une Civilisation Protohistorique du Sud du Portugal (Ier Âge du Fer)*. Paris.
- BEIRÃO, C. de M. (1990) – Epigrafia da Idade do Ferro do Sudoeste da Península Ibérica. Novos dados arqueológicos. *Estudos Orientais*, I: 107-118.
- BEIRÃO, C. de M. – CORREIA, V. H. (1991) – A cronologia do povoado de Fernão Vaz. *Conimbriga*, 30: 5-11. DOI: https://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_30_1
- BEIRÃO, C. de M. – CORREIA, V. H. (1994) – A II.ª Idade do Ferro no Sul de Portugal: o estado actual dos nossos conhecimentos. In *Actas del XXI Congreso Nacional de Arqueología*. Zaragoza: 915-930.
- BEIRÃO, C. de M. – GOMES, M. V. (1980) – *A I Idade do Ferro no Sul de Portugal. Epigrafia e Cultura*. Lisboa.
- BEIRÃO, C. de M. – GOMES, M. V. (1983) – A necrópole da Idade do Ferro do Galeado (Vila Nova de Milfontes). *O Arqueólogo Português*, S. IV(1): 207-266.
- BEIRÃO, C. de M. – GOMES, M. V. (1984) – Coroplastia da I Idade do Ferro do Sul de Portugal. In *Volume d'hommage au géologue Georges Zbyszewski*. Paris: 450-482.
- BEIRÃO, C. de M. – GOMES, M. V. – MONTEIRO, J. P. (1979) – *As Estelas Epigrafadas da I Idade do Ferro do Sul de Portugal*. Setúbal.
- BELÉN, M. – ESCACENA, J. L. (1992) – Las necrópolis ibéricas de Andalucía Occidental. In BLÁNQUEZ PÉREZ, J. – ANTONA DEL VAL, V. (eds.) – *Congreso de Arqueología Ibérica: las necrópolis*. Madrid: 509-529.
- BERROCAL-RANGEL, L. (1988) – Hacia la definición arqueológica de la «Beturia de los Célticos»: la cuenca de Ardila. *Espacio, Tiempo y Forma. Serie II. Historia Antigua*, 1: 57-68. DOI: <https://doi.org/10.5944/etfii.1.1988.4114>
- BERROCAL-RANGEL, L. (1992) – *Los pueblos célticos del suroeste peninsular*. Madrid.
- BERROCAL-RANGEL, L. (dir.) (1994) – *El altar prerromano de Castrejón de Capote. Ensayo etnoarqueológico de un ritual céltico en el suroeste peninsular*. Madrid.
- BERROCAL-RANGEL, L. (2018) – La Segunda Edad del Hierro. In KURTZ, G. (ed.) – *150 años del Museo Arqueológico Provincial de Badajoz 1867-2017*. Badajoz: 159-168.
- BLÁNQUEZ PÉREZ, J. – ANTONA DEL VAL, V. (eds.) (1992) – *Congreso de Arqueología Ibérica: las necrópolis*. Madrid.
- BRANDHERM, D. – KRUEGER, M. (2017) – Primeras determinaciones radiocarbónicas de la necrópolis de Setefilla (Lora del Río) y el inicio del periodo orientalizante en Andalucía occidental. *Trabajos de Prehistoria*, 74(2): 296-318. DOI: <https://doi.org/10.3989/tp.2017.12196>
- BURILLO MOZOTA, F. (coord.) (1990) – *II Simposio sobre los Celtiberos. Necrópolis Celtibéricas*. Zaragoza.
- CARDOSO, J. L. (2004a) – Uma tumulação do final do Bronze Final/inícios da Idade do Ferro no Sul de Portugal: a tholos do Cerro do Malhanito (Alcoutim). In VILAÇA, R. – LOPES, M. da C. (coords.) – *O Passado em Cena: Narrativas e Fragmentos. Miscelânea Oferecida a Jorge de Alarcão*. Coimbra: 193-223.
- CARDOSO, J. L. (2004b) – *A Baixa Estremadura, dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos Romanos: um ensaio de História Regional*. Oeiras.
- CORRÊA, A. M. (1916) – Sobre alguns objectos protoistóricos e lusitano-romanos, especialmente de Alpiarça e Silvã. *O Archeólogo Português*, S.1(21): 331-337.
- CORRÊA, A. M. (1928) – A Lusitânia Pré-Romana. In PERES, D. (dir.) – *História de Portugal*. Barcelos: 79-214.

- CORRÊA, A. M. (1936) – «Urnenfelder» de Alpiarça. *Anuario de Prehistoria Madrileña*, 4-6: 133-138.
- CORREIA, V. (1972 [1925]) – Uma conferência sobre a Necrópole de Alcácer do Sal. In *Obras. Volume IV, Estudos Arqueológicos*. Coimbra: 151-168.
- CORREIA, V. (1972 [1927]) – Escavações realizadas na Necrópole Pré-Romana de Alcácer do Sal em 1926 e 1927. In *Obras. Volume IV, Estudos Arqueológicos*. Coimbra: 169-179.
- CORREIA, V. H. (1993) – As necrópoles da Idade do Ferro do Sul de Portugal: arquitectura e rituais. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 33(3-4): 351-370.
- CORREIA, V. H. (1997) – Um modelo historiográfico para a Idade do Ferro do Sul de Portugal e a sua Arqueologia. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 37(3-4): 41-85.
- CORREIA, V. H. (2014) – A Escrita do Sudoeste da Península Ibérica: velhos dados, novas teorias e a sua importância para o estudo das antigas culturas hispânicas. *Portugália*, 35: 77-93.
- DIAS, M. M. A. – BEIRÃO, C. de M. – COELHO, L. (1970) – Duas necrópoles da Idade do Ferro no Baixo-Alentejo: Ourique. (Notícia preliminar). *O Arqueólogo Português*, S.3(4): 175-219.
- DIAS, M. M. A. – COELHO, L. (1971) – Notável lápide proto-histórica da Herdade da Abóbada - Almodôvar (primeira notícia). *O Arqueólogo Português*, S.3(5): 181-190.
- DIAS, M. M. A. – COELHO, L. (1983) – Objectos arqueológicos de um túmulo de incineração da necrópole proto-histórica da herdade da Favela Nova (Ourique). *O Arqueólogo Português*, S.4(1): 197-205.
- ESTEBAN ORTEGA, J. – SÁNCHEZ ABAL, J. L. – FERNÁNDEZ CORRALES, J. M. (1988) – *La necrópolis del Castro del Castillejo de la Orden, Alcántara (Cáceres)*. Cáceres.
- FABIÃO, C. (1998) – *O Mundo Indígena e a sua Romanização na Área Céltica do actual território português*. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita.
- FABIÃO, C. (2001) – O povoamento do Sudoeste peninsular na segunda metade do I milénio a.C.: Continuidades e rupturas. In BERROCAL-RANGEL, L. – GARDES, P. (eds.) – *Entre Celtas e Iberos. Las Poblaciones Protohistóricas de las Galias e Hispania*. Madrid: 227-246.
- FERRER ALBELDA, E. – GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. (2019) – La crisis de Tarteso y el problema del siglo V a.C. en el ámbito geográfico turdetano. *Anales de Arqueología Cordobesa*, 30: 51-76. DOI: <https://doi.org/10.21071/aac.v30i.12434>
- GOMES, F. B. (2016) – *Contactos culturais e discursos identitários na Idade do Ferro do Sul de Portugal (séculos VIII-V a.n.e.): leituras a partir do registo funerário*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita.
- GOMES, F. B. (2016-2017) – A evolução dos rituais funerários da Idade do Ferro no Ocidente Peninsular: uma nova proposta de faseamento para a necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal). *O Arqueólogo Português*, S.5(6-7): 15-57.
- GOMES, F. B. (2018) – The Olival do Senhor dos Mártires necropolis (Alcácer do Sal, Portugal) during the Late Iron Age: new social, political and cultural insights. *Zephyrus*, 81: 117-139.
- GOMES, F. B. (2019a) – Revisiting an Early Iron Age funerary horizon: “Cruz del Negro” type urn burials in southern Portugal and their significance. *Madrid Mitteilungen*, 59: 182-207.
- GOMES, F. B. (2019b) – El mundo funerario prerromano en el sur de Portugal (siglos V/IV - II a.n.e.): (pocos) datos y (algunos) problemas. *Archivo Español de Arqueología*, 92: 43-62.
- GOMES, F. B. (2020) – New perspectives on the Early Iron Age necropolis of Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal, Portugal). In CELESTINO PÉREZ, S. – RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, E. (eds.) – *Un viaje entre el Oriente y el Occidente del Mediterráneo. IX Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos*. Mérida: 1111-1122.
- GOMES, F. B. (2021) – *A necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal, Portugal). Práticas funerárias, cultura material e identidade(s) na Idade do Ferro do Baixo Sado (séculos VII-II a.n.e.)*. Lisboa.
- GOMES, F. B. (2022) – A necrópole do Cerro do Ouro (Ourique): reflexões sobre os enterramentos em urna nas necrópoles tumulares do Baixo Alentejo. *Ophiussa*, 6: 85-103.
- GUZZO, M. G. A. – ZAMORA LÓPEZ, J. Á. (2008) – Un ostrakon phénicien de Tavira. *Vicino Oriente*, XIV: 231-240.
- HELENO, M. (1951) – Arqueologia de Elvas. Notícia preliminar. *O Arqueólogo Português*, S.2(I): 83-94.
- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F. – GALÁN DOMINGO, E. (1996) – *La necrópolis de “El Mercadillo” (Botija, Cáceres)*. Cáceres.
- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F. – MARTÍN BRAVO, A. M. (2017) – *Las necrópolis de El Romazal y el Conjunto Arqueológico de Villasviejas del Tamuja (Botija-Plasenzuela, Cáceres)*. Madrid.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2002-2003) – Estructuras tumulares en el Suroeste ibérico. En torno al fenómeno tumular en la Protohistoria peninsular. *Boletín de la Asociación Española de Amigos de la Arqueología*, 42: 81-118.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.) (2008) – *Sidereum Ana I. El Río Guadiana en Época Post-Orientalizante*. Madrid.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2015) – Tumbas de la II Edad del Hierro de la necrópolis de El Jardal (Herrera del Duque, Badajoz). In MEDINA, N. (ed.) – *Actas del VII Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Aroche: 377-404.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2016) – El Post-orientalizante, entre España y Portugal; entre lo Tartésico y lo Turdetano. *Cadernos do Museu da Lucerna*, II: 37-60.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.) (2017) – *Sidereum Ana III. El Río Guadiana y Tartessos*. Mérida.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. – ORTEGA BLANCO, J. (2004) – *La cerámica griega en Extremadura*. Mérida.
- KALB, P. – HÖCK, M. (1981-1982) – Cabeço da Bruxa, Alpiarça (Distrito de Santarém). Relatório preliminar da escavação de Janeiro e Fevereiro de 1979. *Portugália*, 2-3: 61-69.
- KALB, P. – HÖCK, M. (1985) – *Cerâmica de Alpiarça: exposição temporária na Galeria dos Patudos*. Alpiarça.
- KALB, P. – HÖCK, M. (1987) – O Tejo na zona de Alpiarça (Idades do Bronze e do Ferro). In SILVA, A. C. (coord.) – *Arqueologia no Vale do Tejo*. Lisboa: 48-52.
- LANGLEY, M. – MATALOTO, R. – BOAVENTURA, R. (2008) – A necrópole sidérica de Torre de Palma (Monforte, Portugal). In JIMÉNEZ ÁVILA, J. (coord.) – *Sidereum Ana I. El Río Guadiana en Época Post-Orientalizante*. Madrid: 283-303.
- LANGLEY, M. – MATALOTO, R. – BOAVENTURA, R. – GONÇALVES, D. (2007) – A ocupação da Idade do Ferro de Torre de Palma: “escavando” nos fundos do Museu Nacional de Arqueologia. *O Arqueólogo Português*, S.4(25): 229-290.
- LÓPEZ BRAVO, F. (2002) – La urna ibérica de orejetas perforadas. *Complutum*, 13: 97-116.
- LORRIO, A. (2008) – Cerámica gris. In ALMAGRO-GORBEA, M. (dir.) – *La necrópolis de Medellín. II. Estudio de los hallazgos*. Madrid: 673-723.

- MAIA, M. (2000) – Tavira fenícia. O território para Ocidente do Guadiana, nos inícios do I milénio a. C. In GONZÁLEZ PRATS, A. (ed.) – *Fenícios y Territorio. Actas del II Seminario Internacional sobre Temas Fenicios*. Alicante: 121-150.
- MAIA, M. (2003) – Fenícios em Tavira. In AA.VV. – *Tavira: Território e Poder*. Lisboa: 57-72.
- MAIA, M. – SILVA, L. F. da (2004) – O culto a BAAL em Tavira. *Huelva Arqueológica*, 20: 171-194.
- MARQUES, G. (1972) – *Arqueologia de Alpiarça: as estações representadas no Museu do Instituto de Antropologia do Porto*. Porto.
- MARQUES, G. – ANDRADE, G. M. de (1974) – Aspectos da proto-história do território português. 1 – Definição e distribuição geográfica da Cultura de Alpiarça (Idade do Ferro). In *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*. Porto: 124-148.
- MARTÍN RUIZ, J. A. (2007) – *La crisis del siglo VI a.C. en los asentamientos fenicios de Andalucía*. Málaga.
- MATALOTO, R. (2010-2011) – Os Senhores da Terra: necrópoles e comunidades rurais do território alto alentejano nos séculos VI-V a.C. *Arqueologia & História*, 60-61: 77-100.
- MATALOTO, R. – WILLIAMS, J. – ROQUE, C. (2014) – ‘...e daí desceo a dar-lhe batalha...’: a ocupação pré-romana e a romanização da região da Serra d’Ossa (Alentejo Central, Portugal). In SALAS TOVAR, E. (coord. cient.) – MATALOTO, R. – MAYORAL HERRERA, V. – ROQUE, C. (eds.) – *La Gestación de los Paisajes Rurales entre la Protohistoria y el Periodo Romano*. Madrid: 17-44.
- MAYET, F. – SILVA, C. T. da (2000) – *L’établissement phénicien d’Abul. Portugal*. Paris.
- NOLEN, J. (1985) – *Cerâmica Comum de necrópoles do Alto Alentejo*. Lisboa.
- PAIXÃO, A. C. (1983) – Uma nova sepultura com escaravelho da necrópole proto-histórica do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português*, S.4 (1): 273-286.
- PAIXÃO, A. C. (2014) – A necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal). Novos elementos para o seu estudo. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 21: 429-460.
- PAIXÃO, A. C. (2001) – Alcácer do Sal proto-histórica no contexto mediterrânico. In *Os Púnicos no Extremo Ocidente*. Lisboa: 149-172.
- PELLICER CATALÁN, M. – ESCACENA CARRASCO, J. L. (2007) – Rabadanes: una nueva necrópolis de época tartésica en el bajo Guadalquivir. *Lucentum*, 26: 7-21. DOI: <http://dx.doi.org/10.14198/LVCENTVM2007.26.01>
- PEREIRA SIESO, J. (1979) – La cerámica ibérica procedente de Toya (Peal de Becerro, Jaén) en el Museo Arqueológico Nacional. *Trabajos de Prehistoria*, 36: 289-347.
- PONTE, S. da (1986) – Algumas peças metálicas de necrópoles romanas dos distritos de Portalegre e de Évora. *Conimbriga*, 25: 99-129. DOI: https://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_25_7
- REBAY-SALISBURY, K. (2016) – *The Human Body in Early Iron Age Central Europe. Burial Practices and Images of the Hallstatt World*. Londres.
- REBAY-SALISBURY, K. (2017) – Rediscovering the body: cremation and inhumation in early Iron Age Central Europe. In CEREZO-ROMÁN, J. I. – WESSMAN, A. – WILLIAMS, H. (eds.) – *Cremation and the Archaeology of Death*. Oxford: 52-71.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (1989) – La Segunda Edad del Hierro en la Baja Extremadura: problemática y perspectivas en torno al poblamiento. *Saguntum*, 22: 165-224.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (1990) – Continuidad y ruptura cultural durante la Segunda Edad del Hierro en Extremadura. In *La Cultura Tartésica y Extremadura*. Mérida: 127-162.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (1993) – Sobre la periferia Turdetana y la configuración diversa de la Beturia prerromana. Célticos y Túrdulos en el Guadiana Medio. *SPAL*, 2: 243-267.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (1994) – Algunas reflexiones sobre el fin de Tartessos en la cuenca media del Guadiana: la crisis del cuatrocientos y el desarrollo de la Beturia. *CuPAUAM*, 21: 9-34. DOI: <http://dx.doi.org/10.15366/cupauam1994.21.001>
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (1995) – El Valle Medio del Guadiana, “Espacio de Frontera” en la Protohistoria del Suroeste (II). *Saguntum*, 28: 111-130.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (2018) – En tierra de túrdulos: de las ‘grandes casas’ postorientalizantes a las comunidades prerromanas de la Beturia. In KURTZ, G. (ed.) – *150 años del Museo Arqueológico Provincial de Badajoz 1867-2017*. Badajoz: 169-186.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A. – JIMÉNEZ ÁVILA, J. (1987-1988) – Informe sobre las excavaciones realizadas en el yacimiento de Hornachuelos, Ribera del Fresno (Badajoz). 1986-1988. *Norba*, 8-9: 13-31.
- RODRÍGUEZ PÉREZ, D. (2019) – La vida social de la cerámica ática en la península ibérica: la amortización de las copas Cástulo de tipo antiguo. *Archivo Español de Arqueología*, 92: 71-88. DOI: <https://doi.org/10.3989/aespa.092.019.004>
- ROUILLARD, P. (1991) – *Les Grecs et la Péninsule Ibérique: du VIII^e au IV^e siècle avant Jésus-Christ*. Paris.
- ROUILLARD, P. (2009) – Le vase grec entre statut et fonction: le cas de la Péninsule Ibérique. In TSINGARIDA, A. (ed.) – *Shapes and uses of Greek vases (7th-4th centuries B.C.)*. Bruxelas: 366-376.
- ROUILLARD, P. – PAIXÃO, A. C. – VILLANUEVA-PUIG, M.-C. – DURAND, J.-L. (1988-1989) – Les vases grecques d’Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português*, S. 4(6-7): 43-108.
- SALVADOR MATEOS, R. – PEREIRA, J. A. (2017) – A paisagem funerária a Oeste de Beja no Período Orientalizante: as necrópoles da Carlota (São Brissos) e de Cinco Réis 8 (Santiago Maior). In JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.) – *Sidereum Ana III. El Río Guadiana y Tartessos*. Mérida: 333-352.
- SÁNCHEZ, C. (1992) – Las copas tipo Cástulo en la Península Ibérica. *Trabajos de Prehistoria*, 49: 327-333. DOI: <https://doi.org/10.3989/tp.1992.v49.i0.548>
- SILVA, A. C. F. da – GOMES, M. V. (1992) – *Proto-história de Portugal*. Lisboa.
- SILVA, C. T. da (2005) – A presença fenícia e o processo de Orientalização nos Estuários do Tejo e do Sado. In JIMÉNEZ ÁVILA, J. – CELESTINO PÉREZ, S. (eds.) – *El Periodo Orientalizante*. Madrid: 749-766.
- SILVA, C. T. da – SOARES, J. – BEIRÃO, C. de M. – DIAS, L. F. – COELHO-SOARES, A. (1980-1981) – Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica*, 6-7: 149-218.
- SILVA, J. P. N. da (1875) – Uma necrópolis romana em Portugal. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, S. I(6): 91.
- SOARES, R. M. (2012) – *O Cabeço Redondo. Um edifício da Idade do Ferro Pós-Orientalizante na Herdade do Metum (Moura)*. Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita. URL: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/7919>
- SOARES, R. M. – MARTINS, A. (2013) – A necrópole da Nora Velha 2 (Ourique). Novos dados e interpretações 20 anos após a sua escavação. In ARNAUD, J. M. – MARTINS, A. – NEVES, C. (coords.) – *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. Lisboa: 661-669.
- SOUSA, E. de (2014) – *A Ocupação Pré-Romana da Foz do Estuário do Tejo*. Lisboa.

- SPINDLER, K. – BRANCO, A. de C. – ZBYSZEWSKY, G. – FERREIRA, O. da V. (1973-1974) – Le monument à coupole de l'âge du bronze final de la Roça do Casal do Meio (Calhariz). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 57: 91-154.
- TORRES ORTIZ, M. (1996) – La cronología de los túmulos A y B de Setefilla: el origen del rito de la cremación en la cultura tartésica. *Complutum*, 7: 147-162.
- TORRES ORTIZ, M. (2023) – Rituales funerarios en Tartes(s)o(s). In: CELESTINO PÉREZ, S. – BAQUEDANO PÉREZ, E. (eds.) – *Los últimos días de Tarteso*. Madrid: 161-180.
- VALENCIANO PRIETO, M. del C. (2000) – *El Llano de la Consolación (Montealegre del Castillo, Albacete). Revisión crítica de una necrópolis ibérica del Sureste de la Meseta*. Albacete.
- VEIGA, S. E. da (2005 [1891]) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, Volume 4. Faro.
- VIANA, A. (1950) – Contribuição para a Arqueologia dos arredores de Elvas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 12 (3-4): 289-322.
- VIANA, A. (1959) – Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo, II – Monumento dolménico do Barranco da Nora Velha. *Arquivo de Beja*, 16: 24-28.
- VIANA, A. (1960) – Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo, V – Monumento da Nora Velha. *Arquivo de Beja*, 17: 181-188.
- VIANA, A. (1962) – *Algumas noções elementares de Arqueologia Prática*. Beja.
- VIANA, A. – DEUS, A. D. de (1950a) – Exploração de algumas necrópoles céltico-romanas do concelho de Elvas. In *XIII Congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências*. Lisboa: 67-74.
- VIANA, A. – DEUS, A. D. de (1950b) – Necrópolis Celtico-Romanas del Consejo de Elvas (Portugal). *Archivo Español de Arqueología*, 23: 229-254.
- VIANA, A. – DEUS, A. D. de (1951) – Notas para el estudio de la Edad del Hierro en el concejo de Elvas (Portugal). In *Crónica del VI Congreso Arqueológico del Sudeste*. Alcoy: 89-104.
- VIANA, A. – DEUS, A. D. de (1955) – Nuevas Necrópolis Celto-Romanas de la Región de Elvas (Portugal). *Archivo Español de Arqueología*, 28: 33-68.
- VIANA, A. – DEUS, A. D. de (1958) – Campos de Urnas da Região de Elvas. *O Instituto*, 118: 133-193.
- VIANA, A. – FERREIRA, O. da V. – ANDRADE, R. F. de (1957) – Monumentos megalíticos dos arredores de Ourique. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 38(2): 409-419.
- VILAÇA, R. (2014a) – The Faces of Death: from the Bronze to the Iron Age, between the North and the South of the Portuguese territory. In CRUZ, A. – CERRILLO CUENCA, E. – BUENO RAMÍREZ, P. – CANINAS, J. C. – BATATA, C. (eds.) – *Rendering Death: Ideological and Archaeological Narratives From Recent Prehistory (Iberia)*. Oxford: 125-138.
- VILAÇA, R. (2014b) – Ensaio sobre a região de Beja em torno do ano mil a.C.. Entre a tradição e a inovação. In VILAÇA, R. – SERRA, M. (eds.) – *Idade do Bronze no Sudoeste. Novas perspectivas sobre uma velha problemática*. Coimbra: 101-125.
- VILAÇA, R. (2017) – Da morte e seus rituais em finais da Idade do Bronze no Centro de Portugal: 20 anos de investigação. *Estudos Pré-Históricos*, XVII: 101-134.
- VILAÇA, R. – CRUZ, D. da – GONÇALVES, A. A. B. H. (1999) – A Necrópole de Tanchoal dos Patudos (Alpiarça, Santarém). *Conímbriga*, XXXVIII: 5-29. https://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_38_1
- VILHENA, J. (2006) – *O Sentido da Permanência. As Envolventes do Castro da Cola nos 2.º e 1.º Milénios a.C.* Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita.
- VILHENA, J. (2008) – As armas e os barões assinalados? Reflexões em torno das necrópoles monumentais do “Ferro de Ourique” (Sul de Portugal). In JIMÉNEZ ÁVILA, J. (coord.) – *Sidereum Ana I: El río Guadiana en Época Post-Orientalizante*. Madrid: 373-397.

A ocupação romana republicana do sítio de Eira da Alorna (Almeirim)

The Roman Republican occupation of Eira da Alorna (Almeirim)

JOÃO PIMENTA

Museu Nacional de Arqueologia

UNIARQ — Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras,
Universidade de Lisboa.

joaopimenta@mnaarqueologia.dgpc.pt

<https://orcid.org/0000-0001-5149-5566>

*Lusitânia querida! Se não choro
Vendo assim lacerado o teu terreno,
Não é de ingrata filha o dó pequeno;
Rebeldes julgo os ais, se te deploro.*

(Marquesa de Alorna, in *Reis*, 2015, p. 73)

RESUMO: A intensidade dos trabalhos agrícolas levados a efeito, desde há longas décadas, na Eira da Alorna, em Almeirim, tem contribuído para a destruição de este importante sítio arqueológico. O estudo dos abundantes materiais recuperados à superfície que temos vindo a desenvolver, permitem compreender não só a sua importância, mas também a sua longa diacronia de ocupação.

A primeira instalação humana data do final do Calcolítico, atestada pela presença de cerâmica campaniforme, destaca-se a ocupação durante a proto-história e em particular a sua ocupação sidérica que atravessa toda a Idade do Ferro. Os dados sobre a utilização deste espaço durante o período romano republicano são aqui trazidos à colação, analisados e discutidos.

A Eira da Alorna mereceu também ser avaliada, devidamente, no seu contexto regional, uma vez que se insere numa rede de povoamento, densa e contínua, que se implantou na margem esquerda do rio, e que mantém uma relação privilegiada e estreita com o núcleo urbano de *Scallabis*.

PALAVRAS-CHAVE: Povoamento, Conquista, Exército, Tejo, Comércio.

ABSTRACT: The intensity of agricultural work carried out for many decades in Eira da Alorna, Almeirim, has contributed to the destruction of this important archaeological site. The study of the abundant materials recovered from the surface that we have been developing allows us to understand not only their importance, but also their long period of occupation.

The first human installation dates from the end of the Chalcolithic, attested by the presence of pottery. Its occupation during proto-history stands out, and in particular its Iron Age occupation. Data on the use of this space during the Roman republican period are presented here, analyzed and discussed. Eira da Alorna also deserved to be evaluated, duly, in its regional context, since it is part of a dense and continuous settlement network, which was implanted on the left bank of the river, and which maintains a privileged and close relationship with the city of *Scallabis*.

KEYWORDS: Settlement, Conquest, Army, Tagus, Commerce.

1. INTRODUÇÃO

A estação arqueológica da Eira da Alorna, concelho e freguesia de Almeirim (Fig. 1), corresponde ao CNS N.º 2165. Desenvolve-se no topo e encostas de um amplo terraço quaternário do Tejo implantado sobre uma curva da vala de Alpiarça situado dentro da extensa quinta histórica da família Alorna, como o topónimo indica correspondia à zona de eira da propriedade (Figs. 2 e 3). A dispersão de materiais arqueológicos à superfície abrange uma área considerável que se estende ao longo de cerca de três hectares. Destaca-se a sua implantação mesmo em frente ao morro da alcáçova de Santarém, gozando de uma ampla visibilidade sobre o vale do Tejo.

As mais antigas referências ao valor arqueológico da Quinta de Alorna encontram-se no arquivo do Museu Nacional de Arqueologia, onde entre as notas arqueológicas presentes no Legado de José de Leite de Vasconcellos identifica-se uma breve referência a uma sua visita, datada de quatro de junho de 1916. “Exc. A Almeirim/4.VI.916. Com o S. Belford/e o Dr. Mateus Barbosa visitei/a vasta Quinta da Alorna onde/tem aparecido: machado de pedra, loiça/pré-histórica, numismas arábicos, loiça portug./ant., tudo no campo em escava/ções agrárias. Obtive de tudo.”

Fruto desta aquisição surge o primeiro estudo científico referindo a ocupação proto-histórica desta estação. Schubart (1971: 166) no âmbito de um trabalho de revisão sobre a cerâmica da Idade do Bronze tardio refere a existência de materiais com esta proveniência, depositados no Museu Nacional de Arqueologia. Posteriormente, Gustavo Marques e Gil Migueis de Andrade mencionam a Eira da Alorna, atribuindo-lhe o n.º 51 da lista de sítios inseridos no seu questionável conceito de cultura de Alpiarça (Marques – Andrade 1974). Nos anos oitenta do século passado, no contexto do levantamento da Carta Arqueológica do concelho de Almeirim, o sítio é referenciado e inventariado, tendo sido reconhecida, pela primeira vez, uma ocupação romana (Henriques 1982; 1987). Tendo em conta este inventário, José Quinteira realiza trabalhos de prospeção no local, no âmbito da sua dissertação de mestrado sobre o povoamento romano na área da cidade de *Scallabis*, interpretando e classificando a jazida como *Villa Romana* (Quinteira 1996: 113-114).



FIG. 1 Planta de localização do sítio de Eira da Alorna no mapa da Península Ibérica em geral e do vale do Tejo em particular.

Desde as últimas duas décadas do século XX que a Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim (A.D.P.H.C.A.) tem desenvolvido um papel relevante na recolha e inventariação dos mais remotos vestígios de ocupação do seu território, entre os quais se contam os da Eira da Alorna. A frutífera colaboração com esta instituição tem conduzido ao estudo e à divulgação das ricas coleções depositadas quer no Museu da A.D.P.H.C.A., quer no Museu Municipal de Almeirim (Pimenta – Henriques – Mendes 2012; Pimenta – Mendes – Henriques 2014).

Apesar de, como vimos, a riqueza arqueológica e a longa diacronia de ocupação de Eira da Alorna ter sido reconhecida e assinalada desde cedo, nunca houve no local qualquer intervenção arqueológica devidamente organizada que visasse o seu estudo integrado, que, assim, tarda em ser efetuado. Paralelamente mantém-se uma intensa exploração agrícola do local, com as consequentes destruições de um rico e diversificado património arqueológico.

No âmbito do Projecto FETE - Fenícios no Estuário do Tejo, efetuou-se um estudo detalhado dos prolíferos espólios pré-romanos com esta proveniência. Este trabalho veio trazer à colação a relevância desta estação e a sua forte relação durante a Idade do Bronze



FIG. 2 Localização da estação de Eira da Alorna na folha n.º 31A Santarém, da Carta Geológica de Portugal 1:50.000.



FIG. 3 Vista geral da implantação do sítio de Eira da Alorna, com a alcáçova de Santarém em plano de fundo. Fotografia Henrique Mendes.

Final e Idade do Ferro com a Alcáçova de Santarém (Pimenta *et al.* 2018). Por uma questão prática decidiu-se deixar para outro enquadramento o estudo do acervo de época romana. Parte da informação foi, recentemente, incluída num trabalho mais vasto que tem como intuito o estudo das dinâmicas de conquista romana do baixo Tejo e península de Lisboa (Pimenta 2022). Conquanto a relevância e dimensão dos dados merece a nosso ver um estudo específico que ora trazemos a público.

2. A OCUPAÇÃO ROMANO REPUBLICANA

Desde os primeiros estudos relativos a esta estação, ficou claro que o povoado de Eira da Alorna evidencia grande dinamismo e poder aquisitivo ao longo da Idade do Ferro, mas também, que este, alcança os primeiros momentos de contacto com o mundo romano entrando em interação com a nova potência conquistadora (Pimenta – Mendes – Henriques 2014). A relevância desta ocupação e a sua acuidade no âmbito da precoce presença militar romana na margem esquerda do Tejo foi recentemente apresentada tendo-se aí publicado os principais materiais que sustentam a cronologia do sítio (Pimenta 2022: 651-653).

Para uma correta discussão do significado do sítio, cronologia e possível interpretação decidi voltar ao conjunto artefactual depositado no Museu Municipal de Almeirim e no Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira (CEAX), fornecendo uma leitura geral da informação disponível à data.

Foi possível estudar um expressivo acervo de materiais cerâmicos, composto por ânforas, verniz negro Itálico, paredes finas e cerâmicas comuns, assim como um conjunto de numismas de prata e alguns artefactos líticos.

2.1. Os numismas

No Museu Municipal de Almeirim encontra-se depositado um conjunto de moedas recolhidas na Eira da Alorna em data indeterminada, mas que já aí se encontravam na década de setenta do século passado (Pimenta – Mendes – Henriques 2014: 287) (Fig. 4).

O conjunto é homogéneo podendo corresponder a um entesouramento romano republicano do qual

se preservou seis denários de prata. Apenas destoa nesta amostragem um exemplar, que aliás evidencia distinta patine, correspondendo a um Denário de NERVA – RIC 34 – 96-98 d.C. A presença deste numisma mais recente coincide com a provável ocupação da área da Quinta de Alorna como *Villa* durante o Principado (Quinteira 1996: 113-114). A presença de conjuntos de *terra sigillata* Gálica e Africana, ânforas de produção lusitana e bética, material de construção, mármore de revestimento e referência a mosaicos, numa área distinta da que ora nos ocupamos, situada mais perto do edifício setecentista da quinta da Alorna sustenta esta interpretação. Esperamos num futuro próximo apresentar estes elementos de forma circunstanciada.

Entre os seis denários itálicos republicanos, o mais antigo corresponde a um denário de C. Font - 114-113 a.C. (RRC, 290/1) (Fig. 4, n.º 1). O restante conjunto é mais tardio, de inícios do séc. I a.C., sendo da primeira década o denário de Q. TITI., de 90 a.C. (RRC, 341/1) (Fig. 4, n.º 2) e o de L.PISO L.F.L.N. FRVGI, datável de 90 a.C. (RRC, 340/1) (Fig. 4, n.º 4). Imediatamente posterior a estes é o denário de L.TITVRI LF. SABINVS datado de 89 a.C. (RRC, 344/2B) (Fig. 4, n.º 3) seguido do de L.CENSOR datável de 82 a.C. (RRC, 363/1d) (Fig. 4, n.º 5). O mais recente é o denário de L. LUCRETI TRIO datado de 76 a.C. (RRC, 390/1) (Fig. 4, n.º 6) (Crawford 1974).

O conjunto de seis denários romano republicanos recolhidos em Eira da Alorna e depositados no Museu de Almeirim foram cunhados num período de tempo que vai de 114 a 76 a.C., com esta última data a ser balizada por um exemplar de L. LUCRETI TRIO datado de 76 a.C. (RRC, 390/1). A confirmar-se a possibilidade de esta peça representar efetivamente o exemplar mais recente do depósito, o que temos que admitir não é de todo seguro, teríamos aqui um *terminus post quem* para a realização da ocultação. Poderemos assim, estar na presença de um conjunto monetário hipoteticamente integrável no grupo das deposições registadas na faixa litoral entre os rios Douro e o Tejo associáveis ao conflito sertoriano (82-72 a.C.) (Ruivo 1997; Barbosa 1998-2002; Blázquez Cerrato, 2002; Ruivo *et al.* 2015). Não podemos deixar de sublinhar a concentração deste tipo de depósitos na zona do baixo Tejo e em particular na zona em torno de Santarém (Pimenta 2022: 699, Fig. 176).



FIG. 4 Conjunto de denários depositados no Museu Municipal de Almeirim.

2.2. As cerâmicas de mesa

Como é usual em sítios resultantes de recolhas de superfície, os materiais em depósito são parcos em cerâmicas de mesa. Porém, entre o acervo proveniente de Eira da Alorna, preserva-se um pequeno, mas coerente, conjunto de verniz negro itálico, de imitações de campaniense em pasta cinzenta, e de cerâmica de paredes finas.

O conjunto de verniz negro itálico é constituído por seis fragmentos de produções napolitanas (campaniense A), sendo que cinco são paredes de taças, ainda que inclassificáveis no que diz respeito à sua tipologia e o outro elemento um fragmento bem preservado de taça da forma Lamboglia 31 (Fig. 5, E.Al. 611) (Lamboglia 1952). Esta taça evidencia um verniz negro espesso e bem aderente com reflexo metálico, apresentando do lado interno uma linha paralela ao lábio com pintura a branco. Este tipo de decoração é característico destas produções de verniz negro, estando normalmente associado à sua fase clássica média (180-100 a.C.) (Principal – Ribera i Lacomba 2013: 115). No vale do Tejo as decorações pintadas em campaniense são raras e encontram-se associadas aos primeiros momentos da fase da conquista romana (Soria 2018).

A par destas produções, identificam-se alguns fragmentos de imitação de verniz negro itálico em pasta cinzenta. Encontram-se entre o acervo analisado cinco

fragmentos destas produções, sendo que quatro são paredes e o outro, parte de um bocal com carena de uma taça da forma Lamb. 27 (F. 2650) (Morel 1981). Durante o período romano republicano deteta-se na maior parte da Península Ibérica a existência de produções cerâmicas que imitam os serviços de verniz negro ditos universais, em pastas cinzentas com ou sem verniz (Adroher Auroux 2014: 284). Cronologicamente estas imitações parecem difundir-se num momento tardio do processo de conquista, sendo assim um elemento cronológico relevante para a discussão da datação da ocupação do sítio em análise (Roca Roumens – Principal i Ponce 2007).

As cerâmicas de paredes finas estão atestadas por dois fragmentos de bocal e um fundo de pé destacado. A análise macroscópica permite identificar dois grupos de fabrico, correspondendo aparentemente a duas distintas proveniências:

O fragmento de bocal E.Al. 609 da forma 2 de Mayet e o fundo E.Al. 610, da forma Mayet 3 (Fig. 5) (Mayet 1980), correspondem ao grupo de fabrico 3 das produções itálicas de paredes finas definido para o Monte dos Castelinhos (Pimenta 2022: 184). Caracteriza-se por uma pasta dura e de tato áspero, bem depurada com escassos elementos não plásticos. Identificam-se: minerais translúcidos ou opacos, calcites e feldspatos, minerais negros, micas douradas e elementos ferruginosos. A cor da pasta apresenta-se de tom cinzento

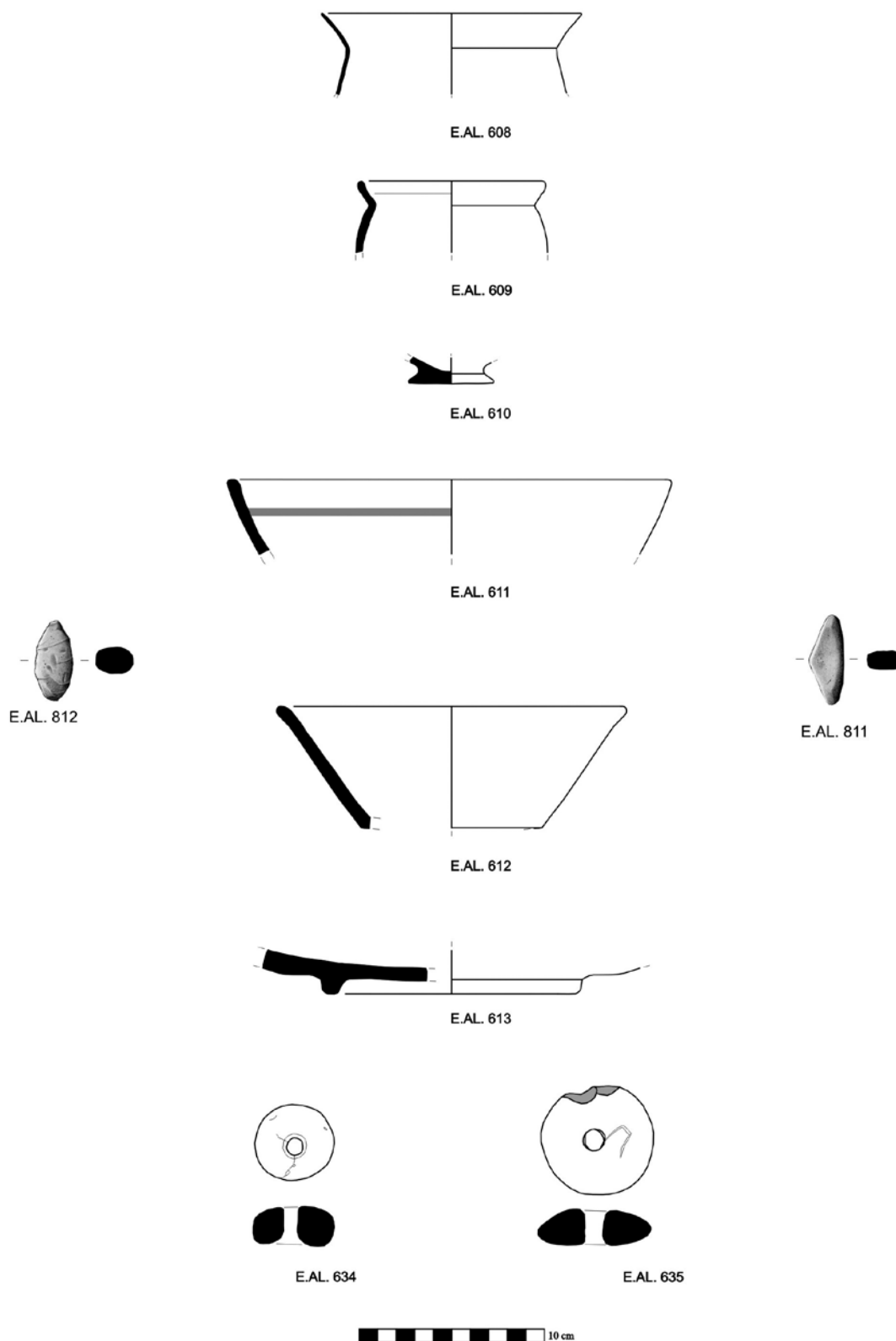


FIG. 5 Cerâmica de paredes finas (E.AL. 606, 609 e 610); verniz negro itálico (E.AL. 611); imitação de verniz negro itálico em pasta cinzenta (E.AL. 612); fundo de almofariz importado (E.AL. 613); cossoiros (E.AL. 634 e 635); projeteis de funda em calcário (E.AL. 812 e 811).

(Muns. Gley 2 3/10). Superfície externa apenas alisada ou com acabamento polido do tom da pasta. Este grupo apresenta fortes similitudes com as descrições realizadas para as produções do Vale Centro-Occidental do Vale do Pó (Ricci 1985: 348), sendo possível supor esta proveniência. A forma 2 de Mayet apresenta uma cronologia de produção e circulação que se estende desde o primeiro quartel do século II a.C. até cerca de 20 a.C. (Passelac 1993: 512-513). O início da produção do copo da forma 3 de Mayet, encontra-se atestado em finais do século II a.C., contudo, esta forma parece típica do século I a.C., em particular encontra-se bem atestada em contextos da segunda metade do século I a.C. (López Mullor 2013: 157).

O fragmento de bocal E.Al. 608 da forma Mayet 8 (Mayet 1980) insere-se no grupo de fabrico 4 de Monte dos Castelinhos (Pimenta 2022: 185). Individualizando-se com uma pasta calcária, pulverulenta, branda e homogénea, bem depurada com escassos elementos não plásticos. Identificam-se: micas brancas, elementos ferruginosos, elementos de *grog* e areias de quartzo. A cor da pasta apresenta-se de tom bege (Muns. 10 YR 8/3). Superfície externa encontra-se apenas alisada do tom da pasta. Este grupo apresenta fortes similitudes com as descrições realizadas para as produções da área do Sudoeste da *Uterior*, possivelmente da área da baía de Cádiz ou do baixo vale do Guadalquivir (Reinoso del Rio 2004). A forma 8 de Mayet encontra-se normalmente associada a contextos datados do principado de Augusto (Arruda – Sousa 2003: 261). Os estudos dos conjuntos de paredes finas do Castelo da Lousa e do Monte dos Castelinhos vieram indiretamente apontar um início das produções desta região para uma fase anterior ao que então era suposto (Morais 2010: 160; Pimenta 2022: 184). Hipótese que se encontra atestada para a área da cidade de Granada, onde foi identificado um centro produtor de cerâmica de paredes finas com produção atestada precisamente em finais no século I a.C. (Ruiz Montes *et al.* 2013: 307-316).

2.3. As ânforas

Os característicos contentores de transporte de produtos alimentares encontram-se particularmente bem documentados. Identifica-se entre o acervo, um total de cento e vinte e três fragmentos. A análise macroscópica permite identificar três grandes macro-regiões: A península itálica, o Norte de África e o Sul

peninsular, em concreto a baía de Cádiz. O posterior estudo e registo gráfico dos elementos que permitem uma classificação formal conduziu a uma análise do número mínimo de indivíduos, correspondendo estes a trinta e dois.

As ânforas são dominadas por importações de contentores vinários itálicos do tipo greco-itálico e Dressel 1 (Fig. 6), surgindo estas a par dos envases de preparados piscícolas da área da baía gaditana do Tipo 7.4.3.2. - 7.4.3.3. (Mañá C2B) (Fig. 7). A aduzir a este quadro de importações, atesta-se ainda a presença de exemplares de ânforas oleícolas provenientes do Norte de África da forma Africana antiga (Fig. 6, E.Al. 164 e 603).

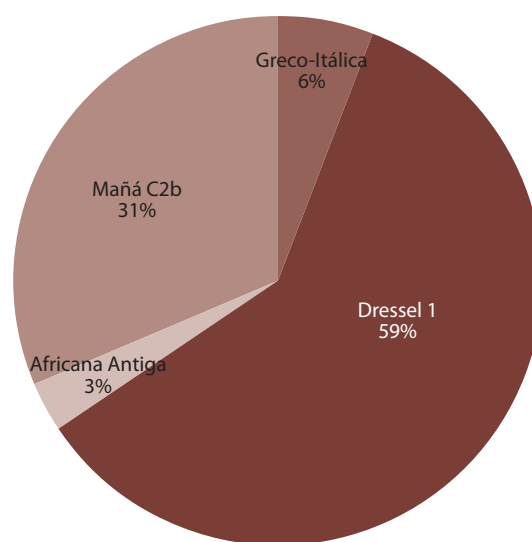


GRÁFICO 1 Análise do Número Mínimo de Indivíduos de ânforas.

Começando pelas importações centro mediterrânicas. A chegada à fachada atlântica de ânforas vinícolas e, em menor escala, de ânforas oleícolas produzidas na Península Itálica em meados do terceiro quartel do século II a.C., corresponde a uma dinâmica comercial bem conhecida, sendo diretamente relacionado com o processo de conquista romana e com a presença de contingentes militares itálicos (Fabião 1998). É importante sublinhar e em particular num sítio como Eira da Alorna com uma bem atestada ocupação proto-histórica (Pimenta *et al.* 2018), que não existe qualquer tradição comercial com o mediterrâneo central, que anteceda estas importações em larga escala, sendo estas indelevelmente conotadas com as dinâmicas de conquista do território peninsular e com

circuitos de abastecimento aos exércitos (Fabião 1989: 121-125; Fabião 1998: 175-176; Arruda – Almeida 1999; Pimenta 2005; Bargão 2006).

No presente conjunto foram identificados sessenta e dois fragmentos oriundos da península itálica (19 fragmentos de bordo, 25 arranques de asas/asas, 14 colos e 6 fundos), que correspondem a um NMI de dezanove Indivíduos o que representa 52% do total da amostra e 65% do total de NMI.

Dois bocais correspondem a modelos tardios da forma greco-itálica (Fig. 6, E.AL. 511 e 600). No território atual português estas ânforas são raras, surgindo associadas a contextos da segunda metade do século II a.C. conotados com âmbito de difusão militar, constituindo-se como um importante elemento na caracterização cronológica dos contextos estratigráficos (Pimenta 2005). Sublinha-se na sua difusão, recentemente revista (Filipe 2018: 294-298), o peso que estes modelos têm na bacia do rio Tejo, podendo esta leitura estar de acordo com as referências de Estrabão ao papel que esta região teve no apoio à campanha de Décimo Júnio Bruto.

Os restantes elementos que permitiram caracterização formal integram-se na forma 1 de Dressel (Fig. 6). Estes característicos contentores vinários evidenciam uma ampla difusão por todo o mediterrâneo ocidental. No território peninsular a sua difusão atesta a progressiva penetração dos interesses de Roma e das dinâmicas da conquista e consolidação dos novos territórios provinciais (Arruda – Almeida 1999). Na fachada atlântica a sua presença estende-se do Algarve até à Galiza (Pimenta 2005; para uma recente reavaliação da sua cartografia, ver síntese da sua distribuição em Portugal em Filipe 2018: 300-302).

O forte peso das importações da península itálica, no cômputo geral, vem ao encontro da representatividade bem conhecida da comercialização destes modelos na fachada atlântica, nomeadamente nas principais bacias hidrográficas, e em particular no vale do Tejo durante o período romano republicano. Com o seu expoente em sítios como Lisboa (Pimenta 2005; Filipe 2018); Porto do Sabugueiro (Pimenta – Mendes 2008; 2013; Pimenta *et al.* 2014); Chões de Alpompe (Fabião 1989; Diogo – Trindade 1993-1994; Pimenta – Arruda 2014) e Santarém (Bargão 2006).

A importação de azeite da área Norte Africana, em concreto da faixa Líbio-Tunisina, está documentada

pela presença de um bocal e um fundo de ânforas oleícolas denominadas como Africanas antigas (Capelli – Contino 2013), correspondendo a 3% dos NMI identificados em Eira da Alorna (Fig. 6, E.AL. 164 e 603). Estas ânforas evidenciam um bordo ligeiramente esvasado, lábios verticais de secção triangular, ligeiramente oblíquos e moldurados com diâmetros entre os 12 e os 15 cm. As asas são curtas, arrancando abaixo do lábio, e apresentam secção ovoide ou circular. O colo é pouco pronunciado, de secção troncocónica, de onde parte o corpo com tendência cilíndrica, terminando num fundo em botão. Apresentam uma altura entre os 60 e os 65 cm, um diâmetro máximo de 35 cm e uma grande capacidade variável entre os 42 e os 49 litros (Benquet – Olmer 2002; Bonifay 2005). Individualizados pela primeira vez por Empereur e Hesnard (1987), o seu estudo só recentemente mereceu a atenção dos investigadores (Pascual Berlanga – Ribera i Lacomba 2002), deixando antever uma inusitada difusão que permitiu reavaliar a importância da sua comercialização em época republicana. No território português, o evoluir da investigação tem trazido a público diversos conjuntos anfóricos de cronologia romana republicana, onde estes contentores se encontram atestados, permitindo hoje uma mais ampla visão da sua distribuição (compare-se a cartografia de Pimenta 2005, com Mateo Corredor 2012; 2016, e com Filipe 2018). No Vale do Tejo surgem documentadas em Lisboa, em contextos bem datados do século II a.C. (Pimenta 2005; 2014; Filipe 2018), em Santarém, nas escavações da antiga Alcáçova (Almeida – Arruda 2005; Bargão 2006); em Porto do Sabugueiro (Pimenta 2022) e nos Chões de Alpompe – Santarém (Pimenta – Arruda 2014).

As características ânforas piscícolas do tipo T-7.4.3.2. e 7.4.3.3. (Mañá C2B) encontram-se particularmente bem representadas, indo de encontro ao que se conhece para a sua comercialização no confinante morro da Alcáçova de Santarém (Arruda – Almeida 1998). Individualizam-se por um amplo bocal virado para o exterior, com complexos lábios moldurados. O corpo evidencia uma morfologia cilíndrica com cerca de um metro de altura, terminando num bico, normalmente oco, muito pronunciado. As asas são anelares, de secção circular ou ovoide, arrancando da zona de transição entre o corpo e o colo (Ramon Torres 1995; García Vargas 1998; Sáez Romero *et al.* 2016).

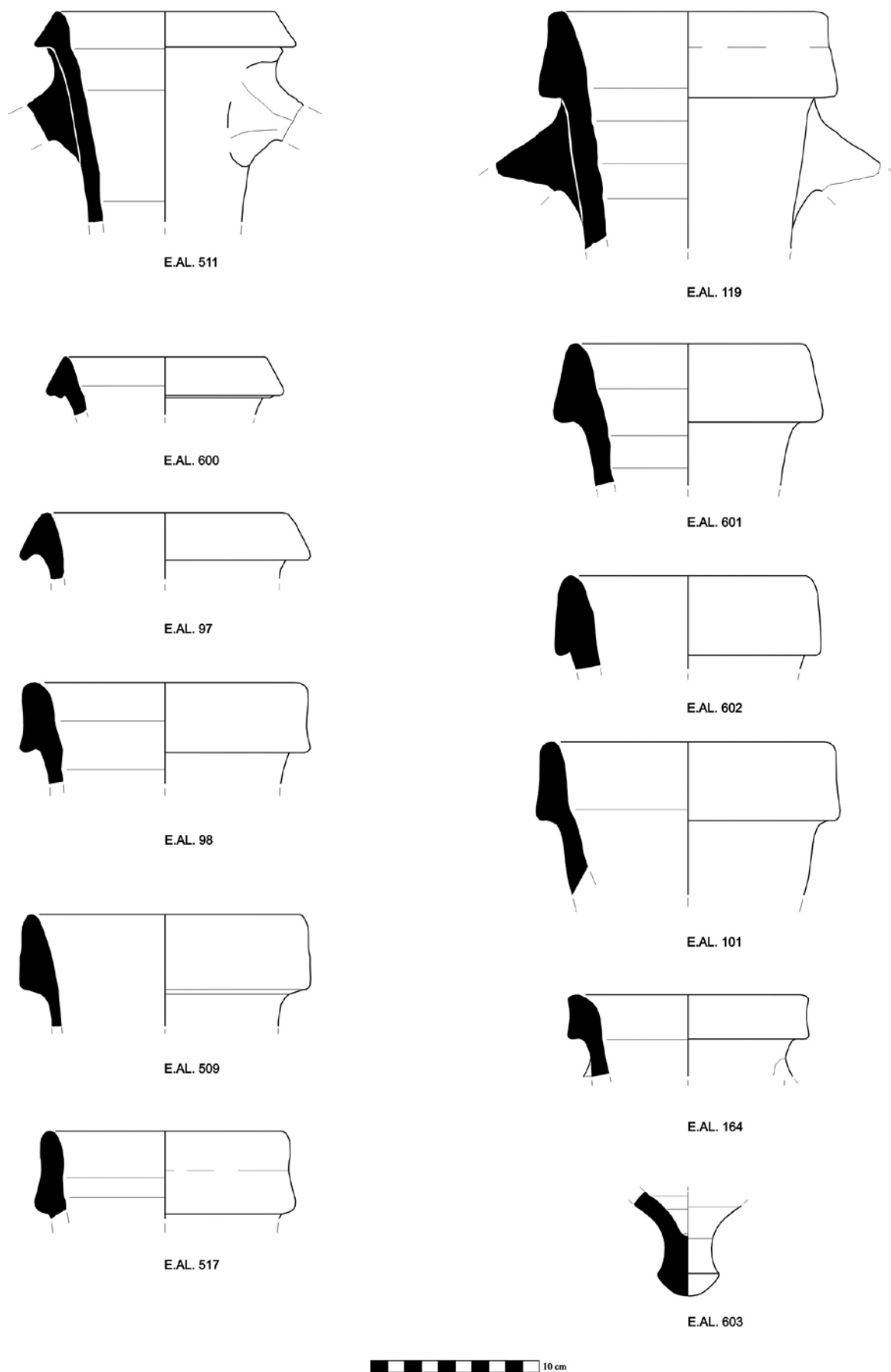


FIG. 6 Ânforas vinárias itálicas e dois exemplares de proveniência do Norte de África da forma Africana antiga (E.AL. 164 e 603).

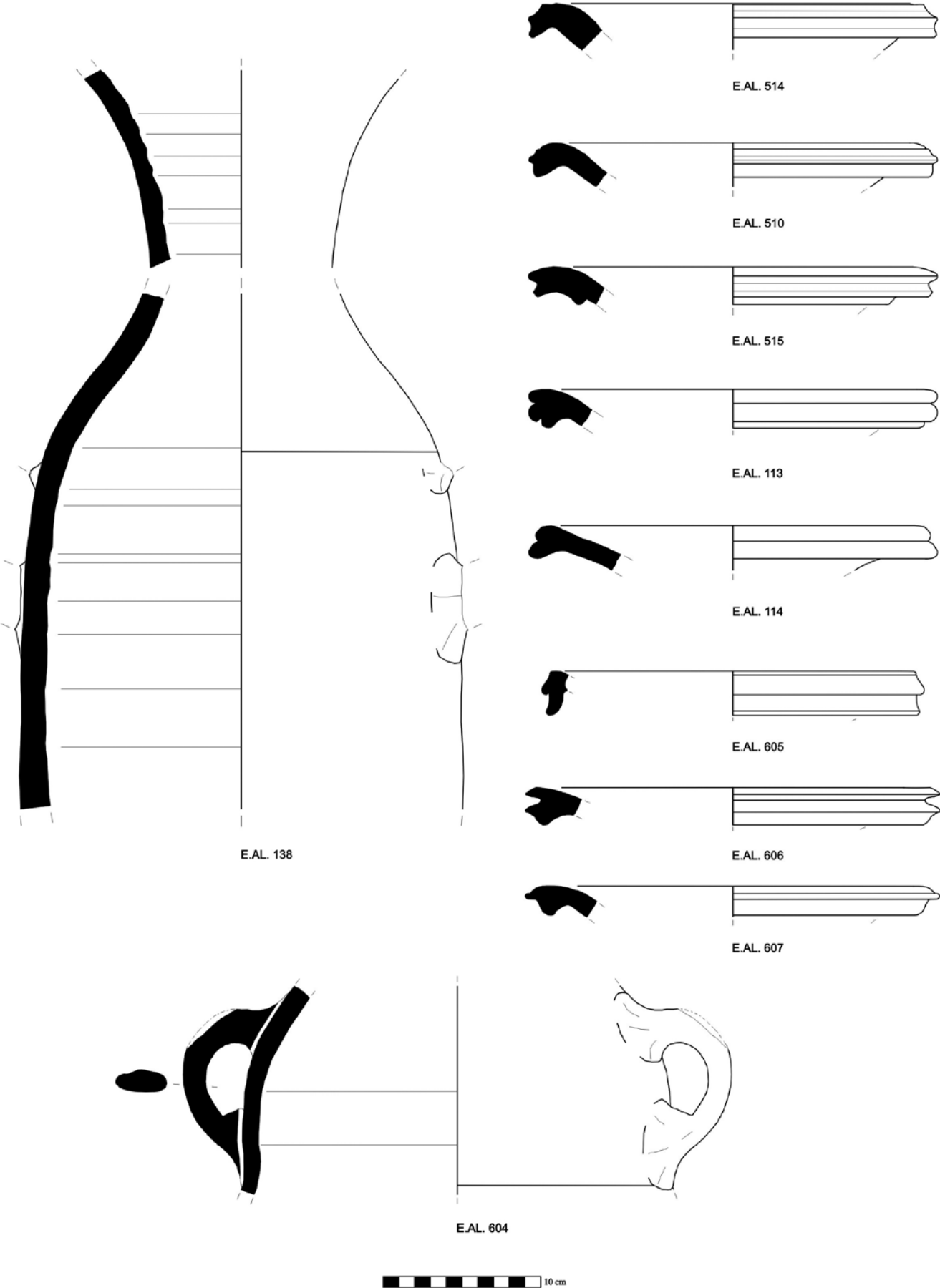


FIG. 7 Ânforas de preparados piscícolas Tipo 7.4.3.2. - 7.4.3.3. (Mañá C2B).

Entre o conjunto de ânforas recolhidas em Eira da Alorna, este tipo, encontra-se atestado por cinquenta e sete fragmentos classificáveis após colagens exaustivas, correspondendo a um NMI de dez, o que equivale a 31% do total de NMI (Fig. 7). Destaca-se e em particular num conjunto resultante de recolhas de superfície, a presença de diversos exemplares com colagem que permitiram reconstituição parcial ou integral (Fig. 7, E. Al. 138 e 604).

O panorama da distribuição das ânforas deste tipo no território atual Português, apresentado recentemente (Filipe 2018), permite observar a ampla distribuição desta forma e testemunhar os principais ritmos da sua comercialização. Apresenta uma larga difusão litoral, desde o vale do Guadiana ao vale do Rio Mondego, com algumas penetrações para o interior acompanhando as principais vias de entrada naturais. A concentração que a sua distribuição, apresenta no vale do Tejo e baixo Sado, não deixa de ser expressiva, explicitando o papel que o grande centro portuário da foz do Tejo deve ter assumido na sua distribuição. Não posso deixar de salientar que o número de ânforas deste tipo identificado no baixo Tejo, nomeadamente na Alcáçova de Santarém (Arruda – Almeida 1998; Arruda – Viegas – Bargão 2005), Chões de Alpompe (Diogo – Trindade 1993-1994; Pimenta – Arruda 2014), Lisboa (Pimenta 2007; Filipe 2018) e Chibanes (Pimenta 2021) apresentam uma representatividade, que apenas encontra paralelos no extremo ocidente peninsular na distribuição das ânforas vinárias itálicas.

O conjunto de ânforas de Eira da Alorna merece ainda um breve comentário: apesar de se tratar de uma mostragem não controlada, entenda-se resultante de recolhas não sistemáticas ao longo do tempo, afigura-se como coerente, quer do ponto de vista de conjunto, quer de enquadramento cronológico. A associação entre ânforas vinárias itálicas, contentores de preparados piscícolas da área do estreito de Gibraltar e ânforas oleícolas Norte Africanas configura um panorama coeso. Este encontra bom paralelo do outro lado do rio Tejo quer na alcáçova de Santarém (Bargão 2006), quer nos Chões de Alpompe (Pimenta – Arruda 2014). Estaríamos assim perante elementos que sustentam uma atribuição cronológica centrada no último quartel do século II a.C. e primeira metade do I a.C. Julgo ser de ter presente, por ter acuidade cronológica, a ausência de qualquer fragmento de ânfora dos modelos ovóides do vale do Guadalquivir. Este elemento é obviamente

pouco sólido, face à ausência de coordenadas estratigráficas para o conjunto. Porém, não deixa de ser um facto interessante, face à onipresença destes modelos do sudoeste da província da *Ulterior* quer na Alcáçova de Santarém, em contextos já de inícios da segunda metade do século I a.C. (Almeida 2008) quer no acampamento de Alto dos Cacos, Almeirim (Almeida – Pimenta 2018). Este registo recorda assim, a leitura que se têm vindo a consolidar de sítios como os Chões de Alpompe e o Porto do Sabugueiro, onde os expressivos conjuntos anfóricos remetem para um panorama similar.

2.4. A cerâmica comum

A par com os grupos artefactuais acima descritos foi recolhido um vasto e heterógeno grupo de cerâmicas, designadas como comuns e que atestam diversas atividades de cariz quotidiano das comunidades que utilizaram este espaço durante o período em análise. A amostragem de cerâmica comum entre o acervo de Eira da Alorna é significativo contabilizando-se cento e vinte e quatro fragmentos (88 NMI).

O conjunto é essencialmente constituído por grandes recipientes de produção regional do vale do Tejo, contudo alguns elementos de cerâmica comum, importada encontram-se atestados.

Entre estes, apenas foi possível identificar formalmente um exemplar. Trata-se de fragmento de fundo de almofariz de pé em anel evidenciando uma pasta calcária, cujas características de composição, cozedura e acabamento permitem propor uma proveniência exógena, possivelmente de produção do sul peninsular, da área do baixo Guadalquivir (Fig. 5, E. Al. 613).

Nos últimos anos têm vindo a multiplicar-se o registo da presença de peças de cerâmica comum importada da *Ulterior*/Bética em contextos enquadrados entre o final da república e o principado de Augusto, sublinhando a relevância destas produções (Pimenta 2022: 360). Este ativo comércio tem vindo a ser entendido, como sendo, um complemento ao comércio de ânforas das mesmas regiões, circulando assim no porão dos navios como carga “parasitária” ao transporte de artigos alimentares (Pinto – Morais 2007). Os almofarizes inserem-se no grupo de cerâmica de cozinha destinado à preparação de alimentos. O almofariz, em latim *mortarium*, era usado para macerar, triturar e amassar tudo o que fosse necessário para o que se pretendia cozinhar (Peinado Espinosa

2011). Esta tipologia de recipientes encontra-se bem documentada na fachada atlântica, e em particular no vale do Tejo (Quaresma 1995-1997; 2006; Arruda – Viegas 2004; Pimenta – Henriques – Mendes 2012; Pimenta – Mendes – Correia 2016/2017; Pimenta 2022), atestando a adoção de novos hábitos de matriz mediterrânica decorrentes das dinâmicas de conquista romana. Inserem-se no grupo de recipientes abertos, caracterizando-se pelos seus amplos diâmetros, bordos moldurados, pautados por um bico vertedor, paredes obliquas marcadas por estrias internas, e fundo de pé em anel (Pinto 2003: 83). Tendo em conta o estado de preservação do exemplar em apreço não é possível a sua classificação nas tipologias desenvolvidas recentemente sobre estes modelos formais.

Como referimos, o conjunto é dominado por peças cujo fabrico tendo em contas as características geológicas dos seus componentes, evidencia uma proveniência local ou regional no baixo Tejo, que individualizámos em dois grandes grupos de fabrico.

Grupo 1

Caracteriza-se por pastas de matriz não-calcária, cozidas em modo A, compactas, medianamente depuradas apresentando fratura irregular. Os elementos não plásticos são abundantes e bem distribuídos (cerca de 20%), compostos por calcites, quartzos de grande dimensão, raras palhetas de moscovite, elementos ferruginosos, micas douradas e elementos de cerâmica moída. As suas tonalidades variam entre o castanho avermelhado (Muns. 2.5 YR 6/7) e o castanho (Muns. 5 YR 6/6).

Este grupo é predominante no conjunto, integrando 81% (100 fragmentos).

Grupo 2

Individualiza-se por pastas de matriz não-calcária, igualmente cozidas em modo A, compactas, depuradas, apresentam fratura regular. Os elementos não plásticos são escassos e bem distribuídos (cerca de 5% a 10%), constituídos por quartzos subrolados de dimensão variável, palhetas de moscovite pequenas e elementos rochosos angulosos de coloração avermelhada. As suas tonalidades variam entre o castanho amarelado (Muns. 7.5 YR 8/5) e o castanho (Muns. 7.5 YR 5/7).

Este grupo compõe 19% do conjunto (23 fragmentos).

Entre as cerâmicas de cariz regional, destaca-se a representatividade esmagadora (66 NMI, equivalendo a 75% do conjunto), dos grandes contentores de armazenamento do tipo Talha. Sob esta designação engloba-se um vasto conjunto de grandes recipientes de armazenagem, que tanto poderiam servir para armazenar líquidos, (água, vinho ou azeite) como sólidos (cereais, leguminosas...). Morfologicamente evidenciam bocais amplos e diversificados (entre os vinte e cinco e os quarenta centímetros), e um perfil globular ou troncocónico alongado. Os fundos apresentam-se normalmente reforçados com um característico ressalto externo (Figs. 8 e 9).

Tendo em conta o tipo de bocais identificados, estes enquadram-se nos Tipos 1 (Fig. 8 e 9, E.Al. 429 a 624) e 8 (Fig. 9, E.Al. 635) da tipologia das talhas de Monte dos Castelinhos (Pimenta 2022: 329). As mesmas morfologias encontram-se documentadas nos níveis romano republicanos de Chibanes, Palmela onde foram enquadrados no Tipo 7 (Sousa – Pereira 2021: 160-161); nos Chões de Alpompe (Pimenta – Arruda 2014: Fig. 7); Alto do Castelo, Alpiarça (Pimenta 2022: Vol 2, Est. 188); Alto dos Cacos, Almeirim (Pimenta – Mendes – Henriques 2014: Fig. 14); no Porto do Sabugueiro, Salvaterra de Magos (Pimenta – Mendes 2008: Fig. 13); no Castro de São Martinho, Rio Maior (Pimenta 2022: Vol 2, Est. 199); no Outeiro da Assenta, Óbidos (Cardoso – Martins 2009: Fig. 57 a 63); no sítio do Castelo, Arruda dos Vinhos (Pimenta 2022: Vol 2, Est. 169), etc.

Por último, identificou-se um pequeno fragmento de parede de talha com decoração estampilhada, preservando-se uma palmeta e arranque de outra (Fig. 10. E. Al. 386). Este tipo de estampilha encontra-se bem documentado no sul do território português (Arnaud – Gamito 1974-1977: Fig. 9 e V). Não é clara a atribuição cronológica deste fragmento entenda-se tanto pode corresponder à ocupação pré-romana do sítio como inserir-se na fase romano republicana. Porém, tendo em conta os dados estratigráficos do vale do Tejo, quer na alcáçova de Santarém, quer em Lisboa, as cerâmicas estampilhadas encontram-se associadas já à fase da conquista (Arruda 1999-2000; Pimenta 2005).

Os recipientes de tipo bacia/alguidares encontram-se documentados por 5 NMI equivalendo a 7% do total de indivíduos representados. Esta forma abarca um conjunto de recipientes abertos, altos e fundos de

dimensões variáveis. Funcionalmente estes recipientes seriam utilizados para diversas funções, como a preparação de alimentos e atividades de higiene pessoal.

Identificam-se dois modelos distintos. O primeiro corresponde a um amplo recipiente de lábio arredondado e carena externa bem vincada caracterizando-se por paredes muito espessas e um alisamento cuidadoso da sua superfície interna (Fig. 10, E.AL. 629). Este tipo

de bacia/alguidar encontra-se representado no vale do Tejo no povoado pré-romano de Castanheira do Ribatejo, Vila Franca de Xira (Pimenta – Mendes – Madeira 2009: Fig. 8, n.º 40), e no Porto do Sabugueiro, Salvaterra de Magos (Pimenta – Mendes 2008). Esta morfologia encontra-se bem identificada em sítios arqueológicos da segunda metade do primeiro milénio a.C. no sul do território português encontrando bons paralelos

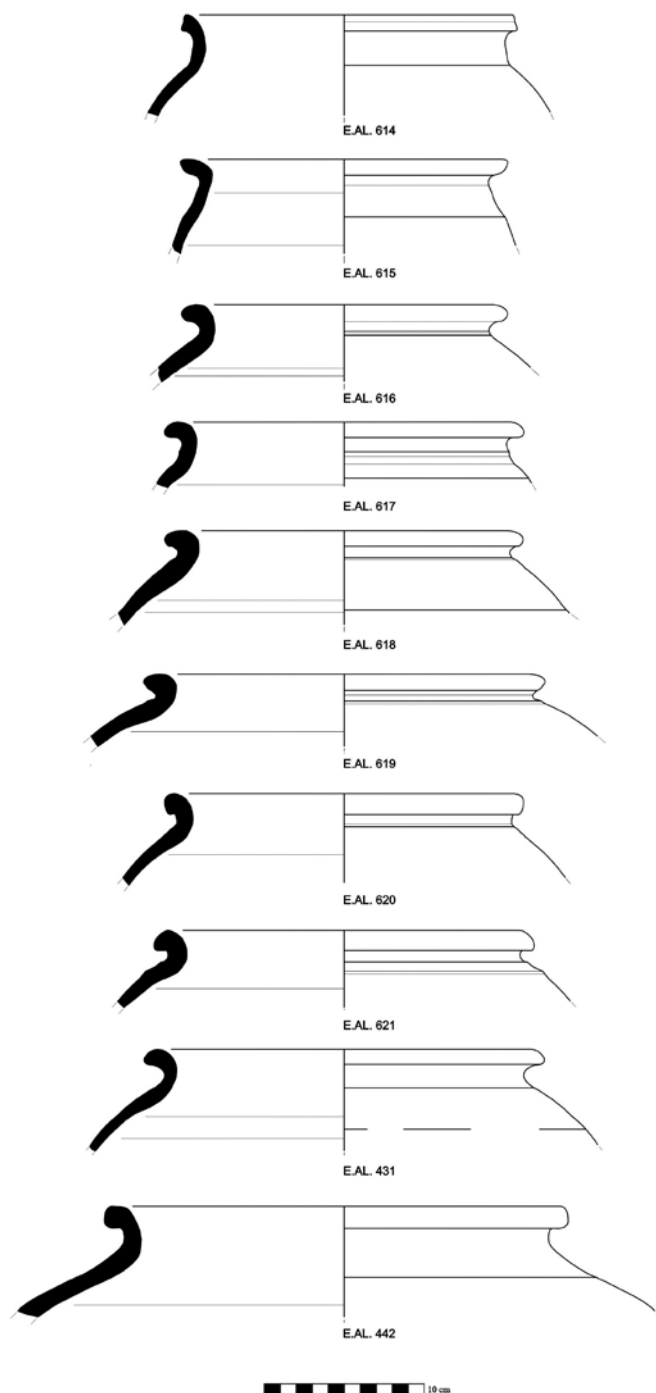


FIG. 8 Grandes contentores de armazenamento em cerâmica comum.

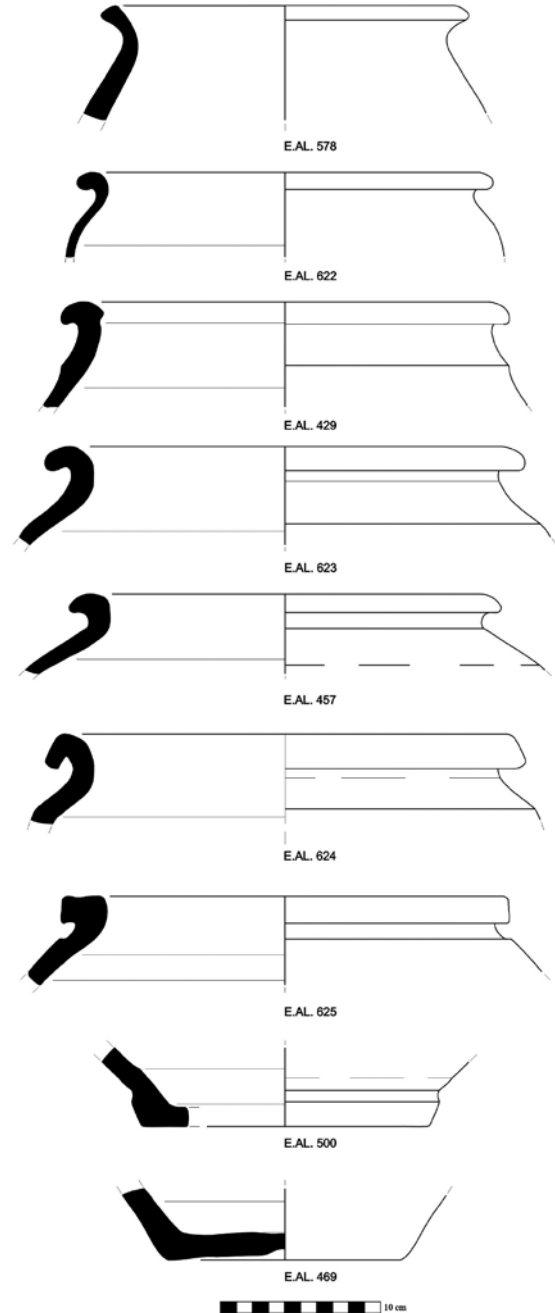


FIG. 9 Grandes contentores de armazenamento em cerâmica comum.

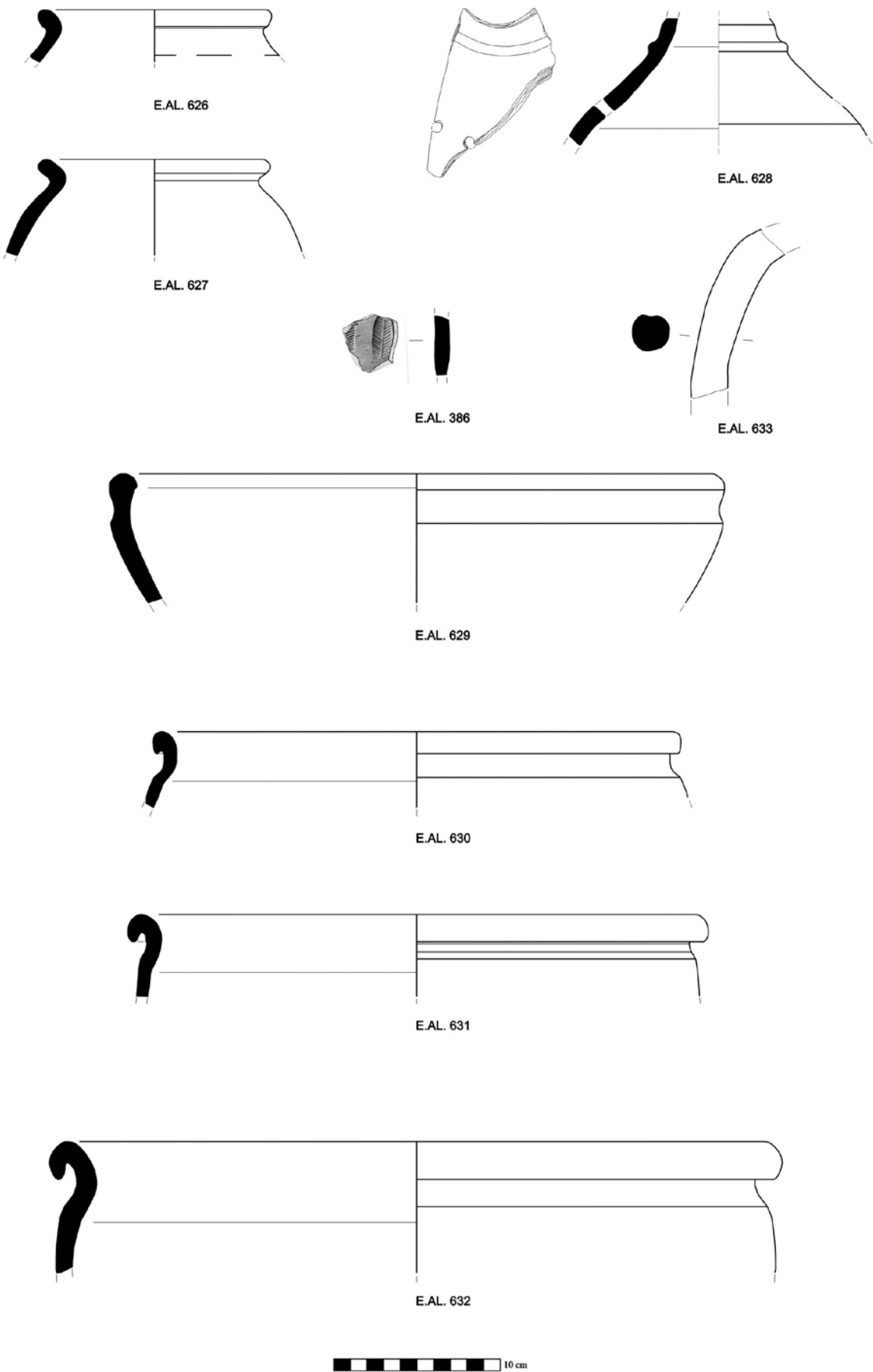


FIG. 10 Cerâmica comum.

em níveis bem datados do século III a.C. pela presença de cerâmica “Tipo Kuass” no Algarve, em particular no Castelo de Castro Marim e no núcleo histórico de Faro (Sousa 2009: 95; Est. LVI, em particular os n.º 439 e 441; Est. LXXI, n.º 554). O segundo modelo de bacia/alguídar caracteriza-se pelo perfil marcadamente carenado, sendo as paredes de tendência vertical, conferindo um aspeto mais cilíndrico ao recipiente (Fig. 10, E.Al. 630, 631 e 632). Formas idênticas encontram-se bem documentadas no povoado fortificado de Chibanes, Palmela onde foram enquadrados no Tipo 3.A (Sousa – Pereira 2021: 158-159). Este tipo encontra-se igualmente presente no baixo Tejo, no sítio do Castelo, Arruda dos Vinhos (Pimenta 2022: vol. 2, Est. 169, n.º 1731). Sendo uma presença bem representada nos níveis republicanos do sul do território português (Pinto – Schmitt 2010; Sousa – Arruda 2014; Sousa – Pereira – Alves 2015).

De forma pouco usual em Eira da Alorna o grupo dos Potes/Paneles encontra-se escassamente representado. Apenas se encontra entre o acervo doze fragmentos que se podem associar a esta categoria, equivalendo a 14% do conjunto de NMI. Sendo que destes apenas foi possível reconstituir graficamente dois exemplares (Fig. 10, E.Al. 626 e 627). Este modelo pode ser enquadrado no tipo 5.2 da tipologia de cerâmica comum do Monte dos Castelinhos (Pimenta 2022: 303).

Entre o conjunto de cerâmica cinzenta fina que podemos associar a esta fase, identificaram-se três fragmentos que interpretamos como jarros (Fig. 10, E. Al. 628 e 633). Na zona da Península de Lisboa e baixo Tejo, apesar de não serem abundantes, encontra-se atestada uma tradição de produção e circulação de jarros em cerâmica cinzenta com uma característica decoração em retícula brunida (Pimenta 2022: 350).

Recolheram-se ainda duas peças que podemos associar à atividade de fiação, correspondendo a dois cossoiros (Fig. 5, E.Al. 634 e 635).

2.5. Projéteis de calcário

Entre o vasto conjunto de materiais recolhidos em Eira da Alorna preservam-se duas peças em calcário de complexo enquadramento (Fig. 5, E.Al. 812 e 811). A sua dimensão, morfologia e peso remetem para o mundo dos projéteis de funda romano republicanos, particularmente devido a serem em tudo idênticos às glandes de chumbo. Contudo, numa primeira análise, tendo em conta a ausência de contexto estratigráfico

tornar a sua interpretação problemática hesitou-se em as incluir neste trabalho. Optou-se por as aqui apresentar ainda que deixando a interrogação em relação à sua interpretação. As peças foram intencionalmente afeiçoadas sendo talhadas e polidas, com o intuito de lhes configurar uma forma bicónica. A associação de projéteis de pedra a espaços de índole militar romano é desde há muito conhecido, recordando-se para o extremo ocidente peninsular o caso do acampamento da Lomba do Canho, Arganil onde surgem projéteis similares aos aqui descritos (Guerra 1987: Fig. 4). O baixo Tejo evidencia uma particular concentração de projéteis de funda em chumbo reveladores da sua importância nas dinâmicas da estratégia de Roma no ocidente peninsular (Guerra – Pimenta 2013). Até ao momento desconhecemos a execução de projéteis de funda em pedra, ainda que sejam conhecidos outros exemplares, especificamente de projéteis de artilharia em calcário em ambos os casos de neurobalística (Pimenta 2022: 430).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão do conjunto de dados disponíveis sobre a ocupação romana republicana do sítio de Eira da Alorna, vêm reforçar a importância desta estação arqueológica, tornando imperioso a sua proteção, salvaguarda e estudo. Apenas a realização de trabalhos arqueológicos inseridos num programa de estudos bem estruturado poderá vir fornecer coordenadas estratigráficas a este conjunto de evidências. O contínuo uso destes terrenos para fins agrícolas, (atualmente encontra-se ocupado com uma vinha), tem consequências para o seu subsolo. Trata-se de um arquivo único, de um espaço que foi utilizado desde o Calcolítico, com forte presença durante a proto-história até à fase que nos ocupamos.

Os elementos que aqui podemos descrever e analisar sustentam uma relevante ocupação centrada em meados da segunda metade do século II e a primeira metade do I a.C. A forte presença de importações itálicas e do Sul peninsular permitem inserir o sítio numa ampla rede de povoamento que à data sofre a precoce presença dos exércitos itálicos.

Tendo em conta o estudo das ânforas, das cerâmicas de verniz negro itálico assim como a análise do



FIG. 11 Localização dos sítios do período romano republicano em torno da Eira da Alorna. Mapa produzido a partir da folha n.º 31A Santarém, da Carta Geológica de Portugal 1:50.000. A azul, áreas ciclicamente inundáveis de terrenos de aluvião. N.º 1 – Alcáçova de Santarém; N.º 2 – Povoado da Quinta do Malpique; N.º 3 – Alto do Castelo; N.º 4 – Cabeço da Bruxa; N.º 5 – Alto dos Cacos; N.º 6 – Eira da Alorna; N.º 7 – Vale de Tijolos; N.º 8 – Azeitada.

conjunto de seis denários romano republicanos recolhidos em Eira da Alorna é tentador propor que o sítio terá sido abandonado no decorrer do conflito Sertoriano.

Os dados proporcionados pela arqueologia começam a traçar de forma clara um cenário de que no decurso ou no ocaso do conflito sertoriano terão ocorrido transformações consideráveis na zona e de que estas se estendem até áreas interiores, com o abandono, destruição ou a perda de importância de vários locais, relevantes no âmbito das dinâmicas de implantação romana da primeira fase da conquista (Fabião 2014). É o caso da destruição/abandono da grande base militar de Cáceres El Viejo (Ulbert 1984; Heras Mora 2014); do acampamento de Valdetorres (Heras Mora 2009); da base operacional de Villasviejas del Tamuja (Heras Mora 2015; 2018); da perda de importância ou mesmo abandono do centro operacional logístico da Cabeça de Vaiamonte (Pereira 2018) ou do abandono da base fortificada do Castelo das Juntas, Moura (Mataloto 2014).

Para o vale do Tejo, assiste-se ao abandono ou mesmo destruição de Chões de Alpompé (Fabião 2013). Aqui, os dados do estudo dos numismas sustentam que este vasto recinto tenha sido abandonado

nos momentos iniciais do conflito Sertoriano, possivelmente em 78 a.C. (Ruivo 1999: 106). Na margem esquerda do Tejo em frente a Santarém temos dados consistentes para um aparente abandono de sítios como o Porto do Sabugueiro (Pimenta 2022), assim como, a desestruturação do povoado fortificado de Chibanes, Palmela (Silva – Soares 2021).

A evolução cronológica dos tesouros numismáticos identificados no ocidente peninsular permite igualmente vislumbrar os ritmos da evolução do conflito, assim como a forte instabilidade que se viveu nesta área do vale do Tejo ao longo deste período (Ruivo 1997).

Estaríamos sem dúvida perante um povoado pré-romano, com uma longa diacronia de ocupação que remonta de forma continuada desde a Idade do Bronze Final. Qual o papel que este local assume durante o período da conquista romana, não é claro. Ainda que a sua localização dominante e praticamente frontal com o morro da Alcáçova de Santarém sugira que a sua funcionalidade se encontra indelevelmente ligada ao controle de um importante ponto de vau do rio Tejo e Alpiarça, que assume nesta fase, relevante papel na “vertebração” do território, nas estratégias de movimentação de tropas e na inerente consolidação dos espaços conquistados.

A Eira da Alorna merece também ser avaliada, devidamente, no seu contexto regional, uma vez que se insere numa rede de povoamento, densa e contínua, que se implantou na margem esquerda do rio, e que mantém uma relação privilegiada e estreita com o núcleo urbano de *Scallabis*. Nos últimos anos os estudos que temos vindo a desenvolver na margem esquerda do Tejo, nos concelhos de Alpiarça, Almeirim e Salvaterra de Magos tem revelado uma insuspeita rede de povoamento. Esta remonta à Idade do Ferro, sendo que muitos dos sítios tem um papel de relevo durante o período romano republicano. Apesar de continuarmos a carecer de dados mais objetivos, resultantes de leituras estratigráficas, os dados já obtidos, nomeadamente através das escavações em Porto do Sabugueiro (Salvaterra de Magos) sustentam um abandono decorrente do conflito Sertoriano. Se aceitarmos que Eira da Alorna tenha assumido um papel no controlo da travessia do Tejo, não podemos deixar de sublinhar que após o seu abandono é fundado em inícios da segunda metade do século I a.C., noutra local um grande estabelecimento militar que vai assumir esse papel, o acampamento militar de Alto dos Cacos, Almeirim.

Bibliografia

- ADROHER AUROUX, A. (2014) -- Cerámica Gris Bruñida Republicana (GBR): el problema de las imitaciones en ceramología arqueológica. In MORAIS, R. – FERNÁNDEZ, A. – SOUSA, M. J. (eds.) – *As produções cerâmicas de imitação na Hispania. II Congresso Internacional da SECAH*. (Monografias Ex Officina Hispana. II). Porto: 281-290.
- ALMEIDA, R. R. (2008) – *Las ánforas del Guadalquivir en Scallabis (Santarém, Portugal). Una aportación al conocimiento de los tipos minoritarios*. (Col.lecció Instrumenta, 28). Barcelona.
- ALMEIDA, R. – PIMENTA, J. (2018) – Ânforas do Acampamento / Sítio romano de Alto dos Cacos (Almeirim, Portugal). *Onoba. Revista de Arqueologia y Antigüedad*, 6: 3-56.
- ARNAUD, J. M. – GAMITO, T. J. (1974-1977) – Cerâmicas estampilhadas da Idade do Ferro do Sul de Portugal. I - Cabeça de Vaíamonte - Monforte. *O Arqueólogo Português*. III(7-9): 165-202.
- ARRUDA, A. M. (1999-2000) – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a. C.)*. (Cuadernos de Arqueología Mediterránea. 5-6). Barcelona.
- ARRUDA, A.M. – ALMEIDA, R. (1998) – As ânforas da Classe 32 da Alcáçova de Santarém. *Conimbriga*. 37: 201-231.
- ARRUDA, A.M. – ALMEIDA, R. (1999) – Importações de vinho itálico para o território português: contextos, cronologias e significado. In GORGES, J.-G. – RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (eds.) – *Économie et territoire en Lusitanie romaine. Actes de la III ème Table ronde sur la Lusitanie romaine*. Madrid: 307-337.
- ARRUDA, A. M. – SOUSA, E. (2003) – Cerâmica de paredes finas da Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 6(1): 235-286.
- ARRUDA, A. M. – VIEGAS, C. (2004) – Les mortiers de l'Alcáçova de Santarém (Portugal). In *Actes du Congrès de Vallauris de la Société Française d'Étude de la Céramique Antique en Gaule, 20-23 mai 2004*. Marseille: 341-349.
- BARBOSA, M. B. (1998-2002) – Tesouros monetários romanos em Portugal: da República ao reinado de Augusto. *Nummus*. II Série(XXI-XXV): 7-144.
- BARGÃO, P. (2006) – *As importações anfóricas durante a época romana republicana na Alcáçova de Santarém*. Tese de Mestrado em Pré-história e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita. URL: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/447>
- BENQUET, L. – OLMER, F. (2002) – Les amphores. In BLÁZQUEZ MARTINEZ, J. M. – DOMERGUE, C. – SILLIÈRES, P. (dirs.) – *La Loba (Fuenteovejuna, Cordoue, Espagne). La mine et le village minier antiques*. Bordeaux: 295-331.
- BLÁZQUEZ CERRATO, C. (2002) – *Circulación monetaria en el área occidental de la Península Ibérica. La moneda en torno al "camino de la plata"*. Montagnac.
- BONIFAY, M. (2005) – Ancient Tripolitanian Amphora. In *Roman amphorae: a digital resource*. Southampton. DOI: <https://doi.org/10.5284/1028192>.
- CAPELLI, C. – CONTINO A. (2013) – Amphores tripolitaines ou africaines anciennes? *Antiquités Africaines*, 49: 199-208.
- CARDOSO, J. L. – MARTINS, F. (2009) – O Povoado pré-histórico do Outeiro da Assenta (Óbidos). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 17: 261-356.
- CRAWFORD, M. H. (1974) – *Roman Republican Coinage*. 2 Vols. Cambridge.
- DIOGO, A. M. D. – TRINDADE, L. (1993-1994) – Materiais provenientes de Chões de Alompé (Santarém). *Conimbriga*, XXXII-XXXIII: 263-281.
- EMPEREUR, J. Y. – HESNARD, A. (1987) – Les amphores hellénistiques. In LÉVÊQUE, P. – MOREL, J.-P. (dirs.) – *Cerámiques Hellénistiques et Romaines. Tome II*. (Annales Littéraires de l'Université de Besançon, 331). Besançon/Paris: 9-71.
- FABIÃO, C. (1989) – *Sobre as ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)*. (Cadernos da UNIARQ, 1). Lisboa.
- FABIÃO, C. (1998) – O vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 1(1): 169-198.
- FABIÃO, C. (2013) – Romanos no baixo Tejo. In *Catálogo da Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo). Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Lisboa/Vila Franca de Xira: 61-68.
- FABIÃO, C. (2014) – Por este rio acima: a bacia hidrográfica do Tejo na conquista e implantação romana no ocidente da Península Ibérica. In FABIÃO, C. – PIMENTA, J. (eds.) – *Atas do Congresso "Conquista e Romanização do Vale do Tejo"*. (CIRA Arqueologia, 3). Vila Franca de Xira: 9-24.
- FILIFE, V. (2018) – *Olisipo, o grande porto da fachada atlântica. Economia e comércio entre a República e o Principado*. Tese de Doutoramento no Ramo de História, especialidade em Arqueologia. Inédita.
- GARCÍA VARGAS, E. (1998) – *La producción de ánforas en la bahía de Cádiz en época romana (siglos II A.C. - IV D.C.)*. Écija.
- GUERRA, A. (1987) – Acerca dos Projécteis para Funda da Lomba do Canho (Arganil). *O Arqueólogo Português*, Série IV(5): 161-177.

- GUERRA, A. – PIMENTA, J. (2013) – Os projéteis de funda do Monte dos Castelinhos e a dispersão destes materiais no território português. In *Catálogo da Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo). Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Lisboa/Vila Franca de Xira: 47-58.
- HENRIQUES, E. (1982) – *Elementos para a Carta Arqueológica do Concelho de Almeirim*. Almeirim. Texto manuscrito. 19/12/82. Processo 82/1 (242) DGPC.
- HENRIQUES, E. (1987) – *Levantamento Arqueológico do Concelho de Almeirim*. Almeirim. Processo 82/1 (242) DGPC.
- HERAS MORA, F. J. (2009) – El Santo de Valdetorres (Badajoz, España). Un nuevo enclave militar romano en la línea del Guadiana. In MORILLO CERDÁN, Á. – HANEL, N. – MARTÍN HERNÁNDEZ, E. (coords.) – *20th International Congress of Roman Frontier Studies*. Volume 1. (Anejos de Gladius, 13). Madrid: 315-327.
- HERAS MORA, F. J. (2014) – El campamento de Cáceres el Viejo y las guerras civiles en Hispania. In SALA SELLÉS, F. – MORATALLA JÁVEGA, J. (eds.) – *Las Guerras Civiles Romanas en Hispania. Una Revisión Histórica desde la contestania*. Alicante: 155-167.
- HERAS MORA, F. J. (2015) – *Arqueologia de la implantación romana en los cursos Tajo-Guadiana (siglos II y I a.n.e.)*. Tesis Doctoral. Universitat Autònoma de Madrid. Inédita. URL: <http://hdl.handle.net/10803/385928>.
- HERAS MORA, F. J. (2018) – *La Implantación Militar Romana en el Suroeste Hispano (Siglos II-I a.n.e.)*. (Anejos de GLADIUS, 18). Madrid.
- LAMBOGLIA, N. (1952) – Per una Classificazione preliminare della Ceramica Campana. In *Atti del I^o Congresso Internazionale e di Studi Liguri* (Monaco-Bordighera-Genova, 1950). Bordighera: 139-206.
- LÓPEZ MULLOR, A. (1989) – *Las cerámicas romanas de paredes finas en Cataluña*. (Quaderns Científics i Tècnics, 2). Barcelona.
- LÓPEZ MULLOR, A. (2008) – Las cerámicas de paredes finas en la fachada mediterránea de la Península Ibérica y las Islas Baleares. In BERNAL CASASOLA, D. – RIBERA i LACOMBA, A. (ed. cient.) – *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: 343-384.
- LÓPEZ MULLOR, A. (2013) – Las cerámicas de Paredes Finas del final de la República Romana y el período Augusteo-Tiberiano. In RIBERA i LACOMBA, A. (coord.) – *Manual de cerámica romana del mundo Helenístico al Imperio Romano*. Alcalá de Henares/Madrid: 149-190.
- MARQUES, G. – ANDRADE, G. M. (1974) – Aspectos da Proto-História do território Português: 1 – Definição e distribuição da Cultura de Alpiarça (Idade do Ferro). In *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*. Porto: 125-148.
- MATALOTO, R. (2014) – A propósito de um conjunto de *glandes plumbeae*: o Castelo das Juntas (Moura) no contexto de episódio setorial das Guerras Civis na margem esquerda do Guadiana: In FABIÃO, C. – PIMENTA, J. (eds) – *Atas do Congresso "Conquista e Romanização do Vale do Tejo"*. (CIRA Arqueologia, 3). Vila Franca de Xira: 343-384.
- MATEO CORREDOR, D. (2012) – La importación de aceite tripolitano en Hispania Ulterior durante la época tardo-republicana. In CASTRO, A. – GÓMEZ, D. – GONZÁLEZ, G. – STARCZEWSKA, K. – OLLER, J. – PUY, A. – RIERAAND, R. – VILLAGRA, N. (eds.) – *Estudiar el pasado: aspectos metodológicos de la investigación en Ciencias de la Antigüedad y de Edad Media*. (BAR Int. Ser. 2412). Oxford: 119-127.
- MATEO CORREDOR, D. (2016) – *Comercio anfórico y relaciones mercantiles en Hispania Ulterior (ss. II a.C.-II d.C.)*. (Colección Instrumenta 52). Barcelona.
- MAYET, F. (1980) – Les céramiques à parois fines: État de la question. In LÉVÊQUE, P. – MOREL, J.-P. (dirs.) – *Céramiques Hellénistiques et Romaines, Tome 1*. Paris : 201-229.
- MORAIS, R. (2010) – Cerâmica de paredes finas. In ALARCÃO, J. – CARVALHO, P. C. – GONÇALVES, A. (coords.) – *Castelo da Lousa. Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. (Studia Lusitana, 5). Mérida: 153-172.
- MOREL, J. P. (1981) – *Céramiques Campanienne. Les Formes*. 2 Vols. Roma.
- PASCUAL BERLANGA, G. – RIBERA i LACOMBA, A. (2002) – Las ánforas tripolitanas antiguas en el contexto del Occidente Mediterráneo. In RIVET, L. – SCIALLANO, M. (eds.) – *Vivre, produire et échanger: reflets méditerranéens. Mélanges offerts à Bernard Liou*. Montagnac: 303-317.
- PASSELAC, M. (1993) – Céramique à parois fines. In PY, M. (ed.) – *Dictionnaire des céramiques antiques en Méditerranée nord-occidentale*. (Lattara, 6). Lattes.
- PEINADO ESPINOSA, M. V. (2011) – *Mortaria Baeticae*. La producción de morteros en la Bética durante el Alto Imperio. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Granada*, 21: 283-301.
- PEREIRA, T. R. (2018) – *O papel do exército no processo de romanização: a Cabeça de Vaia Monte (Monforte) como estudo de caso*. Dissertação de Doutoramento no Ramo de História, especialidade em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita. URL: <http://hdl.handle.net/10451/37914>.
- PIMENTA, J. (2005) – *As ânforas Romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. (Trabalhos de Arqueologia, 41). Lisboa.
- PIMENTA, J. (2007) – A Importação de ânforas de preparados piscícolas em Olisipo (Séculos II-I a.C.). In LAGÓSTENA, L. – BERNAL, D. – ARÉVALO, A. (eds.) – *CETARIAE 2005: Salsas y Salazones de Pescado en Occidente durante la Antigüedad. Actas del Congreso Internacional (Cádiz, 7-9 de noviembre de 2005)*. Oxford: 221-233.
- PIMENTA, J. (2021) – As ânforas de Chibanes. In TAVARES DA SILVA, C. – SOARES, J. (coord.) – *O Castelo de Chibanes na conquista romana. Intervenções arqueológicas de 1996 a 2017*. (Setúbal Arqueológica, 20). Setúbal: 229-278.
- PIMENTA, J. (2022) – *Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo*. Dissertação de Doutoramento no Ramo de História, especialidade em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita. URL: <http://hdl.handle.net/10451/54143>.
- PIMENTA, J. – ARRUDA, A. (2014) – Novos dados para o estudo dos Chões de Alpompe – Santarém. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 21: 375-392.
- PIMENTA, J. – HENRIQUES, E. – MENDES, H. (2012) – *O Acampamento romano de Alto dos Cacos – Almeirim*. Almeirim.
- PIMENTA, J. – MENDES, H. (2008) – Descoberta do povoado pré-romano de Porto Sabugueiro (Muge). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 11(2): 171-194.
- PIMENTA, J. – MENDES, H. (2013) – 1.^a Campanha de escavações arqueológicas no povoado pré-romano de Porto do Sabugueiro – Muge – Salvaterra de Magos. *CIRA Arqueologia*, 2: 195-219.
- PIMENTA, J. – MENDES, H. – ARRUDA, A. M. – SOUSA, E. – SOARES, R. (2014) – Do pré-romano ao Império: a ocupação humana do Porto do Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos). *Magos. Revista Cultural do Concelho de Salvaterra de Magos*, 1: 39-58.

- PIMENTA, J. – MENDES, H. – CORREIA, M. (2016/2017) – Cerâmicas romanas provenientes do rio Tejo, no acervo do Museu Municipal de Vila Franca de Xira. Novos e velhos dados. *IRA Arqueologia*, 5: 207-237.
- PIMENTA, J. – MENDES, H. – HENRIQUES, E. (2014) – O Acampamento militar romano do Alto dos Cacos, Almeirim. In FABIÃO, C. – PIMENTA, J. (eds.) – *Atas Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. (CIRA Arqueologia, 3). Vila Franca de Xira: 256-292.
- PIMENTA, J. – MENDES, H. – MADEIRA, F. (2010) – O Povoado pré-romano de Castanheira do Ribatejo, Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 13, 25-56.
- PIMENTA, J. – SORIA, V. – MENDES, H. (2014) – Cerâmicas de verniz negro itálico e imitações em pasta cinzenta de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira. In FABIÃO, C. – PIMENTA, J. (eds.) – *Atas Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. (CIRA Arqueologia, 3). Vila Franca de Xira: 86-121.
- PIMENTA, J. – SOUSA, E. – MENDES, H. – HENRIQUES, E. – ARRUDA, A. M. (2018) – A Eira da Alorna (Almeirim): as ocupações pré e proto-históricas. *CIRA Arqueologia*, 9: 9-49.
- PINTO, I. V. (2003) – *A cerâmica comum das villae romanas de São Cucufate (Beja)*. Lisboa.
- PINTO, I. V. – MORAIS, R. (2007) – Complemento de comércio das ânforas. Cerâmica comum Bética no território português. In LAGÓSTENA, L. – BERNAL, D. – ARÉVALO, A. (eds.) – *CETARIAE 2005: Salsas y Salazones de Pescado en Occidente durante la Antigüedad. Actas del Congreso Internacional (Cádiz, 7-9 de noviembre de 2005)*. Oxford: 235-254.
- PINTO, I. V. – SCHMITT, A. (2010) – Cerâmica Comum. In ALARCÃO, J. – CARVALHO, P. – GONÇALVES, A. (coords.) – *Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. (Studia Lusitana 5). Mérida: 219-443.
- PRINCIPAL, J. – RIBERA I LACOMBA, A. (2013) – El material más apreciado por los arqueólogos. La cerámica fina – La cerámica de barniz negro. In RIBERA I LACOMBA, A. (coord.) – *Manual de cerámica romana. Del mundo Helenístico al Imperio romano*. Alcalá de Henares: 43-146.
- QUARESMA, J. C. (1995-1997) – Os almofarizes romanos de Povos no contexto do território actualmente português. *Cira*, 7: 25-46.
- QUARESMA, J. C. (2006) – Almofarizes béticos e lusitanos: revisão morfo-cronológica de alguns tipos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 9(1): 149-166.
- QUINTEIRA, A. J. F. (1996) – *Scallabis, análise contextual e perspectivas de estudo*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Minho. Inédita.
- RAMÓN TORRES, J. (1995) – *Las Ánforas Fenicio-Púnicas del Mediterráneo Central y Occidental*. Barcelona.
- REINOSO DEL RIO, M. (2004) – Cerâmica de paredes finas de Baelo Claudia (Tarifa, Cádiz). Estudio de materiales, 1998. In *Anuario Arqueológico de Andalucía, Actividades Sistemáticas y Puntuales, Informes y Memorias*. Sevilla: 39-52.
- REIS, C. (coord.) (2015) – *Marquesa de Alorna. Obras poéticas*. Lisboa..
- RICCI, A. (1985) – Ceramica a pareti sottili. In *Atlante delle Forme Ceramiche*. Vol. II. Roma.
- ROCA ROUMENS, M. – PRINCIPAL I PONCE, J. (eds.) (2007) – *Les imitations de vaisselle fina importada a la Hispania Citerior (sigles I a.C.-I d.C.)*. (Série Documenta, 6). Tarragona.
- RUIVO, J. (1997) – O conflito Sertoriano no Ocidente Hispânico: o testemunho dos tesouros monetários. *Archivo Español de Arqueología*, 70: 91-100.
- RUIVO, J. (1999) – Moedas do acampamento romano-republicano dos Chões de Alampé (Santarém). In CENTENO, R. – GARCIA BELLIDO, M. – MORA, G. (eds.) – *Rutas, Ciudades y Moneda en Hispania. Actas del II Encuentro Peninsular de Numismática antigua*. (Anejos de Archivo Español de Arqueología, XX). Madrid: 101-110.
- RUIVO, J. – SALES, P. – LOURENÇO, S. – BARROS, P. (2015) – O tesouro romano-republicano do Casal Ascenso Antunes (Ferreira do Zêzere, Santarém, Portugal). *Conimbriga*, LIV: 133-156.
- RUIZ MONTES, P. – PEINADO ESPINOSA, M. – AYERBE LÓPEZ, J. – GÓMEZ TIMON, P. – GARCIA-CONSUEGRA FLORES, J. – MORCILLO MATILLAS, J. – RODRIGUEZ AGUILERA, J. – GÓMEZ FERNANDEZ, A. – CISNEROS MORENO, J. – LÓPEZ HERNANDEZ, R. – MARCON, C. – MORENO ALCAIDE, M. – SERRANO ARNAEZ, B. (2013) – Producción de cerámica en el *ager iliberritanus* hacia fines de la República: el asentamiento productivo de Parque Nueva Granada. In BERNAL CASASOLA, D. – JUAN TOVAR, L. C. – BUSTAMANTE ALVÁREZ, M. – DÍAZ RODRÍGUEZ, J. J. – SÁEZ ROMERO, A. M. (coords.) – *Hornos, talleres y focos de producción alfarera en Hispania: I Congreso Internacional de SECAH, Ex Officina Hispana, Cádiz 3-4 de marzo de 2011*. Vol. 1. Cádiz: 307-316.
- SÁEZ ROMERO, A. M. – BERNAL CASASOLA, D. – GARCÍA VARGAS, E. – DÍAZ RODRÍGUEZ, J. J. (2016) – Ramon T-7433 (Costa Bética). In *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo*. URL: <http://amphorae.icac.cat/amphora/ramon-t-7433-baetica-coast>.
- SCHUBART, H. (1971) – Acerca de la cerámica del Bronce Tardío en el sur y oeste peninsular. *Trabajos de Prehistoria*, 28: 153-182.
- SILVA, C. T. – SOARES, J. (coords.) (2021) – *O Castro de Chibanes na conquista romana. Intervenções arqueológicas de 1996 a 2017*. (Setúbal Arqueológica, 20). Setúbal.
- SORIA, V. (2013) – Imitações em pasta cinzenta de cerâmicas de verniz negro itálicas durante o período tardo-republicano encontradas em Portugal In JIMÉNEZ ÁVILA, J. – BUSTAMANTE ALVÁREZ, M. – GARCÍA CABEZAS, M. (eds.) – *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular (Villafranca de los Barros - Badajoz, 4-6 octubre 2012)*. Villafranca de los Barrios: 1361-1388.
- SORIA, V. (2018) – *La ceramica a vernice nera italica e le imitazioni a impasto grigio in Portogallo tra il II e il I secolo a.C.: una prospettiva di studio*. Tese de Doutoramento no Ramo de História, especialidade em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita. URL: <http://hdl.handle.net/10451/35096>
- SOUSA, E. (2009) – *A cerâmica de Tipo Kuass no Algarve*. (Cadernos da UNIARQ, 4). Lisboa.
- SOUSA, E. – ARRUDA, A. (2014) – A cerâmica comum romano-republicana de Monte Molião (Lagos). *Onuba. Revista de Arqueologia y Antigüedad*, 2: 55-90.
- SOUSA, E. – PEREIRA, T. R. (2021) – A Cerâmica comum. In SILVA, C. T. da – SOARES, J. (coords.) – *O Castro de Chibanes na conquista romana. Intervenções arqueológicas de 1996 a 2017*. (Setúbal Arqueológica, 20). Setúbal: 149-228.
- SOUSA, E. – PEREIRA, T. – ALVES, C. (2015) – Novos dados sobre a ocupação romano-republicana do Algarve Ocidental: cerâmica comum e outros objectos da Urbanização do Moleão (Lagos, Portugal). *Conimbriga* 54: 81-131.
- ULBERT, G. (1984) – *Cáceres el Viejo. Ein Spätrepublikanisches Legionslager in Spanisch Estremadura*. (Madrider Beitrage, 11). Mainz-am-Rhein.

O sítio romano de Eira Velha (Miranda do Corvo, Coimbra) – Novas considerações acerca do seu posicionamento na rede viária romana

The Roman site of Eira Velha
(Miranda do Corvo, Coimbra) –
New considerations about its positioning
in the Roman road network

INÊS RASTEIRO

Mestre em Arqueologia e Território (FLUC)

ines.rasteiro@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-8108-0580>

RESUMO: O reconhecimento do sítio arqueológico de Eira Velha veio alargar a importância de Miranda do Corvo no seio das comunicações viárias em época romana. A escavação arqueológica conduzida neste local veio comprovar a presença de um entroncamento viário que permitiu classificar o sítio como estação viária. Estes dispositivos, implantados estrategicamente ao longo das vias, revelaram-se excelentes veículos de “Romanização” nas zonas mais rurais. Uma análise espacial com recurso às ferramentas dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) veio corroborar a possibilidade de estarmos perante um sítio que teve como principal propósito o exercício de funções viárias. Neste sentido apresentamos ao longo desta indagação um conjunto de reflexões acerca do posicionamento deste sítio na rede viária romana.

PALAVRAS-CHAVE: Período romano, Vias romanas, Estações viárias, Sistemas de Informação Geográfica, Eira Velha (Miranda do Corvo).

ABSTRACT: The recognition of the archaeological site of Eira Velha came to emphasize the importance of Miranda do Corvo in the Roman road network. The archaeological excavation validated the presence of a road intersection that suggests its classification as a Roman road station. These devices, strategically implanted in the roads, proved to be excellent elements during the “romanization” process in the rural areas. A spatial analysis using the algorithms of the Geographic Information System (SIG) has confirmed the possibility of this site had worked specifically with road functions. Therefore, we will present throughout this analysis a set of reflections about the positioning of this site in the Roman road network.

KEYWORDS: Roman period, Roman roads, Roman road stations, Geographic Information Systems, Eira Velha (Miranda do Corvo).

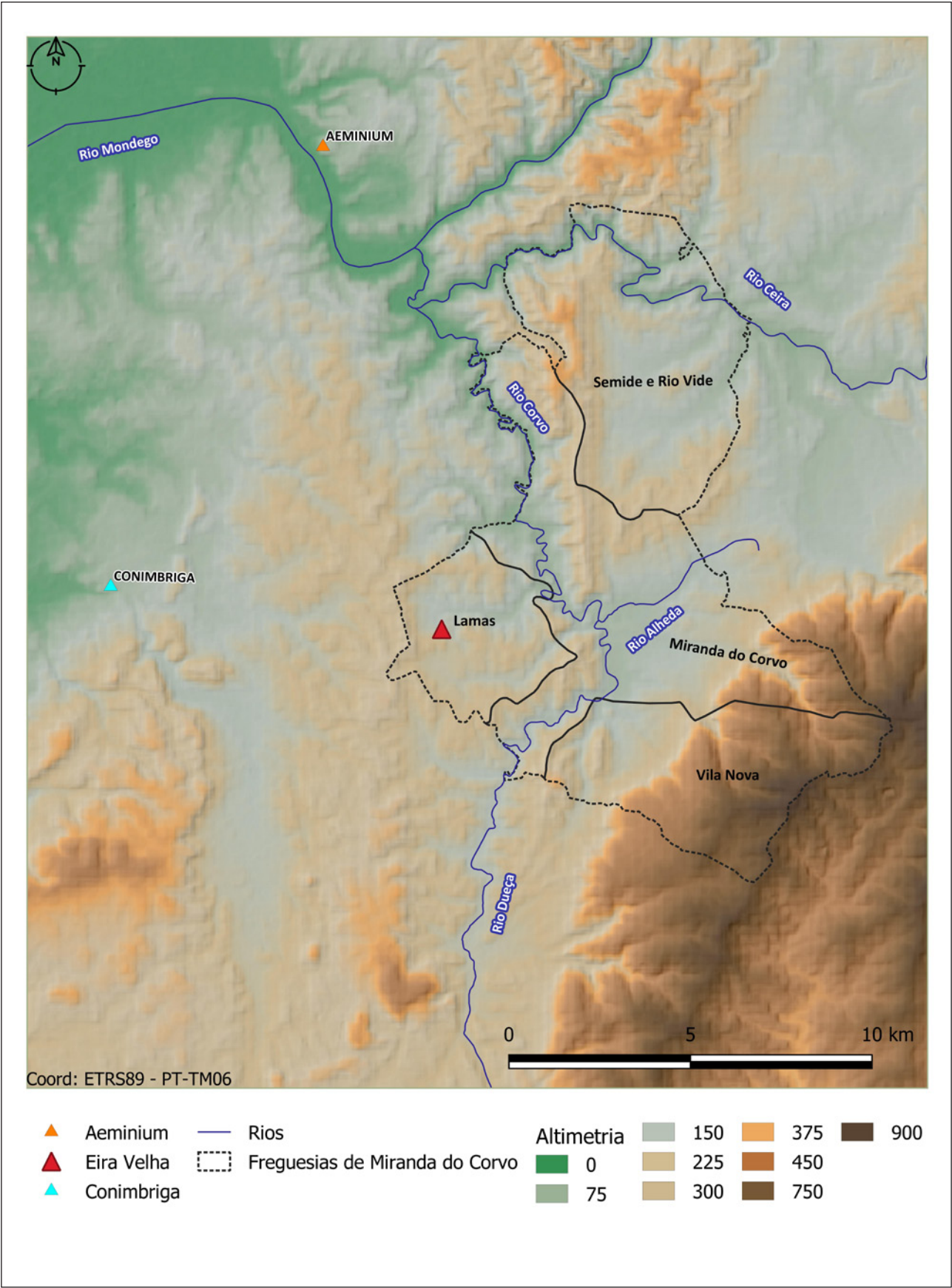


FIG. 1 Enquadramento geográfico e altimétrico do sítio de Eira Velha (Miranda do Corvo, Coimbra).

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O sítio arqueológico de Eira Velha (CNS 15444) situa-se na freguesia de Lamas, no concelho de Miranda do Corvo (distrito de Coimbra), próximo da zona de confluência entre o Rio Dueça e o Rio Corvo (Fig. 1 e Fig. 1.1). Este município, que integra o sistema montanhoso da Serra da Lousã, localiza-se na área de convergência de três importantes unidades geomorfológicas: a Cordilheira Central, o Maciço Marginal e a Plataforma do Mondego (Dias 2011: 38-40).

O primeiro apontamento realizado sobre Eira Velha salientou a existência de alguns vestígios de cerâmica de construção no local (Alarcão 1988a: 101). Porém, é no âmbito de uma empreitada de estruturação do ramal da autoestrada no sentido Tomar-Coimbra, que este sítio é submetido a um estudo de natureza preventiva orientado para avaliar e minorar todos os impactos cumulativos provocados pelo empreendimento. Depois de realizado o estudo de impacte ambiental e de estudado o ambiente afetado pela construção nos mais diversos domínios, o local foi sujeito a uma intervenção arqueológica que decorreu em várias etapas e que foi iniciada com a realização de sondagens de diagnóstico e finalizada com a escavação integral do sítio que seria intercetado pela obra (Fig. 2) (Ramos – Simão s.d.: 7, 22-27).

Os trabalhos desenvolvidos pela empresa OMNIKNOS tiveram como responsáveis científicos os arqueólogos



FIG. 1.1 Localização do sítio de Eira Velha (Adaptado de Alarcão 1988b: 40).

FASES DE CONSTRUÇÃO	PRINCIPAIS ESTRUTURAS	CRONOLOGIA
Fase I	Edifício com 5 compartimentos + segmento viário	2.ª metade do século I d.C. a inícios do século II d.C.
Fase II	Edifício com vários compartimentos dispostos em torno de pátio central + segmento viário + sepulturas	Século II d.C. a meados do século III d.C.
Fase III	Edifício com 9 compartimentos + segmento viário + lagar	Finais do século III d.C. ao século IV d.C.
Fase IV	Muro e estruturas muito destruídas	Finais do século IV d.C.

FIG. 1.2 Síntese da cronologia preliminar de cada uma das fases de construção identificadas em Eira Velha (Miranda do Corvo, Coimbra) (Ramos – Simão 2012: 67-71).



FIG. 2 Vista aérea sobre o sítio romano de Eira Velha. Imagem da autoria de Rui Ramos e Inês Simão (Ramos – Simão 2012: 65).

Rui Ramos e Inês Simão e decorreram entre Fevereiro e Novembro de 2011 permitindo atestar, numa fase preliminar, uma ocupação romana no sítio de Eira Velha à qual se associaram quatro períodos de construção balizados entre os meados do século I d.C. e os finais do século IV d.C. (Fig. 1.2; cf. Ramos – Simão 2012: 64, Fig. 3).

Ao momento de construção mais antigo (Fase I), com uma cronologia apontada entre os meados do século I d.C. e a primeira metade do século II d.C., associa-se um edifício composto por pelo menos cinco

compartimentos, ao qual se agrega a construção de uma via. A Fase II, balizada entre a primeira metade do século II d.C. e a segunda metade do século III d.C., é demarcada pela existência de uma estrutura residencial constituída por variados compartimentos dispostos em torno de um pátio central, pela implementação de dois troços viários e ainda pelo reconhecimento de duas sepulturas pertencentes a dois indivíduos (um não-adulto e um jovem) na proximidade do entroncamento viário (Ramos – Simão 2012: 65-77, 153-157). Entre meados do século III d.C. e os finais do século IV d.C. (Fase III) assistiu-se a uma reestruturação do edifício principal sendo este composto por nove compartimentos. Para além disso, verifica-se a disposição de um novo eixo viário e a implantação de estruturas associadas à produção de vinho – o *lacus* e o *calcatorium*. Relativamente ao último momento construtivo (Fase IV) presume-se que este poderá ter sido iniciado nos finais do século IV d.C. face ao cariz fragmentário das estruturas identificadas (Ramos – Simão 2012: 81-89, 93).

Tendo em conta que este sítio não foi preservado, a divulgação dos resultados preliminares contribuiu para a consolidação historiográfica do local e incitou o surgimento de novas considerações em torno do mesmo. No seio destes desenvolvimentos destacam-se algumas propostas de contextualização do sítio de Eira Velha no panorama viário da antiga província romana da Lusitânia assim como a apresentação de uma nova proposição cronológica para cada um dos momentos construtivos baseada no estudo de uma parcela do acervo exumado durante as escavações arqueológicas. Este estudo, elaborado no âmbito de um trabalho académico, permitiu aprimorar as cronologias das etapas construtivas distinguidas preliminarmente (Rasteiro 2021). Neste sentido, pretendemos com a apresentação deste ensaio, refletir acerca do posicionamento e importância deste arqueossítio na rede viária romana, mas contribuir também, para uma clarificação face à sua categorização como estação viária. Tendo em conta a crescente emergência de estudos de análise e reconhecimento do território em Arqueologia, a estratégia de interpretação adotada baseia-se, essencialmente, na aplicação e execução de um conjunto de ferramentas e algoritmos dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) no âmbito dos cálculos de acessibilidade. O produto apresentado, apesar de inédito, constitui uma abordagem auxiliar ao sítio de Eira Velha.

2. EIRA VELHA COMO TEMA DE REFLEXÃO ACERCA DA REDE VIÁRIA

2.1. Proposta de integração no panorama viário romano

Todas as reformas administrativas e territoriais concebidas pelo Imperador Augusto foram perpetuadas pela criação de uma trama de vias que, ademais de possibilitar a circulação de pessoas e bens por todo o Império Romano, se tornou num excelente agente de coesão territorial e num dos principais veículos de “Romanização”. As vias não possuíam a mesma importância tendo sido estabelecida, por este motivo, uma hierarquia diferenciadora. Categoricamente, podemos distinguir três tipos principais: as *viae publicae*, que seriam mantidas pelo poder central e tinham um propósito essencialmente estratégico; as *viae vicinales*, que garantiam as ligações entre os núcleos de povoamento rural e os aglomerados urbanos e as *viae privatae*, que eram construídas nas propriedades privadas tendo a logística associada à sua edificação e manutenção a cargo dos proprietários (Rodrigues 2004: 15-16). Na Hispânia, o fluxo viário acabou por se fortalecer em torno das características geomorfológicas e dos corredores naturais, mas também de forma a garantir que as comunicações se reforçavam, mais especificamente na Lusitânia, a partir dos principais centros viários – *Emerita Augusta*, a capital da província, e de *Olisipo* (Mantas 2012: 46-47). Ora, é neste contexto que o sítio de Eira Velha ganha relevância, estando integrado no território da Lusitânia e na zona de influência das *civitas* de *Aeminium* e *Conimbriga* (*conventus scalabitanus*) (Fig. 3).

Os dados que dispomos para a construção de uma narrativa que destaque firmemente a importância deste sítio arqueológico no âmbito das comunicações em época romana são escassos. No entanto, a relevância de Miranda do Corvo já havia sido apontada nalgumas descrições que visavam a reconstrução de alguns itinerários deste período. O primeiro exemplo que apontamos a este respeito prende-se com o relato elaborado por Mário Saa (1960: 217), onde se constata que “o segmento romano de Condeixa a Miranda identifica-se, na sua maior extensão, com a E.N. n.º 342. Também neste traçado, entre Água do Forno e Lamas existe uma área de pequenas propriedades, denominada Porto Mourisco”. Para além disto, este acrescenta que “Miranda do Corvo é local de muita arqueologia

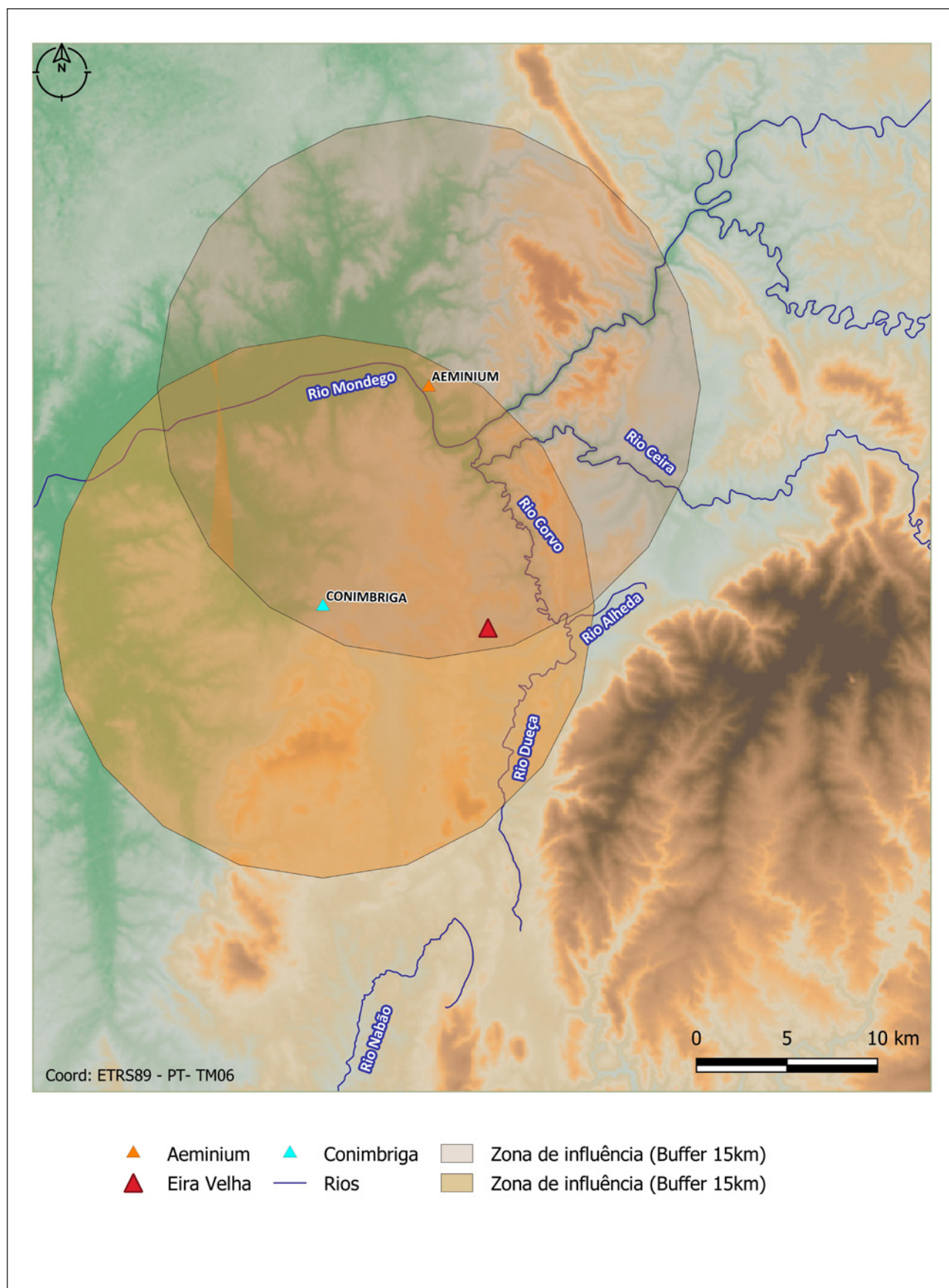


FIG. 3 Zona de influência (Buffer de 15 km) das *civitates* de Aeminium e Conimbriga.

romana. E era também, um importante nó de caminhos, presidido por um vetusto castelo, em um outeiro da margem esquerda do Dueça. A seus pés, no Porto Mourisco, corria a via Mourisca” (Saa 1960: 218). Outro testemunho que também merece a nossa atenção relaciona-se com o traçado de *Sellium* a *Conimbriga* minuciosamente descrito por Vasco Mantas (1996: 787-796). Ainda que seja difícil reconstituir o itinerário entre estes dois lugares, face à insuficiência de vestígios viários e à possibilidade de existência de dois ramais de comunicação entre estes dois importantes pólos, Miranda do Corvo ganha destaque, quando este autor detalha que “a estrada continuava depois por Avelar para a Venda das Figueiras, localidade onde partia o caminho, de larga utilização medieval, conhecido por Estrada de Via-vai ou de Caneve, topónimo antigo provavelmente relacionado com uma função viária, caminho que seguia em direcção a Miranda do Corvo” (Mantas 1996: 796).

Apesar destas descrições, só o reconhecimento do sítio de Eira Velha contribuiu para validar, de certo modo, a passagem de um ou mais eixos viários por Miranda do Corvo em época romana. Este feito aporta-nos para a única proposta de integração deste sítio arqueológico na rede viária romana. A referência, feita no âmbito de uma descrição pormenorizada dos múltiplos itinerários da via *Emerita – Bracara*, coloca este arqueossítio no conjunto de ligações entre a via *Emerita – Bracara Augusta* e *Olisipo-Bracara Augusta*. É assim sugerido que da *splendidissima civitas* (Bobadela) partiria uma via que seguiria em direcção ao Rio Alva e rumaria até ao sítio de Eira Velha, onde bifurcaria em direcção a *Aeminium* e *Conimbriga* (Mantas 2012: 249-250). Esta possibilidade foi mais tarde rematada com a adição de novos dados que parecem complementar a anterior proposição viária sugerindo assim que a via proveniente da *civitas* de Bobadela seguiria, deste modo, pela margem sul do Rio Alva em direcção a Arganil (Coja), posteriormente rumo ao sítio de Eira Velha, prolongando-se depois até *Aeminium* e *Conimbriga* (Fig. 4) (Mantas 2019: 279).

Ainda que os vestígios de natureza viária neste território sejam residuais e praticamente se resumam ao reconhecimento do marco de Teodósio I identificado na localidade de Coja (Arganil) (cf. FE 115 492, 2014) (Encarnação – Lopes 2014), esta proposta é, na nossa perspectiva, um preceito fundamental para refletir acerca do posicionamento e importância deste arqueossítio no território e na rede viária romana.

2.2. O debate em torno da sua classificação como estação viária

A controvérsia em torno deste arqueossítio prolonga-se quando nos centramos na discussão sobre a sua classificação. A escavação arqueológica permitiu identificar um entroncamento viário que estava claramente implantado em conformidade com cada um dos edifícios que demarcavam os diferentes momentos construtivos. No primeiro momento de construção (Fase I) é estabelecido um segmento viário que preconiza uma utilização durante todo o período de ocupação romana deste arqueossítio. Nas seguintes fases assistiu-se à construção de outros eixos viários e à posterior repavimentação do eixo principal (durante a Fase III) (Ramos – Simão s.d.: 158-174). Ora, as estações viárias assumem-se como estabelecimentos de manutenção e apoio aos viajantes, mas também, ativos fundamentais no processo de romanização das zonas mais rurais. Estas estruturas contribuíram para assegurar a fluidez das comunicações imperiais e a própria manutenção do *uehiculatio* ou *cursus publicus* (Espinosa Criado 2013: 13-14).

É possível distinguir estes dispositivos viários de acordo com o seu domínio (oficial (público) ou privado). As estações de natureza oficial são geralmente designadas de *mansio*, *mutatio* ou *statio*. As *mansiones* destacam-se por serem lugares de paragem diária cujas instalações poderiam ter alguma complexidade. As *mutationes*, mais singelas do ponto de vista construtivo, eram utilizadas para a permuta dos animais (Mantas 1996: 547-548; 2012: 66-67). As *stationes* seriam implantadas nos caminhos de modo a zelar pela segurança e integridade das vias podendo simultaneamente ser palco de muitos negócios (Corsi 2000: 40). Já para as estações viárias de índole privada, localizadas tendencialmente nas vias secundárias, o universo conceptual é bastante lato. *Deversorium*, *hospitium* e *caupona* são alguns dos termos aplicados para caracterizar algumas destas estalagens providas de grandes instalações; já os termos *tabernae* e *stabulum* relacionam-se com pousadas mais singelas e guarnecidas de acomodações para os animais (Mantas 1996: 550; Espinosa Criado 2013: 106-124).

Podemos dizer que o debate em torno da categorização deste arqueossítio está longe de terminar e poderá exceder a mera atribuição dos termos utilizados para qualificar convencionalmente este tipo

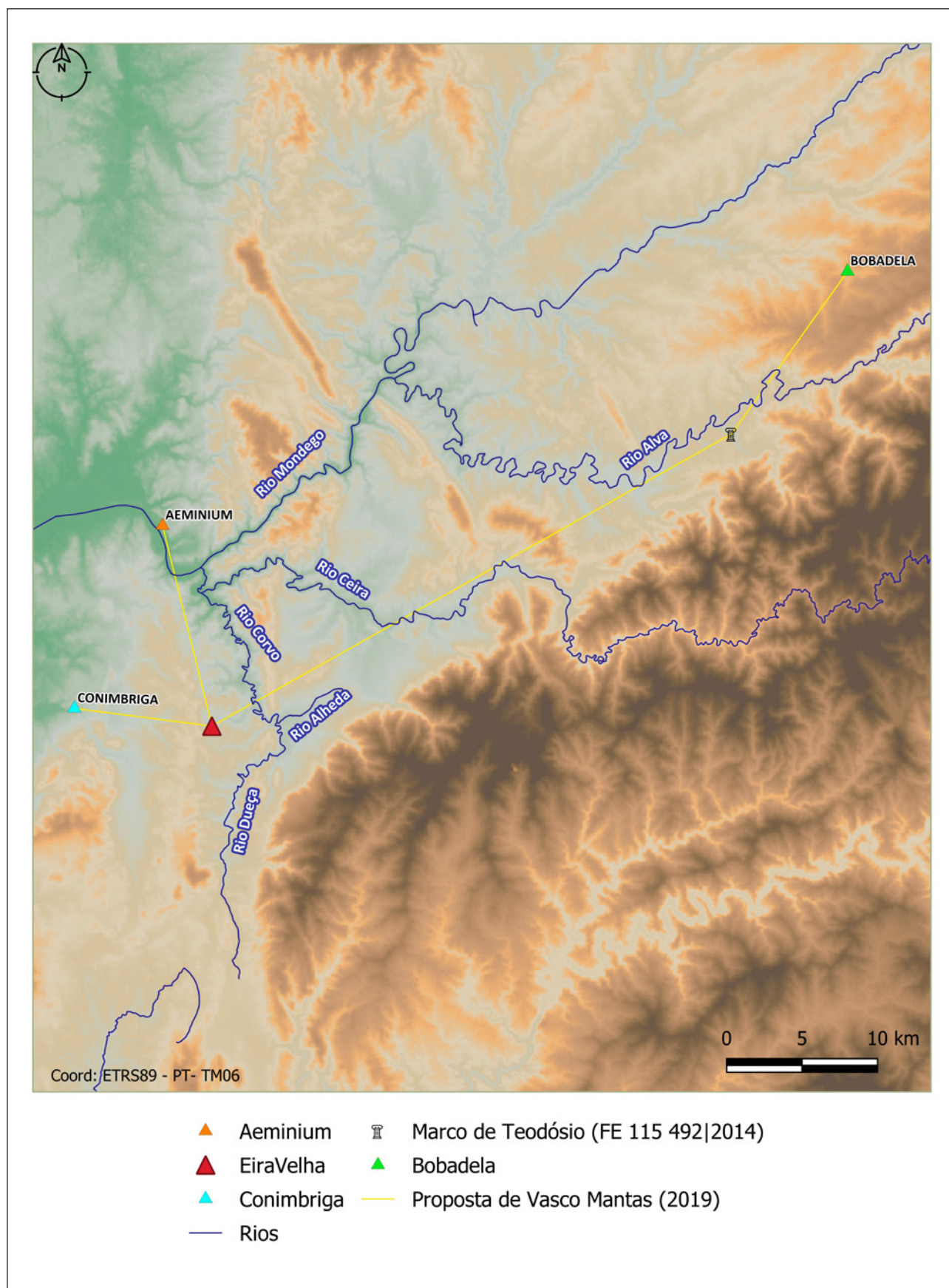


FIG. 4 Representação da proposta viária apresentada por Vasco Mantas (2019).

de sítios, nomeadamente, *mansio* ou *mutatio* (Mantas 2012: 249-250; 2019: 279). Antes de ser apresentado como um estabelecimento viário, Eira Velha já havia sido associado a outras formas de ocupação rural, nomeadamente, a uma *villae* e a um casal (Pessoa – Rodrigues 2015). Neste capítulo, não pretendemos dissertar acerca das formas de povoamento rural em época romana e muito menos apresentar uma classificação definitiva para este sítio arqueológico; ao invés, desejamos avaliar e compilar um conjunto de elementos que, aliados aos dados já existentes e às considerações que apresentaremos ao longo deste ensaio, nos permitam alcançar uma plausível e fundamentada qualificação. A incompletude dos conhecimentos relativos a este sítio arqueológico afigura-se como uma das principais barreiras à sua classificação; isto porque, tal como já havia enunciado Pedro Carvalho (2007: 392-393), muitos destes sítios são intervencionados parcialmente e não são sujeitos a um estudo continuado que permita a maturação e interpretação dos resultados. A intervenção arqueológica que colocou a descoberto o entroncamento viário e as estruturas reconhecidas coincidiu apenas com a zona de afetação da obra em curso. A análise dos resultados obtidos no estudo preliminar levou-nos a antever a existência de outras estruturas para além dos limites da intervenção, deixando, assim, em aberto quaisquer conclusões apresentadas até agora sobre o arqueossítio.

Para além deste critério, a dificuldade em reconhecer estações viárias em contexto arqueológico é extrema ficando a dever-se à inexistência de um padrão construtivo/estrutural que permita distinguir este tipo de estâncias. Existem alguns indicadores que podem ser considerados para a identificação destes sítios tais como a posição topográfica, a proximidade das vias, o tipo de estruturas que ostentam ou até a facilidade de captação de recursos hídricos (Espinosa Criado 2013: 127-135). No caso de Eira Velha, a proximidade entre os edifícios reconhecidos e os eixos viários identificados revelaram uma implantação deliberada, o que legitima a hipótese de estarmos perante um sítio que exerceu, claramente, funções viárias.

Assim sendo, esta abordagem mais reflexiva e introdutória ao sítio romano de Eira Velha surge como enquadramento teórico do objetivo estabelecido para esta explanação.

3. OS SIG COMO ESTRATÉGIA DE INTERPRETAÇÃO: ALGUMAS NOTAS METODOLÓGICAS

Os SIG, acrónimo para Sistemas de Informação Geográfica, notabilizam-se por permitirem o armazenamento, processamento e representação de informação georreferenciada. A sua inclusão nos estudos do território acompanhou, de certo modo, o desenvolvimento da Arqueologia da Paisagem e acabou por testemunhar a capacidade de esta se coligar com outras ciências auxiliares. No âmbito das análises espaciais, mais especificamente nos estudos de acessibilidade, a aplicação dos SIG no estudo e reconstituição das vias romanas tem sido recorrente (García Sanjuán 2005: 87; Fábrega-Álvarez – Parceros-Oubiña 2007: 121; Fábrega-Álvarez 2016: 161).

O intento de refletir acerca do posicionamento do sítio de Eira Velha na rede viária romana obrigou à demarcação de algumas normas que influenciaram a exposição e apresentação dos resultados obtidos nesta análise. A primeira está relacionada com a escolha do *software*. A diversidade de *softwares* SIG capazes de suprir as necessidades dos mais diversos utilizadores é expressiva, existindo ainda a possibilidade de escolha entre as licenças comerciais e *open source*. Assim, privilegiámos o *software* *Open Source* Quantum GIS 3.10.10 A Coruña por ser de acesso livre e por se adaptar bem às necessidades da nossa exposição. Relativamente ao sistema de coordenadas geográficas e ao Modelo Digital de Terreno (MDT) optou-se por utilizar o sistema de coordenadas ETRS89-PT-TM06 e um MDT com uma resolução espacial de 30 m.

O segundo preceito prende-se com a diversidade dos dados. O cruzamento de informações bibliográficas com outros elementos que nos proporcionem uma discussão e interpretação mais ativa assume-se como estratégia primordial. Para tal, confrontaremos as informações disponíveis na plataforma do Portal do Arqueólogo (no que concerne às coordenadas geográficas) e a bibliografia consultada e relativa a esta temática com os resultados obtidos através da aplicação das ferramentas SIG.

Ainda assim, todos estes dados poderão ter alguns lapsos ou até se revelarem incompletos.

3.1. “Caminhos ótimos”

A movimentação pela paisagem pode ser condicionada por alguns fatores externos ao ser humano, tais como a densa ou diluída vegetação, o declive do terreno em que se circula ou até pela existência de cursos

de água. Portanto, podemos considerar que o maior ou menor esforço dos movimentos está sempre condicionado por determinados fatores (Trapero Fernández 2021: 2). Nesta vertente, o cálculo dos “caminhos ótimos”, também designado de *Least Cost Path* (LPC), acaba por simular a representação do trajeto de menor custo entre dois pontos/loais convencionalmente estabelecidos na paisagem (Fábrega-Álvarez – Parcerro-Oubiña 2007: 123; Grau Mira 2011: 376). Com base nestas singelas premissas e de forma a aplicar este método como técnica de reflexão e análise da única proposta viária que insere o sítio de Eira Velha na rede viária romana e o relaciona com Bobadela, tentámos perceber qual seria o melhor caminho entre a *splendidissima civitas* de Bobadela e *Aeminium* e, consecutivamente, entre Bobadela e *Conimbriga* e se, deste cruzamento, este arqueossítio poderia coincidir com o local da bifurcação desta via. A realização deste cálculo foi dividida em duas etapas.

Num primeiro momento procedemos à criação da “superfície de fricção”. Esta resultou da soma das extensões que possuem as variáveis que foram consideradas, nomeadamente, o declive e os cursos de água. Os cursos de água, inicialmente representados em formato vectorial através do *Open Layers Plugin* do Quantum GIS - *Bing Road*, foram classificados de acordo com a ordem de Strahler. A hierarquização dos fluxos de água de acordo com os seus afluentes e a posterior rasterização desta extensão permitiu a representação do custo acumulado das linhas de água (Fábrega-Álvarez – Parcerro-Oubiña 2007: 124; Guimarães 2012: 12). O declive do terreno, expresso em graus, foi obtido através do MDT e da aplicação da ferramenta do QGIS de análise de terreno raster (Declive) (Fig. 5). Consequentemente, os mesmos foram reclassificados de acordo com os seguintes valores ([0 a 5] - 1; [5-15] - 2; [15-30] - 4 e [30-72] - 8).

A segunda etapa deste cálculo prendeu-se com a obtenção das “superfícies de custo”, cujos pixéis que a constituem representam o custo do movimento na paisagem (ou seja, o “esforço” aplicado ao longo da movimentação) (Grau Mira 2011: 372-372; Llobera – Fábrega Álvarez – Parcerro Oubiña 2011: 844). Tal como já havíamos referido, o declive do terreno em muito influência o movimento na paisagem e consequentemente a velocidade. Com base estimativa de Tobler (1993), num terreno plano o espaço percorrido por um indivíduo a pé durante uma hora de marcha poderá ser de 5km/h. Assim, o cálculo da “superfície de custo”

foi realizado através do algoritmo *r. walk points* tendo em conta os dados do MDT, a “superfície de fricção” (obtida na etapa anterior), as coordenadas geográficas do ponto de início do nosso percurso e do custo associado (150 000 para as duas superfícies).

Por fim, e depois de obtermos a anterior extensão e de definirmos os pontos que representam o término do percurso, alcançámos as camadas essenciais para aplicar a ferramenta *r. drain* e obter o os trajetos mais convenientes entre *Aeminium* e Bobadela e *Conimbriga* e Bobadela. A Fig. 6 ilustra os resultados obtidos neste procedimento.

3.2. Modelo de Acumulación del Desplazamiento Óptimo (MADO)

Outro dos algoritmos de análise aplicados neste estudo denomina-se MADO, acrónimo para *Modelo de Acumulación del Desplazamiento Óptimo* (Fábrega-Álvarez – Parcerro-Oubiña 2007). Este modelo comumente utilizado em cálculos hidrológicos é obtido através da “superfície de custo” e representa um protótipo do menor custo de movimento a partir de um determinado ponto de origem (porém, sem um destino definido) (Fábrega-Álvarez – Parcerro-Oubiña: 125). Nos cálculos de acessibilidade, este fluxo de “traçados ótimos” acabam por representar os trajetos mais viáveis e possíveis a partir de um ponto estabelecido, ou seja, os percursos de menor custo na paisagem. Ao contrário do que acontece no cálculo do *Least Cost Path*, este modelo apresenta-se como promissor e menos limitador do ponto de vista interpretativo.

Por meio das superfícies *raster* representativas do custo do movimento (calculadas anteriormente) e recorrendo ao *Plugin* do SAGA (*System for Automated Geoscientific Analyses*), *Flow accumulation*, foi possível obter as superfícies *raster* que permitiram a elaboração dos mapas representados nas figuras 7 e 8. Na Fig. 7 estão representados os trajetos de menor custo a partir de *Aeminium*, enquanto, na Fig. 8 é visível o fluxo de caminhos de menor custo a partir de *Conimbriga*. Tendo em conta que o arqueossítio de Eira Velha é o principal mote desta análise não poderíamos deixar de aplicar este cálculo de forma a perceber o sentido fluxo viário de menor custo a partir deste sítio. Assim foi necessário repetir o cálculo da superfície de custo (já descrita anteriormente) cujo valor definido para o mesmo foi de 250 000. Os resultados obtidos encontram-se representados na Fig. 9.

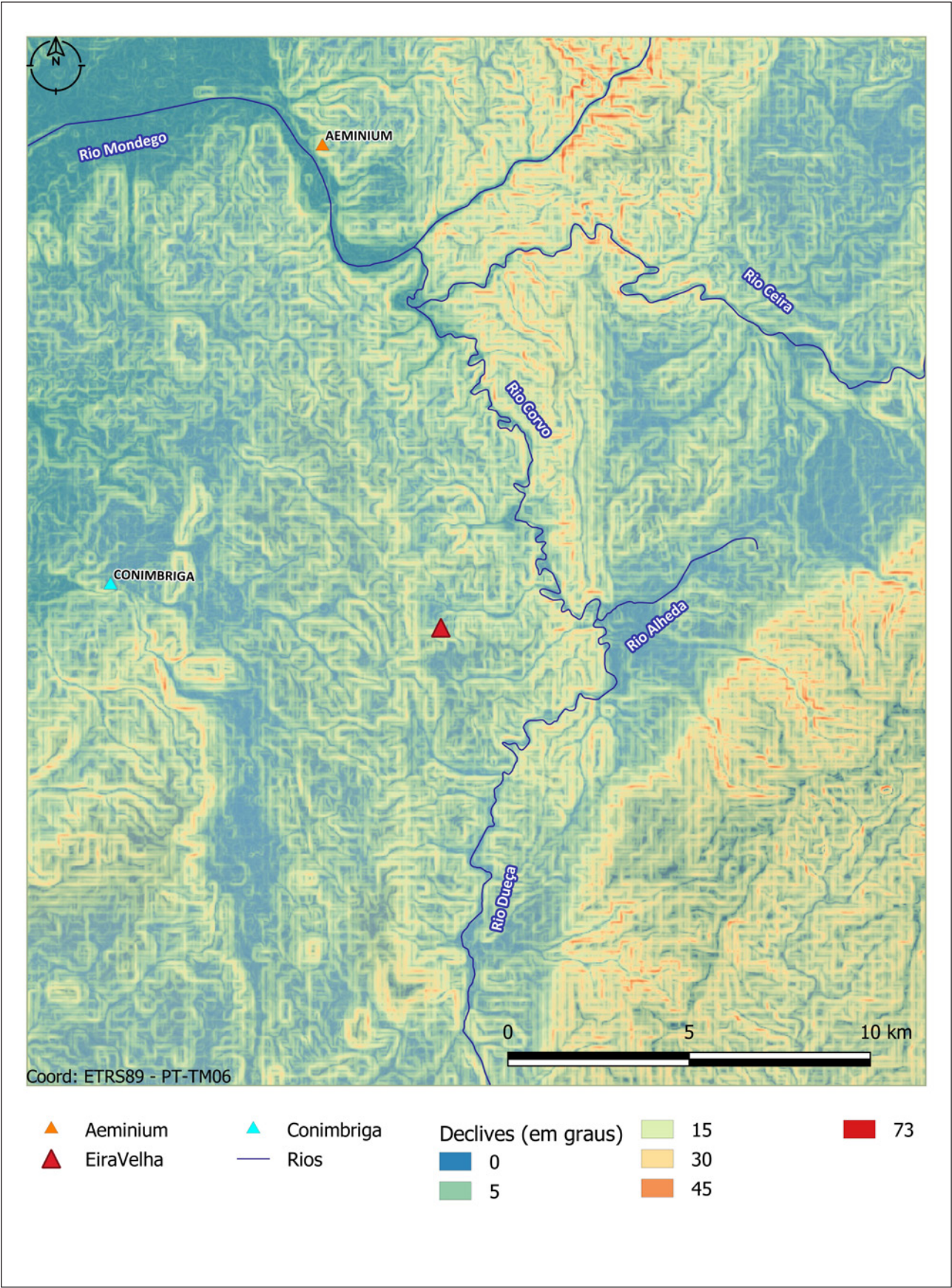


FIG. 5 Declives do terreno em graus..

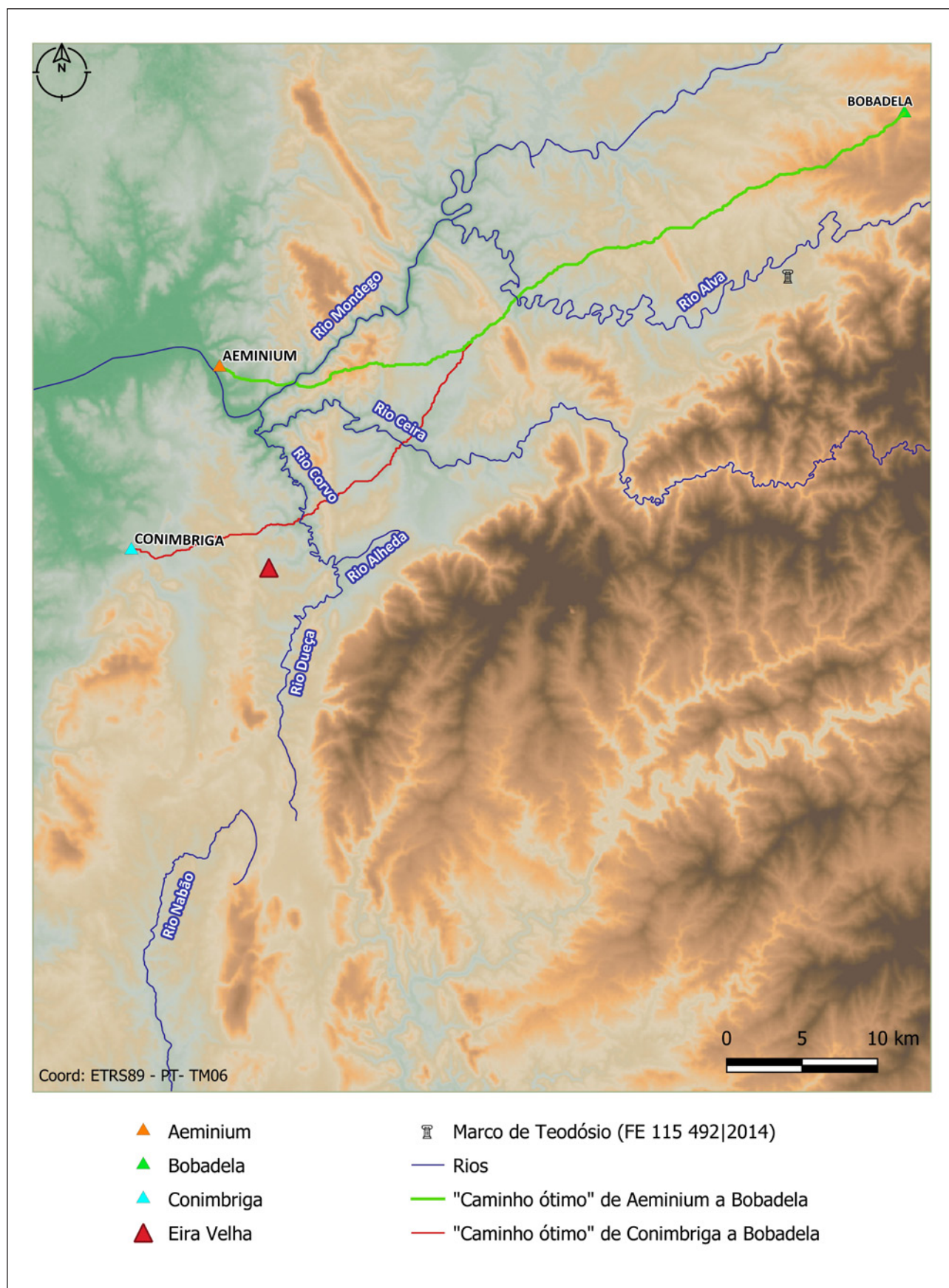


FIG. 6 Cálculo dos "caminhos ótimos" ou *Least Cost Path* (LPC) entre Aeminium-Bobadela e Conimbriga-Bobadela.

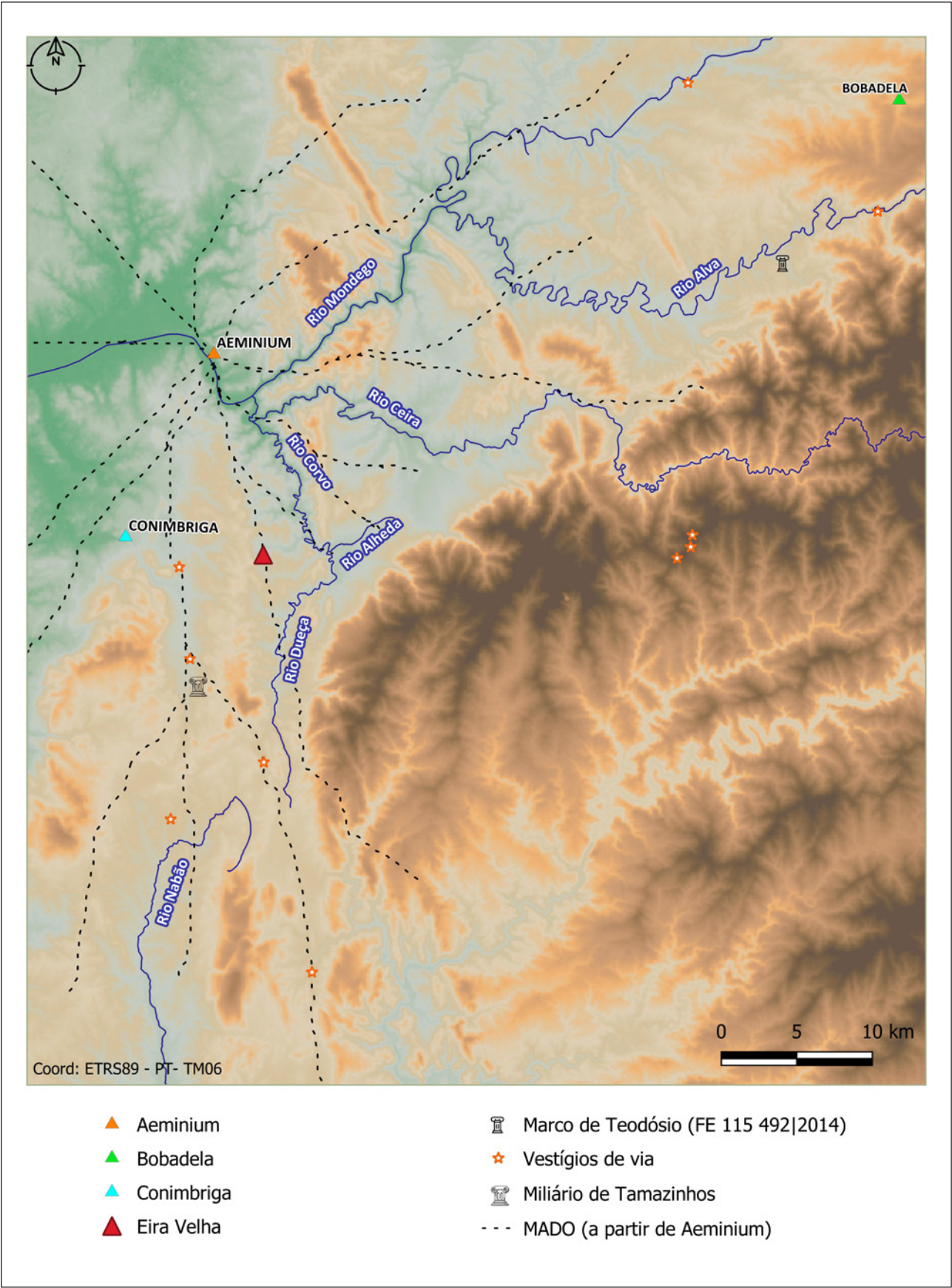


FIG. 7 Fluxo de caminhos provenientes de *Aeminium* obtidos através da aplicação do algoritmo MADO.

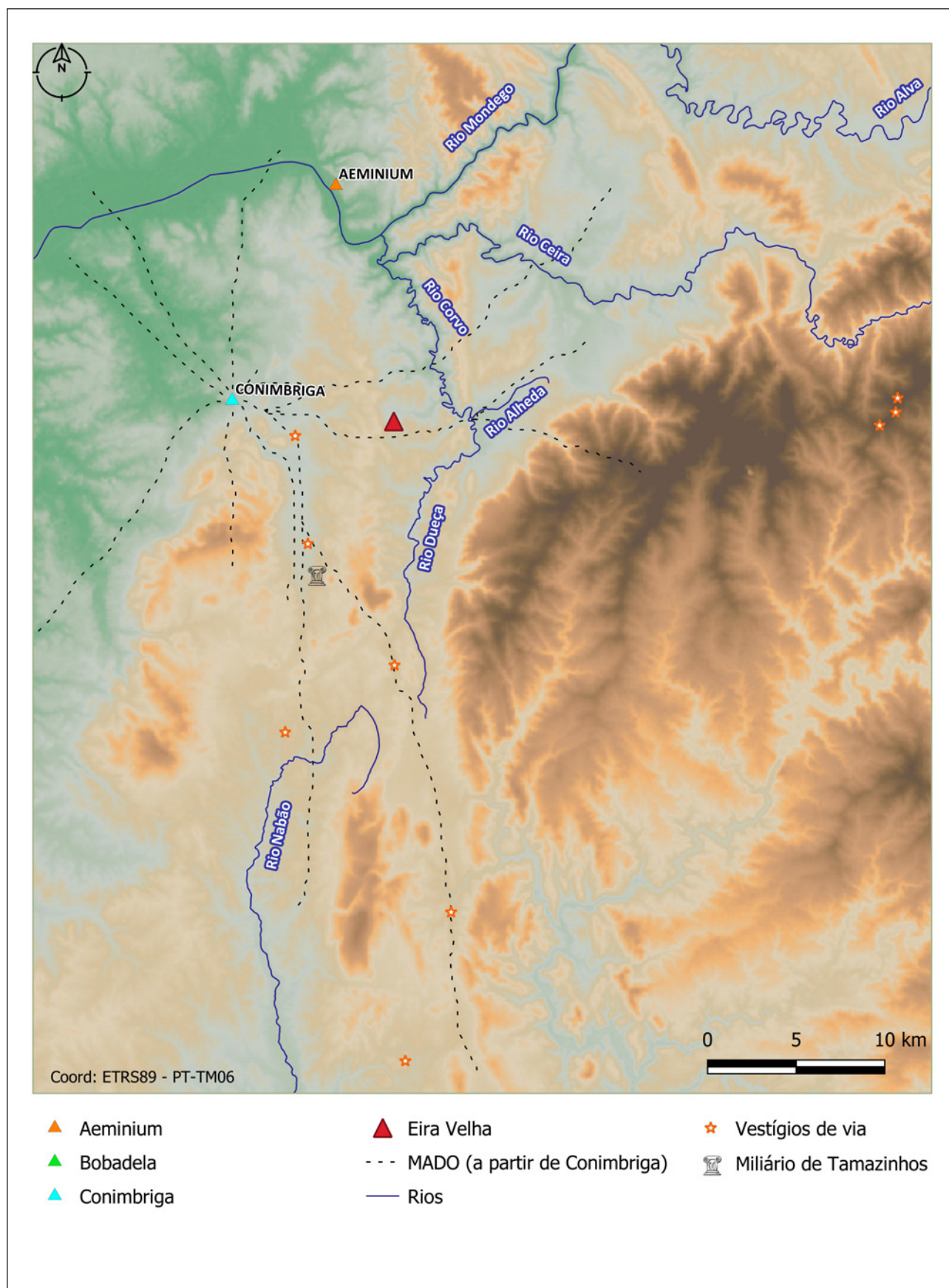


FIG. 8 Fluxo de caminhos provenientes de *Conimbriga* obtidos através da aplicação do algoritmo MADO.

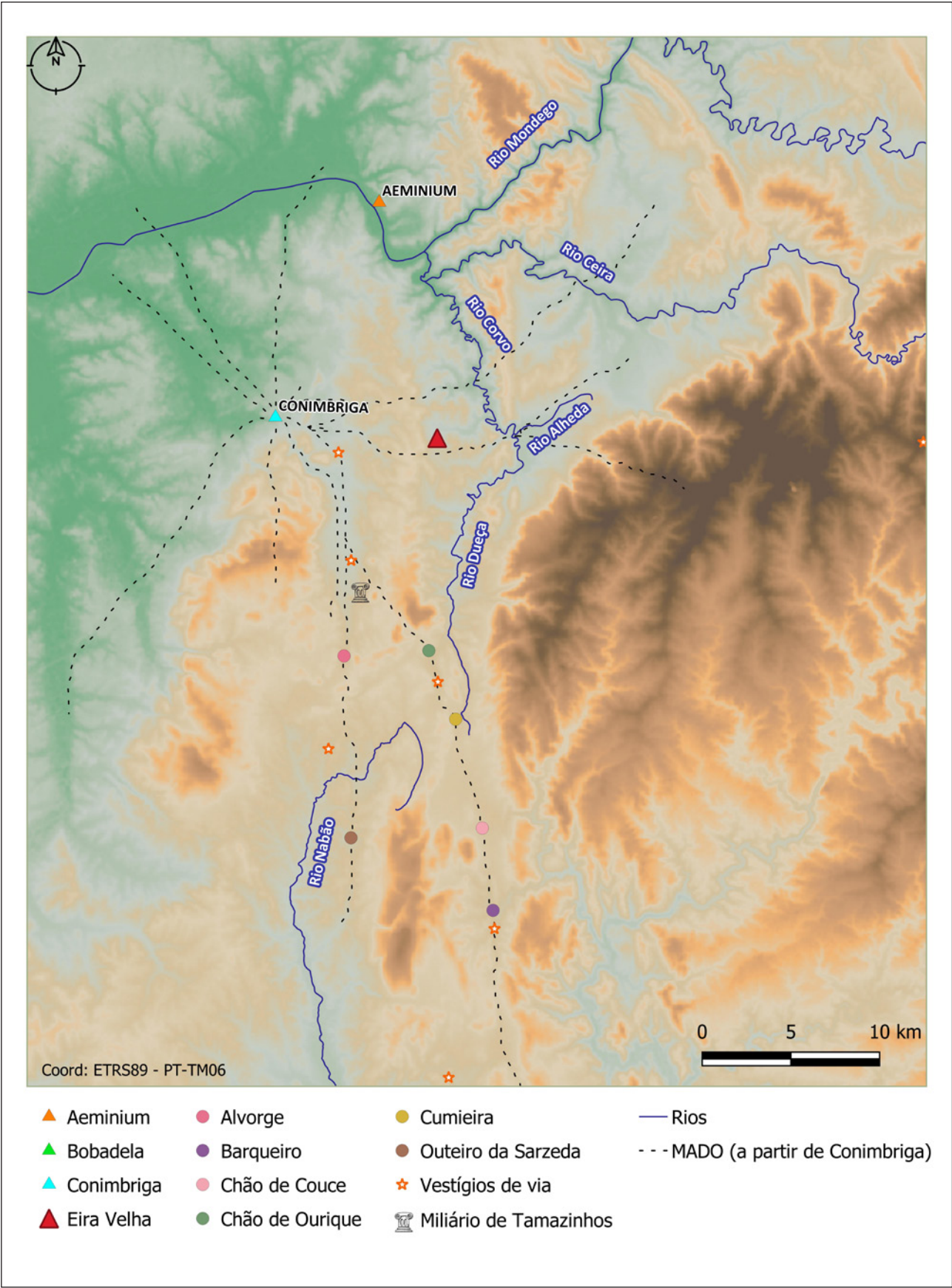


FIG. 8.1 Fluxo de caminhos provenientes de *Conimbriga* obtidos através da aplicação do algoritmo MADO.

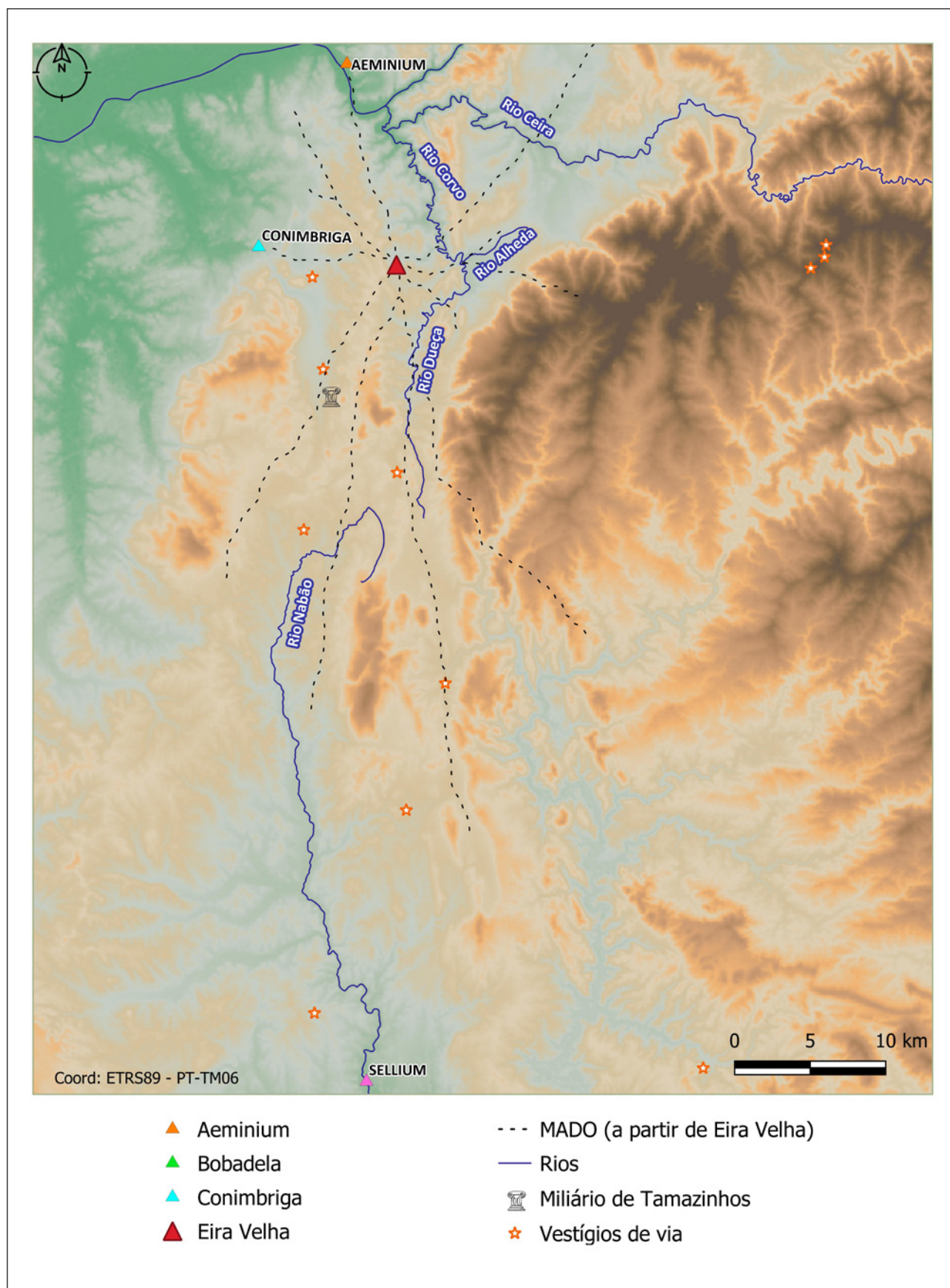


FIG. 9 Fluxo de caminhos provenientes de Eira Velha obtidos através da aplicação do algoritmo MADO. Confronto com a bibliografia (Mantas 1997: 787-805).

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A aplicação de ferramentas e algoritmos dos Sistemas de Informação Geográfica em Arqueologia não só realçam a multidisciplinaridade desta ciência como podem contribuir para a consolidação dos conhecimentos acerca da rede viária antiga.

A estratégia adotada para refletir acerca do posicionamento e importância do arqueossítio de Eira Velha teve como principal ponto de partida a única proposta de integração do sítio na rede viária romana. Tal como foi referido nos capítulos anteriores, Vasco Mantas (2019) propõe que este arqueossítio estaria no conjunto de ligações entre a *splendidissima civitas* de Bobadela a *Conimbriga* e *Aeminium*. Para constatar-mos a viabilidade desta proposta resolvemos aplicar o cálculo dos “caminhos ótimos” denominados também de *Least Cost Path* (LCP). Este algoritmo, condicionado pelo estabelecimento obrigatório de um ponto de partida e de um ponto de chegada, reproduz o percurso entre dois pontos de menor custo na paisagem (Grau Mira 2011: 376). Através dos resultados obtidos podemos concluir que entre Bobadela-*Aeminium* e Bobadela-*Conimbriga* poderá ter existido, apesar das reservas, um ponto de bifurcação entre estes dois trajetos, mas que não coincidiria com a localização do sítio de Eira Velha (Fig. 6). Embora seja difícil reconstituir a ligação entre *Aeminium* e Bobadela, esta estrada acaba por definir as relações entre a via *Olisipo – Bracara Augusta* e *Bracara Augusta – Emerita Augusta*. No entanto, muito fica ainda por esclarecer (Encarnação – Lopes 2014: 116; Mantas 1996: 615).

Os dados fornecidos pelo modelo de análise aplicado poderão ser limitados e condicionados territorialmente. Se nos limitarmos a analisar o movimento na paisagem de forma parcelar distanciamos-nos de uma visão “em rede” – ou seja, com base em pontos de ligação, tal como é sugerido por Fonte, Parcero Oubiña e Costa García (2017: 164). No entanto, não podemos deixar de elevar o seu teor uma vez que contrapõem todas as propostas viárias concebidas em linha reta e que desconsideram totalmente algumas das condicionantes do movimento humano na paisagem. Outro elemento que compromete a nossa análise está relacionado com a carência de miliários. Pese embora não exista, nesta parcela de território, nenhum testemunho desta natureza podemos salientar a importância

do reconhecimento do Marco de Teodósio na localidade de Coja (cf. FE 115 492, 2014) e que acaba por materializar uma certa capilaridade das vias romanas.

Por pretendermos alargar o espectro territorial do nosso ensaio e, simultaneamente, garantir que todas as considerações apresentadas são consistentes resolvemos desenvolver este domínio dos cálculos de acessibilidade. Para tal, tentámos compreender quais os percursos mais favoráveis em matéria de custo de movimento somente a partir de um determinado ponto. Assim executámos o algoritmo indicado no capítulo 3.2. – o MADO (*Modelo de Acumulación del Desplazamiento Óptimo*) (Fábrega-Álvarez – Parcero-Oubiña 2007) – de forma a explorar, sem tantas limitações, algumas das condicionantes do movimento. Empregámos esta ferramenta em três locais distintos efetuando o cálculo a partir de *Aeminium* (Fig. 7), de *Conimbriga* (Fig. 8) e, por fim, do arqueossítio de Eira Velha (Fig. 9). De acordo com a simulação elaborada constatamos que Eira Velha se encontra inserida no fluxo de trajetos de menor custo a partir de *Aeminium* (Fig. 7). A mancha de caminhos que derivam de *Aeminium* é notavelmente densa – fato justificado pela sua localização privilegiada (numa perspetiva altimétrica e próxima de uma zona de vale). A sobreposição dos resultados obtidos com a superfície cartográfica do *Bing Road* (*Plugin* do QGIS) atesta alguma concordância e proximidade dos traçados com algumas das ocorrências patrimoniais georreferenciadas e assinaladas na Fig. 7.

Um desses achados é o miliário de Alcalamouque. Este marco miliário reconhecido *in situ* na freguesia do Rabaçal (na localidade de Tamazinhos) revelou-se um importante testemunho na compreensão da via *Olisipo – Bracara Augusta* (Mantas 1985: 162-165).

No território e contexto em estudo, a sua relevância ascende a outro patamar por ser o único miliário georreferenciado e conhecido.

Com a aplicação do algoritmo MADO a partir de *Conimbriga* (Fig. 8) depreendemos, apesar das reservas, que alguns destes fluxos viários poderão coincidir com alguns dos caminhos já propostos para o troço *Conimbriga – Sellium*. O traçado de *Sellium* a *Conimbriga* tem levantado inúmeras questões face à difícil reconstituição. Presume-se que existiram dois percursos sendo que o segundo corresponderia a um atalho/derivação do eixo viário principal que se dirigia para Ansião passando pelo Vale do Nabão (*deverticulum*) (Mantas 1996:

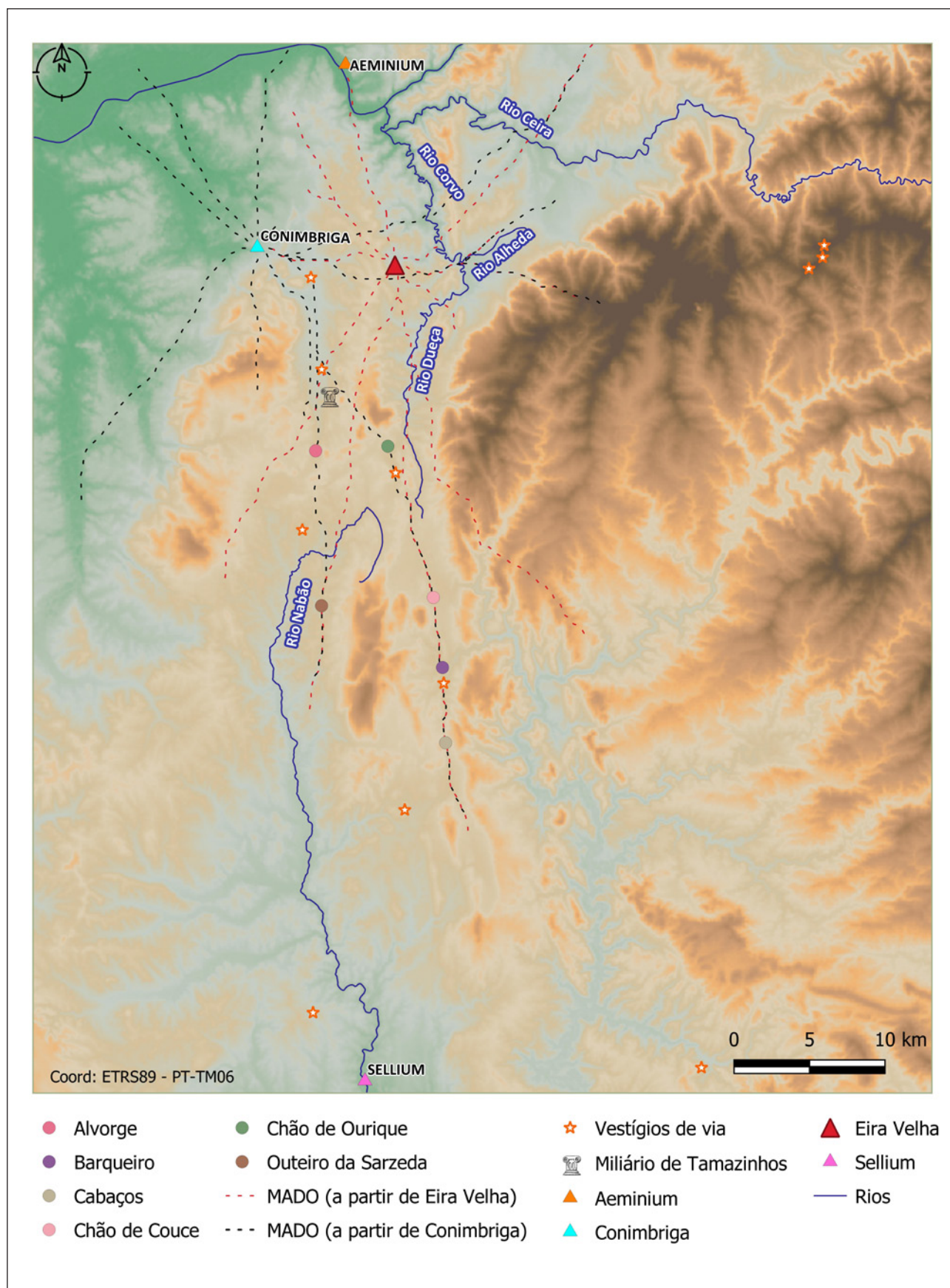


FIG. 10 Fluxo de caminhos provenientes de *Conimbriga* e Eira Velha obtidos através da aplicação do algoritmo MADO. Confronto com a bibliografia (Mantas 1997: 785-805).

33, 787). É sugerido que haveria uma ligação de *Conimbriga* a Ansião através do Rabaçal. Este trajeto poderia coincidir com o *deverticulum* que passaria pelo vale do Rio Nabão tal como já havia sido apontado também por Catarina Mendes (2008: 103) ao compilar três dos grandes eixos de circulação no território de Alvaiázere.

Assim sendo, corresponderia o caminho referido acima (Fig. 8.1), que aparenta bifurcar a partir do Rabaçal (próximo da localização do miliário de Alcalamouque) em direção a Chão de Ourique, ao eixo principal da via que partiriam de *Conimbriga* rumo a *Sellium*? Se sim, poderíamos testemunhar a possibilidade de em Barqueiro se localizar uma *mansio* tal como sugere Vasco Mantas (1996: 795)?

A formulação destas questões conduziu-nos à simulação final realizada a partir do arqueossítio de Eira Velha (Fig. 9). Um dos traçados representados no fluxo de caminhos representados a partir deste sítio arqueológico sugere uma possível e direta ligação à *villa* romana de S. Simão (Fig. 10) e que seguiria em direção a Pontão, Chão de Couce, Pardinheira e Barqueiro, tomando assim o mesmo rumo de um dos caminhos obtidos na representação da Fig. 8.1. Esta possibilidade pode ser sustentada pela descrição já apresentada por Catarina Mendes (2008: 102) ao enumerar um dos eixos viários (em sentido inverso) – depressão do Rego da Murta – Pontão quando refere “De Barqueiro seguia para Carvalhal, Tojeira, dirigindo-se para Chão de Couce e Pontão, seguindo depois pelo mesmo vale em direcção a Penela, até *Conimbriga*.” Ao cruzarmos os fluxos obtidos a partir de *Conimbriga* e Eira Velha reparamos que a localização do arqueossítio em análise é singular (Fig. 10).

Assim, os cálculos efetuados através das diferentes ferramentas dos Sistemas de Informação Geográfica permitem-nos considerar, apesar das reservas e da incompletude dos dados, que Eira Velha seria uma estação viária onde confluíam os eixos viários que ligariam *Aeminium - Sellium* e *Conimbriga - Sellium*. Esta hipótese, para já, parece-nos sensata tendo em conta todos os elementos exibidos. A questão do posicionamento deste sítio arqueológico começa, finalmente, a ser desvendada; no entanto, é preciso salientar que os dados e resultados apresentados neste ensaio não devem ser encarados como absolutos; devem, ao invés, servir de complemento a todas as descrições de itinerários, a investigações futuras e prospeções no terreno.

A peculiaridade de Eira Velha leva-nos a redigir mais algumas palavras acerca da sua classificação como possível estação viária. Como já havíamos apontado ao longo do capítulo 2.1., todos os edifícios e segmentos viários identificados no local revelaram uma implantação deliberada e puramente intencional. Após a ocupação deste espaço durante a época romana, o sítio de Eira Velha foi abandonando e utilizado somente em época contemporânea para as lides agrícolas.

Neste caso, o surgimento de uma estação viária em Eira Velha poderia ser justificado apenas pela necessidade de reconfigurar a “paisagem viária”, ou seja, de reduzir as distâncias entre *Aeminium - Sellium* e *Conimbriga - Sellium* e aproximar estas *civitates*.

Considerando este pressuposto estaremos perante um sítio que poderá ser inserido na categoria das estações oficiais (*mansio* ou *mutatio*) ou perante mais um sítio distinto, de cariz privado que exerceu este tipo de funções exclusivamente viárias?

Em síntese, a aplicação destas ferramentas na compreensão do posicionamento do sítio de Eira Velha no quadro viário regional surge como um versátil instrumento de avaliação da rede viária romana. Defendemos a possibilidade de Eira Velha ter sido uma estação viária. A identificação e consequente classificação deste tipo de sítios pode estar condicionada por variados fatores tais como a sua identificação em contexto arqueológico.

Apesar dos resultados fragmentários da intervenção que colocou este sítio a descoberto podemos afirmar que os segmentos viários reconhecidos em Eira Velha são a evidência incontestável para classificar este sítio como uma estação viária. No entanto, pensamos que não devemos descartar outras teses que, rigorosamente analisadas, poderão ter fundamento. Um desses exemplos prende-se com a possibilidade de este sítio ter exercido funções de natureza viária e evoluído, em determinado momento, para *vicus* (Mendes 2008: 87-91).

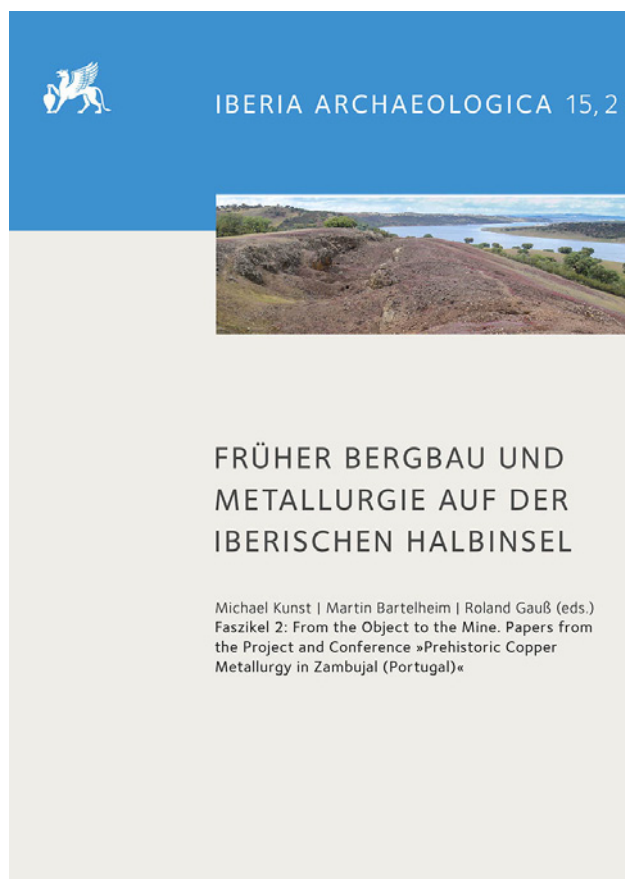
Agradecimentos

Agradecemos todo o contributo e ajuda do Professor Doutor Ricardo Costeira da Silva através das revisões e sugestões de melhoria apresentadas para este trabalho assim como do Dr. Marcos Osório por todas correções e orientações dadas na elaboração dos mapas exibidos.

Referências bibliográficas

- ALARCÃO, J. (1988a) – *Roman Portugal*, Vol. 2 Coimbra e Lisboa.
- ALARCÃO, J. (1988b) – *O Domínio Romano em Portugal*. Sintra.
- CARVALHO, P. C. (2007) – *Cova da Beira: Ocupação e exploração do território em época romana: um território rural no interior norte da Lusitania*, Fundão.
- CORSI, C. (2000) – *Le strutture di Servizio del Cursus Publicus in Italia. Ricerche topografiche e evidenze archeologiche*. (BAR International Series, 875). Oxford.
- DIAS, D. (2011) – *Inventariação, valorização e divulgação de sítios com interesse geológico no concelho de Miranda do Corvo*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Terra apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Inédita. URL: <http://hdl.handle.net/10316/20533>.
- ENCARNAÇÃO, J. – LOPES, C. (2014) – 492. Marco de Teodósio em Coja (Arganil). *Ficheiro Epigráfico*, 115: s/p.
- ESPINOSA CRIADO, N. (2013) – *Circulación e información en las vías romanas del Nordeste hispánico: estudio de las estaciones viarias a lo largo de la Vía Augusta*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Zaragoza. Inédita.
- FÁBREGA-ÁLVAREZ, P. – PARCERO-OUBIÑA, C. (2007) – Proposals for an archaeological analysis of movement and pathways. *Archeologia e Calcolatori*, 18: 121-140.
- FÁBREGA-ÁLVAREZ, P. (2016) – Un alto en el camino. Notas acerca del uso de SIG en los análisis de movilidad en arqueología. In MINGUEZ GARCIA, M. C. – CAPDEVILA MONTES, E. (coords.) – *Manual de Tecnologías de la Información Geográfica aplicadas a la Arqueología*. Madrid: 159-182.
- FONTE, J. – PARCERO-OUBIÑA – COSTA-GARCÍA (2017) – A GIS-based analysis of the rationale behind roman roads. The case of the so-called VIA XVII (NW IBERIAN PENINSULA). *Mediterranean Archaeology and Archaeometry*, 17(3): 163-189.
- GARCÍA SANJUÁN, L. (2005) – *Introducción al Reconocimiento y Análisis Arqueológico del Territorio*, Barcelona.
- GUIMARÃES, R. C. (2012) – Capítulo 2 – Bacia Hidrográfica. In SHAIDIAN, S. – GUIMARÃES, C. R. – RODRIGUES, C. M. (eds) – *Hidrologia Agrícola*. Évora. URL: <http://rdpc.uevora.pt/handle/10174/7988>.
- GRAU MIRA, I. (2011) – Movimiento, circulación y caminos en el paisaje digital. In MAYORAL HERRERA, V. – CELESTINO PEREZ (ed.) – *Tecnologías de Información Geográfica y Análisis Arqueológico del Territorio. Actas del V Simposio Internacional de Arqueología de Mérida (Anejos de AESPA, LIX)*. Madrid: 369-382.
- LLOBERA, M. – FABREGA ALVAREZ, P. – PARCERO OUBINA, C. (2011) – Order in movement: a GIS approach to accessibility. *Journal of Archaeological Science*, 38: 843-851.
- MANTAS, V. (1985) – Dois miliários do território de Conimbriga. *Biblos*, 61: 175-177.
- MANTAS, V. (1996) – *A rede viária Romana da Faixa atlântica entre Lisboa e Braga*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra. Inédita.
- MANTAS, V. (2012) – *As Vias Romanas da Lusitânia*. (Studia Lusitana, 7). Mérida.
- MANTAS, V. (2019) – Da capital da Lusitânia a Bracara Augusta pela Serra da Estrela. *Conimbriga*, 58: 255-300;
- MENDES, C. (2008) – *Dinâmica de povoamento da área de Alvaiázere: da pré-história à alta Idade Média*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Inédita.
- PESSOA, M. – RODRIGUES, L. (2015) – Casal Romano de Eira-Velha, em Chão de Lamas: “Todos os Caminhos Vão Dar a Roma”. In *Al-Madan Online*, IIª Série, 19(2): 91-98. URL: https://issuu.com/almadan/docs/al-madanonline19_2.
- RAMOS, R. – SIMÃO, I. (s.d.) – *Sondagens de diagnóstico e escavação arqueológica no sítio de Eira Velha – Lote 2 (Avelar/Condeixa) da Concessão do Pinhal Interior*. Relatório Final da Intervenção Arqueológica em Eira Velha. Inédita.
- RAMOS, R. – SIMÃO, I. (2012) – Eira Velha: uma estação viária romana na periferia de Conimbriga. *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 8: 63-71.
- RASTEIRO, I. (2021) – *Contributo para o estudo do espólio arqueológico do sítio romano de Eira Velha (Miranda do Corvo): Indicadores cronológicos das fases de construção*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Inédita.
- RODRIGUES, S. (2004) – *As vias romanas do Algarve*. Faro.
- SAA, M. (1960) – *As grandes vias da Lusitania. O Itinerário de Antonino Pio*, Tomo III. Lisboa.
- TOBLER, W. (1993) – *Three Presentations on Geographical Analysis and Modelling*. Santa Barbara.
- TRAPERO FÉRNANDEZ, P. (2021) – Mobility in ancient times: Combining land and water costs. *Digital Applications in Archaeology and Cultural Heritage*, 22: 1-7.

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS



KUNST, M. - BARTELHEIM, M. - GAUß, R. eds, (2022)
Früher Bergbau und Metallurgie auf der Iberischen Halbinsel/ Early mining and metallurgy on the Iberian Peninsula. Faszikel 2: From the object to the mine. Papers from the project and conference "Prehistoric copper metallurgy in Zambujal"
 [Iberia Archaeologica 15.2]. Wiesbaden: Reichert / Deutsches Archaeologisches Institut / Madrid. 406 p. ISBN 978-3-7520-0016-0

ANA CATARINA SOUSA

UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa
 sousa@campus.ul.pt
 ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-2709-3967>

VICTOR S. GONÇALVES

UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa
 vsg@campus.ul.pt
 ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-8120-5192>

<https://doi.org/10.51679/ophiussa.2023.146>

Na Idade do Ouro da Arqueologia portuguesa era já grande o interesse pela arqueometalurgia do cobre. Vários monumentos e sítios tinham revelado senão sinais de actividades arqueometalurgistas pelo menos artefactos metálicos em volume e número suficiente. As primeiras análises foram, naturalmente químicas, sendo mesmo feitas por químicos. A presença de artefactos de metal era a tal ponto evidente, que levantou questões e problemas relacionados com a origem do metal e os modos de o trabalhar. Mas, na realidade, é a perspectiva organizada da escola alemã que abre a leitura a nível europeu.

A obra em análise insere-se na série *Iberia Archaeologica*, edição científica do Instituto Arqueológico Alemão de Madrid publicada desde 1999, já com 30 volumes impressos, com textos em alemão, espanhol, inglês e português. As temáticas são variadas incluindo obras específicas relacionadas com projectos de longa duração (como Zambujal ou Fuente Álamo), edições relacionadas com temáticas transversais (como a metalurgia do cobre) e ainda um conjunto de obras relacionados com o historial da delegação de Madrid do Instituto Arqueológico Alemão (*Iberia Archaeologica* 14, tomos 1 a 4). São também diferentes as editoras distribuidoras responsáveis: Philipp von Zabern entre 1999 e 2014, Wasmuth entre 2015 e 2018 e Reichert desde 2019.

O volume 15 (Band 15) foi dedicado ao tema *Mineiração e metalurgia antiga na Península Ibérica* (Early mining and metallurgy on the Iberian Peninsula / Früher Bergbau und Metallurgie auf der Iberischen Halbinsel) sendo composto por dois tomos relacionados com o projecto de investigação *Metalurgia pré-histórica do cobre no Zambujal – Desde as jazidas de minério até ao produto final* (2004-2006), financiado pela Deutsche Forschungsgemeinschaft (DFG) com o Instituto Arqueológico Alemão (M. Kunst), a participação da Universidade de Tübingen (M. Bartelheim) e CurtEngelhorn Zentrum (CEZ) Archäometrie in Mannheim (E. Pernicka) e a colaboração de várias instituições alemãs e portuguesas.

O tomo 15.1 foi publicado em 2015 e corresponde à tese de doutoramento de Rolland Müller/Gauß defendida na Universidade de Tübingen (2008), dedicada especificamente à metalurgia do Zambujal e da Estremadura (Gauß 2015), tendo sido objecto de recensão bibliográfica no *European Journal of Archaeology* (Risch 2018).

O tomo 15.2, aqui discutido, baseia-se nas actas de colóquio realizado entre 28 e 31 de Outubro de 2005 no Alqueva, o qual integrava os investigadores associados ao referido projecto e também alguns investigadores portugueses e espanhóis. O desfasamento entre o momento da produção dos textos e a publicação do volume é destacado por muito dos autores deste volume (Mataloto – Gauß; Soares; Pérez Macias): referem-se sumariamente os novos avanços mas os autores geralmente optaram por manter o texto entregue por publicação.

O tomo 15.2. é uma obra colectiva editada por Michael Kunst, coordenador científico do projecto do Castro do Zambujal durante largas décadas juntamente com Roland Gauß e Martin Bartelheim (Universidade de Tübingen).

As 406 páginas encontram-se organizadas em 13 capítulos e um glossário, antecidos por preâmbulo de Dirce Marzoli, directora da delegação de Madrid do Instituto Arqueológico Alemão (IAAM) e por um prefácio dos editores científicos.

O tomo 15.2 inclui contributos de 13 investigadores alemães, portugueses e espanhóis: António Monge Soares, Barbara S. Ottaway, Erica Hanning, Gerd Weisgerber (†), Gert Goldenberg, Juan Aurelio Pérez Macias, Manuel Calado, Marcus Schreiner, Mark Hunt Ortiz, Martin Bartelheim, Michael Kunst, Quanyu Wang, Roland Gauß, Rui Mataloto, Salvador Rovira, Thomas Stöllner e Victor Hurtado Pérez. A maior parte dos autores ibéricos optaram pela sua língua nativa, tendo os autores alemães optado por publicar os capítulos em inglês. A diversidade linguística é patente nos textos introdutórios que se encontram em alemão, inglês e português.

O volume é dedicado a Hermanfrid Schubart, um dos “pais fundadores” do projecto do Zambujal juntamente com Edward Sangmeister. Este último publicou de forma monográfica o acervo da arqueometalurgia exumada nas escavações realizadas entre 1964 e 1973 (Sangmeister 1995) e foi um dos autores do importante corpus SAM, *Studien zu den Anfängen der Metallurgie* (Junghans et al 1960).

Quando H. Schubart propõe que os sítios fortificados da Estremadura “Eran lugares de transito para la riqueza metalúrgica del interior” (Schubart 1967: 204), não existiam estudos detalhados como os que foram apresentados neste volume, mas consideravam-se dois

elementos fulcrais: a enorme concentração de achados metalúrgicos no Zambujal e a abundância de recursos cupríferos na faixa piritosa ibérica. Numa segunda fase de pesquisas do Zambujal, foram valorizadas as ocorrências locais (Uerpmann 1995), proposta que viria a ser completamente infirmada através do projecto em que se baseia a obra em análise. Efectivamente, as pesquisas efectuadas por G. Goldenberg e A. Maass na área imediata ao Zambujal, na “famosa” mina de Matacães não forneceram elementos que comprovassem nem a sua exploração pré-histórica nem a relação com a metalurgia do Zambujal (Bartelheim – Gauß – Kunst, 2022), indicando as análises isotópicas a origem da metalurgia do Zambujal na região de Ossa Morena (Alto Alentejo). Como em outros casos, a interpretação dos dados tem ciclos de investigação e depois de uma fase “colonialista”, seguiu-se uma fase indigenista e, mais recentemente, as novas analíticas (isótopos, aDNA...) têm suscitado um regresso aos modelos das primeiras décadas do século 20 (Guilaine 2018).

Em várias passagens do livro, refere-se o paralelismo entre a rota de aprovisionamento do cobre e a do anfíbolito (e mesmo do xisto) entre o Alentejo médio e a Estremadura, estando ainda por realizar uma análise integrada de todas as componentes que circulam: não apenas matérias-primas (cobre e anfíbolito ou o sílex da Estremadura) mas também as tecnologias (pedra lascada, metalurgia, cerâmica) e identidades socio-culturais (sagrado, decoração cerâmica) (Sousa – Gonçalves 2012).

O volume apresenta quatro tipos de abordagem: 1) os dados arqueológicos dos povoados (cronologia e arqueometalurgia); 2) o levantamento das fontes de aprovisionamento; 3) experiências de arqueologia experimental; 4) definição de conceitos relacionados com metodologia de estudo arqueometalúrgico.

No que se refere aos dados arqueológicos (1), o “castro” do Zambujal é naturalmente o núcleo central da discussão, incluindo-se uma detalhada descrição das fases arquitectónicas e metalurgia do sítio (Kunst: 27-65) e uma contextualização no quadro do povoamento calcolítico do Sudoeste da Península Ibérica (Bartelheim – Gauß – Kunst: 11-26). Desde o início do projecto do Zambujal que a questão da metalurgia do cobre assumiu um papel central na discussão da origem do fenómeno das fortificações. Ainda hoje, para o panorama nacional, o castro do Zambujal apresenta

o maior conjunto de artefactos relacionados com a arqueometalurgia exumada e o mais intensamente analisado (363 análises).

Em termos de contextualização, é especialmente relevante o estudo comparativo entre Zambujal, Liceia e VNSP, previamente publicados no tomo 15.1 (Gauß 2015) e a inclusão de um mapa actualizado de todos os povoados fortificados na Península Ibérica (Kunst: fig. 19, p. 47). Novas análises de artefactos metalográficas em cobre (Wang – Ottaway: 65-90) puderam atestar o elevado grau de controlo dos processos de manufatura (compatível com a circunstância da matéria-prima ser de origem exógena), documentando-se um ciclo de produção maioritariamente vazamento – trabalho a frio – refinação por recozimento. A publicação de um apêndice impresso com a descrição das microestruturas, e *on line* com as imagens correspondentes, é uma ferramenta útil.

Foi igualmente dado destaque a sítios localizados na área provável de origem do cobre do Zambujal, na área de Ossa Morena, quer respeitante ao Calcolítico (Mataloto – Gauß) quer à Idade do Bronze (Monge Soares).

Na proximidade da mina de Mocissos (Alandroal), o sítio fortificado calcolítico de S. Pedro (Mataloto – Gauß: 139-164), em fase de escavação durante a vigência do projecto, foi seleccionado como caso comparativo atendendo à proximidade à matéria-prima. No âmbito do projecto foram efectuadas algumas datações radiocarbónicas para S. Pedro, tendo sido privilegiados contextos associados a vestígios metalúrgicos e/ou determinantes para o estabelecimento do faseamento do sítio. Ainda assim, os dados são ainda escassos para compreender claramente o faseamento das “ocupações” do sítio de S. Pedro, embora o estudo deste povoado tenha já avançado substancialmente desde a redacção do artigo em 2008/2009, quer em termos de cronologia absoluta quer mesmo em estudos da metalurgia. Tratando-se de uma escavação de carácter preventivo, o sítio de S. Pedro apresenta uma área escavada extensa (1750 m²) mas ainda assim o número total de artefactos relacionados com a arqueometalurgia é relativamente limitado: apenas 113 itens (21 utensílios de cobre) face aos cerca de 900 do Zambujal recolhidos em 10 000 m² de escavação. Na verdade, os dados disponíveis para o Centro e Sul de Portugal são muito

desiguais, não é possível comparar sítios amplamente escavados como o Zambujal com outros com intervenções limitadas. Ainda assim, um inventário exaustivo das ocorrências relacionadas com actividades arqueometalúrgicas na escala peninsular parece indicar que esta actividade estaria disseminada, não existindo evidências seguras de “centros produtores” que concentratessem a actividade metalúrgica (Kunst 2013).

Os dados de S. Pedro foram integrados com leituras regionais do Alentejo, especialmente centrando-se na questão das cronologias e dos povoados fortificados. O acervo do vizinho povoado de Fonte Ferrenha foi alvo de capítulo individualizado (Gauß – Mataloto – Calado: 165-184), mas tratando-se de recolhas de superfície, a informação encontra-se descontextualizada, embora seja de destacar o elevado número de cadinhos (n.º 123).

A inclusão de um capítulo relativo ao povoamento da Idade do Bronze no Sul de Portugal (Soares: 185-213) procurou fazer uma revisitação da periodização de H. Schubart mas o alcance da síntese é de alguma forma limitado, se considerarmos as múltiplas novas ocorrências detectadas sobretudo a partir de 2007, com a abertura dos canais de rega do Alqueva (Mataloto – Martins – Soares 2013; Soares – Silva 2016).

O capítulo relativo à Extremadura (Hunt Ortiz – Hurtado Pérez: 215) apresenta uma abordagem dupla, com uma aproximação à evidência de exploração pré-histórica dos recursos minerais no Guadiana Médio e uma apresentação dos registos arqueometalúrgicos de S. Blás. O estudo dos recursos foi desenvolvido no âmbito de projecto de investigação sobre recursos abióticos no 3.º e 2.º milénios a.n.e. sendo associado a análises isotópicas para La Pijotilla que evidenciam uma diversidade de fontes de aprovisionamento, dominando os da Faixa Piritosa Ibérica. Os registos de S. Blás incluem a publicação de um conjunto de estruturas combustão associados com a produção metalúrgica, as quais apresentam uma parede de argila rubefacta, tratando-se provavelmente das raras estruturas de combustão arqueometalúrgicas a par de Zambujal, Los Millares e... Corte João Marques (Gonçalves, 1989).

Finalmente, Salvador Rovira Llorens efectua uma perspectiva geral das estruturas de fogo relacionadas com a metalurgia antiga do cobre, apresentando

exemplos calcolíticos de Israel, França, Irlanda e Península Ibérica, incluindo a famosa casa V do Zambujal. Estes contextos são relativamente raros, correspondendo a fornos abertos, designados por Rovira Llorens como “proto-fornos”, sendo contestada a proposta de função como forno de redução das estruturas de Cabezo Juré (Nocete – Soares – Araújo 2004).

O levantamento das fontes de aprovisionamento (2) constitui uma parte essencial do projecto e um contributo verdadeiramente inovador para o panorama da investigação pré e proto-histórica da Península Ibérica. Os trabalhos desenvolvidos por Gert Goldenberg e Erica Hanning em Portugal (Alentejo e Algarve) permitiram cartografar as principais ocorrências com ocupação pré-histórica na zona de Ossa Morena, na zona do Alto Alentejo, com sondagens arqueológicas em vários sítios mineiros que propiciaram sequências absolutas com ocupações calcolíticas, da Idade do Ferro e do período romano, destacando-se os sítios de Mocissos (Alandroal) e Monte da Angerinha (Viana do Alentejo) que apresentam cronologias do 3.º milénio a.n.e. A leitura foi ainda complementada com os estudos realizados por J. A. Pérez Maciás que realiza uma perspectiva geral das principais formações geológicas (denominados distritos mineiros).

A obra inclui uma interessante abordagem de arqueologia experimental (3) com dois artigos relacionados com a arqueometalurgia do Zambujal.

No estudo desenvolvido por M. Schreiner a arqueologia experimental procurou compreender a origem de pequenos artefactos metálicos redondos presentes no acervo do Zambujal, tendo evidenciado que a sua origem estaria associada a uma metalurgia de reciclagem, acção compreensível atendendo ao carácter exógeno do cobre na Estremadura.

E. Hanning e G. Goldenberg investigaram a reconstrução da técnica de fusão em cadinhos, partindo da evidência arqueológica de exemplares do Zambujal e efectuando a reconstituição e funcionamento de estruturas de combustão, cadinhos e algaravizes. Os dados experimentais indicam que estas operações seriam efectuadas em estruturas de combustão aberta (similares às lareiras domésticas), ficando evidente a eficácia dos algaravizes para atingir temperaturas elevadas (1200 °C), e o tipo das cerâmicas metalúrgicas, sem argila refractária mas com a adição de componentes vegetais. Posteriormente, o estudo efectuado por

Nuno Inácio (2015) sobre as cerâmicas de Cabezo Juré, la Junta e Valencina de la Concepción evidenciou a presença de escolhas tecnológicas nos artefactos cerâmicos usados nas operações metalúrgicas: apesar de não serem refractárias houve uma diferenciação do tipo de componentes não plásticos em relação aos usados nos restantes recipientes cerâmicos, o que para este investigador é indicador de uma especialização (Inácio 2015).

Finalmente, a obra apresenta uma importante componente teórica, com a inclusão de um capítulo dedicado à sistematização dos processos de mineração e metalurgia (4), a “*Montanarchäologie*” em oposição à arqueologia mineira. O contributo de Thomas Stöllner e Gerd Weisgerber (este último a título póstumo) aplica-se aos processos pré-históricos, proto-históricos e da antiguidade, incluindo a cadeia operatória do processo e uma sistematização dos três grandes domínios: operações mineiras, metalurgia e ofícios do trabalho de metal e a economia da mineração. Este contributo está associado a um útil glossário da cadeia operatória em inglês, português, espanhol e alemão, da autoria de T. Stöllner, G. Weisgerber, A. M. Soares e S. Rovira.

A informação compulsada neste volume é importante: com este projecto e este livro sabemos mais das fontes de aprovisionamentos, da actividade metalúrgica nos povoados calcolíticos e das diferenças entre várias regiões do Sudoeste da Península Ibérica. O avanço no conhecimento sobre este tema no Ocidente Peninsular tem sido bastante desigual, confronte-se o trabalho desenvolvido para Espanha (Rovira Llorens – Montero Ruiz 2018) e o panorama português. Ainda assim, há que salientar a importância dos trabalhos de caracterização dos acervos de muitos povoados calcolíticos pela equipa portuguesa do Instituto Tecnológico e Nuclear (Valério – Soares – Araújo 2016).

Mas como um dos autores desta recensão escreveu há mais de três décadas, a questão central não é apenas da origem local ou exógena de grandes componentes da mudança tecnológica: “Não é tanto a metalurgia do cobre ou o uso do cavalo que importam, mas a maneira como as sociedades se articulam com esses novos componentes” (Gonçalves 1989: 434). Compreender o que muda nas sociedades do 3.º milénio com as inovações da metalurgia do cobre é ainda um desafio em aberto. Determinar quando acontece também. Mas essa será mais uma etapa da longa investigação sobre a metalurgia do cobre.

Referências

- GAUß, R. (2015) – *Zambujal und die Anfänge der Metallurgie in der Estremadura (Portugal): Technologie der Kupfergewinnung, Herkunft des Metalls und soziokulturelle Bedeutung der Innovation*. [Iberia Archaeologica 15,1]. Tübingen; Berlin: Wasmuth.
- GONÇALVES, V. S. (1989) – *Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental*. Lisboa: INIC/UNIARQ. 2 vol.
- GUILAINE, J. (2018) – Siret's smile. *Antiquity*, 92:365. <https://doi.org/10.15184/aqy.2018.112>
- INÁCIO, N. (2015) – *Alfarería y Metalurgia. Contribución del análisis arqueométrico para el estudio de los patrones de producción, distribución y consumo de cerámica en el Suroeste de la Península Ibérica durante el III Milenio A.N.E.* Tesis Doctoral, Universidad de Huelva.
- JUNGHANS, S. – SANGMEISTER, E. – SCHRÖDER, M. (1960) – *Metallanalysen kupferzeitlicher und frühbronzezeitlicher Bodenfunde aus Europa*, Studien zu den Anfängen der Metallurgie 1.
- KUNST, M. (2013) – The Innovation of Copper Metallurgy on the Iberian Peninsula: Its Significance for the Development of Social Complexity in the 3rd Millennium BC. In BURMEISTER, S – HANSEN, S. – KUNST, M. – MÜLLER-SCHESSEL, N., ed. – *Metal Matters; Innovative Technologies and Social Change in Prehistory and Antiquity*. Rahden/Westf.: Leidorf (Menschen – Kulturen – Traditionen. Forschungs Cluster 2; Bd. 12).
- MATALOTO, R. – MARTINS, J. M – SOARES, A. M. (2013) – Cronologia absoluta para o Bronze do Sudoeste: Periodização, base de dados, tratamento estatístico. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 20: 303–338.
- NOCETE, F., ed. (2004) – *Odiel: proyecto de investigación arqueológica para el análisis del origen de la desigualdad social en el suroeste de la Península Ibérica*. Sevilla: Consejería de Cultura, Junta de Andalucía.
- RISCH, R. (2018) – Roland Gauß . Zambujal und die Anfänge der Metallurgie in der Estremadura (Portugal). Technologie der Kupfergewinnung, Herkunft des Metalls und soziokulturelle Bedeutung der Innovation. Früher Bergbau und Metallurgie auf der Iberischen Halbinsel, Faszikel 1. (Iberia Archaeologica 15). Tübingen: Wasmuth, 332 pp., 111 figs, 39 plates, hbk, ISBN 978-3-8030-0241-9). *European Journal of Archaeology*, 21(1), 143-147. doi:10.1017/eea.2018.80.
- ROVIRA LLORENS, S. – MONTERO RUIZ, I. (2018) – Proyecto “Arqueometalurgia de la Península Ibérica” (1982-2017). *Trabajos De Prehistoria*, 75(2), 223–247. <https://doi.org/10.3989/tp.2018.12213>
- SANGMEISTER, E. (1995) – Zambujal. Kupferfunde aus den Grabungen 1964 bis 1973. In E. Sangmeister – M. C. Jiménez Gómez – Zambujal. Kupferfunde aus den Grabungen 1964 bis 1973. Los amuletos de las campañas 1964 hasta 1973 (Madrider Beiträge 5, 3). Mainz: Zabern, 1–153.
- SANGMEISTER, E. – SCHUBART, H. (1981) – *Zambujal: Die Grabungen 1964 bis 1973*. (Madrider Beiträge 5). Mainz: Zabern.
- SCHUBART, H. (1969) – Las fortificaciones neolíticas de Zambujal y Pedra do Ouro, en Portugal. In 10.º Congreso Nacional de Arqueología. Zaragoza.
- SOARES, J. – SILVA, C. T. (2016) – Bronze Médio do Sudoeste Ibérico. Indicadores de Complexidade Social. In SOUSA, A. C.; CARVALHO, A.; VIEGAS, C. (eds) - *Terra e Água. Escolher sementes, invocar a deusa. Estudos em Homenagem a Victor S. Gonçalves*, Estudos & Memórias 9. Lisboa: 359-384.
- SOUSA, A. C. – GONÇALVES, V. S. (2012) – In and out. Tecnologias, símbolos e cultura material. Interações e identidades regionais no Centro e Sul de Portugal no 3.º milénio a.n.e. In *Congreso Internacional Redes en el Neolítico. Circulación e intercambio de materias, productos e ideas en el Mediterráneo Occidental (VII-III milenio aC)* Rubricatum 5, Barcelona, p. 383-392.
- UERPMMANN, H.-P. (1995) – Observações sobre a ecologia e economia do Castro do Zambujal. In KUNST, M., ed. lit. – *Origens, estruturas e relações das Culturas Calcolíticas da Península Ibérica :actas das I Jornadas Arqueológicas de Torres Vedras, 1987*. Lisboa (Trabalhos de Arqueologia 7): 47-53.
- VALÉRIO, P. – SOARES, A. M. M. – ARAÚJO, M. F. (2016) – An overview of Chalcolithic copper metallurgy from southern Portugal. *MENGA. Rev. Prehistoria Andalucía* 7, p. 31–50.



**PEREIRA, C. – ALBUQUERQUE, P. – MORILLO, A. –
FABIÃO, C. – CHAVES, F. (eds.) (2021)**

De Ilipa a Munda. Guerra e conflito no Sul da Hispânia.

Estudos e memórias 15. Lisboa: UNIARQ/FL-UL. 327p.

[ISBN 978-989-53453-2-8]

JUAN ANTONIO HERNÁNDEZ GENTO

Graduado en Arqueología por la Universidad de Sevilla (España)

hernandezgentojuanantonio7@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-3163-8360>.

<https://doi.org/10.51679/ophiussa.2023.130>

Si hay unos elementos intrínsecos a la propia condición humana son la violencia y beligerancia, rasgos que desafortunadamente siguen marcando una infinidad de sucesos dramáticos en diferentes partes del planeta. Si bien, en la antigüedad aún era más notable la importancia de la guerra y los conflictos armados, tanto para la conformación de los grandes reinos e imperios como para que un determinado colectivo pudiera defenderse de una amenaza que pusiera en peligro su integridad territorial y/o supervivencia. Esta monografía, editada por el Centro de Arqueología de la Universidad de Lisboa y coordinada por Carlos Pereira, Pedro Albuquerque, Ángel Morillo, Carlos Fabião y Francisca Chaves, es un reflejo de hasta qué punto era fundamental el control militar para la conquista del sur de la Península Ibérica en el período tardorrepblicano.

En una obra de estas características, y considerando la producción bibliográfica sobre el registro arqueológico asociado a estas batallas en suelo peninsular, resulta inalcanzable abarcar todas las investigaciones. Si bien, autores como Sergio García-Dils y Adolfo Menéndez (García-Dils de la Vega – Menéndez Argüín 2006: 248), Francisca Chaves (Chaves Tristán 2005: 234) o Fernando Quesada (Quesada Sanz 2008: 14) cuentan con artículos relativamente recientes que analizan expresamente contextos que pueden estar relacionados directamente con estos enfrentamientos, por lo que serían, seguramente, un valor añadido al conjunto de la obra. Estas ausencias no hacen sino demostrar el potencial y riqueza de un tema tan amplio y, a la vez, tan complejo, como bien exponen C. Pereira y Á. Morillo en la introducción de este volumen.

En esta introducción, ambos autores inciden en el estado actual de la Arqueología Militar, indicando todo el margen de mejoría que aún presenta. Además, hacen hincapié en la trascendencia de las batallas de *Ilipa* y *Munda* como eventos delimitadores de una etapa donde los conflictos armados determinaron la vida en el sur peninsular. Asimismo, la obra está compuesta por dos grandes bloques. El primer bloque, de historiografía y análisis de las fuentes clásicas, cuenta con cinco trabajos, y el segundo, de índole arqueológica, cuenta con doce contribuciones.

El primero de los bloques es aquel que trata sobre los trabajos de carácter más historiográfico. Este apartado alberga unos estudios que enfatizan en temas muy específicos, como la visión peyorativa que el

mundo grecolatino ha aportado hacia la población autóctona hispana, apreciable en los sucesos míticos que acaecen en el territorio antes de la llegada de héroes civilizadores como Hércules, todo ello presentado por Nuno Simões Rodrigues. Desde el punto de vista formal, creemos que se echa en falta un capítulo introductorio y otro con las principales conclusiones, ya que facilitaría su lectura.

También dentro de este bloque se encuentran dos artículos que tienen como epicentro de estudio el rol de las mujeres durante los episodios bélicos en la Antigüedad. Tanto el trabajo de Cándida Martínez y Mercedes Oria como el de Rosalía Hernández utilizan casi exclusivamente las fuentes escritas y epigráficas y llegan a conclusiones similares, que no es otra que las mujeres, salvo casos excepcionales, no participaban directamente en los conflictos armados, siendo más mencionadas en momentos de paz y relacionadas con prosperidad, fertilidad, abundancia y el hogar. Al haber dos investigaciones con temática y conclusiones similares, hubiese sido interesante por parte de la coordinación del libro que se optara por incluir algún análisis sobre el papel que tenían otros sectores de la población en estos momentos de beligerancia, como podían ser los esclavos, libertos o los niños. De hecho, se han publicado sendos artículos sobre estos temas (Boymel Kampen 2012: 180; Silver 2016: 203).

El bloque lo cierran dos trabajos que plantean una metodología más historiográfica que los casos anteriores. José Ramón Herrera y Pedro Albuquerque analizan las menciones a las batallas de *Munda* e *Ilipa* por parte de autores españoles y portugueses de los siglos XVI y XVII. A pesar de ser un trabajo que refleja los condicionantes políticos y religiosos que tenían los autores de estos períodos a la hora de realizar sus obras, sí que es verdad que el número de historiadores portugueses mencionados en este trabajo es manifiestamente inferior a los castellanos. Aunque es cierto que ambos autores justifican esta disparidad en el origen de los textos, hubiese sido interesante que profundizaran ligeramente sobre este hecho, no ciñéndose a mencionarlo en pocas líneas. Un planteamiento muy similar es el que tiene el artículo de Jesús Salas, pero en este caso centrándose únicamente en la batalla de *Munda* y su posible localización. Para ello utiliza la historiografía y las intervenciones arqueológicas desarrolladas en el siglo XX en la localidad sevillana de Osuna.

Por otro lado, en el segundo bloque se encuentran las investigaciones que enfatizan en mayor medida los contextos y yacimientos arqueológicos. Estos trabajos son una perfecta aproximación a la realidad que vivía el sur peninsular durante la etapa tardorrepublicana, donde las construcciones de carácter militar gozaban de una importancia crucial como puntos geoestratégicos desde donde controlar las posibles amenazas que pudiesen surgir en contra de la dominación romana.

El primero de todos es el estudio de Sonia Bayo, Jesús Moratalla y Feliciano Sala acerca de los posibles fortines tardorrepublicanos documentados en el sureste peninsular y que serían construcciones cesarianas para proteger la ciudad de *Carthago Nova* de posibles incursiones pompeyanas. A pesar de ser una teoría novedosa, su comprobación carece todavía de un fundamento empírico, como bien señalan los autores. Ligeramente anteriores en el tiempo son los complejos militares del Pedrosillo, analizado por Ángel Morillo, Rosalía Durán, Esperanza Martín y Germán Rodríguez, y Valdetorres, estudiado por Francisco Javier Heras. Con una cronología de la segunda mitad del siglo II a.C., los autores relacionan estos yacimientos con las guerras lusitanas, pudiendo estar implicados posteriormente en el conflicto sertoriano. Si bien, aunque ambas investigaciones aportan datos reveladores para conocer de forma más exhaustiva los sucesos que ocurrieron en los siglos II y I a.C. en la región, las intervenciones que aparecen publicadas son anteriores al año 2010. Por este motivo, sería de interés que se retomasen los trabajos en ambos yacimientos con la implementación de las novedades tecnológicas que se utilizan actualmente en la Arqueología, como las prospecciones geofísicas o los análisis arqueométricos. Esta línea de actuación generaría una gran cantidad de datos que complementarían los ya aportados por los autores.

Un planteamiento diferente es el que tiene el artículo de Carmelo Fernández sobre los conjuntos armamentísticos documentados en el yacimiento de Cáceres el Viejo. Más que hablar de las características constructivas, este autor focaliza su investigación en el estudio y reinterpretación de los materiales relacionados con la *militaria* romana. Con ello, pretende aportar información novedosa sobre el tipo de ejército que estaba allí establecido en la primera mitad del siglo I a.C. Además, Carlos Pereira completa lo dicho por Fernández en cuanto al conocimiento de Cáceres

el Viejo al tratar el yacimiento desde una perspectiva más general, acentuando su entorno inmediato y su edificación. Aunque haya dos trabajos sobre un mismo yacimiento, al orientarlos de forma diferente no resulta reiterativo, al contrario, permite que el lector se haga una idea más global y completa sobre el lugar. Por otro lado, ambos artículos se complementan perfectamente con la aportación de Teresa Rita Pereira y su análisis del registro hallado en el sitio arqueológico de Cabeça de Vaíamonte (Portalegre, Portugal). Aunque al igual que Fernández también trata algunos elementos metálicos y relacionados con el mundo bélico, Pereira incide más en el registro artefactual cerámico. Por tanto, al tratarse de dos yacimientos de similares características y cronología, la lectura de estos capítulos en su conjunto aporta una visión detallada y completa de este tipo de construcciones y las personas que en ellas habitaban.

En la Arqueología cada vez es más frecuente el uso de las prospecciones geofísicas para determinar construcciones sin la necesidad de excavarlas. El trabajo que ha recurrido a este recurso de una forma más evidente es el de Victorino Mayoral, Pedro Delgado y Carmen Pro. Esta tecnología no trata de suplantar la excavación arqueológica, sino que es un perfecto complemento para poder identificar los lugares de mayor interés arqueológico y poder actuar directamente sobre ellos, tal y como han hecho los autores de esta investigación en el castro de Villasviejas del Tamuja. Su objetivo es el de identificar presencia militar romana dentro de un castro indígena, y si ambas comunidades coexistieron temporal y espacialmente. A pesar de que la exposición de los datos y resultados lo realizan de una forma clara y bien argumentada, hubiese sido interesante que todo el proceso relacionado con la prospección geofísica lo hubiesen descrito con mayor detalle.

El territorio portugués también cuenta con importantes investigaciones sobre el panorama militar entre mediados del siglo II a.C. y el siglo I a.C. Ana Margarida Arruda analiza las evidencias de posibles actividades militares romanas en la zona del Algarve. Como bien indica la propia autora, los vestigios resultan ser escasos y difíciles de interpretar. Una pronta pacificación de la región a causa de su ubicación periférica dentro del conflicto lusitano es la explicación que varios autores dan para esta circunstancia. Sin embargo, Arruda podría haber incidido un poco más en los posibles

roles que pudieron haber tenido los asentamientos estudiados durante las guerras lusitanas con motivo de entender mejor el porqué del aparente rápido control del territorio en contraposición de otros ubicados más hacia el interior. Ya que, cuanto menos, estarían en un lugar fronterizo con respecto a los conflictos.

La monografía es cerrada por una serie de artículos que se centran en la zona del Alentejo y el entorno de Lisboa. Por un lado, Rui Mataloto y Alex Michael Elliot revisan diferentes yacimientos arqueológicos de la zona con evidencias relacionables con momentos de conflicto. Este análisis que plantean ambos autores resulta ser bastante completo, ya que los sitios que estudian permiten abarcar espacios geográficos y contextos heterogéneos. Si bien, en comparación con los otros capítulos que componen el libro, se antoja ligeramente extenso lo cual, junto a la cantidad de datos que aporta, hace que su lectura pueda resultar compleja.

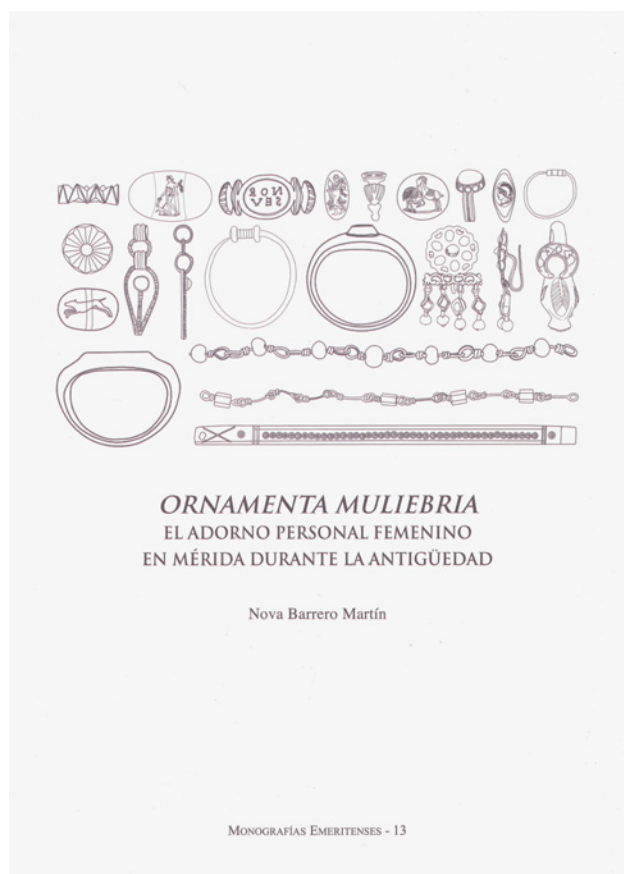
Además, tanto la publicación encabezada por Joaquina Soares como las dos que firma João Pimenta inciden sobre yacimientos cercanos al entorno de la actual Lisboa, como el castro de Chibanes, Monte dos Castelinhos o la propia *Olisipo*. Tanto el artículo de Soares y colaboradores como el de Pimenta y Mendes muestran perfectamente que las pautas de establecimiento de un contingente romano podían variar incluso dentro de una orografía similar. Mientras que el asentamiento indígena de Chibanes se vería en un momento determinado subyugado a la dominación romana y obligado a albergar a tropas itálicas en el interior de sus muros, Monte dos Castelinhos parece ser un complejo fundado *ex novo* con motivo del conflicto sertoriano. La búsqueda de paralelos de este tipo de establecimientos en otros lugares de la Península Ibérica con unas condiciones geográficas e históricas similares hubiese sido interesante en el caso de Monte dos Castelinhos.

Este trabajo ha logrado, en mayor o menor medida, plasmar la importancia que tiene la Arqueología Militar a la hora de conocer nuevos datos sobre períodos históricos en los que los conflictos militares condicionaron no solamente la muerte, sino también la vida de las poblaciones afectadas. Además, la variedad metodológica a la hora de abordar este tipo de estudio es otra de las características de esta monografía. De hecho, a lo largo de la obra se esbozan diferentes

maneras de abordar este tipo de investigaciones, como pueden ser las perspectivas más historiográficas, el uso de las nuevas tecnologías como complemento de los métodos más tradicionales, el estudio de materiales, etc. En general, esta monografía constituye una importante aportación al conocimiento de los conflictos que tuvieron lugar entre los siglos II y I a.C., ya que da a conocer diferentes perspectivas sobre este tema tan complejo. Así, a pesar de la ausencia de algunas investigaciones en el libro, se trata de un intento de sistematización que podrá, en los próximos años, contribuir a la discusión sobre la conquista romana en la Península Ibérica, sobre todo desde una perspectiva arqueológica.

Bibliografía

- BOYMEL KAMPEN, N. (2012) – Slaves and Liberti in the Roman Army. En GEORGE, M. (ed.) – *Roman Slavery and Roman Material Culture*. Toronto: 180-198
- CHAVES TRISTÁN, F. (2005) – Guerra y moneda en la *Hispania* del *Bellum Civile*. En MELCHOR GIL, E. – MELLADO RODRÍGUEZ, J. – RODRÍGUEZ-NEILA, J.F. (eds.) – *Julio César y Corduba: tiempo y espacio en la campaña de Munda (49-45 a.C.)*. Córdoba: 207-245.
- GARCÍA-DILS DE LA VEGA, S. – MENÉNDEZ ARGÜÍN, R. (2006) – Punta de *pilum* hallada en las proximidades del yacimiento de “El Guijo” (Écija, Sevilla). *Habis*, 37: 247-252.
- QUESADA SANZ, F. (2008) – Armamento romano e ibérico en “Urso” (Osuna). Testimonio de una época. *Cuadernos de los Amigos de los Museos de Osuna*, 10: 13-19.
- SILVER, M. (2016) – Public Slaves in the Roman Army: An Exploratory Study. *Ancient Society*, 46: 203-240.



BARRERO, N., 2022

Ornamenta Muliebria. El adorno personal femenino en Mérida durante la Antigüedad.

Mérida: Fundación de Estudios Romanos. 447 p. (Monografías emeritenses, 13).

[ISBN: 9788409378265]

ANA ANDÚJAR SUÁREZ

Universidad Complutense de Madrid

anaanduj@ucm.es

<https://orcid.org/0000-0002-2535-9410>

<https://doi.org/10.51679/ophiussa.2023.145>

La monografía que reseñamos deriva de la homónima Tesis Doctoral de la autora que estudia objetos de ornamentación femenina procedentes de los contextos arqueológicos emeritenses desde su fundación hasta la fase tardoantigua de la urbe. El conjunto de piezas que se recogen en este trabajo no había sido hasta ahora tratado de forma conjunta y muchas de ellas se encontraban inéditas. La mayoría forma parte de los fondos del Museo Nacional de Arte Romano de Mérida (MNAR), complementada con las depositadas por el Consorcio de la Ciudad Monumental (CCCM). Se plantea, de esta manera, el estudio a partir de un conjunto material representativo de la ciudad, aunque se advierten aspectos como la ausencia de información de contexto arqueológico de muchas de las piezas o la imposibilidad de recoger algunos hallazgos procedentes de intervenciones recientes.

La obra comienza con una breve “Introducción” (19-24), donde se ofrece un resumen sobre la trayectoria de la investigación dedicada al adorno y la joyería hasta hoy, destacando el papel de los primeros catálogos de piezas de los grandes museos durante el siglo pasado y explicando cómo a finales del mismo y en los primeros años del siglo presente, comenzaron a publicarse los primeros trabajos específicos y generalistas sobre tipos de adorno concretos en determinados contextos urbanos y/o provinciales del Imperio.

A continuación, se presenta un segundo bloque que contiene los materiales arqueológicos y que constituye el grueso de la obra, en forma de “Catálogo” (25-194). Aquí se incluyen las respectivas fichas de clasificación de las piezas organizadas a partir del tipo de adorno: anillos, entalles y camafeos, brazaletes, adornos para el cuello, pendientes, aplicaciones para indumentaria y, en último lugar, adornos para el cabello. Del conjunto de piezas examinadas han sido deliberadamente excluidas las fíbulas y las hebillas, ya que constituyen una categoría material que, además contar con larga tradición historiográfica, son objetos cuyo uso por parte de la población femenina es de compleja adscripción.

El catálogo, como destaca la autora, pretende ser básicamente un instrumento descriptivo donde se recogen datos de procedencia de las piezas, así como otras referencias administrativas, materiales, técnicas, etc. y donde, además, se identifica la tipología y se indican los paralelos o la ausencia de ellos. Un aspecto

a destacar en relación con la confección de este Catálogo es que, al final de la obra, se incluye un “Listado de concordancia” (409-418) que ofrece las equivalencias entre los números de inventario asignados en el libro y los correspondientes en las instituciones, lo que resulta de gran utilidad para facilitar la localización de las piezas de cara a futuras investigaciones.

El bloque siguiente se dedica al estudio de los materiales, a las técnicas de fabricación y a los talleres con los que se vincula la producción de los objetos de adorno emeritenses, explorando asimismo la situación de *Emerita* en los circuitos comerciales de productos de lujo (195-264). También se presenta una recopilación de las principales materias primas en que están elaboradas las piezas del repertorio, distinguiendo entre metales nobles y seminobles, piedras preciosas y semipreciosas, materiales de origen orgánico y, en último lugar, vítreos.

El cuarto apartado está dedicado al “Estudio cronotipológico” (265-372) de los *ornamenta* que, siguiendo una estructura similar a la del catálogo de piezas, presenta los materiales emeritenses estudiados a partir de las obras de referencia y las tipologías disponibles para cada tipo de objeto. De esta forma se desarrolla un estudio individualizado de cada grupo material, tratando de presentar una valoración diacrónica de cada uno de ellos “... no sin ciertas dificultades...”, como reconoce la propia autora (p. 23), aludiendo a los inconvenientes que plantea la perduración en el tiempo de algunos de los tipos que, aunque elaborados a inicios de la etapa imperial continúan en uso muchos años después.

A este respecto cabe destacar la antigüedad de algunos de los trabajos de referencia empleados como sucede, por ejemplo, con la imprescindible monografía sobre joyería griega y romana de Higgins (1980) o con la clasificación de anillos y entalles elaborada para la Gallia por Guiraud (1988), lo que pone de manifiesto que las perspectivas de investigación sobre la joyería y la ornamentación romanas son significativas. Respecto a los materiales examinados de cronología más avanzada, la disponibilidad de obras de referencia es aún mucho más reducida, por lo que, para el caso de algunas piezas como los aretes de época visigoda, se presenta una propuesta tipológica propia atendiendo a la amplia variedad de tipos y a su abundante aparición en el yacimiento emeritense.

El último apartado de análisis, denominado “*Ornamenta y Mundus en contexto*” (373-402), está dedicado a un intento de reconstrucción y valoración de algunos de los contextos de origen de las piezas estudiadas cuando ha sido posible rastrear su procedencia; esto ha permitido a la autora constatar la presencia de elementos de adorno en ajuares funerarios de la colonia y explorar su relación con otros objetos vinculados con el *mundus muliebris*. El volumen se cierra con el correspondiente apartado de “Conclusiones” (403-408) que precede al listado de las fuentes grecolatinas y medievales empleadas, así como al repertorio bibliográfico final.

La obra publicada demuestra el interés que ofrece examinar y publicar de forma conjunta este tipo de piezas, en la misma línea que lo han hecho otras tesis doctorales y trabajos monográficos que, en los últimos años, se han centrado también en la temática del adorno femenino y de los objetos del *mundus muliebris*. Uno de los casos más destacados es el estudio del adorno personal recuperado en Pompeya y Herculano (Ward 2014) que ofrece resultados que, como es lógico, gozan de la particularidad que les confiere su hallazgo en estos excepcionales yacimientos. Lo mismo sucede con la obra de Berg (2023) sobre espejos y objetos de toilette procedentes de los sectores domésticos de Pompeya.

Pero no son estas las únicas referencias bibliográficas al respecto, ya que también se ha abordado el estudio de cierto tipo de objetos dentro de un contexto concreto, ya sea urbano, provincial o relativo a enclaves militares. En esas líneas hay que destacar obras como la de Birley (2006), que examinó cuentas, anillos, pendientes y brazaletes procedentes de Vindolanda o bien el volumen sobre la joyería recuperada en *Aquincum* de Facsády (2009), autora de referencia en la materia. Trabajos como los mencionados son testimonio ineludible para valorar la publicación aquí reseñada y poder, así, contextualizarla dentro del auge de trabajos sobre joyería y adorno romanos.

En el caso concreto del adorno y la joyería hispanorromanos, el volumen y características de las publicaciones disponibles corresponde al panorama general planteado para estos estudios. Los trabajos que han visto la luz hasta el momento son fruto de hallazgos puntuales publicados por su excepcionalidad, de estudios monográficos sobre un territorio concreto,

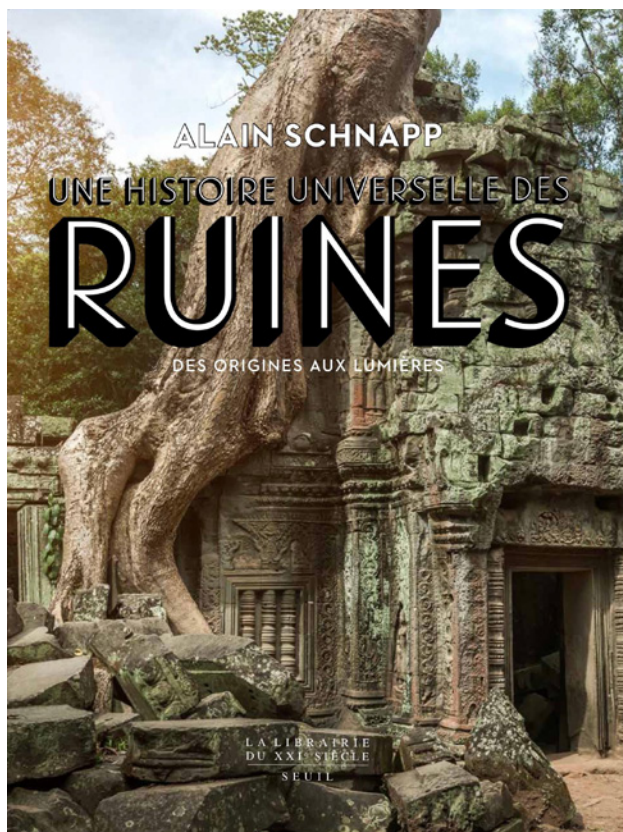
o derivados de colecciones de museos e instituciones, etc. (Cravinho 2014; García Benajes 2018; Vizcaíno 2016). Es el caso, por ejemplo, de otra reciente publicación sobre materiales precisamente procedentes de la propia Mérida que recoge ochenta piezas de joyería halladas en las excavaciones realizadas en la ciudad, cuyo interés fundamental radica, de nuevo, en el carácter inédito de los objetos recogidos (Consorcio Ciudad Monumental de Mérida 2021).

La plena actualidad de esta temática queda corroborada por otras publicaciones europeas que, de forma monográfica, tratan el adorno como expresión de la identidad dentro de las prácticas y formas de vida cotidianas, con contribuciones que, en su mayoría, revisan casos de la propia Roma o, nuevamente, de contextos vesubianos (Simon *et al.* 2021). Pero, no es solo el adorno en su sentido general, ni tampoco el empleado por las mujeres en particular, la temática que ha centrado el interés en los últimos tiempos, sino que este desarrollo ha sido paralelo a la explosión de investigaciones sobre la vestimenta, su producción, etc. Todo ello, a su vez, ha evolucionado conjuntamente con el estudio de la construcción de la identidad y de su expresión mediante la imagen, algo que no es exclusivo del mundo griego ni del romano (Harlow – Nosch 2014). En ese sentido apuntan obras como la interesante compilación de trabajos sobre el vestido, sobre su significado y sobre su presencia en la esfera ritual en el Mediterráneo Antiguo (Batten – Olson 2021). Estos enfoques, especialmente centrados en las prácticas del adorno, de la belleza y de la vestimenta femeninas frente a las masculinas, que, para la época romana, fueron iniciados por investigadoras como Olson (2008; 2017), han cobrado interés, indudablemente, al amparo de la Arqueología de Género.

La obra que reseñamos en estas líneas, así como los trabajos previamente mencionados, en su mayoría elaborados por investigadoras, ponen de relieve la potencialidad de una temática que, aunque todavía se halle en una etapa de exploración desde diferentes enfoques metodológicos y teóricos, está aportando notables resultados. En conclusión, esta obra constituye un punto de partida no solo en lo que a la capital lusitana se refiere, sino también para el conjunto del estudio del adorno femenino hispanorromano.

Bibliografía

- HARLOW, M. – NOSCH, M. L. (eds.) (2014) – *Greek and Roman Textiles and Dress: An Interdisciplinary Anthology*. London-New York.
- BATTEN, A. J. – OLSON, K. (2021) – *Dress in Mediterranean Antiquity: Greeks, Romans, Jews, Christians*. London-New York.
- BERG, R. (2023) – *Il Mundus Muliebris a Pompei. Specchi e oggetti da toletta in contesti domestici (Studi e Ricerche Del Parco Archeologico Di Pompei Series, Vol. 48)*. Roma.
- BIRLEY, B. (2006) – *The Roman Jewellery from Vindolanda. Beads, intaglios, finger rings, ear-rings and bracelets*. Northumberland.
- Consorcio Ciudad Monumental de Mérida (ed.) (2021) – *El brillo de la apariencia. Joyería romana en Augusta Emerita. Catálogo de la exposición, Mérida*.
- FACSÁDY, A. M. (2009) – *Jewellery in Aquincum*. Budapest.
- GARCÍA BENAJES, E. (2018) – *La joyería del Museu d'Arqueologia de Catalunya-Barcelona de los siglos VII a.C - II d.C. Tesis Doctoral Inédita, Universitat Autònoma de Barcelona*.
- GUIRAUD, H. (1988) – *Entailles et camées de l'époque romaine en Gaule*. Paris.
- HIGGINS, R. A. (1980) – *Greek and Roman Jewellery*. Londres.
- OLSON, K. (2008) – *Dress and the Roman Woman: Self-Presentation and Society*. New York-London.
- OLSON, K. (2017) – *Masculinity and Dress in Roman Antiquity*. New York-London.
- CRVINHO, G. M. (2014) – *Glíptica romana en Portugal. Tesis Doctoral inédita, Universidad de Santiago de Compostela*.
- SIMON, E. – BARKER, J. – COURTNEY, A. – PRESCOTT, C. (2021) – *Acta ad archaeologiam et artium historiam pertinentia*. Vol. 33 n.º 19. Roma.
- VIZCAÍNO, J. (2016) – *Ornamenta muliebria en época de Augusto. Una visión arqueológica del aderezo personal femenino desde la Carthago Nova altoimperial*. En RODRÍGUEZ, R. – BRAVO, M. J. (eds.) – *Mujeres en tiempos de Augusto. Realidad social e imposición legal*. Valencia: 635-660.
- WARD, C. (2014) – *Identifying multiple gender identities in the first-century AD: A study of personal adornment and skeletal remains from the Bay of Naples*. Tesis doctoral inédita, Universidad de Oxford.
- WARD, C. (2016) – *Luxury, Adornment, and Identity: The Skeletons and Jewelry from Oplontis B*. In GAZDA, E. K. – CLARKE, J. R. (eds.) – *Leisure and Luxury in the Age of Nero: the Villas of Oplontis near Pompeii* (Kelsey Museum Publication, 14). Ann Arbor: 171-177.



SCHNAPP, A., 2020

Une Histoire Universelle des Ruines:

Des Origines aux Lumières.

Paris: Éditions du Seuil. 744 p.

ISBN 978-2-02128-250-4

DANIEL CARVALHO

UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa

FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia

LAQU – Laboratori d'Arqueologia Quantitativa da Universitat Autònoma de Barcelona

danielcarvalho1@campus.ul.pt

<https://doi.org/10.51679/ophiussa.2023.132>

A História da Arqueologia tem conhecido um renovado interesse desde a emergência das grandes narrativas produzidas na transição da década de 1980 para 1990. Dentro dos autores que se debruçam sobre a descoberta do Passado, Alain Schnapp é um nome incontornável na produção historiográfica da disciplina, oferecendo sistematicamente contributos inestimáveis para a construção do pensamento arqueológico. Rejeitando o estabelecimento de escolas de pensamento como estruturas de análise, que entende serem categorias restritivas – vejam-se as duras críticas a Bruce Trigger por considerar André Leroi-Gourhan um arqueólogo essencialmente pós-processual (Schnapp 1990: 960) – e optando por ampliar os âmbitos da investigação, como é o seu projeto de desenraizar o estudo do Antiquarismo de uma vertente exclusivamente europeia para um espectro global (Schnapp *et al.* 2014), Schnapp segue inexoravelmente a lógica de Lucien Febvre – a história das ideias possui ritmos próprios.

É nesta lógica e compasso que surge *Une Histoire Universelle des Ruines: Des Origines aux Lumières*, cristalizando todas as vertentes características do seu autor. De facto, esta é uma obra monumental, em ambos os sentidos da palavra. Em primeiro lugar porque toma como objetivo estabelecer uma trajetória da ideia de ruína desde as “origens” até ao Iluminismo, centrando-se em meios geográficos completamente distintos e nas mais variadas formas de relação entre agentes humanos e os resquícios de materialidades do Passado. Em segundo lugar porque o faz ao longo de 723 páginas divididas em sete capítulos; 156 figuras que englobam gravuras, desenhos, estampas, ilustrações e fotografias e 1114 referências bibliográficas, incluindo fontes primárias e secundárias. Se Alain Schnapp toma a ruína como o objeto central da sua obra, é notório que esta é fortemente ultrapassada, a tal ponto que podemos argumentar que esta investigação se tornou numa versão atualizada, mais extensa e profusamente citada do seu *Discovery of the Past* (Schnapp 1996).

Começemos pelo princípio, dado que Alain Schnapp faz exatamente o oposto: o seu capítulo inicial é precisamente o prelúdio do que será a conclusão final do lugar da ruína para o pensamento iluminista. O capítulo inicial *Qu'est-ce qu'une ruine?* toma a questão fundamental como o ponto de partida e expõe quer a conceptualização da ruína aos olhos do autor quer a base metodológica para a sua análise. Schnapp principia a

sua tese com uma provocação: que a ideia dos antiquários iluministas em tomar as ruínas como realidades intrínsecas ao ser humano e, por consequência, universais na forma de serem percebidas, é redutora, devido ao horizonte exclusivamente europeu baseado numa visão do mundo greco-romano. Através de Chateaubriand, Diderot e Buffon, o autor desafia uma posição unívoca oferecendo uma genealogia para além do Ocidente. Assim, uma história universal só o pode ser se não existir uma só ideia de ruína, mas antes um pensamento global sobre a ruína. Schnapp explora temporalmente a temática, inovando na consideração de fatores externos ao paradigma europeu: o mundo islâmico, a China antiga e a descoberta da América estão a par do Egito e da Roma e Grécia antigas. Uma das valências da obra é precisamente a junção destas realidades que, num regime comparativo, ilustram a verdadeira complexidade da ruína e de um pensamento face ao Passado. Porquê uma noção pretérita? Porque Schnapp assume como vetores de análise três binómios: natureza/cultura; memória/esquecimento; materialidade/imaterialidade (p. 15). No entanto, mais uma razão pela qual se interpreta que esta é uma versão renovada da *Discovery of the Past* passa pela memória se constituir como o verdadeiro elemento-chave. Ao fazê-lo, Schnapp transporta-nos claramente para uma dimensão historicista da ruína, para um pensamento da ruína enquanto metonímia do Passado em primeiro lugar.

Ultimando o seu capítulo introdutório, Schnapp relega vários períodos cronológicos para uma componente experimental, em que explora as tensões entre a oralidade e a memória coletiva em casos como o Megalitismo em longa duração, paisagens ritualizadas da Polinésia Francesa e arquiteturas efémeras no Peru, apenas desvendando ligeiramente a multiplicidade de temas que rodeiam a ruína. A Pré-História trabalhada enquanto capítulo próprio é provavelmente a grande ausência nesta obra, a par de um debate mais vasto sobre os distintos conceitos de tempo que o autor refere (p. 26) mas infelizmente não desenvolve mais extensamente.

Assim, Alain Schnapp começa verdadeiramente a sua obra com o Egito antigo, no capítulo I *Le Sentiment du Passé dans L'Orient Ancien*, opção que reforça no texto por considerar um périplo relevante para uma comparação com as realidades mesopotâmicas e chinesas. A ruína egípcia, segundo o autor, é um veículo

de comunicação entre dois mundos, o dos Mortos e o dos Vivos, que tem de forçosamente resistir às areias do Tempo. Este desejo de continuidade é aqui elencado pelas ações proativas de Thoutmosis III e Amenhotep III, cujas governações não descaram a manutenção de monumentos do Passado. Schnapp realiza o ambicioso exercício de comparar todo um conjunto de fontes da mais variada natureza: inscrições, *ostracons*, literatura relacionada com a fundação de cidades, poemas sobre atos de desmantelamento de templos; o mote não é nem o tempo nem o espaço, pois navegamos rapidamente entre o Egito e a Mesopotâmia, mas antes qualquer vestígio que enuncie a presença de uma ruína ou uma ruína futura (p. 64). Esta escolha é extremamente bem-sucedida, oferecendo um quadro único profusamente ilustrado por exemplos, que quando observados pela lente da ruína se ordenam pelo elemento comum. É dado ao Egito e à Mesopotâmia um peso substancialmente mais elevado do que a outras civilizações, com o mundo hebreu e judaico a servirem de contraponto: se nos primeiros a ruína funciona como um mecanismo de continuidade, com os que detêm o poder a possuírem uma responsabilidade de renovação dos grandes vestígios de passados gloriosos, para os segundos as ruínas são um aviso divino, um presságio para todos aqueles que se desviam de princípios religiosos que lhes são fundamentais.

O capítulo II «*Les ruines apprivoisées*» *Le monde Gréco-Romain* trata essencialmente de um dos períodos mais explorados no que toca à temática, embora lance novos ângulos de análise. Heródoto e Tucídides são apresentados como dois autores com ideias de História – e a sua ruína – diametralmente opostas. Para Heródoto os monumentos são a concretização dos feitos nobres dos grandes homens, com toda a narrativa épica inerente e, por conseguinte, as ruínas são irrelevantes para os desígnios da História. Pelo contrário, para Tucídides, as ruínas possuem um lugar chave, pois são provas de algo que aconteceu, mas que têm de ser criticadas, avaliadas e interpretadas a favor de várias narrativas do Passado – posição que Schnapp não deixa de ressaltar como tendo interessantes paralelismos com o final do século XVIII na Europa (pp. 121-122). Descrevendo, *en passant*, o episódio da *archaologia* no diálogo entre Hipias e Sócrates, o autor debate sobre as vicissitudes de um Tempo que apaga, que retira a linguagem às ruínas, transformando-as

num vocabulário incompleto. As ruínas são o produto de tragédias, de destruição, que são igualmente alimento para uma reflexão do que aconteceu. Transitando para o Império Romano, as ruínas continuam a possuir todas essas características, facto visível nos textos de Lucrécio e Estrabão, mas são igualmente uma consequência da passagem dos Impérios, das forças demolidoras, verdadeiros *memento mori*. Schnapp disserta, tal como no capítulo anterior, sobre os atos de proteção aos monumentos empreendidos pelo mundo greco-romano, exortando uma visão do património, especialmente aquando do Império Romano, em que as ruínas devem ser protegidas, para uma doutrina arquitetural de coesão, para que o próprio poder imperial não se deteriorasse (p. 171).

O capítulo III *L'Art d'Accommoder Les Vestiges: La Voie Chinoise* explora principalmente as diferenças que a China antiga possui face às civilizações anteriores. A mais notória é, como Schnapp verifica, a inexistência de um corte efetivo entre o Passado e o Presente (p. 182). É visível na tradição que rodeia os vasos de bronze que se mantém constante entre as origens e à décima dinastia Qing. A curiosidade e o espírito antiquarista são dotadas de um racionalismo muito característico, especialmente visível na poesia chinesa antiga, que Schnapp utiliza abundantemente como fonte principal, com poetas como Zhuangzi e Zhang Heng (p. 192). Um ponto extremamente positivo deste capítulo é a sua habilidade comparativa, onde se condensa todas as interpretações anteriores e se reforça a semelhança com a Renascença europeia e a Idade da Razão: o caminho da China antiga vê as ruínas como fragmentos, traços dos quais é possível extrair informação, mas que fazem parte das vidas, da arte e da poesia que lhe é contemporânea. A Natureza acaba por ser a etapa final para a ruína neste âmbito, em que o seu deterioramento, implica uma vitória da fauna e da flora sobre os monumentos humanos, um ato de humildade e resignação que deve ser documentado, segundo a poesia de Bao Zhao (p. 197). Schnapp considera que a noção oriental face às antiguidades é a verdadeira precursora do espírito da *Grand Tour* europeia, onde as viagens e a visibilidade de paisagens com vestígios do Passado são extensamente documentadas nas fontes da época, uma interpretação que possui implicações diretas para o estudo da História da Arqueologia. No entanto, o autor reforça o

seu argumento demonstrando o notável vocabulário adaptado a realidades históricas já existente: *shenji*, que se reporta a vestígios com intervenção divina; *guji*, vestígios de interesse para os antiquários; *yuji*, traços remanescentes, mais vocacionados para o que entendemos como ruína genérica e *shengji*, locais de grande interesse histórico. Schnapp encerra este complexo capítulo, cuja densidade é notória, com questões em aberto, contrapondo distintas interpretações de investigadores contemporâneos referente ao pensamento oriental antigo face à ruína, no que se considera ser uma das partes mais bem executadas da obra, abrindo horizontes navegáveis somente com uma abordagem entre o Ocidente e Oriente.

O capítulo IV *Le Passé entre Exécration et Admiration: Les Ruines de L'Empire et L'Europe Médiévale* volta à Europa medieval, com especial ênfase no Império Bizantino. Dado o retorno a paisagens já anteriormente moldadas pelo Império Romano, as ruínas que são inerentes a este último são alvo da mais profunda admiração, pela sua beleza e esplendor. Mais ainda, as ruínas são apropriadas, tidas como bases sólidas e dignas para novos monumentos, como é o caso dos missionários de São Ruperto, optando por edificar um mosteiro na antiga *Iuvavum* – atual Salzburgo. Restos do Passado, as ruínas são igualmente percecionadas com o seu carácter utilitário. Já poemas como *The Ruin* e *The Wanderer* exaltam sentimentos de nostalgia, em que as ruínas são âncoras que permanecem num mundo em permanente mudança, onde caem Impérios, vilas se abandonam e novas ordens surgem (p. 272). Ao longo da Idade Média, a ruína é o mote para uma reconciliação entre o Presente e o Passado, entre a destruição e a renovação (p. 291), uma autêntica metáfora que poderia facilmente emergir no século XXI da nossa era.

Repentinamente, cessa-se a análise à Europa e no capítulo V com o sugestivo título «*Les Ruines de L'Être: Le Monde Préislamique et Islamique*», principia uma reflexão de longa duração sobre as ruínas no mundo islâmico. É enunciada, tal como em capítulos anteriores, a questão de um corte veemente, entre o mundo pré-islâmico, a que corresponde a uma etapa de ignorância – *ğâhiliyya* – cuja poesia relega para uma curiosidade face a vestígios e ruínas que se destacam no deserto, com uma lógica completamente oposta à ideia do mundo greco-romano face à erosão da memória: ao invés de ser a componente da ruína que se perde na Natureza, é a

própria Natureza que se desvanece, dando lugar a ruínas e vestígios de épocas passadas (p. 362). Novamente, Schnapp usa a poesia para ilustrar estes elementos, com a vantagem de existir um conjunto de literatura vocacionado para a ruína, que vê esta última como uma reflexão face à obra e eventual decadência de grandes monumentos. Os vestígios de outrora servem igualmente para uma comparação temporal, onde o poeta utiliza a ruína para distinguir precisamente um passado triste, ignorante, ruinoso de um presente novo, de civilização organizada. O tempo é fulcral para estabelecer essa divisão e a ruína, já para a poesia do Islão, tem de ser usada em formas poéticas – *nasīb* e *qaṣīda* – para atingir uma nova visão do Passado. A ruína enquanto meio de compreensão, reflexão e contemplação inaugura novas formas literárias que combinam a poesia com a epigrafia – *ḡarīb* –, onde a ignorância já não tem lugar. As ruínas servem o seu propósito quando utilizadas para a escrita da história islâmica, oferecendo paralelos temporais e uma sequência passível de ser percecionada, onde Schnapp toma como exemplo as atividades historiográficas de Ibn Ḥaldūn (p. 383). O fascínio pelas ruínas que detêm hieróglifos, as monumentais pirâmides egípcias, as inscrições reais de Persépolis e Pasárgada, as ruínas do Magreb, todos estes elementos enunciam um Passado que é tangível, que pode e deve ser explorado. O monumento como prova da História, como descrito pelo geógrafo Ibn Ḥawqal, é uma realidade adquirida no pensamento islâmico do século X (p. 430).

O capítulo VI *Les Ruines Comme Instrument de Renouveau: De Pétrarque à la Découverte de L'Amérique* é, provavelmente, o trecho mais dissonante da obra. O interlúdio protagonizado pelo capítulo anterior quebra uma linha de pensamento que sairia abonada se a Europa medieval fosse explorada até ao seu fim, no mesmo local. De facto, a parte inicial deste capítulo acaba por reforçar a ideia de renovação e reconciliação do capítulo IV, ainda que com novos dados e fontes, pelo que a sua inserção neste último seria mais vantajosa. Não obstante, aquando da passagem para o século XV, um novo horizonte se abre, com uma estética cristã adossada à ruína, patente em ilustrações da mais variada índole. O que esta etapa enuncia igualmente é uma redescoberta – um Renascimento – das ruínas da Antiguidade Clássica. Schnapp utiliza a noção de *paysage des ruines* para estabelecer uma tradição

artística que retrata composições em que a abundância de vestígios é tal que são um elemento assonante para aquele que as visiona, como a obra de Herman Posthumus, *Landschaft mit römischen Ruinen* (1536). Do contacto com a América, a ruína tem uma componente tangível, um contacto direto com o que, para a Europa, é um Passado, mas para o habitante que é interpelado pela última, o seu quotidiano (p. 525).

O penúltimo capítulo, *L'Universalité des Ruines*, é precisamente a visão da Idade dos Antiquários, com o século XVI e XVII a assumirem uma postura de exaltação da ruína, transposta para os mais variados suportes e temas, com a ruína como alegoria com o *Theatrum vitae humanae* (1577) de Vredeman de Vries ou a ruína como tradição com *L'Adoration des Rois Mages* de Nicolas Poussin. É aqui que começa uma importante mudança: se as antiguidades pertenciam a uma dimensão longínqua, o cenário que os gabinetes de antiguidades e curiosidades demonstra é agora o oposto. Das ruínas se constroem espaços e de ilustrações se cultivam os mesmos, com um apogeu da pintura relacionada com vestígios do Passado a ser remetido para a transição para o século XVIII (p. 604). No fundo, são tantos e tão variados os veículos que utilizam a ruína no seu âmago, que o espírito Iluminista toma-a como algo universal, derivado de uma experiência humana transversal – não é assim estranha a consolidação de um culto às ruínas, de *Grand Tours*, de publicações sobre antiguidades ao longo do século XVIII (p. 629).

E, por fim, a conclusão, *L'Impunité des Ruines*, que explora a proposta de Schnapp para o conceito de universalidade para as ruínas: que somente uma visão holística, comparativa e crítica pode formular uma ideia de ruína que ultrapasse interpretações pré-concebidas. Neste ponto, com toda a base de exposição e argumentação oferecida, resta ao leitor escolher se realmente a longa viagem por diferentes olhares sobre a ruína é simplesmente a visão aplicada do Iluminismo europeu, ou algo mais. Mas, com toda a riqueza que Schnapp oferece a nível de conceitos, fontes, contraposições e comparações, é inevitável que se ganhe uma nova perspetiva do que a ruína foi, é e poderá vir a ser. Alain Schnapp consegue assim realizar um feito já de si complexo: tornar a sua anterior descoberta do Passado uma antecâmara para esta nova análise. Através de uma narrativa que agarra o seu leitor, a obra é em si uma fusão entre o mistério que a ruína provoca

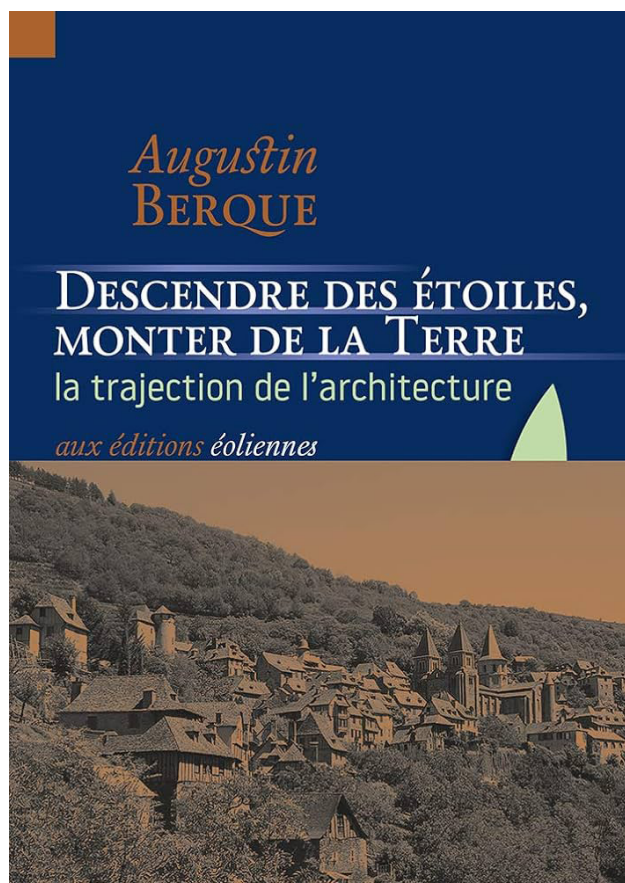
a todos os que com ela se cruzam com uma historiografia do conceito. Como referimos antes, a ruína é um ponto fundamental, mas esta História Universal é, mais que tudo, uma nova História do Pensamento sobre o Passado. Por todos estes motivos, é uma obra de grande qualidade e de interesse para a História e Teoria da Arqueologia, com todo o potencial de se tornar um manual inestimável para quem se debruce sobre estas temáticas: uma leitura incontornável para explorar os longos e imprevisíveis ritmos de uma ideia.

Agradecimentos

Este trabalho foi apenas possível com o financiamento da bolsa de investigação proveniente da FCT, inserida no projeto de doutoramento “O Teórico Artificial: identificar conceitos, ideias e padrões no discurso arqueológico na Península Ibérica (XX-XXI) com recurso a métodos de Inteligência Artificial e Aprendizagem Automática” com a referência 2020.08612.BD.

Referências bibliográficas

- SCHNAPP, A. (1990) – Bruce G. Trigger. A history of archaeological thought. xvi + 500 pages, 50 figures. 1990. Cambridge & New York: Cambridge University Press; ISBN 0-521-32878-0 hardback £37.50 & \$59.50. *Antiquity*, 64(245): 958-960.
- SCHNAPP, A. (1996) – *The Discovery of the Past: The Origins of Archaeology*. Londres.
- SCHNAPP, A. – von FALKENHAUSEN, L. – MILLER, P. – MURRAY, T. (eds.) (2014) – *World Antiquarianism: Comparative Perspectives*. Los Angeles.



BERQUE, A. 2019

***Descendre des Étoiles, Monter de la Terre:
la trajection de l'architecture***

Bastia: Aux Éditions Éoliennes. 80 p.

ISBN 978-2-37672-018-8

FREDERICO AGOSTO

UNIARQ — Centre of Archaeology of the University of Lisbon

CFUL — Centre of Philosophy of the University of Lisbon

FCT — Foundation for Science and Technology

frederico-agosto@campus.ul.pt

<https://orcid.org/0000-0001-6269-327>

<https://doi.org/10.51679/ophiussa.2023.134>

Das Werk läßt die Erde eine Erde sein.

The work allows the Earth to be an Earth.

Heidegger 1972: 32

Descendre des Étoiles, Monter de la Terre: la trajection de l'architecture has, at its core, an expanded text of a conference given on the 19th of June 2018 at the *Centre international pour la Ville, l'Architecture et les Paysages* (Ixelles, Brussels). Expanding on Rem Koolhaas's concept of *junkspace* (*espace foutoir*), it is important to note that the book's size can be misleading. It not only builds upon and enhances previous discussions (e.g., Berque 2018b) that the author continued to explore later (e.g., Berque 2021a), but it also surgically addresses the contemporary state of a-Kosmos (without cosmos) through the lens of architecture, distinguishing itself from earlier works on the topic. Although this critical book review will focus on *Descendre des Étoiles* and its unique contributions to Berque's thought and the consequences it can have in archaeological thought, its deep interconnections with the works previously highlighted make them impossible to ignore entirely. Their contributions will also be briefly mobilised.

The book's main objective is to understand how we can *recosmise the Earth* (*recosmiser la Terre*), overpassing – but not ignoring – modernity (*dépasser la modernité*): the POMC (*Paradigme Occidental Moderne Classique/Occidental Modern Classical Paradigm*) and the TOM (*Topos Ontologique Moderne/Ontologically Modern Topos*). Both lay at the core of the problems that originated the *junkspace* or Atkin and Rykwert's *ET Architecture*: an architecture that “[...] [is] indifferent to the places where it settles, as if it were *descending from the stars* (*descendant des étoiles*) to land there” (p. 9).

As *per* usual, Berque can provide a very thoughtful and accessible reading both to those familiar with his philosophy – a mixture of Plato, Aristotle, Jakob von Uexküll, Martin Heidegger, Nishida Kitarō, and Watsuji Tetsurō – and for those who are reading him for the first time.

The book is structured around 55 points, more to be read as a long essay rather than individual chapters or sections, as is typical in Archaeology.

At the centre of Berque's thought, we encounter two prevalent ideas: *Médiance* and *Trajection*. *Médiance* is a translation of Tetsurō's *fūdosei* (風土性), and can be defined as “[...] the structural moment of human

existence" (*le moment structurel de l'existence humaine*)" (p. 33; Tetsurō 2011 [1935]: 35) – i.e., "[...] [fûdosei] is the dynamic coupling of the being and its environment (*couplage dynamique de l'être et son milieu*)" (Berque 2021a: 22). *Trajection*, on the other hand, while not being the same as *Médiance*, is closely related, for it is the process that constitutes reality: "[...] the back-and-forth (*va-et-vient*) of reality" (Berque 2018a: 41); "[...] cosmosomatic back-and-forth (*va-et-vient*)" (Berque 2021a: 50); "[...] reality was therefore neither simply objective nor simply subjective; it was *trajective*, and the result of a long history in which nature and culture had in a way co-suscitated each other (*co-suscitées l'une l'autre*)" (p. 12).

One can turn to Aristotelian metaphysics to render these ideas more operative, bringing in the idea of *Substance* and *Accidents*, where, with all due simplification, the first is *matter in itself* and the second is its *properties*, the *things that fall upon it* (*accidere*): e.g., the potsherd is the *Substance* having the *Accident* "orange". There is also an equivalence between the metaphysical *Substance* and Logic's *Subject*, and between *Accident* and the *Predicate*, which will originate, in Berque, the *LgS* (*logic of the identity of the subject/logique de l'identité du sujet*) and the *LgP* (*logic of the identity of the predicate/logique de l'identité du prédicat*).

In Berque, *Substance* will take the name of the *Subject* (*Sujet*, or *S*) – something that can be *trajected* –, and the *Accident* will be the *Predicate* (*Prédicat*, or *P*). Reality, thus, can be summed as $r = S/P$ (reality equals *S as P*). However, this process is anything but a *triadic* process, for the *trajection* that takes *S as P* necessitates an Interpreter (*I*), thus forming *S-I-P*.

Modernity would entail a gradual understanding of reality as *S* being separated from *P* – the illusion of a pure object: $r = S$), resulting in both the *POMC* and the homogenous, isotropic, and infinite proprieties of Newton's/modern concept of space – or *TOM* – leading to the "[...] the foreclosure of our medial body (*corps medial*) by modern individualism and the dualism's correlative abstraction (*abstraction correlative*) that renders things into objects" (Berque 2018a: 40). The invention of perspective also had fundamental ontological consequences for such a development, for it allowed for the first time to place the observer outside of the represented reality: this was a moment where modernity would take consciousness of its (modern)

sense of *subjectivity*, where everything else is but *objectal mechanics* (*mécanique objectale*) (p. 31).

This is thus reflected in architecture, for it is a fundamental part of *Médiance*, crystallising and reinforcing a particular *cosmos* – i.e., *un mettre en ordre*. Architecture is, thus, essentially *cosmophanique*: for "[...] it makes a world (*kosmos*) appear (*phainein*) clearly, not only through its symbolicity (*symbolicité*), but also its technicality (*technicité*)" (p. 20).

The 20th and the 21st century would be the epitome of the illusion of $r = S$, resulting in what Berque diagnoses as our current *acosmic* condition. The advancement of the (technical and technological) *Apparatus* (*Appareil*) in these centuries would make "[...] the *technical possibility* (*possibilité technique*) of *dearthing* (*déterrestrer*) ourselves more probable, and not solely by abstraction" (p. 31). Architecture would, therefore, be reduced to matter and function: "[...] where is the Truth? The modern answer is clear: in matter and function. (p. 35), not possessing the "[...] three basic human values (the Good, the Beautiful, the True) have been disintegrated, disarrayed, each one freeing itself from the others" (p. 34).

One can contrast the first stages of Tokyo, where the city was designed in accordance with the surrounding Landscape, without the superimposition of any blind Hippodamus of Miletus' orthogonal plant (Berque 2021b: 66), with Le Corbusier's *maxim*: "A house is a machine to live in" (p. 35), or Takamatsu Shin's *Syntax*, in Kyoto, whose form did not have any regards for its surroundings, be it natural or architectural (p. 39-40).

In this sense, his title, *Descendre des Étoiles*, is but a metaphor. Being essentially a symptom of modernity, the *junkspace* is a direct result of modernity's process of *decosmisation*.

A decosmolised Earth is no Earth at all – at least, as an *Umwelt* (*predicated Earth*), standing in opposition to the *Umgebung* (*physical, unpredicated environment*). Following Heidegger's "Origin of the Work of Art" (*Der Ursprung des Kunstwerkes*) closely, Berque establishes that the work of art – a Temple, in this case – transforms the *Umgebung* into an *Umwelt* (p. 60). Through symbols and *technique* humanity transforms the *Umgebung* into an *Umwelt*. The temple "[...] opens the world and, in return, establishes (*stellt*) the Earth, and, by itself, makes it appear (*herauskommt*) as a homeland (*heimatliche Grund*)" (Heidegger 1977: 28). In Berquean terms, the

Temple unites the Earth (S) and the Sky (P), liberating the Earth, so that it can become an Earth.

Overpassing modernity – where Nishida's influence is undeniable (see Berque 2021b: 105) – entails surpassing the *Junkspace*, and what originated it: our *acosmie*. This is the essence of Berque's objective, although the answer is unclear. There is a rejection in applying the postmodern (what he calls *métabasiste*) solution to overpass modernity: rather than an $r = S$, the former inverts it as a $r = P$, turning "[...] the historical world into a predicate and therefore an absolute nothingness (*un néant absolu*)" (p. 42). Although it is imperative to form some cosmology, there is also a refusal to return to some pre-modern paradigm that ignores modernity. The solution to reestablish *Médi-ance*'s highest axiom – $r = S/P$ – would arise, almost in a dialectic fashion, from the clash between the POMC/TOM and the need for a new cosmology (at least in the Western world, *latu sensu*). Although the overall tone is not, in general, a positive one – Berque shares, in general, Heidegger's suspicious stance towards technique and technology – he believes that a *Transmoderne* cosmology/society is possible. So that the temple – "[...] transforming the abstraction that is the *Umgebung* in a milieu" (p. 60) – may, once more, release the Earth, so it may (*be*)come/produce (*herstellen*) an Earth.

As far as Archaeology is concerned, Berque's *Des-cendre des Étoiles* proves to be an insightful work for Contemporary Archaeology, where its contributions are more directly applicable, but far from being reducible to it.

Berque's Geophilosophy can also be quite productive when thinking beyond the scale of a single archaeological site. As is frequent in Landscape Archaeology (e.g., Heilen 2005; see Darvill 2016), space is often reduced to a *Galilean Earth* – space becomes homogenous, isotropic, and infinite. TOC underlies most (but not all) contemporary Anglo-Saxon Landscape Archaeology: Landscape as a synonym for general (as an *Erdraum/Earth-Space*) or metaphorical space – essentially as a substantive with adjectives, e.g., Funerary Landscape, Social Landscape, etc. –, being reduced to a matter of scale, cartography, and general diagrammatics. Geographical Information Systems became a new, digital way to engage with spatiality, but perpetuated the same way of thinking about the Landscape: a homogenous and infinite background

to be filled with vectors and rasters. Through Machine vision, the algorithmisation and verticalisation of space – all stemming directly from TOC –, humanity's specific relation to Earth is crystallised and, hence, reinforced (Agosto – Teuchmann in press).

Here – within POMC/TOC –, Architecture and the Landscape are akin. Both arise from *Médi-ance* and the *Trajective* process that constitutes reality ($r = S/P$), yet, POMC/TOC reduces them to matter (*matière*) and function (*function*) (p. 35). The *cosmophanique* properties of both may prove essential to a deeper understanding of the communities in question, both in their historical dynamics and concerning their environment. Yet, the theoretical responses that Anglo-Saxon Archaeology has given – mostly stemming from a postprocessual(ish) (*métabasiste*) standpoint – invert the overall scheme, where the *Substance* (S) is replaced solely by the *Accident* (P), becoming pure *prédictat*, free of natural constraints (e.g., Edmonds 1999; Tilley 2004).

More than adapting epistemological frameworks from other traditions, surpassing modernity in Archaeology requires a thorough epistemological revision that does not ignore modernity. Archaeology's privileged relationship with the Earth – in a sense, Archaeology can be a way of thinking about the Earth –, naturally posits it towards a Geophilosophically-based Epistemology. A more robust union between Philosophy, Geography, and Archaeology can catalyse such an Epistemology. There are already non-Anglo-Saxon epistemological traditions in Archaeology that, in a way, show the potential of such a union, such as with the French *Archéogéographie*, where a robust theoretical basis created a unique conceptual apparatus (e.g., Chouquer 2000; 2005), traversing chronologies and geographies.

The paths that Archaeology may take beyond modernity – Berque's *transmodernité* – are numerous and vast, but the solutions may take the case of *Archéogéographie*, so that the *Temple* may allow, once more, the Earth to become an Earth.

Acknowledgments

The work presented here was conducted in the framework of the doctoral project "Megalithism and Philosophy of the Landscape: the 'megalithic territory' of Évora (Alentejo Central, Portugal)" funded by a research grant from the Foundation for Science and Technology (FCT) (Ref. 2022.13053.BD).

Bibliographic References

- AGOSTO, F. – TEUCHMANN, P. (in press) – (Re)vendo a construção da Paisagem na Arqueologia: Antropoceno e Visualidade Maquínica. *digitAR*: 1-21.
- BERQUE, A. (2018a) – *Glossaire de Mésologie*. Bastia.
- BERQUE, A. (2018b) – *Recosmiser la Terre : quelques leçons péruviennes*. Rennes.
- BERQUE, A. (2021a) – *Mésologie Urbaine*. Turin.
- BERQUE, A. (2021b) – *Entendre la Terre : À l'écoute des milieux humains*. Peronnas.
- CHOUQUER, G. (2000) – *L'étude des paysages : Essais sur leurs formes et leur histoire*. Paris.
- CHOUQUER, G. (2008) – *Traité d'archéogéographie : La crise des récits géohistoriques*. Paris.
- DARVILL, T. (2016) – Pathways to a Panoramic Past: a brief History of Landscape Archaeology in Europe. In DAVID, B. – THOMAS, J. (ed.) – *Handbook of Landscape Archaeology*. London: 60-76.
- EDMONDS M. (1999) – *Ancestral Geographies of the Neolithic*. London.
- HEIDEGGER, M. (1977) – Der Ursprung des Kunstwerkes. In *Gesamtausgabe 1. Abteilung: Veröffentlichte Schriften 1914 - 1970. Band 5. – Holzwege*. Frankfurt am Main: 1-74.
- HEILEN, M. P. (2005) – *An Archaeological Theory of Landscapes*. Unpublished PhD Thesis. Phoenix.
- TETSURŌ, W. (2011 [1935]) – *Milieux. Étude de l'entretien humain*. Paris.
- TILLEY, C. (2004) – *The Materiality of Stone: Explorations in Landscape Phenomenology: 1*. Oxford.

IN MEMORIAM

In memoriam

GRÉGOR MARCHAND (1968-2023)

Morreu, ontem, dia 1 de Junho, Grégor Marchand. Arqueólogo, Pré-historiador, membro da Comissão de Acompanhamento Externo da UNIARQ, amigo de muitos dos investigadores do Centro de Arqueologia, depois de uma batalha longa com uma doença que devia ter sido fatal no imediato, mas que com uma coragem admirável – e é impossível aqui não lembrar o Rui – conseguiu controlar durante mais de uma década.

Não é agora o momento de referir as obras, as intervenções, homenagear o legado. Para tudo isso existirão outras ocasiões em que a personagem científica é lembrada, em que o seu contributo para a Ciência se refere e analisa. Agora, é sobretudo da tristeza dos amigos que queremos dar testemunho, usando as suas palavras; *Adieu mon ami, on a passé des bons moments ensemble depuis 23 ans.* Até sempre, Grégor.

MARIANA DINIZ

(Texto publicado no editorial da UNIARQ Digital, Boletim n.º 76, Junho de 2023: <https://www.uniarq.net/uniarqdigital76.html>)



Grégor Marchand ©Jerome Sevrette

GRÉGOR MARCHAND (1968-2023). DA BRETANHA AO GUADIANA, PASSANDO PELO SADO

A curta jornada dos 55 anos de vida de Grégor Marchand deixou marcas em Portugal: na ciência arqueológica e na arqueologia dos afectos.

Grégor Marchand nasceu a 20 de Janeiro de 1968 na Bretanha, em Quimperlé, e depois de estudar na Universidade de Rennes 2, doutorou-se em 1997 na Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne sob a direcção de Jean-Paul Demoule, com a tese *La néolithisation de l'ouest de la France*.

Partindo da sua “pátria” mesolítica, procurou compreender as dinâmicas de transição entre o Mesolítico e o Neolítico na fachada atlântica e por isso, pouco tempo depois de concluir o doutoramento dirigiu a sua investigação para Portugal, uma das regiões clássicas de concentração de sítios mesolíticos, especialmente concheiros.

Iniciou o seu percurso de investigação em Portugal em 2000, com uma bolsa pós doutoral atribuída pela Fundação Fyssen. O projecto “Recherches sur le Mésolithique et le Néolithique ancien du Portugal” decorreu no Instituto Português de Arqueologia sob direcção de João Zilhão. Nesta fase, efectuou uma releitura das colecções líticas dos concheiros do Sado, com intensa pesquisa nos acervos provenientes das escavações de Manuel Heleno, em depósito no Museu Nacional de Arqueologia. Os resultados da pesquisa foram

publicados em Portugal, quer na *Revista Portuguesa de Arqueologia* (Marchand 2001) quer no *Arqueólogo Português* (Marchand 2005). Neste último caso, o artigo foi publicado em português, tradução da signatária, uma vez que Grégor Marchand considerava imperativo fazê-lo também dessa forma.

Durante a estadia em Portugal estabeleceu intensos contactos com muitos colegas portugueses, que rapidamente foram conquistados pela simpatia e energia de Grégor Marchand. É durante esta fase que visitou as escavações que Victor S. Gonçalves então dirigia no Alqueva, num conjunto de sítios situados junto ao Guadiana, na baixa do Xarez, no concelho de Reguengos de Monsaraz.

A visita à escavação de Xarez 12 em Setembro de 2000 foi o início de uma colaboração com Victor S. Gonçalves e com a UNIARQ. Nesse mesmo ano, Grégor Marchand participou no II Colóquio Internacional de Megalitismo de Monsaraz, contributo que viria a ser publicado em 2003 em obra coordenada por Victor S. Gonçalves, *Muitas antas, pouca gente* (Marchand 2003).

Quando Grégor Marchand regressou a França, ingressou como investigador no Centre National de Recherches Scientifiques (CNRS) onde irá desenvolver toda a sua carreira, tendo sido posteriormente director de investigação na 6566 CReAAH e professor na Universidade de Rennes 1.

Regressou a Portugal com o desenvolvimento do projecto bilateral *La néolithisation en Alentejo (Portugal): territoire d'acquisition des matériaux et technologie lithique*, co-dirigido com Victor S. Gonçalves. No âmbito deste projecto foi desenvolvido o estudo das colecções líticas provenientes das escavações nos sítios da Baixa do Xarez: Carraça 1, Fonte dos Sapateiros, Xarez 4 e Xarez 12. Durante as sucessivas estadias de investigação da equipa francesa na UNIARQ / Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Grégor Marchand e Sylvie Philbert) e da equipa portuguesa no CNRS de Rennes (Victor S. Gonçalves e a signatária), começou a desenhar-se o modelo geral de interpretação destes sítios, que viria a ser apresentado no Congresso do Neolítico Peninsular de Alicante (Gonçalves – Marchand – Sousa 2008) e posteriormente publicado sob a forma de monografia (Gonçalves – Marchand – Sousa 2013).

Posteriormente, Grégor Marchand recentrou a sua pesquisa na Bretanha e nos últimos anos viria a alargar

o seu campo de pesquisa ao outro lado do Atlântico, na Terra Nova e também no Oriente, em Oman.

Portugal permaneceu sempre no percurso de Grégor Marchand.

Aqui regressou várias vezes em encontros científicos como o realizado em Faro (Marchand – Manen 2010) ou em Salvaterra de Magos (Marchand 2015).

O contacto com Portugal foi mantido com uma rede de contactos próximos com os colegas, tendo também contribuído para a formação de jovens investigadores portugueses, nomeadamente através



Visita de Grégor Marchand às escavações de Xarez 12, Reguengos de Monsaraz. Da esquerda para a direita: Victor S. Gonçalves, Jean Demoule, Grégor Marchand. (Foto Ana Catarina Sousa, 9 de Setembro de 2000).



O grupo de Beg er Vil, dirigido por Grégor Marchand. Com Diana Nukushina e Helena Reis..

da orientação do estágio Leonardo da Vinci de Diana Nukushina e Helena Reis (2014) e da co-orientação do doutoramento de Diana Nukushina com Mariana Diniz (UNIARQ/ FLUL) e Naoko Matsumoto (Okayama University).

Desde 2011 fazia parte da Comissão externa permanente de aconselhamento científico (CEPAC) da UNIARQ, tendo participado na última reunião de acompanhamento em Novembro de 2022. Foi também designado membro da Comissão Científica da Revista *Ophiussa* desde o primeiro número.

Manteve sempre uma actividade intensa e um humor inconfundível, mesmo durante os muitos anos em que batalhou pela vida. A vida e obra de Grégor Marchand permanecerá nos muitos textos que escreveu e na memória dos que com ele tivemos o privilégio de contactar.

ANA CATARINA SOUSA



Publicações de Grégor Marchand sobre e em Portugal

- MARCHAND, G. (2001a) – La néolithisation de l'Europe atlantique: Mutations des systèmes techniques en France et au Portugal. *Annales de la Fondation Fyssen*, 16.
- MARCHAND, G. (2001b) – Les traditions techniques du Mésolithique final dans le sud du Portugal: les industries lithiques des amas coquilliers de Várzea da Mó et de Cabeço do Rebolador (fouilles M. Heleno). *Revista Portuguesa de Arqueologia* 4 (2): 47–110.
- MARCHAND, G., (2003) – Les zones de contact Mésolithique/ Néolithique dans l'ouest de la France: définition et implications. In GONÇALVES, V. S. ed. – *Muita gente, poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo. Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo* (Trabalhos de Arqueologia, 25): 181-197.
- MANEN, C. – MARCHAND, G. – CARVALHO, A. F. (2009) – Le Néolithique ancien de la péninsule Ibérique: vers une nouvelle évaluation du mirage africain? In XXVI^e Congrès Préhistorique de France: "Un siècle de construction du discours scientifique en préhistoire", Sep 2004, Avignon. France: 133-151.
- MARCHAND, G., (2005) – Interpretar as mudanças dos sistemas técnicos do Mesolítico final em Portugal. *O Arqueólogo português*, série IV, volume 23: 171-196.
- MANEN, C. – MARCHAND, G. – CARVALHO, A. F. (2007) – Le Néolithique ancien de la péninsule Ibérique: Vers une nouvelle évaluation du mirage africain? In *Un siècle de construction du discours scientifique en Préhistoire: XXVI^e Congrès préhistorique de France, Congrès du centenaire de la Société Préhistorique Française*, Avignon, 21-25 septembre 2004. Paris: Société préhistorique française.
- GONÇALVES, V. S. – MARCHAND, G. – SOUSA, A. C. (2008) – Mudança e permanência do Mesolítico final ao Neolítico (Reguengos de Monsaraz, Évora, Portugal). In HERNANDEZ PEREZ, M. S. – SOLER DÍAZ, J. A. – LOPEZ PADILLA, J. ed. – *Actas del IV Congreso del Neolítico Peninsular*. Alicante, II: 167-177.
- MARCHAND, G. – MANEN, C. (2010) – Mésolithique final et Néolithique ancien autour du détroit : une perspective septentrionale (Atlantique / Méditerranée). In GIBAJA, J. F. – CARVALHO, A. F. eds. – *Os últimos caçadores-recolectores e as primeiras comunidades produtoras do sul da Península Ibérica e do norte de Marrocos*. Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica 15): 173-180.
- GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C.; MARCHAND, G. (2013) – *Na margem do Grande Rio. 1. Os últimos grupos de caçadores-recolectores e as primeiras sociedades camponesas no baixo Guadiana*. Évora: DRCALen / EDIA. 616 p.
- MARCHAND, G. (2015) – Living on the edge of the world: the Mesolithic communities of the atlantic coast in France and Portugal. In BICHO, N. – DETRY, C. – PRICE T. D. – CUNHA E. (ed.) – *Muge 150th: The 150th Anniversary of the Discovery of Mesolithic Shellmiddens*. Cambridge Scholars Publishing, 1: 273-285.

POLÍTICA EDITORIAL

Objectivos

A Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa foi iniciada sob a direcção de Victor S. Gonçalves em 1996, tendo sido editado o volume 0. A partir do volume 1 (2017), a Revista Ophiussa converte-se numa edição impressa e digital da UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (ISSN 1645-653X / E-ISSN 2184-173X).

O principal objectivo desta revista é a publicação e divulgação de trabalhos com manifesto interesse, qualidade e rigor científico sobre temas de Pré-História e Arqueologia, sobretudo do território europeu e da bacia do Mediterrâneo.

Periodicidade

A Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa publicará um volume anual. O período de submissão de trabalhos decorrerá sempre no primeiro semestre e a edição ocorrerá no último trimestre de cada ano.

Secções da revista

A revista divide-se em duas secções: artigos científicos e resenhas bibliográficas. Excepcionalmente poderão ser aceites textos de carácter introdutório, no âmbito de homenagens ou divulgações específicas, que não serão submetidos à avaliação por pares. Isentas desta avaliação estão também as resenhas bibliográficas.

Os autores / editores que pretendam apresentar uma obra para resenha devem enviar dois exemplares para a direcção da Revista Ophiussa: um para o autor/autora da resenha que será convidado para o efeito e outro para a Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Aceita-se igualmente a apresentação de propostas de resenhas espontâneas.

Aceitam-se trabalhos redigidos em português, inglês, espanhol, italiano e francês.

Processo de avaliação por pares

Os artigos submetidos são sujeitos a um processo de avaliação por parte de revisores externos (double blind peer review).

Todas as submissões (artigos e resenhas) serão avaliadas, em primeira instância, pela Coordenação Editorial, no que respeita ao seu conteúdo formal e à sua adequação face à política editorial e às normas de edição da revista. Os artigos que cumprirem estes requisitos serão posteriormente submetidos a um processo de avaliação por pares cega / double blind peer review (mínimo de dois revisores). O Conselho Científico, constituído pela direcção da UNIARQ e por investigadores externos, acompanhará o processo de edição.

Esta etapa será concretizada por investigadores externos qualificados, sendo os respectivos pareceres entregues num período não superior a três meses. Os revisores procederão à avaliação de forma objectiva, tendo em vista a qualidade do conteúdo da revista; as suas críticas, sugestões e comentários serão, na medida do possível, construtivos, respeitando as capacidades intelectuais do(s) autor(es). Após a recepção dos pareceres, o(s) autor(es) tem um prazo máximo de um mês para proceder às alterações oportunas e reenviar o trabalho.

A aceitação ou recusa de artigos terá como únicos factores de ponderação a sua originalidade e qualidade científica.

O processo de revisão é confidencial, estando assegurado o anonimato dos avaliadores e dos autores dos trabalhos, neste último caso até à data da sua publicação.

Os trabalhos só serão aceites para publicação a partir do momento em que se conclua o processo da revisão por pares. Os textos que não forem aceites serão devolvidos aos seus autores.

A lista dos avaliadores será publicada em ciclos de 3 anos, indicada no final da Revista Ophiussa (versão impressa e digital).

Ética na publicação

A Revista Ophiussa segue as orientações estabelecidas pelo Committee on Publication Ethics (COPE, Comité de Ética em Publicações): <https://publicationethics.org/>

Apenas serão publicados artigos originais. Para efeito de detecção de plágio ou duplicidade será utilizada a plataforma URKUNDU (<https://www.unkund.com/pt-br/>). Serão rejeitadas práticas como a deformação ou invenção de dados. Os autores têm a responsabilidade de garantir que os trabalhos são originais e inéditos, fruto do consenso de todos os autores e cumprem com a legalidade vigente, dispondo de todas autorizações necessárias. Os artigos que não cumpram com estas normas éticas serão rejeitados.

As colaborações submetidas para publicação devem ser inéditas. As propostas de artigo não podem incluir qualquer problema de falsificação ou de plágio. As ilustrações que não sejam do(s) autor(es) devem indicar a sua procedência. O Conselho Científico e a Coordenação Editorial assumem que os autores solicitaram e receberam autorização para a reprodução dessas ilustrações, e, como tal, rejeitam a responsabilidade do uso não autorizado das ilustrações e das consequências legais por infracção de direitos de propriedade intelectual.

É assumido que todos os Autores fizeram uma contribuição relevante para a pesquisa reportada e concordam com o manuscrito submetido. Os Autores devem declarar de forma clara eventuais conflitos de interesse. As colaborações submetidas que, direta ou indiretamente, tiveram o apoio económico de terceiros, devem claramente declarar essas fontes de financiamento.

Os textos propostos para publicação devem ser inéditos e não deverão ter sido submetidos a qualquer outra revista ou edição electrónica.

O conteúdo dos trabalhos é da inteira responsabilidade do(s) autor(es) e não expressa a posição ou opinião do Conselho Científico ou da Coordenação Editorial.

O processo editorial decorrerá de forma objectiva, imparcial e anónima. Erros ou problemas detetados após a publicação serão investigados e, se comprovados, haverá lugar à publicação de correções, retratações e/ou respostas.

Serão considerados os seguintes princípios éticos:

1) RESPONSABILIDADE

A Revista Ophiussa através dos editores e autores tem a responsabilidade absoluta de aprovação, condenando todas as más práticas da publicação científica.

2) FRAUDE CIENTÍFICA:

A Revista Ophiussa procurará detectar manipulação e falsificação de dados, plágio ou duplicidade, com os mecanismos de detecção adequados.

3) POLÍTICA EDITORIAL E PROCEDIMENTOS

a) Os autores devem ter participado no processo de investigação e do processo de revisão, devendo garantir que os dados incluídos são reais e autênticos e estando obrigados a emitir retracções e correcções de erros de artigos publicados;

b) Os revisores devem efectuar uma revisão objectiva e confidencial e não ter conflitos de interesse (investigação, autores ou financiadores), devendo indicar obras publicadas relevantes que não foram citadas;

c) Na detecção de fraude ou má prática em fase de avaliação deve ser indicada pelos revisores e na fase de pós publicação por qualquer leitor.

d) Em caso de detecção de más práticas em fase de avaliação ou de detecção de artigos publicados previamente, o Conselho Editorial remeterá a ocorrência ao autor estabelecendo um prazo de 7 dias para esclarecimento, sendo posteriormente avaliada pelo Conselho de Redacção. Em fase de pós publicação, o Conselho Editorial poderá arquivar ou determinar a retratação num número seguinte, indicando-se os trâmites prévios.

Política de preservação de arquivos digitais

A revista garante a acessibilidade permanente dos objectos digitais através de cópias de segurança, utilização de DOI, integrando a rede Public Knowledge Project's Private LOCKSS Network (PKP-PLN), que gera um sistema de arquivo descentralizado.

Relativamente ao auto-arquivo, a revista integra também o Sherpa/Romeu

(<https://v2.sherpa.ac.uk/id/publication/41841>).

Política de acesso aberto

Esta edição disponibiliza de imediato e gratuitamente a totalidade dos seus conteúdos, em acesso aberto, de forma a promover, globalmente, a circulação e intercâmbio dos resultados da investigação científica e do conhecimento. A edição segue as directrizes Creative Commons (licença CC/BY/NC/ND 4.0).

A publicação de textos na Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa não implica o pagamento de qualquer taxa nem dá direito a qualquer remuneração económica.

Esta publicação dispõe de uma versão impressa, a preto e branco, com uma tiragem limitada, que será distribuída gratuitamente pelas bibliotecas e instituições mais relevantes internacionalmente, e intercambiada com publicações periódicas da mesma especialidade, que serão integradas na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Conta, paralelamente, com uma versão digital, a cores, disponibilizada em acesso livre.

Para mais informações contactar:

ophiussa@letras.ulisboa.pt

EDITORIAL POLICY

Objectives

Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa started under the direction of Victor S. Gonçalves in 1996, with the edition of volume 0. After Volume 1 (2017) it became a printed and digital edition of UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (ISSN 1645-653X / E-ISSN 2184-173X).

The main objective of this journal is the publication and dissemination of papers of interest, quality and scientific rigor concerning Prehistory and Archeology, mostly from Europe and the Mediterranean basin.

Periodicity

Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa will publish an annual volume. The submission period will always occur in the first quarter of each year and the edition will occur in the last quarter.

Journal sections

The journal is divided into two sections: scientific articles and bibliographic reviews. Exceptionally, texts of an introductory nature may be accepted, in the context of specific tributes or divulgations, which will not be submitted to peer-review evaluation. Exemptions from this evaluation are also the bibliographic reviews.

Authors / editors wishing to submit a book for review should send two copies to the direction of Revista Ophiussa: one to the author of the review who will be invited for the purpose and another to the Library of the School of Arts and Humanities of the University of Lisbon. Spontaneous proposals are also accepted.

Papers written in Portuguese, English, Spanish, Italian and French are accepted.

Peer review process

Submitted articles are subject to a double blind peer-review evaluation process.

All submissions (articles and reviews) will be considered, in the first instance, by the Editorial Board, regarding its formal content and adequacy in face of the editorial policy and the journal editing standards. Articles that meet these requirements will subsequently be submitted to a blind peer-review process (minimum of two reviewers). The Scientific Council, constituted by UNIARQ direction and external researchers, will follow the editing process.

This stage will be carried out by qualified researchers, and their feedback will be delivered within a period of no more than two months. The reviewers will carry out the evaluation in an objective manner, in view of the quality and content of the journal; their criticisms, suggestions and comments will be, as far as possible, constructive, respecting the intellectual abilities of the author(s). After receiving the feedback, the author(s) has a maximum period of one month to make the necessary changes and resubmit the work.

Acceptance or refusal of articles will have as sole factors of consideration their originality and scientific quality.

The review process is confidential, with the anonymity of the evaluators and authors of the works being ensured, in the latter case, up to the date of its publication.

Papers will only be accepted for publication as soon as the peer review process is completed. Texts that are not accepted will be returned to their authors.

The list of reviewers will be published in 3-year cycles, indicated at the end of *Ophiussa* (printed and digital version).

Publication ethics

The Journal *Ophiussa* follows the guidelines established by the Committee on Publication Ethics (COPE, the Ethics Committee Publications): <https://publicationethics.org/>

Only original papers will be published. For the purpose of detecting plagiarism or duplicity, the URKUNDU platform (<https://www.orkund.com/pt-br/>) will be used. Practices such as the deformation or invention of data will be rejected. Authors are responsible for ensuring that the works are original and unpublished, the result of the consensus of all authors, and comply with current legality, having all necessary authorizations. Articles that do not comply with these ethical standards will be rejected.

Contributions submitted for publication must be unpublished. Article submissions can not include any problem of forgery or plagiarism. Illustrations that are not from the author(s) must indicate their origin. The Scientific Council and Editorial Board assume that the authors have requested and received permission to reproduce these illustrations and, as such, reject the responsibility for the unauthorized use of the illustrations and legal consequences for infringement of intellectual property rights.

It is assumed that all Authors have made a relevant contribution to the reported research and agree with the manuscript submitted. Authors must clearly state any conflicts of interest. Collaborations submitted that directly or indirectly had the financial support of third parties must clearly state these sources of funding.

Texts proposed for publication must be unpublished and should not have been submitted to any other journal or electronic edition.

The content of the works is entirely the responsibility of the author(s) and does not express the position or opinion of the Scientific Council or Editorial Board.

The editorial process will be conducted objectively, impartially and anonymously. Errors or problems detected after publication will be investigated and, if proven, corrections, retractions and / or responses will be published.

The following ethical principles will be considered:

1) RESPONSIBILITY:

Ophiussa through its editors and authors has the absolute responsibility for approval, condemning all bad practices of scientific publication.

2) SCIENTIFIC FRAUD

Ophiussa will seek to detect manipulation and falsification of data, plagiarism or duplicity, with the appropriate detection mechanisms.

3) Editorial policy and procedures:

a) Authors must have participated in the research process and in the review process, and must ensure that the data included is real and authentic and are obliged to issue retractions and corrections of errors of published articles;

b) Reviewers must carry out an objective and confidential review and have no conflicts of interest (research, authors or funders), and must indicate relevant published works that were not cited;

c) In the detection of fraud or malpractice in the evaluation phase, it must be indicated by the reviewers and in the post-publication phase by any reader.

d) In case of detection of bad practices in the evaluation phase or of detection of previously published articles, the Editorial Board will send the occurrence to the author, establishing a period of 7 days for clarification, which will be subsequently evaluated by the Editorial Board. In the post-publication phase, the Editorial Board may file or determine the retraction in a subsequent issue, indicating the previous procedures.

Digital file preservation policy

The journal guarantees the permanent accessibility of digital objects through backup copies and use of DOI, integrating the Public Knowledge Project's Private LOCKSS Network (PKP-PLN), which generates a decentralized file system.

Regarding the self-archiving, the magazine also includes Sherpa/Romeu (<https://v2.sherpa.ac.uk/id/publication/41841>).

Open access policy

This edition immediately and freely provides all of its content, in open access, in order to promote global circulation and exchange of scientific research and knowledge. It follows Creative Commons guidelines (license CC/BY/NC/ND 4.0).

The publication of texts in *Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa does not imply the payment of any fee nor does it entitle to any economic remuneration.

This publication has a limited printed edition in black and white, which will be distributed free of charge by the most relevant international libraries and institutions, and exchanged with periodicals of the same specialty, which will be integrated in the Library of School of Arts and Humanities of the University of Lisbon. It also has a digital version, in color, available in open access.

For more information contact:
ophiussa@letras.ulisboa.pt

AVALIADORES OPHIUSSA (2021-2023)

Adriano Orsinger
Albert Ribera Lacomba
Ana Delgado Hervas
Ana Margarida Arruda
Ana Maria Niveau de Villedary y Mariñas
António Faustino Carvalho
Artur Ribeiro
Carlos P. Odriozola
Catarina Costeira
Catarina Viegas
César Neves
Chris Jarret
Cleia Detry
Corina Liesau
Daniel Mateo Corredor
David González-Álvarez
Enrique García Vargas
Esther Rodríguez González
Feliciano Sala-Sellés
Francisco Gomes
Horacio Gonzalez Cesteros
Javier Heras Mora
Jesús Acero Pérez
Joan Daura
João Fonte
João Luís Cardoso

João Marreiros
Joaquina Soares
José Carlos Quaresma
José Clemente Martin de la Cruz
José Ruivo
Leonardo Garcia Sanjuan
Lourdes Roldán Gómez
Macarena Bustamante Álvarez
Manuel Santonja
María Isabel Rodríguez López
Maria João Valente
Maria José de Almeida
Mariana Diniz
Mariano Torres Ortiz
Marta Diaz-Guardamino
Marta Moreno García
Montserrat Sanz
Rafael Garrido Pena
Rafael Martinez
Ricardo Costeira da Silva
Rui Gomes Coelho
Rui Morais
Sergio Escribano Ruiz
Tânia Casimiro
Telmo Pereira
Victor S. Gonçalves

ÍNDICE

Os bifaces da estação paleolítica do Casal do Azemel (Leiria, Portugal): uma (re)interpretação CARLOS FERREIRA, JOÃO PEDRO CUNHA-RIBEIRO, EDUARDO MÉNDEZ-QUINTAS	5
O Neolítico Médio no sítio de ar livre da Costa do Pereiro (Torres Novas) ANTÓNIO FAUSTINO CARVALHO, NATHALIE ANTUNES-FERREIRA, JUAN FRANCISCO GIBAJA	31
Pipas (Reguengos de Monsaraz, Évora): um sítio dos inícios do Neolítico Médio do Sul de Portugal CARLOS TAVARES DA SILVA, JOAQUINA SOARES	61
A questão dos enterramentos em urna na Idade do Ferro do Sul de Portugal: uma revisão integrada FRANCISCO B. GOMES	95
A ocupação romana republicana do sítio de Eira da Alorna (Almeirim) JOÃO PIMENTA	121
O sítio romano de Eira Velha (Miranda do Corvo, Coimbra) – Novas considerações acerca do seu posicionamento na rede viária romana INÊS RASTEIRO	141
Recensões bibliográficas (TEXTOS: ANA CATARINA SOUSA, VICTOR S. GONÇALVES, JUAN ANTONIO HERNÁNDEZ GENTO, ANA ANDÚJAR SUÁREZ, DANIEL CARVALHO, FREDERICO AGOSTO)	161
<i>In memoriam</i> Grégor Marchand (1968-2023)	183
Política editorial	187
Editorial policy	188
Avaliadores Ophiussa (2021-2023)	191